



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Filipe Ribeiro Macharete

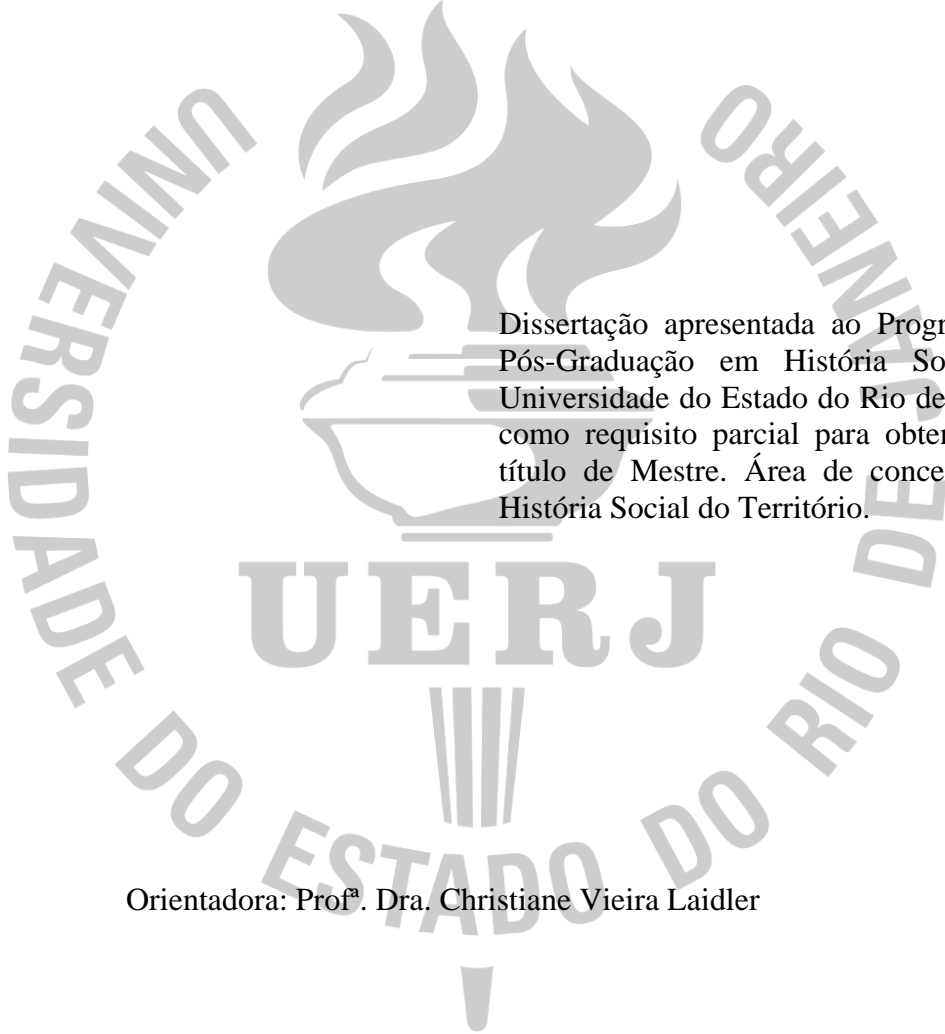
**Os evangélicos e a política: o estudo de caso da IADJN e PIB-SG**

São Gonçalo

2015

Filipe Ribeiro Macharete

**Os evangélicos e a política: O estudo de caso da IADJN e PIB-SG**



Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do título de Mestre. Área de concentração: História Social do Território.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Christiane Vieira Laidler

São Gonçalo

2015

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CEHD

M149 Macharete, Filipe Ribeiro.  
Os evangélicos e a política: O estudo de caso da IADJN e PIB-SG / Filipe  
Ribeiro Macharete. – 2015.  
190f.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Christiane Vieira Laidler.  
Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do  
Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Religião e política – Teses. 2. Democracia – Teses. I. Laidler, Christiane  
Vieira. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação  
de Professores. III. Título.

CDU 2:32

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta  
dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Filipe Ribeiro Macharete

**Os evangélicos e a política: O estudo de caso da IADJN e PIB-SG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do título de Mestre. Área de concentração: História Social do Território.

Aprovada em 29 de setembro de 2015.

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Christiane Vieira Laidler (Orientadora)  
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

---

Prof. Dr. Gelsom Rozentino de Almeida  
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

---

Prof. Dr. Paulo Baia  
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

São Gonçalo  
2015

“As igrejas, enquanto associações de indivíduos ligados por fortes laços afetivos e uma interação social regular, possuem muitas das características que potencializam o contágio comportamental, constituindo um fértil terreno para a disseminação de uma visão de mundo comum”.

Guilherme Rodrigues – *O Comportamento Eleitoral dos Evangélicos no Brasil*(2009)

## RESUMO

MACHARETE, Filipe Ribeiro. **Os evangélicos da IADJN e PIB-SG e a política.** 2015. 190f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2015.

A presente dissertação busca realizar um estudo comparativo e demonstrar a forma como as Igrejas evangélicas estudadas das denominações Assembleia de Deus e Batista que se encontram na cidade de São Gonçalo conduzem sua relação com o campo político; Analisando a maneira como estas motivam os membros de suas instituições a participarem da atividade política, verificando a existência de apoio oficial aos candidatos, e orientações oficiais das convenções para a igreja filiada com relação ao apoio aos políticos evangélicos e se existem orientações aos que forem candidatos eleitos sobre as propostas da instituição a serem defendidas ao longo do mandato político. A dissertação irá analisar diretamente a Igreja Assembleia de Deus em Jardim Nogueira (IADJN) e a Primeira Igreja Batista em São Gonçalo (PIBSG), através de duas entrevistas sendo a primeira realizada com os membros da igreja para traçar o tempo de pertencimento e a frequência à instituição, o grau de conhecimento da membresia referente às orientações da igreja com relação à participação na política, e ainda a opinião dos mesmos neste envolvimento da religião com a política. Outro questionamento é se existe a visita de candidatos à igreja e de que forma esta ocorre, além da existência de apontamentos sobre preferências partidárias, apropriação do espaço laico por obras de cunho religioso e as influências que norteiam as escolhas eleitorais dos entrevistados. Foi realizada também uma entrevista com as lideranças das duas instituições buscando traçar suas percepções sobre os impactos a imagem da instituição nessa relação política-religiosa, intentando ainda assinalar questões que levantem as formas de acesso aos cargos nas igrejas e o modo como estas são administradas para entender o grau de influência que os membros possam possuir. Tentar compreender a percepção que os pastores possuem de outros ramos ou denominações para esclarecer a quais modelos se opõem não apenas no mercado religioso, considerando que tal rivalidade pode se perpassar para o campo político, e adiante verificar a existência de apoio ou orientação oficial aos membros que se lançam como candidatos nos pleitos eleitorais. O último ponto de análise é a posição da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil no caso da IADJN e da Convenção Batista Brasileira a qual está ligada a PIBSG tangente ao envolvimento com a política, através da análise de: revistas religiosas, sites ou documentos (estatuto, regimento interno), que demonstrem a orientação oficial sobre o relacionamento político-religioso ou possíveis bandeiras a serem defendidas, a possível ligação com um partido ou se o futuro candidato é livre para fazer a escolha deste.

Palavras-chave: Igreja. Mobilização política. Democracia. Evangélicos. PIBSG. IADJN.

## ABSTRACT

MACHARETE, Filipe Ribeiro. **The gospels of IADJN and PIB-SG and the politics.** 2015. 190f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2015.

The hereby dissertation attempts to accomplish a comparative analysis and illustrate how the Christian organisations here mentioned located in the city of São Gonçalo deal with political issues and motivate their member's to participate in it, furthermore investigating the existence of official support to candidates by any means from the churches or their conventions, whether these candidates are committed to rule in favor of these churches, according to their dogmas and beliefs or not. The last point to be analysed is the position of the Convenção Geral das Assembleias de Deus in Brazil in the case of IADJN and of Convenção Batista Brasileira, which is connected to PIBSG. Investigating their perspectives toward the political involvement through the analysis of their religious publications, websites and other documents, such as their internal book of regulation to search for an official position concerning politics, if there are causes they wish to stand for, any connection to political parties or pressure upon the candidates from inside these groups to join a political party nominated by these groups. The second round of interviews in our analysis was done with the leadership inside these religious groups in attempt to portray their perspectives on the impact that political involvement could cause to their images, to understand the mechanisms to achieve power inside these institutions and how these religious groups are managed. Also elucidate member's influences inside and pastors' outlook to other christian conventions and religious associations, in order to figure out the existence of rivalry and to what extent it is taken, most specially if it gets to a political field with the support or guidance of candidates running for the elections. This essay analyse strictly the Igreja Assembleia de Deus in Jardim Nogueira (IADJN) and the Primeira Igreja Batista in São Gonçalo (PIBSG), by the use of two interviews. The first interview was done with their members to gather information about their time inside these religious institutions, the member's attendance to the meetings at the temple, and their opinions on the entanglement between religion and politics. Also if there is inside these churches promotion to any political party, any guidance or projects to make use of public spaces in the city in favor of religious interests and the main influences to the membership vote.

Keywords: Church. Political mobilization. Democracy. Gospels. PIBSG. IADJN.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 –	Gráfico 1 – Exposição à autoridade religiosa .....	20
Gráfico 2 –	Número de membros de igrejas pentecostais em São Gonçalo .....	66
Gráfico 3 –	Membros de igrejas evangélicas de missão em São Gonçalo .....	102
Gráfico 4 –	Tipo de voto (PIBSG) .....	134
Figura 1 –	Papel da Igreja na Política .....	136
Figura 2 –	Vocação política .....	137



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Evangélicos em porcentagem da população brasileira .....	15
Tabela 2 –	Deputados Evangélicos na Câmara Federal (Titulares) .....	16
Tabela 3 –	População evangélica por ramo de identidade .....	19
Tabela 4 –	Evangélicos e migrantes em São Gonçalo .....	22
Tabela 5 –	Pentecostais e não pentecostais .....	37
Tabela 6 –	Representação protestante no Congresso, por Igrejas, 1946-1987 .....	37
Tabela 7 –	Deputados evangélicos (1933-87) .....	39
Tabela 8 –	Tipologias do campo religioso evangélico brasileiro .....	50
Tabela 9 –	Divisão por gênero pop. pentecostal e total .....	67
Tabela 10 –	Escolaridade das pessoas acima de 25 anos .....	67
Tabela 11 –	Rendimento pessoas de 10 anos ou mais de idade .....	68
Tabela 12 –	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência .....	69
Tabela 13 –	Frequência .....	72
Tabela 14 –	Tempo em anos que frequenta a Igreja .....	72
Tabela 15 –	Postura da Igreja com relação a participação de evangélicos na política .....	73
Tabela 16 –	Concorda com o envolvimento da Igreja com a política? .....	74
Tabela 17 –	Sua Igreja é aberta a receber candidatos nas eleições? .....	75
Tabela 18 –	O aumento do número de políticos evangélicos é? .....	76
Tabela 19 –	Você votou em candidato evangélico nas últimas eleições municipais? .....	76
Tabela 20 –	Você se identifica com algum partido político? .....	77
Tabela 21 –	O MST age corretamente quando invade terras para pressionar o	

governo para avançar com a Reforma Agrária? .....	78
Tabela 22 – Qual sua posição sobre movimentos grevistas? .....	78
Tabela 23 – Qual opção abaixo melhor contribuiria para a redução da violência? .....	78
Tabela 24 – Você se identifica com algum partido político? .....	79
Tabela 25 – Praça da Bíblia. Essa mudança foi positiva para a cidade? .....	79
Tabela 26 – Como você escolhe seu candidato nos pleitos eleitorais? .....	79
Tabela 27 – Escolaridade .....	80
Tabela 28 – Divisão por gênero dos evangélicos de Missão .....	103
Tabela 29– Escolaridade das pessoas acima de 25 anos (Evangélicos de Missão)	104
Tabela 30 – Rendimento pessoas de 10 anos ou mais de idade (Evangélicos de Missão) .....	104
Tabela 31 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas (Evangélicos de Missão) .....	105
Tabela 32 – Frequência (PIBSG) .....	108
Tabela 33 – Tempo em anos que frequenta a igreja (PIBSG) .....	109
Tabela 34 – Postura da Igreja com relação a participação de evangélicos na política (PIBSG) .....	111
Tabela 35 – Concorda com o envolvimento da Igreja com a política? (PIBSG) ...	112
Tabela 36 – Sua Igreja é aberta a receber candidatos nas eleições? (PIBSG) .....	112
Tabela 37 – O aumento do número de políticos evangélicos é? (PIBSG) .....	113
Tabela 38 – Você votou em candidato evangélico nas últimas eleições municipais? (PIBSG) .....	114
Tabela 39 – Atitude em relação aos partidos (PIBSG) .....	115
Tabela 40 – Você se identifica com algum partido político? (PIBSG) .....	115
Tabela 41 – Posicionamentos políticos (PIBSG) .....	116
Tabela 42 – Você acredita que os protestos de 2013 contribuíram para o fortalecimento da democracia? (PIBSG) .....	117

Tabela 43 – Praça da Bíblia. Essa mudança foi positiva para a cidade? (PIBSG) .	118
Tabela 44 – Como você escolhe seu candidato nos pleitos eleitorais? .....	119
Tabela 45 – Escolaridade .....	119
Tabela 46 – Presidentes da CBB .....	147

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Assembleia de Deus
BPC	Brasil para Cristo
CBB	Convenção Batista Brasileira
CBN	Convenção Batista Nacional
CGADB	Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil
IADJN	Igreja Assembleia de Deus em Jardim Nogueira
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão
IEQ	Igreja do Evangelho Quadrangular
IIGD	Igreja Internacional da Graça de Deus
IPB	Presbiteriana do Brasil
IPC	Presbiteriana Conservadora
IPDA	Igreja Pentecostal Deus é Amor
IPJ	Presbiteriana Independente
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus

PIBSG Primeira Igreja Batista de São Gonçalo

PRC Partido Republicano Cristão

TP Teologia da Prosperidade

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
1	<b>REFERENCIAIS TEÓRICOS</b> .....	24
1.1	<b>Max Weber: a ética protestante</b> .....	26
1.2	<b>O campo religioso evangélico brasileiro</b> .....	36
1.3	<b>Os neopentecostais e as transformações simbólicas no campo evangélico brasileiro</b> .....	49
1.4	<b>Da apatia á mobilização política</b> .....	59
2	<b>A IADJN e sua relação com a política</b> .....	64
2.1	<b>O perfil social dos pentecostais gonçalenses</b> .....	65
2.2	<b>IADJN</b> .....	70
2.3	<b>Análise dos dados coletados</b> .....	71
2.4	<b>Entrevista com os líderes religiosos da IADJN</b> .....	81
2.5	<b>A organização interna da CGADB e a orientação com relação à política ...</b>	87
3	<b>A PIBSG E SUA RELAÇÃO COM A POLÍTICA</b> .....	102
3.1	<b>Perfil social dos evangélicos de missão gonçalenses</b> .....	102
3.2	<b>PIBSG</b> .....	106
3.3	<b>Análise dos dados coletados</b> .....	108
3.4	<b>Entrevista com as lideranças da PIBSG</b> .....	120
3.5	<b>A organização interna da CBB e a orientação com relação à política</b> .....	143
	<b>CONCLUSÃO</b> .....	167
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	172
	<b>APÊNDICE A – ENTREVISTA COM OS MEMBROS</b> .....	177
	<b>APÊNDICE B – ENTREVISTA COM AS LIDERANÇAS DA IADJN/</b>	

PIBSG .....	180
<b>ANEXO</b> – LISTA DOS CANDIDATOS OFICIAIS (DEPUTADO FEDERAL) DA CGADB NAS ELEIÇÕES DE 2014 .....	181

## INTRODUÇÃO

Após proclamação da República no Brasil ocorreu a separação entre a Igreja e o Estado. A partir deste momento o Estado tornou-se neutro com relação à fomentação de uma religião oficial, sendo assim, os protestantes tiveram liberdade para tentar ampliar o número de adeptos de sua religião. Ricardo Mariano especialista no estudo sobre os protestantes no Brasil expõe essa mudança:

A separação Estado-Igreja e a moderna secularização do Estado propiciaram a efetivação de profundas mudanças no campo religioso. Instaurada pelos Estados Liberais... a separação desmantelou o monopólio religioso, erodindo ao menos parcialmente as prerrogativas que a religião oficial usufruía de sua aliança política com o Estado. (MARIANO, 2003, p. 112).

É sabido que esse processo se consolida ao longo do século XX e não instantaneamente, mas essa mudança permitiu o aumento da competição no campo religioso brasileiro e o conseqüente aumento no número de instituições evangélicas. Ainda assim, o crescimento demográfico dos adeptos desta religião foi relativamente baixo até 1940, quando os evangélicos só compunham 2,6\*% (IBGE, 2006, p.55) da população brasileira.

Sobre a participação desse segmento religioso na política nos anos iniciais do século passado podemos nos apoiar na descrição de Márcio Nuno Rabat (2010, p. 11):

A situação das denominações evangélicas em 1964 era totalmente outra. Além de serem clara minoria na população, os evangélicos[...] tinham pouca experiência de participação política. De acordo com Saulo Baptista de 1946 a 1987, apenas cinquenta evangélicos exerceram mandatos no Congresso Nacional.

Aliada a falta de experiência soma-se o fato do regime militar ter sido marcado pela repressão sobre organizações populares que questionassem o governo. As lideranças evangélicas buscaram manter uma postura de neutralidade ou de não se envolverem na política como oposição e essa postura é descrita por Saulo Baptista:

Naquele momento, a conjugação dessas posturas (afastamento da política como regra geral e aproximação pontual em função de interesses específicos) não poderia deixar de resultar em algum tipo de parceria, explícita ou implícita, com o regime autoritário. Essa parceria se refletia em dois fenômenos[...] a despolitização (“crente não se mete em política”) e a ênfase colocada na obediência às autoridades, conforme Romanos 13, e na frase de Jesus : Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus.[...] Os evangélicos podiam ocupar a praça com desenvoltura a fim de



fazerem proselitismo, porque seus discursos religiosos favoreciam ao regime, mesmo quando não era esta a intenção. (RABAT, 2010, p. 13).

Segue abaixo o crescimento do número de adeptos da religião evangélica no Brasil:

Tabela 1 – Evangélicos em porcentagem da população brasileira

Ano	Porcentagem
1890	1,0
1940	2,6
1950	3,4
1960	4,0
1970	5,2
1980	6,6
1991	9,0
2000	16,2
2010	22,2

Fonte: IBGE, 2010, p. 55.

A primeirametade do século XX, no âmbito religioso brasileiro, foi marcada por uma diminuta participação dos evangélicos e com clara hegemonia da religião católica. Embora se analisarmos o crescimento do grupo de 1890 até 1940 podemos perceber que ocorreu um aumento de fiéis em média de 32% a cada década, ainda assim, continuaram numericamente inexpressivos na população total. Entre os decênios de 40 e 80 a média da elevação no número de fiéis evangélicos foi de 24,87% por década. Entre 1980 e 1991 ocorreria uma mudança significativa como pode ser notado, pois a ascensão foi de 36,36% e ainda atingindo 9% da população brasileira. Mas foi o decênio de 90 que registrou o maior crescimento deste grupo identitário, haja vista que em um período de nove anos o aumento numérico foi na ordem de 80% saltando de 9% para 16,2%. A primeira década do novo milênio também apresentou um alto deste segmento religioso em 37,03%, uma vez que o censo demonstrou que em 2010 o número de adeptos subiu para 22,2%, foi a segunda maior média de crescimento por década do período exposto na tabela acima.

O número de deputados evangélicos aumentou consideravelmente, pois em 1983 eram 12 deputados federais, já em 1987 saltaria para 32\*<sup>1</sup>. Neste momento as igrejas pentecostais e neopentecostais ganhavam força com o aumento de novos fiéis. A bandeira de “irmão vota em irmão” foi levantada nesse período, ocorrendo um movimento de busca por ampliação de atuação na política por parte das lideranças das igrejas evangélicas. Pode ser citada como exemplo de intensificação da ação política a luta pela extensão das concessões de rádios a

<sup>1</sup> Os dados são de estudos efetuados por Tiago Borges (2009).

grupos evangélicos e a defesa de suas bandeiras religiosas, além de contribuições para a constituição de 1988.

O retorno a Democracia trouxe novamente a importância do voto popular e a possibilidade da organização dos diferentes grupos sociais lutarem para garantir sua influência no Estado brasileiro. Curiosamente, em um momento de retorno à democracia uma parcela da população se alinhou em torno de instituições religiosas e norteou suas escolhas políticas balizadas nas bandeiras e ideais religiosos, ao mesmo tempo em que esse agrupamento apresentou suas maiores taxas de crescimento.

Na década de 80 ocorreu um aumento da participação dos evangélicos na política brasileira e teve início um processo de fortalecimento do poder político do grupo estudado e de ampliação significativa no número de indivíduos pertencentes à fé evangélica. Nesse período eles eram 6,4\* (RABAT, 2010) dos brasileiros. Um fenômeno recente foi o avanço do número de políticos oriundos do meio social dos evangélicos. Essa ascendente teve início em fins dos anos 80 quando o voto popular voltou a ganhar força devido ao retorno do sistema democrático, e os líderes das igrejas buscaram aumentar sua representação para influenciar a Constituição de 1988. Ao longo do decênio de 90o envolvimento dos evangélicos com a política se consolidou. Para se ter a dimensão da influência deste grupo religioso no espaço político brasileiro vale analisar a tabela a seguir:

Tabela 2 – Deputados Evangélicos na Câmara Federal (Titulares)

<b>Legislatura</b>	<b>Número de Deputados</b>
1983-1986*	12
1987-1990*	32
1991-1994*	23
1995-1998*	32
1999-2002*	51
2003-2006**	59
2007-2010***	32

Fonte: \*FONSECA, 2002; \*\*ORO, 2006; \*\*\*DIAP, 2008. BORGES, 2009.

Na 54ª legislatura de 2011-2014 segundo a FPE (Frente Parlamentar Evangélica) foram eleitos 76deputados<sup>2</sup>. A queda do número de deputados no ano de 2007 ocorreu devido ao envolvimento de congressistas evangélicos com o escândalo das máfias das sanguessugas, resultando negativamente na reeleição dos envolvidos. O fato de um grupo social conseguir representação de 14% na Câmara Federal não pode ser atribuído apenas à proporcionalidade ao número de pessoas que professam a religião que os identifica. Concernente à questão

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://www.fpebrasil.com.br/bancadaatual.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

podemos comparar com a representação de gênero, pois até hoje se dá uma baixa representatividade feminina no campo político, embora existam propostas de estabelecer cotas para se alcançar a paridade. O que foi relatado até aqui demonstra a dimensão da bancada evangélica, o êxito e consolidação da presença deles no cenário político.

A procura por representatividade dos cidadãos que compõem o núcleo religioso dos evangélicos através da igreja da qual participam me levou a alguns questionamentos: Existe uma proposta política comum destas diferentes denominações evangélicas? Por que esses indivíduos se identificam tanto com suas igrejas ou lideranças ao ponto de elegerem seus “irmãos de fé” como seus representantes políticos? Como são construídas as redes de eleitores dos políticos protestantes? Para responder as questões propostas é preciso analisar a origem da mobilização e da identificação dos religiosos deste segmento com candidatos que professem a mesma fé e as práticas que estes trazem de seu ambiente religioso para o campo político, além dos possíveis conflitos que ocorrem com outros grupos. Estes são alguns dos pontos a serem pesquisados no trabalho de campo que irei realizar na cidade de São Gonçalo, tendo por base de estudos a Primeira Igreja Batista de São Gonçalo (PIBSG) e a Igreja Assembleia de Deus em Jardim Nogueira (IADJN). Focalizando na observação das orientações que os membros destas instituições recebem e os eventos que sucedem relacionados à política. Com relação a IADJN aconteceu uma mudança nas orientações referente a política a partir de 2002 com a Criação do Conselho Político da Convenção Geral Das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB) . No que tange a PIBSG, as orientações oficiais concernentes às eleições sofreram atualização em 2010 pela CBB.

Entre as duas igrejas é possível encontrar diferenças. A CGADB possui seleção de candidatos oficiais, ao passo que a CBB orienta suas igrejas filiadas a não apoiarem candidatos oficiais, mas isso não significa que seja apolítica. Nas eleições municipais de 2012 a PIBSG promoveu um debate entre os candidatos ao Executivo gonçalense. Em ambas é possível apontar o papel de destaque dos ministros religiosos e a influência que possuem no campo religioso ao qual pertencem.

Historicamente o brasileiro esteve acostumado com uma relação próxima a líderes que possuíam seu carisma baseado em diferentes atributos, o que abre um precedente cultural para atuação de guias políticos cujo carisma esteja alicerçado em valores e ideais religiosos. Barquero (2001, p. 100) expõe como ao longo de períodos políticos diferentes a cultura da liderança carismática esteve presente na forma como o brasileiro lida com a política:

A sociabilidade brasileira nasceu influenciada pela pirâmide familiar, tendo como fundamento a organização patriarcal, a fragmentação social, as lutas entre as famílias, as virtudes inativas e a ética da aventura. Originalmente o caudilhismo e, posteriormente o coronelismo, que implicava a existência de lideranças carismáticas, substituíam a racionalidade dos interesses individuais e estabeleciam a matriz sobre a qual a organização social e as fundações da política e do Estado foram delineadas.

Fazendo um paralelo com as instituições religiosas que serão estudadas é possível notar o papel de destaque que as lideranças religiosas dispõem nesses meios. E o poder que exercem, seja de estabelecer a possibilidade de acesso aos serviços que a igreja oferece aos membros, ou ao ingresso a cargos religiosos, bem como o poder simbólico que um pastor possui em uma Igreja onde os males que afetam a vida (doenças ou desemprego) são entendidos como influências de maus espíritos. E onde é aceito que os ministros religiosos são dotados de poder para afastar tais infortúnios. Dentro desta rede relacional as pessoas que ocupam papéis dominantes no âmbito religioso passam a ter uma ascendência oriunda da força simbólica que possuem sobre os membros destes agrupamentos, mesmo que os subordinados não percebam tais influências. São líderes locais de cada bairro atuando em uma igreja ou congregação que formam redes denominacionais (denominação é o nome dado às subdivisões das igrejas evangélicas) estando também submetidos a outros religiosos dominantes acima deles na hierarquia da convenção. O aumento do número de políticos evangélicos não pode ser entendido apenas como algo espontâneo, ou apenas devido a ascensão de membros do seu próprio meio. Dentro destas convenções os líderes carismáticos podem não só se lançar na política como alavancar a candidatura de outros do mesmo círculo ou de candidatos que gozam de afinidades com tais lideranças. A influência da cultura personalista tem gerado inúmeros “caciques” eleitorais em diferentes áreas da sociedade, inclusive na esfera religiosa.

Traçando um paralelo do que foi exposto acima com o núcleo religioso estudado, e ressaltando que tradicionalmente o agrupamento evangélico é dividido em três ramos no Brasil: os de missão, pentecostais e neopentecostais (embora nos últimos trinta anos tenha ocorrido o aumento da descrição de evangélicos não pertencentes a essas três divisões) pode ser observado que as Igrejas que mais cresceram nos últimos anos foram as que possuem programas diários ou semanais nos meios de comunicação. Tal prática é realizada há mais tempo pelos pentecostais e neopentecostais, que tiveram uma elevação numérica expressiva no meio dos evangélicos. Na década de 1980 deu-se início ao uso da mídia e à formação dos líderes midiáticos destas igrejas, que está refletida na diferenciação numérica entre os evangélicos tradicionais e pentecostais, bem como pode ser observada na tabela abaixo:

Tabela 3 – População evangélica por ramo de identidade

<b>Porcentagem da população brasileira evangélica</b>	<b>1980**</b>	<b>1991**</b>	<b>2000***</b>	<b>2010***</b>
Tradicionais ou de Missão	3,38	2,99	4,1	4,0
Pentecostais e Neopentecostais	3,25	5,57	10,42	13,3
Evangélicos não determinados*	0	0,44	1	4,8
<i>Total de evangélicos</i>	6,58	9	15,4	22,2

\*Segundo o censo 2010 essas pessoas só se declararam ser evangélicas sem ressaltar o pertencimento a um ramo desta religião.

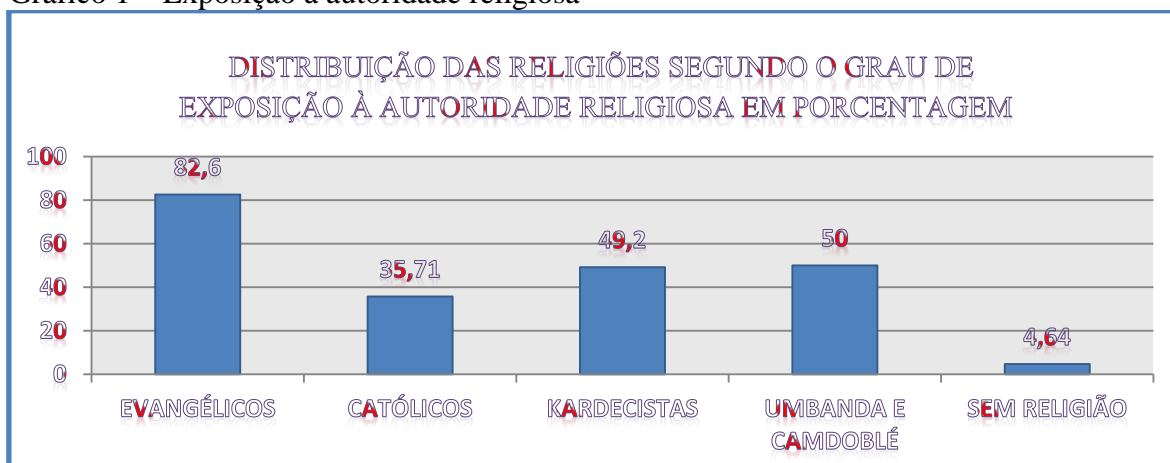
Fonte: \*\*BAPTISTA, 2007, p. 21; \*\*\* IBGE, 2010.

Como podemos analisar, o papel do personalismo midiático está presente tanto no campo político como no religioso, e a função deste líder tem sido legitimada pelos integrantes do grupo social ao qual pertence visando uma ampliação das fileiras do mesmo. Ainda sobre a relação entre líderes políticos e mídia é importante destacar a análise de Luis Miguel (2003, p. 125):

[...] a transição da democracia de partidos para uma nova democracia de audiência, caracterizada pelo contato “direto” (isto é, midiático) entre líderes e eleitores. Antes indispensáveis, as máquinas partidárias agora perderiam eficiência diante das estratégias de construção da imagem dos chefes políticos que se dirigem diretamente ao público.

Embora o líder midiático tenha uma representação de grande visibilidade no ambiente religioso, este não deslegitimou o poder das lideranças locais uma vez que as igrejas se unem em denominações e ramos ocorrendo assim uma associação em torno de tais líderes atualmente. O poder das lideranças locais continua a ser exercido no cotidiano religioso dos membros das diferentes denominações evangélicas. Existe uma diferenciação que se reflete de forma aguda entre os integrantes evangélicos e os demais integrantes de outras religiões: a assiduidade aos encontros religiosos. Como demonstrado no trabalho de Bohn, a frequência nas reuniões por parte dos evangélicos é a mais alta entre os grupos pesquisados colocando-os em contato constante com a liderança religiosa local:

Gráfico 1 – Exposição à autoridade religiosa



Fonte: BOHN, 2004, p. 300.

Daí vem à pressuposição que fiz menção de forma breve no início do texto. O aumento do número de políticos evangélicos não está relacionado somente a uma ascensão do grupo na sociedade brasileira. Mas também permanece ligado ao contato frequente dos membros destas denominações com os ministros religiosos, assim como a uma perceptível mobilização de parte destas lideranças em favor do ingresso de evangélicos na política, sem contar a grande evidência e influência que os líderes midiáticos têm construído nas últimas décadas.

Boa parte dos componentes deste núcleo religioso encontrou segurança e elementos identitários que os fizeram pertencer a estas igrejas. Portanto estas pessoas que não se sentiam representadas por partidos políticos ou sindicatos buscaram canalizar seus anseios por representação através daqueles que dentro da lógica de sua rede relacional eram os mais aptos e que detinham maior grau de confiabilidade. Sendo assim os elementos dominantes dentro da esfera religiosa são vistos como os capazes de indicar um candidato político ou tornar-se um. E o papel dos partidos nisto? Quando os líderes partidários perceberam o incremento da demanda por representação deste agrupamento abriram as portas para o ingresso dos líderes carismáticos deste segmento social, seguindo a lógica personalista já presente na tradição política brasileira.

Desta forma, é possível relacionar a ascensão política de elementos do grupo pesquisado com uma cultura política personalista que abriu espaço para mediadores da mesma fé entre os indivíduos que se identificam e diferenciam do restante da sociedade como evangélicos e a política. Esses indivíduos enxergam nas suas entidades e direções religiosas uma maneira de obter representatividade elegendo aqueles que julgam poder influenciar

positivamente nas decisões em um espaço político que entendem como corrupto e contaminado “pelas coisas do mundo”<sup>3</sup>.

Compreender como ocorre a construção do poder eleitoral das lideranças evangélicas é o objetivo básico do trabalho. Para entender como o eleitor que pertence a essa religião cria um vínculo de identificação com a ordem religiosa e com a ideia de votar em um “irmão de fé” será necessário conhecer os locais onde são formadas as redes relacionais destes indivíduos, ou seja, as suas instituições religiosas ou igrejas evangélicas. Para tal eu utilizo como local de estudo a cidade de São Gonçalo. Conquanto as igrejas que tenham sido escolhidas para o estudo estejam no município gonçalense a análise deve ser ampliada também para os órgãos centrais aos quais estas estão submetidas, ou seja, as chamadas convenções. Duas são as igrejas que são analisadas neste estudo: a Primeira Igreja Batista em São Gonçalo (PIBSG) e Igreja evangélica Assembleia de Deus Jardim Nogueira (IADJN), respectivamente ligadas às seguintes instituições centrais: a Convenção Batista Brasileira e a Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil. Buscarei coletar fontes sobre como os membros destas instituições são motivados a participar da política, de que forma são orientados sobre os pleitos eleitorais e se existe apoio oficial da Igreja a candidatos ou partidos, também tentando elucidar as origens da identificação dos indivíduos com as Igrejas evangélicas e os elementos e ideologias que unem as redes relacionais destas pessoas. Esse é um trabalho que envolve a micro história e leva em consideração as palavras de Giovanni Levi no que diz respeito ao uso da mesma: “a micro história deveria ser como um zoom em uma fotografia. O pesquisador observaria um pequeno espaço bastante ampliado, mas ao mesmo tempo, tendo-se em conta o restante da fotografia, apesar de não estar ampliada.” (ROSA, 2007, p. 6).

Outro fator a ser levantado e que está relacionado ao processo de identificação com as igrejas evangélicas é a ocorrência de um fluxo considerável de migrantes para a cidade de São Gonçalo. Luciana Lago (1999, p. 20) expõe este processo migratório nas décadas de 80 e 90 assim:

São Gonçalo, situado na periferia em expansão, tornou-se, nos anos 80, o terceiro município que mais recebeu migrantes (10,7% do total dos fluxos), ultrapassando Caxias que estava nessa posição na década anterior[...] no volume dos fluxos intrametropolitanos [...] no período 1980-91, São Gonçalo aparece como segundo município receptor.

---

<sup>3</sup> Segundo Marcos Alvilto (2012, p. 27): “a visão compartilhada pelos pentecostais é bastante peculiar”. Há uma oposição binária entre o ‘mundo’ e a ‘igreja’.

Podemos visualizar a manutenção desta tendência de município receptor de migrantes na tabela abaixo, e ainda podemos notar uma proximidade entre a porcentagem de evangélicos e migrantes:

Tabela 4 – Evangélicos e migrantes em São Gonçalo

Ano	População Total	População Migrante	Porcentagem de Migrantes	Porcentagem de evangélicos
2000	891.090*	350.350*	39,31*	26,5**
2010	999.728**	293.779**	29,38**	32,53**

Fonte: \*PAGOTO; BECKER, 2008; \*\*IBGE, censo 2000-2010.

Posto que famílias ou indivíduos que migraram para a cidade romperam ou enfraqueceram os antigos vínculos relacionais do estado ou cidade de origem, o ingresso em uma nova religião é mais suscetível de ocorrer, ademais existe o apelo na ideologia religiosa de um “ritualismo memorial” (CATROGA, 2009, p. 26). Haja vista que o ingresso na igreja se dá através do ato de “aceitar Jesus”, remetendo a um passado mítico que se torna comum aos novos convertidos se os lança em uma “irmandade espiritual”. A partir deste momento o indivíduo encontra um espaço social que se torna acolhedor frente às incertezas e diferenças no município recém-chegado. Outro fator que reforça a captação e a identificação de pessoas com o grupo dos evangélicos é o trabalho realizado nos bairros mais pobres que visa cooptar cidadãos que estejam à margem da sociedade e estejam numa condição segregada pela maioria dos demais meios sociais ou pela própria família. Um exemplo disto é o trabalho realizado junto aos usuários de drogas. Estes elementos contribuem para um aumento das fileiras de membros das associações evangélicas. Se ainda somarmos ao que já foi exposto anteriormente as contribuições prestadas por estas igrejas, temos um conjunto de elementos que contribui para a identificação dos fiéis com as mesmas.

Os serviços oferecidos, sejam de ordem material ou simbólica, destas instituições religiosas geram um vínculo entre os componentes ou frequentadores das mesmas, promovendo laços que podem desencadear um sentimento de identificação que vem se refletindo no crescimento da representação de políticos oriundos deste grupo religioso. O anseio por segurança daqueles que se sentem desprotegidos, sujeitos a mudanças, insegurança ou incertezas é um traço do comportamento humano descrito por Zygmunt Bauman (2003, p. 129): “Sentimos falta da comunidade porque sentimos falta de segurança, qualidade fundamental para uma vida feliz, mas que o mundo que habitamos é cada vez menos capaz de oferecer e mais relutante em prometer.”



Uma vez que tal segurança não é encontrada no Estado ou no setor privado, esses indivíduos constroem comunidades religiosas buscando alcançar tal fim. Dentro destas comunidades surgem as lideranças que são as responsáveis por gerir os recursos do grupo e distribuir os serviços oferecidos. Estamos falando de lideranças que não oferecem somente assistências de ordem material, mas também simbólica, que passam a ter este poder simbólico no meio daqueles que crêem na autoridade espiritual que estes líderes possuem. Bourdieu trata o poder simbólico da seguinte forma: “Esse tipo de poder existe porque aquele que está sujeito crê que ele existe[...] E, portanto, um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce” (PEREIRA, 2008).

Uma das hipóteses com a qual trabalho é de que a adesão política que tem ocorrido nos últimos anos esteja ligada ao sentimento de pertencimento a este círculo, não sendo fenômeno exclusivamente ligado ao crescimento do grupo. Outro fator importante é a coordenação das lideranças religiosas para motivar a participação na política ou o voto em candidatos que se comprometam com bandeiras das instituições religiosas. Desse modo, compreender a lógica interna desta rede se torna importante para que seja possível a construção de um modelo que demonstre as maneiras de cooptação de votos neste núcleo e enumerar os caminhos pelos quais esta agregação de votos se forma em torno de um candidato pertencente a esta religião. De grande importância é o levantamento dos serviços oferecidos pelas Igrejas, e neste caso não só os de ordem material, como, por exemplo, a doação de cesta básica, mas também aqueles simbólicos que gozam de importância dentro do grupo como uma bênção pastoral ou oração que expulsa os males na ótica dos integrantes desta referida rede.

Quando e como ocorre a influência das lideranças locais com relação ao pleito eleitoral, se existem visitas de Políticos à igreja com um aviso antecedente aos membros da mesma, se acontecem congressos, ou reuniões para apresentação de políticos ou debates sobre temas não religiosos ligados à política. Que possam gerar visibilidade para os palestrantes, quais são os livros ou apostilas que os membros são motivados a lerem sobre a política, ou os documentos oficiais da instituição como estatutos ou regimentos internos e como é abordado o tema do envolvimento com a política são algumas das questões que tentarei responder com esse trabalho.

## 1 REFERENCIAIS TEÓRICOS

A primeira etapa do capítulo tem início com a análise das ideias de Weber referentes à contribuição da ética protestante para o desenvolvimento de uma mentalidade que gerou os princípios de conduta do sistema de produção material capitalista. A análise de como o ambiente religioso impõe regras que podem alterar não só conduta do religioso em seu espaço de culto ou no âmbito doméstico, também demonstra que este conjunto de ideias pode alterar diferentes campos sociais. A educação religiosa, segundo Weber, foi capaz de gerar um rígido processo disciplinatório no qual os indivíduos protestantes se tornaram mais hábeis para a competição no mercado, possibilitando através do ascetismo religioso a formação por parte destes religiosos de um acúmulo de capital que os permitiu ao longo prazo se destacar frente aos demais concorrentes, seja por meio de uma dedicação maior ao trabalho (devido a ideia religiosa de vocação), ou pela facilidade de obtenção de crédito (graças a construção da imagem de pessoa integralmente dedicada ao trabalho), e também pela facilidade que tinham de transformar as pessoas em dinheiro. Conforme afirma Weber, todas essas características permitiram aos protestantes se adaptarem de forma hábil às competições do campo econômico, impondo o espírito do capitalismo aos demais grupos da sociedade ocidental, até que a ética protestante presente no asceticismo (que era restrita ao campo religioso) ganhou autonomia e se desvincilhou deste, sendo transformada na mentalidade hegemônica do sistema capitalista.

O mais importante em trabalhar com Weber é pensar as influências das concepções religiosas contribuindo para mudanças na sociedade, em outras palavras, como as ideias mudam o mundo ou a sociedade na qual são difundidas. Concernente ao tema abordado – a relação entre a religião e a política - é necessário efetuar uma análise sobre as ideias e simbologias que se destacam nos grupos religiosos estudados para a delimitação das características internas e dos possíveis reflexos das práticas e condutas religiosas na ação política e nas pautas defendidas pelos políticos oriundos do grupo dos evangélicos, entendendo também as diferenças e convergências existentes entre os mesmos. Que elementos simbólicos levaram os pentecostais a romperem com o isolamento do campo político? A alteração nos ideais religiosos pode explicar tal mudança? E, tangente a evangélicos de missão, quais são as regras de conduta no cotidiano religioso que podem explicar a motivação para que os fiéis participem dos pleitos? Ainda existem valores religiosos e teológicos no seio

dos evangélicos brasileiros que valorizem o isolamento da esfera política entre as maiores denominações?

Na segunda parte do capítulo serão demonstradas as diferenças teológicas e de visão de mundo entre as igrejas evangélicas e de que formas esses posicionamentos religiosos influenciaram numa postura de afastamento do religioso do âmbito político. Ou em momentos históricos distintos afirmaram a necessidade de inserção não só na área política, como a inserção ou reforço da participação em outras áreas como o mercado de trabalho, a esfera educacional ou até o entretenimento. Será feita uma análise, ao longo do século XX, das influências e mudanças teológicas e seus impactos nos costumes dos evangélicos na sociedade brasileira, culminando com o sucesso eleitoral dos fins dos anos 80 e se afirmando, mesmo com alguns reveses, o relacionamento entre religião e política por parte dos evangélicos.

Essa segunda parte do capítulo terá por base as análises de Paul Freston e Ricardo Mariano. No que diz respeito à obra de Freston, sua importância foi ter realizado a primeira análise histórica do campo evangélico brasileiro de modo amplo. Abarcando diferentes denominações e ramos, realizando um trabalho de diferenciação entre os agrupamentos além de demonstrar como as diferenças teológicas influenciaram o perfil dos adeptos e suas posturas de participação no meio secular, ou determinaram o seu fechamento no mundo religioso durante certo período de tempo.

Já Ricardo Mariano traça uma diferenciação entre as igrejas que surgem em fins da década de 70 e início de 80, e como estas abandonam a postura de apatia frente às outras áreas de vida dos fiéis fora a religiosa. A abordagem reflete como os chamados neopentecostais passam a se lançar na política, investir em aparições midiáticas e terminam por obter um crescimento do mercado religioso brasileiro de maneira que passam a ascender outros dois ramos evangélicos brasileiros: o pentecostal e o histórico. O trabalho de ambos os autores são vitais para a compreensão da mudança dentro do âmbito religioso evangélico no século XX, a qual uma vez consolidada passará a exercer e receber influência do campo político e irá se consolidar e permanecer até a presente data.

## 1.1 Max Weber: a ética protestante

“No que a ascese se pôs a transformar o mundo e a produzir no mundo os seus efeitos, os bens exteriores deste mundo ganharam poder crescente e por fim irresistível sobre os seres humanos como nunca antes na história.” (WEBER, 2004, p. 165).

Pensar a ascendência da esfera religiosa evangélica brasileira na política está ligado à análise sobre o modo por meio dos quais certos atos religiosos estão atrelados às opiniões hegemônicas presentes no núcleo de fieis, e como podem marcar sua relação com os pleitos eleitorais na democracia. Já para Weber pensar como uma ideia pode ser o fator de mudança no mundo era primordial na obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Discorrer sobre suas análises nesta obra é fundamental para desenvolver um raciocínio no sentido de se perceber até que ponto a conduta religiosa de um conjunto de indivíduos pode influenciar as práticas sociais em outros campos da sociedade, e refletir sobre a relação e interação destes indivíduos imersos em suas certezas religiosas com a democracia laica brasileira.

Para o referido sociólogo o problema principal era origem da ética que daria as bases para uma determinada conduta dos indivíduos, que por sua vez poderiam mudar não só suas formas de viver, mas criar inclusive novas relações com o trabalho, resultando possibilidade de construção e consolidação de um novo sistema econômico como o capitalismo. Vamos retroceder um pouco na problematização de Weber e caminhar no sentido de demonstrar a importância, segundo sua ótica sociológica, da ligação entre a mentalidade religiosa protestante e a consolidação das práticas capitalistas. Essa relação entre protestantismo e capitalismo na obra dele é uma constante. No capítulo de abertura, que relaciona a filiação religiosa e a estratificação social, o autor tenta evidenciar a conexão dos protestantes com os cargos mais bem remunerados no mercado de trabalho alemão:

Um simples olhar às estatísticas ocupacionais de qualquer país de composição religiosa mista mostrará, com notável frequência, uma situação que muitas vezes provocou discussões na imprensa e literatura católicas e nos congressos católicos, sobretudo na Alemanha: o fato de que os homens de negócios e donos do capital, assim como os trabalhadores mais especializados e o pessoal mais habilitado técnica e comercialmente das modernas empresas, são predominantemente protestantes. (WEBER, 2004, p. 29).

É demonstrada uma relação entre a ocupação dos melhores cargos nas funções econômicas e alguma posse de capital e uma onerosa educação, contudo, associando esses atributos também à religião protestante. Dando sequência a sua argumentação o autor empenha-se em confirmar que as localidades mais abastadas aderiram ao protestantismo ao longo da história de expansão desta religião e lança o questionamento que irá tentar solucionar ao longo do capítulo e da própria obra: “Qual a razão dessa predisposição particularmente forte das regiões economicamente mais desenvolvidas para uma revolução na igreja?” (WEBER, 2004, p. 30). Para Weber o mais importante não era entender a conjuntura política e as especificidades de ordem material que levaram a essas mudanças, ele busca compreender quais os fatores da mentalidade protestante permitiram a criação num grupo de indivíduos religiosos de uma cultura mais apta à vida numa sociedade industrial e competitiva no período histórico no qual ele estava inserido. E quando analisou períodos anteriores ao qual era contemporâneo, conferiu à cultura protestante, segundo sua ótica sociológica, uma contribuição essencial para a formação da sociedade capitalista. Salienta a seguinte característica da Reforma Protestante:

A reforma significou não tanto a eliminação da dominação eclesiástica sobre a vida de modo geral, quanto a substituição de sua forma vigente por uma outra. E substituição extremamente cômoda, que na época mas se fazia sentir na prática, quase só formal muitas vezes, por uma regulamentação levada a sério e infinitamente incômoda da conduta de vida como um todo, que penetrava todas as esferas da vida doméstica e pública até os limites do concebível.(WEBER, 2004, p. 31).

O controle das Igrejas reformadas sobre seus fiéis é descrito na obra como ‘tirania inédita do puritanismo’. Se os católicos foram rígidos com os hereges e misericordiosos com os cristãos pecadores, o mesmo não se daria com os chamados reformadores que, segundo o sociólogo, passariam a tentar implantar um controle cada vez mais rígido sobre os religiosos que conduziam. É apontado o desenvolvimento de um severo processo disciplinatório dos protestantes puritanos que passariam a levar essa característica para os outros campos de sua vida além do religioso. No capítulo em questão o autor também busca relatar que os protestantes tendiam a procurar proporcionalmente as vagas nas instituições de ensino superior que preparassem para funções comerciais ou industriais enquanto os católicos tendiam a escolher áreas humanísticas. Empenhando-se em explicar essas diferenciações a partir da mentalidade religiosa do grupo, Weber (2004, p. 33) afirma o seguinte:

Nesses casos, a relação de causalidade repousa sem dúvida no fato de que a peculiaridade espiritual inculcada pela educação, e aqui vale dizer, a direção conferida à educação pela atmosfera religiosa da região de origem e da casa paterna, determinou a escolha da profissão e o subsequente destino profissional.

A conduta e a disciplina as quais os indivíduos eram submetidos em sua vida privada e familiar, segundo a argumentação weberiana, determinaram suas escolhas e adaptações no mercado de trabalho, ficando subentendido que os protestantes seriam mais aptos para contribuir no aprimoramento do setor do mercado ao qual se dedicavam como o comércio e a indústria. Dentre os protestantes é demonstrado pelo autor que não há um agrupamento homogêneo, existindo variações e especificidades dentro deste grupo religioso. Mas o chamado espírito do capitalismo estava presente com maior ou menor intensidade dentro das diferentes seitas e ramificações, o que levou o sociólogo a diferenciá-los em subgrupos na tentativa de estabelecer como essas diferenciações influenciaram em relação à aptidão para as práticas capitalistas. Essas distinções entre os protestantes são realizadas neste trecho da obra:

Nem todas as denominações protestantes, porém, parecem operar com a mesma força nessa direção. O calvinismo, ao que parece, fez o mesmo também na Alemanha; no Wuppertal como noutras partes, a confissão reformada, em comparação com outras confissões, parece que favoreceu francamente o desenvolvimento do espírito do capitalista. Mais do que o luteranismo, por exemplo, é o que parece ensinar a comparação feita no conjunto e no pormenor, especialmente para o Wuppertal. Para a Escócia, Buckle e, entre os poetas ingleses, notadamente Keats, enfatizaram essas relações. Ainda mais estrondosa é a conjunção, que basta apenas evocar, da regulamentação religiosa da vida com o mais intenso desenvolvimento do senso de negócios justamente naquelas inumeráveis seitas cujo “estranhamento da vida” se tornou tão proverbial quanto sua riqueza: especialmente os quakers e os menonitas. O mesmo papel que os primeiros desempenharam na Inglaterra e na América do Norte coube aos últimos nos Países Baixos e na Alemanha. (WEBER, 2004, p. 37-38).

A diferenciação das seitas ou ramificações é realizada com base num maior desenvolvimento do espírito capitalista entre os fieis de tais segmentações protestantes, e ademais aponta para uma maior capacidade de se acumular riquezas entre aqueles que mais se afastam daquilo que é comum para os indivíduos de uma sociedade. Estes religiosos se isolam em suas práticas cotidianas ainda que não se isolem do mundo em monastérios. Essas práticas estão carregadas pelo simbolismo religioso e, segundo Weber, este seria um dos motivos para enriquecerem. Mas de que forma esses religiosos encontram ou criam o ‘espírito do capitalismo’? A argumentação do autor vai em direção a uma racionalização do período em que essas pessoas se dedicam as atividades produtivas, posto que o lazer mundano é estigmatizado como o gerador de condutas que pervertem os indivíduos, logo o trabalho passa a fazer parte da vida do fiel protestante como forma de afastá-lo do pecado. O chamado

‘espírito do capitalismo’ é exemplificado na obra através de um texto não religioso, segue a descrição de uma linha de pensamento que está imerso nesse espírito:

Lembra-te que tempo é dinheiro; aquele que com seu trabalho pode ganhar dez xelins ao dia e vagabundeia metade do dia, ou fica deitado em seu quarto, não deve, mesmo que gaste apenas seis pence para se divertir, contabilizar só essa despesa; na verdade gastou, ou melhor, jogou fora, cinco xelins a mais. (WEBER, 2004, p. 42).

A racionalização do uso do tempo e a diminuição do período de ociosidade e lazer, segundo a obra, apontam para a formação do espírito do capitalismo, e estas características de conduta vão ao encontro da cultura religiosa protestante. Para Weber o capitalismo sempre existiu em diferentes períodos históricos e localidades, porém aquilo que era necessário para desenvolvê-lo ou potencializá-lo ainda não havia surgido e de acordo com este pensador somente na Europa Ocidental e América do Norte foi possível o surgimento do capitalismo. O uso racional do tempo atrelado à demonstração de virtudes para os seus próximos a fim de convencê-los a conceder crédito, cria no indivíduo um comprometimento com o trabalho e uma relação mais intensa e contínua do que ocorreu em qualquer época ou localidade. As criações dessa simbologia e dos valores do indivíduo protestante mais apto ao capitalismo são descritos dessa forma:

O ser humano em função do ganho como finalidade da vida, não mais o ganho em função do ser humano como meio destinado a satisfazer suas necessidades materiais. Essa inversão da ordem, por assim dizer, natural das coisas, totalmente sem sentido para a sensibilidade ingênua, é tão manifestamente e sem reservas um Leitmotiv do capitalismo, quanto é estranha a quem não foi tocado por seu bafo. Mas implica ao mesmo tempo uma gama de sensações que tocam de perto certas representações religiosas. [...]“Vês um homem exímio em sua profissão? Digno ele é de apresentar-se perante os reis”. Na ordem econômica moderna, o ganho de dinheiro- contanto que se dê de forma legal- é o resultado e a expressão da habilidade na profissão, e essa habilidade, é fácil reconhecer na passagem citada em todos os seus escritos sem exceção, constitui o verdadeiro alfa e ômega da moral de Franklin. (WEBER, 2004, p. 46-47).

A moral de Franklin está ligada às ideias religiosas calvinistas. O indivíduo apto para o capitalismo carrega essa ética ávida pelo lucro que, de acordo com Weber, foi uma construção da Reforma Protestante, eliminando do ser humano os valores simbólicos tão caros aos outros períodos históricos que valorizavam a festa e o ócio e atribuíam ao trabalho uma forma de castigo ou algo bestial como demonstrado por Aimoré Woleck (2002, p. 2):

O significado de sofrimento e de punição perpassou pela história da civilização, diretamente se relacionando ao sentido do termo que deu origem à palavra trabalho. Essa vem do latim vulgar tripalium, embora seja, às vezes, associada “atrabaculum”.

Tripalum era um instrumento feito de três paus aguçados, com ponta de ferro, no qual os antigos agricultores batiam os cereais para processá-los.

O trabalho fora descrito pela civilização romana como algo negativo e penoso, já “os gregos utilizavam duas palavras para designar trabalho: ponos, que faz referência a esforço e à penalidade, e ergon, que designa criação, obra de arte. Isso estabelece a diferença entre trabalhar no sentido de penar, ponein, e trabalhar no sentido de criar, ergazomai.” (WOLECK, 2002, p. 3). Entre ambos os povos citados o trabalho penoso era atribuição dos escravos, e a relação com o trabalho na cristandade católica herdará parte destes valores da antiguidade e o trabalho permanecerá sendo estigmatizado “como um castigo que resulta de uma maldição: Comerás o pão com o suor de teu rosto” (WOLECK, 2002, p. 2). O autor demonstra que essa mentalidade seria quebrada com a Reforma Protestante que passaria a colocar o trabalho como um instrumento da salvação, haja vista que afastava o indivíduo do caminho do pecado que está ligado ao ócio e as festas, de acordo com a mentalidade protestante. Uma vez que se constitui essa moral referente ao trabalho, de acordo com Weber surgiriam as bases para o capitalismo, devido a um acúmulo individual de riqueza e a formação de uma habilidade de alguns indivíduos em fazer das pessoas dinheiro. Esse processo ocorreria originalmente na Europa Ocidental e Treze Colônias (em especial nas colônias do norte), pois os protestantes ascéticos, diferentemente dos católicos, não se dedicam as festas e prazeres, sua aplicação está voltada ao trabalho para evitar o pecado. Posto que surgiu esta ideia de que o sentido da vida se encontra na obtenção de lucro, este modelo de existência, conforme Weber (2004, p. 48), termina por se impor aos demais:

Atualmente a ordem econômica capitalista é um imenso cosmos em que o indivíduo já nasce dentro e que para ele, ao menos enquanto indivíduo se dá como um fato, uma crosta que ele não pode alterar e dentro da qual tem que viver. Esse cosmos impõe ao indivíduo, preso nas redes do mercado, as normas de ação econômica. O fabricante que insistir em transgredir essas normas é indefectivelmente eliminado, do mesmo modo que o operário que a elas não possa ou não queira se adaptar é posto no olho da rua como desempregado.

Uma vez imposta a cultura do espírito do capitalismo como hegemônica “essa derruba todas as muralhas da china e faz capitular até os povos bárbaros mais hostis aos estrangeiros”(MARX; ENGELS, 1998, p. 12), eliminando todas as barreiras para a acumulação do indivíduo capitalista sobre os demais, e como demonstrado no texto acima exclui aqueles que não se adaptam as suas normas de conduta. Na análise sociológica weberiana as ideias religiosas protestantes criam novas possibilidades de condutas morais disciplinatórias que, por sua vez, alteraram a ação econômica do indivíduo, permitindo uma



maior obtenção de lucro pelo aumento da produtividade e exigindo uma vigília permanente em busca do ganho, e de adaptação ao mercado sob a pena da exclusão do mesmo; as relações comerciais deixam de serem pessoais para se tornarem impessoais, não é uma dada pessoa ou conjunto que toma as decisões são as regras do mercado que são impostas ao conjunto de indivíduos independente de suas vontades.

A essência do indivíduo adaptado ao capitalismo está diretamente ligada às práticas cotidianas que levaram ao aumento da produtividade e, isso para o sociólogo é algo primordial no desenvolvimento do capitalismo burguês. Ele estava convencido que o ganho de produtividade se dá de forma mais intensa entre indivíduos que tenham o trabalho como vocação, pois a ótica que possuem os religiosos protestantes está mais familiarizada com este tipo de convicção uma vez que foram submetidos, segundo Weber, há um árduo processo educativo que gerou uma formação moral que, por sua vez, proporcionou uma ação econômica na qual o lucro não é aplicado no lazer e nem colocado para render juros, mas sim, reaplicado no negócio, e tangente aos trabalhadores o mesmo vale para o tempo que possuem. Para o autor as ideias religiosas mudaram a economia da sociedade, ao passo que a ideia de dedicação ao trabalho e de vocação serão primordiais para que ocorra tal transformação. Elas se desenvolveram como ideias hegemônicas no seio das ramificações e seitas protestantes.

Procurando traçar a origem da ideia de vocação e valorização do trabalho, Weber busca analisar a produção de Lutero sobre o assunto, ou seja, tenta vincular a Reforma protestante ao processo de mudança da mentalidade com relação à vocação. Afirmando que o significado da palavra no sentido de uma tarefa de vida e de uma aptidão para exercer determinada profissão nunca existiu até a formação das comunidades protestantes. No entanto, mesmo que o autor tenha se dedicado ao estudo e análise do Luteranismo, não atribui a esse ramo protestante a originalidade da vocação e valorização do trabalho. A importância de Lutero na obra é meramente como aquele que abriu o caminho para a Reforma Religiosa, e ainda não foi segundo Weber (2004, p. 77), o responsável pela formação do espírito do capitalismo:

Em Lutero o conceito de vocação profissional permaneceu com amarras tradicionalistas. A vocação é aquilo que o ser humano tem de aceitar como desígnio divino, ao qual tem “se dobrar” – essa nuance eclipsa a outra ideia também presente de que o trabalho profissional seria uma missão, ou melhor, a missão dada por Deus.

Dando sequência ao rastreamento histórico sociológico das ideias que permitiram o desenvolvimento de uma ética que seria a base para o surgimento do capitalismo, Weber

discorre sobre diferentes ramos e seitas protestantes como o calvinismo, o pietismo, o metodismo e as seitas batistas. O importante no estudo das práticas religiosas de cada ramo ou seita protestante é a característica ascética que se desenvolve em maior ou menor grau em cada uma ou até mesmo a ausência de práticas ascéticas, e para o autor a essência do espírito capitalista estaria ligada a essa característica. Ele compara as doutrinas que balizariam o calvinismo e luteranismo, sendo um dos pontos essenciais na sua obra:

Profundas diferenças quanto às condições decisivas para a salvação, válidas em geral para a classificação de toda a religiosidade prática, encontram expressão aqui: o *virtuoses* religioso pode certificar-se do seu estado de graça quer se sentindo como receptáculo, quer como ferramenta da potência divina. No primeiro caso, sua vida religiosa tende para a cultura mística do sentimento; no segundo, para a ação ascética. Do primeiro tipo estaca mais perto Lutero; o calvinismo pertencia ao segundo.

A racionalização como consequência das práticas religiosas estava presente no cotidiano dos calvinistas conforme foi exposto por Weber, já o luteranismo guardava muito da religião católica e não possuía o chamado ascetismo religioso que era tão caro à teoria weberiana como fato essencial para o desenvolvimento do espírito capitalista. O hábito religioso de sistematizar seu comportamento de vida por parte dos calvinistas terminaria por gerar uma conduta racionalizada da vida do indivíduo, fato que não ocorreu no meio religioso luterano que ficou mais sujeitos à doutrina da graça e aos procedimentos místicos do sentimentalismo. Neste ponto o sociólogo identifica a ação acética originária no calvinismo e em seus ensinamentos religiosos.

Na sequência, o autor discorre sobre o pietismo, novamente em comparação com o calvinismo, demonstrando como nesse ramo do protestantismo, embora ascético, não fora possível desenvolver um racionalismo suficientemente desenvolvido para balizar as práticas de produção material, por limitações da própria mentalidade religiosa:

O calvinismo, em comparação, parece ter mais afinidade eletiva com o rígido senso jurídico e ativo do empresário capitalista-burguês. O puropietismo do sentimento, por fim – como já ressaltou Ritsch! -, é um passatempo religioso para leisure classes {classes sociais ociosas}. Por menos exaustiva que seja essa caracterização, ela corresponde a certas diferenças ainda hoje presentes na peculiaridade econômica dos povos que estiveram sob a influência de uma ou outra dessas duas correntes ascéticas. (WEBER, 2004, p. 126).

São expostos os pontos de convergência e divergência do pietismo com o espírito do capitalismo. Embora possuíssem em sua doutrina e práticas religiosas a predestinação e o ascetismo que convergiam para a ética capitalista, tinham em suas condutas sentimentalist

os elementos que os afastariam da racionalização de seus comportamentos cotidianos. Novamente, para Weber, o calvinismo detinha os elementos preponderantes para construção de um novo sistema de produção material.

O mesmo se sucede na análise comparativa realizada com os metodistas e as seitas anabatistas e batista para com o calvinismo, conquanto Weber demonstre elementos ascéticos em ambos os segmentos religiosos, sempre há pontos que os desfavorecem frente ao calvinismo, isso fica nítido neste trecho no qual discorre sobre o metodismo:

Ora, essa religiosidade emocional, não sem poucas dificuldades internas, acabou por estabelecer um vínculo [peculiar] com a ética [ascética] de uma vez por todas marcada com o selo racional do puritanismo. Primeiro, em contraste com o calvinismo, que reputava como suspeito de ilusão tudo quanto pertencesse ao sentimento, afirmava-se em termos de princípio, com único fundamento incontestável da “certitudosalutis”, uma certeza absoluta puramente sentida pelo agraciado como se emanasse diretamente de um testemunho do Espírito- e cuja irrupção, normalmente ao menos, devia ocorrer num dia determinado e com hora marcada. (WEBER, 2004, p. 127).

Mais uma vez o ramo protestante que é comparado com os calvinistas tende a carregar elementos que os desqualificam a serem os possuidores integrais da mentalidade que permitiu o surgimento do capitalismo. Ainda sobre os metodistas é afirmado que mesmo a ideia de vocação que era compartilhada pelos fieis deste núcleo protestante nada tinha de inovador posto que já fora desenvolvida anteriormente em outros eixos do protestantismo conforme descreve o autor. Na última análise comparativa quando a obra discorre sobre as seitas batistas e anabatistas, demonstra que pelo de fato desse movimento religioso ter se organizado em seitas favoreceu ou intensificou o ascetismo no grupo religioso.

O que é destacado como ponto comum aos ramos e as seitas protestantes é a racionalização das práticas cotidianas sob a influência de um conjunto de ideias religiosas que resultam dessa nova ascese da Reforma Protestante:

Essa racionalização da conduta de vida no mundo mais de olho no Outro Mundo é [o efeito d]a concepção de profissão do protestantismo ascético. A ascese cristã, que de início fugira do mundo para retirar na solidão, a partir do claustro havia dominado eclesiasticamente o mundo, enquanto a ele renunciava. Ao fazer isso, no entanto, deixou de modo geral intacta a vida cotidiana no mundo com seu caráter naturalmente espontâneo. Agora ela ingressa no mercado da vida, fecha atrás de si as portas do mosteiro e se opõe a impregnar com sua metódica justamente a vida mundana de todo dia, a transformá-la numa vida racional no mundo, não deste mundo, não para este mundo. (WEBER, 2004, p. 139).

A ideia de controlar o tempo como aquilo que afaste o homem do pecado faz parte da moral dos protestantes, pois para esses agrupamentos religiosos a obtenção de riqueza gerava

tentações e afastamento da divindade. Sendo necessário ainda que o indivíduo prosperasse e mantivesse um permanente contato com o trabalho, o que gerou a consequente racionalização do seu cotidiano por influência da ascese e da ideia de vocação que tenderam a modificar as ações destes indivíduos no campo da produção econômica. É notável que na análise sociológica weberiana as ideias tendam a transformar a relação das pessoas com sua produção material. A síntese desta moral dos protestantes é evidenciada neste trecho:

A perda de tempo é, assim, o primeiro e em princípio o mais grave de todos os pecados. Nosso tempo de vida é infinitamente curto e precioso para “consolidar” a própria vocação. Perder tempo com sociabilidade, com “conversa mole”, com luxo, mesmo com sono além do necessário à saúde -seis, no máximo, oito horas- é absolutamente condenável em termos morais. Ainda não se diz aí, como em Franklin, que “tempo é dinheiro”, mas a máxima vale em certa medida em sentido espiritual: o tempo é infinitamente valioso porque cada hora perdida é trabalho subtraído ao serviço da glória de Deus. (WEBER, 2004, p. 144).

O trabalho se torna o instrumento da salvação e também uma espécie de ‘termômetro’ da graça, pois aqueles que demonstrassem aversão ao mesmo estariam esvaziados da graça divina. Os protestantes passaram a legitimar sua relação com o trabalho bíblicamente, ao mesmo tempo em que intensificaram suas atividades laborais como forma de desenvolver a vocação dada pelo próprio Deus. Por consequência alguns teóricos da Reforma, como Calvino e outros, passariam a afirmar que a prosperidade material recairia sobre os abençoados por Deus. Essa ideia de difusão das bênçãos materiais complementaria e, de certo modo, legitimaria a ideia de vocação no meio protestante. Weber termina por demonstrar como esse conjunto de ideias religiosas remodelou a produção material e criou um conjunto de práticas que se ressignificaram no campo econômico ganhando autonomia da religião como o passar do tempo:

Aqueles vigorosos movimentos religiosos cuja significação para o desenvolvimento econômico repousa em primeiro lugar em seus efeitos de educação para a ascese, só desenvolveram com regularidade toda a sua eficácia econômica quando o ápice do entusiasmo puramente religioso já havia sido ultrapassado, quando a tensão da busca pelo reino de Deus começou pouco a pouco a se resolver em sóbria virtude profissional, quando raiz religiosa definhou lentamente e deu lugar à intramundandade utilitária. (WEBER, 2004, p. 160).

Assim a análise histórica e sociológica de Weber demonstrou a mudança da mentalidade econômica da sociedade ocidental tendo por base as alterações oriundas do campo religioso através da Reforma Protestante, evidenciando como um conjunto de ideias e práticas que influenciou em outra área da sociedade. Esse pensador deu destaque a

modificações que ocorreram na ascese religiosa que no período do catolicismo estava ligada a vida no monastério, já nos diferentes ramos e seitas protestantes a fuga do pecado se dá nas atividades produtivas cotidianas, e mesmo que ocorra o enriquecimento isso não incidiria numa diminuição da intensidade da relação do fiel com o trabalho, haja vista que esta foi a maneira encontrada como instrumento de salvação através da chamada vocação. Esta ideia se tornou essencial para indivíduos de mentalidade protestante em sua ligação com o campo de produção material. Ao longo prazo, os resultados destas práticas se estabeleceriam como hegemônicos e não seriam mais restritos às vidas dos protestantes transformando-se em regras de conduta social de todos os envolvidos no mercado, como trabalhadores ou empreendedores, todos agora estariam imersos do espírito do capitalismo, independente de suas vontades.

A importância do estudo weberiano para o trabalho aqui realizado se encontra no poder modificador das ideias e simbologias hegemônicas de um determinado grupo religioso que podem ao longo prazo exercer influência em outro campo, modificando-o, e por fim, tornando-se as regras vigentes de conduta de outra área da sociedade. E também se desenvolvendo independentemente e em paralelo à esfera de origem. Pensar a conexão entre religião e política no que diz respeito ao trabalho que aqui será desenvolvido passa por discorrer sobre as práticas presentes nos agrupamentos religiosos estudados (assembleianos e batistas). Cabe analisar os atos que são desenvolvidos dentro das igrejas de missão e pentecostais, buscando também assinalar as regulamentações e regras dos órgãos superiores (às chamadas convenções) para enumerar as ideias e costumes dominantes nestes grupos, questionando, ainda, se vão de encontro às práticas democráticas ou se ocorre internamente a valorização de uma cultura autoritária. E ainda, caso exista a valorização da democracia, de que forma se dá no 'governo' interno destas igrejas e de que maneira concernente ao cenário político nacional estimulam seus fiéis a participarem dos pleitos eleitorais. Verificando se acontece no seio destas organizações religiosas o uso do poder simbólicos dos ministros na direção de um 'coronelismo de cajado' (LEAL, 2012), com o direcionamento do voto dos fiéis, ou se existe apenas uma orientação para participação na vida política nacional com autonomia das escolhas eleitorais por parte dos adeptos da igreja. Examinar a mentalidade e práticas religiosas destes grupos que intensificaram sua participação na política nacional é vital para compreensão da democracia brasileira e, ao mesmo tempo, para vislumbrar até que ponto esses agrupamentos podem contribuir para o fortalecimento de uma cultura democrática. Ou colaborar para aprofundar certas práticas já existentes no regime republicano

brasileiro como o coronelismo<sup>4</sup>, personalismo<sup>5</sup> e fortalecimento de lideranças midiáticas (MIGUEL, 2006) que restringem a liberdade de escolha dos eleitores brasileiros. Os dois eixos evangélicos estudados tendem a contribuir para uma tutela dos eleitores religiosos? Dos dependentes pelos líderes simbólicos? Ou estão na contramão dos comportamentos políticos nacionais? Logo à frente, os próximos capítulos tentarão elucidar alguns destes questionamentos.

## 1.2 O campo religioso evangélico brasileiro

“Na quase infinidade de grupos protestantes, vemos o modelo pluralista se firmando num contexto favorável, tanto social (urbanização rápida, carências socioeconômicas) como jurídico (facilidade legal para registrar uma igreja) e cultural (enfraquecimento institucional católico e mais ausência de secularização; aceitação da conversão religiosa).” (FREESTON, 1993, p. 40).

A década de 80 é marcada como o momento onde boa parte do grupo evangélico abandonou suas posições de não envolvimento com a política e passou a influenciar no pleito eleitoral. Essa expressão “grupo religioso dos evangélicos” pode levar a ideia de um bloco coeso e sem diferenças internas, mas não é assim que este agrupamento religioso tem se organizado. A priori, do ponto de vista da fé ou teológico, os evangélicos se subdividem em três ramos (já descritos antes): missão ou tradicionais, pentecostais e neopentecostais. O estabelecimento da liberdade religiosa e o afastamento da Igreja Católica do Estado, que ocorreu ao longo do século XX gerou uma intensificação da competição religiosa, e uma diminuição da coerção no que diz respeito à escolha da fé, uma vez que já não existia uma

---

<sup>4</sup> “Desse compromisso fundamental resultam as características secundárias do sistema “coronelista”, como sejam, entre outras, o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais.” (LEAL, 2012, p. 44).

<sup>5</sup> “O fator preponderante desta linha de análise é a influência do clientelismo, o personalismo e a incapacidade do povo na suposta incapacidade da sociedade em se mobilizar autonomamente para fiscalizar e modificar o processo político.” (BAQUERO, 2001, p. 99).

religião oficial. O IBGE classifica os evangélicos como pentecostais e não pentecostais (missão ou tradicionais) e no ano de 1980 essa era a divisão demográfica destes ramos na sociedade brasileira:

Tabela 5 – Pentecostais e não pentecostais

Evangélicos	Porcentagem da população brasileira (1980)
Não pentecostais	3,4%
Pentecostais	3,2%

Fonte: IBGE, 1982.

Ao longo do decênio de 80 os pentecostais se mostraram mais aptos na competição religiosa e conseguiriam aumentar suas fileiras superando a taxa dos não pentecostais, e assumiriam não só a predominância de número de religiosos evangélicos como passariam a pleitear uma maior participação no cenário da política. A presença de evangélicos na política não é um fenômeno que só ocorreu a partir das eleições para a constituinte em 1986, pois antes destas eleições já havia a presença deles na câmara federal, porém eram majoritariamente evangélicos não pentecostais. Através do trabalho de Freston (1993) podemos visualizar abaixo a demonstração do quantitativo de evangélicos eleitos e suas respectivas denominações:

Tabela 6 – Representação protestante no Congresso, por Igrejas, 1946-1987

Legislatura	Igreja (nº de parlamentares)	Nº de igrejas representadas
1946-1951	Metodista (1)	1
1951-1955	IPB (3);Batista (1); IECLB (1);IPI (1); Metodista (1)	5
1955-1959	IPB (5); Batista (2); IPI (1)	3
1959-1963	PB(5); IECLB (2);Batista (1);Congregacional(1);IPI (1);Metodista (1)	6
1963-1967	IPB (4); Batista (3);Congregacional (2);IECLB(2), BPC (1); IPI (1)	6
1967-1971	IPB(4);Batista (2); Congregacional(2);IECLB(2);BPC (1); IPI (1);Metodista(1)	7
1971-1975	IECLB(3);IPB(3); Adventista(1);Batista(1); Congregacional(1);CristãEvangélica (1);Metodista(1)	7
1975-1979	Batista(5);IPB(3);IECLB(2);Adventista(1);Congregacional(1); CristãEvangélica (1); Metodista (1)	7
1979-1983	Batista (4);Adventista(2);IECLB (2);AD (1);Congregacional (1);IPB (1); IPI (1); Metodista (1)	8
1983-1987	Batista (7); Metodista (2); AD (1);Adventista(1);Congregacional(1);IECLB (1); IEQ(1); IPB (1); IPC(1); IPI (1)	10

AD = Assembleia de Deus, BPC = Brasil para Cristo, IECLB = Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, IEQ = Evangelho Quadrangular, IPB = Presbiteriana do Brasil, IPC = Presbiteriana Conservadora, IPI = Presbiteriana Independente.  
Fonte: FRESTON, 1993.

Através da análise da tabela acima podemos notar que somente três igrejas pentecostais conseguiram eleger representantes neste período, as denominações o Brasil para Cristo (BPC), na década de 1960, a Assembleia de Deus (AD), anos de 1979 e 1983, e a Igreja do Evangelho Quadrangular 1983. Segundo Paegle (2012) a eleição de um deputado federal pentecostal estava ligada ao trabalho precursor realizado por esta Igreja com um meio de comunicação de massa através de seus programas de rádio:

A Igreja O Brasil para Cristo (BPC) foi à primeira denominação pentecostal que obteve sucesso eleitoral, foi somente no final da década de 1960, quando elegeu Geraldino dos Santos como deputado estadual e Levy Tavares como deputado federal. Sintomático também que a BPC foi também uma das pioneiras com a programação de rádio com o lema “A voz do Brasil para Cristo”. Era o primeiro sinal claro das relações de uma mídia de massa com o poder político começariam a andar juntos entre os pentecostais brasileiros. (p. 6).

Um dos indicativos da literatura sobre a força no campo religioso e político dos evangélicos está relacionado ao uso da mídia. Inicialmente através do rádio e, posteriormente, pela TV, os líderes religiosos passaram a estar presentes no cotidiano dos seus fiéis. Os pentecostais foram os que mais rapidamente souberam se adaptar a era dos líderes midiáticos e, aos poucos, se afirmariam como a maioria no âmbito religioso evangélico, predominando na competição por fiéis com o grupo de não pentecostais. Porém, é necessário entendermos algo, se os pentecostais no ano de 1980 já eram 3,2% da população brasileira e os indivíduos não pentecostais eram 3,4%, por que a discrepância com relação à representação política destes grupos? Para entendermos o universo simbólico hegemônico dentro do agrupamento pentecostal que provocava essa participação política tímida, será necessário o estudo da lógica interna e simbólica destes núcleos baseada nas visões de mundo que cada ramo possui através da predominância e diferenciações teológicas dos grupos.

Os evangélicos compartilham de alguns valores morais comuns, mas não formam um agrupamento coeso. O posicionamento teológico das diferentes denominações que se aglutinam nos dois ramos, segundo o estudo do IBGE, salienta isto. Seguiremos agora um breve histórico destas denominações e sua organização, e tentaremos demonstrar possíveis influências sobre o posicionamento político dos indivíduos imersos por estes símbolos presentes nos cultos protestantes. Segue abaixo os números que evidenciam a predominância da participação política dos evangélicos não pentecostais:



Tabela 7 – Deputados evangélicos (1933-87)

Período	Número de deputados	Não pentecostais	Pentecostais
1933-1987	50	47 (94%)	3 (6%)

Fonte: FRESTON, 1993.

Entraremos num ligeiro histórico destas denominações evangélicas. O agrupamento dos não pentecostais é dividido em igrejas históricas e de missão, e, segundo Paul Freston, a primeira igreja protestante do Brasil seria a Igreja Luterana e estava diretamente ligada a imigração alemã (1823), sendo acentuadamente mais presente no Sul do Brasil, onde essa imigração foi mais intensa. O germanismo e o Luteranismo andariam juntos, e tal ligação faria com que os líderes da Igreja mantivessem um afastamento do campo político. Posteriormente, com as Guerras Mundiais, esse grupo religioso sofreu sanções como a proibição da utilização da língua alemã. A Igreja Luterana se afastava do eixo político, pois, como Freston (1993, p. 43) bem sinaliza, o discurso interno das lideranças da igreja era: “somos estrangeiros aqui”. Mesmo assim, no pós-guerra a Igreja Luterana iria passar por um processo de maior integração com as questões referentes à nova pátria destes imigrantes, a Igreja Luterana seria a única igreja evangélica não pentecostal a contestar a repressão no regime militar. Freston ainda destaca a capacidade da mesma Instituição em se associar a Igreja católica buscando lutar contra o regime militar, demonstrando uma capacidade de se posicionar de forma crítica na esfera política e, ao mesmo tempo, tolerante em sua associação à religião majoritária devido a uma causa política, social e humanitária comum.

As chamadas igrejas de missão iniciam suas atividades no Brasil no final do século XIX, com a vinda de missionários norte-americanos e europeus. Tal qual é descrito por Tiago Padovezi (2007, p. 70):

[...] entre as igrejas de ‘missão’, destacam-se a Metodista, a Presbiteriana e a Batista, denominações criadas por missionários, principalmente norte americanos, que visavam conquistar fiéis. É importante salientar que enquanto as igrejas de “imigração” se concentravam no Sul do país, as de ‘missão’ passaram a atuar principalmente nos grandes centros urbanos do Sudeste entre as classes mais ricas da população.

Padovezi e Freston apontam uma maior adesão a esse núcleo protestante por parte das classes médias urbanas. O proselitismo e sua busca por afirmação frente à Igreja Católica são a marca destas igrejas. Outra característica destas igrejas, destacada por Freston (1993, p. 47), é que “distingue-se dos pentecostais pela antiguidade e pela não aceitação da doutrina e prática pentecostal de glossolalia (falar em línguas estranhas), profecias, curas e exorcismos.” A ação “mágica” ou “mística” no meio dos protestantes de missão não é legitimada como no

meio pentecostal. Outra ênfase de Freston com relação a esse ramo protestante no Brasil foi o destaque que foi dado à alfabetização e aos estudos, esse fator foi abraçado pela classe média ascendente urbana nas primeiras décadas do século XX.

Os pentecostais possuem uma diferenciação com relação aos citados anteriormente. Em primeiro lugar as igrejas desse eixo são as que conseguem chegar aos espaços nas áreas urbanas onde até o Estado está ausente, e como já dito aqui anteriormente essas igrejas são ambientes não só de socialização como também lugares de busca por segurança de seus membros. A literatura sobre a implantação deste ramo evangélico no Brasil é quase unânime a definir chegada do pentecostalismo em três períodos distintos (FRESTON, 1993; MARIANO, 1999; PADOVEZI, 2007): primeira, segunda e terceira ondas pentecostais.

A primeira onda chega ao Brasil no começo do século XX com a formação da Assembleia de Deus (AD) e da Congregação Cristã. Ambos os autores destacam uma divisão dual de visão de mundo por parte do grupo, presente num forte sectarismo frente ao restante da sociedade. A rigidez moral quanto ao uso de determinadas roupas e às práticas de esportes populares como o futebol também destacam a separação do eixo dos demais, além de uma aceitação das práticas religiosas mais emotivas descritas anteriormente como ligadas às ações do sagrado no meio dos fiéis, que não eram aceitas no meio dos não pentecostais. Outro ponto que é destacado por ambos os autores (FRESTON, 1993; MARIANO, 1999; PADOVEZI, 2007) é um forte domínio de decisões presente na política interna da igreja que é descrita desta forma: “o sistema de governo da AD é oligárquico e caudilhesco. Surgiu para facilitar o controle pelos missionários e foi reforçado pelo coronelismo nordestino” (PADOVEZI, 2007, p. 70). Contrariando essa vertente, Vital e Lopes (2013) sinalizam que já na década de 1930 os pastores brasileiros passaram a ter autonomia com relação aos missionários estrangeiros fundadores da Igreja AD. O modelo de organização que foi adotado é o congregacional, no qual não existe hierarquia acima da liderança da Igreja local, ou seja, a importância dos pastores é acentuada. E estas Igrejas da AD se organizaram em uma Convenção Nacional que seria ao longo do século XX um espaço de tomada de decisões conjuntas dos associados em relação à organização interna e à orientação teológica, assim como, nos anos de 1980, um espaço de debates sobre um abandono da passividade política. Uma ressalva deve ser feita à descrição realizada por Vital e Lopes. Embora os pastores locais assembleianos tenham autonomia na organização da instituição, o personalismo tem marcado a CGADB uma vez que a mesma pessoa ocupa o cargo de presidente desde fins dos anos 80. Pois o pastor José Wellington Bezerra da Costa tem sido reeleito desde 1988. E como veremos no capítulo específico, mais a frente, sobre a Assembleia de Deus, o ministro religioso local está sujeito a

punições da Convenção em caso de auxiliar o candidato oficial no período eleitoral, sendo este proibido de auxiliar qualquer candidatura paralela, mesmo que de membro da própria instituição, logo essa autonomia local sofre com restrições.

A chamada segunda onda, de acordo com Freston, acontece por volta de 1950 e as Igrejas que se destacam neste período são a Igreja Evangélica Quadrangular (IEQ-1955), a Brasil para Cristo (BPC-1955), e a Igreja Pentecostal Deus é Amor (IPDA-1962). Todas elas convergem no que tange ao apelo de práticas como a cura divina, e possuíram uma maior aceitação entre os brasileiros mais humildes, mas no caso da IEQ e da BPC inovaram na forma como se apresentavam usando meios de comunicação, realizando cultos em grandes espaços públicos como estádios de futebol ou grandes tendas. A inovação consiste em utilizar espaços seculares para realização de cultos, porque para os evangélicos pentecostais da primeira onda isso era algo inaceitável. A descrição de Freston(1993, p. 82) sobre esse período de mudanças no campo religioso evangélico é a seguinte:

Nos anos 50 o pentecostalismo cresce aceleradamente e se fragmenta. Entre dezenas de grupos novos, nascem três grandes igrejas [...] os ramos pentecostais mais antigos se aburguesavam e os grupos novos iam em direção às camadas mais baixas [...] mas não é só isso; é questão de estilo cultural. Os grupos novos tinham a liberdade de adaptar-se à sociedade urbana porque não carregavam 40 anos de tradição. Puderam inovar com técnicas modernas e uma nova relação com a sociedade.

A Igreja Evangélica Quadrangular (IEQ-1955) tem origem norte-americana e Freston sinalizou que em sua origem detinha o controle direto das lideranças estrangeiras, tanto que o presidente da denominação no Brasil era escolhido diretamente pelos líderes da IEQ nos Estados Unidos. Para Freston a característica marcante e inovações teológicas desta denominação foram:

Em que o pecado e o inferno perdem a centralidade, em favor do apelo às necessidades sentidas de cura física e psicológica (sinal de adaptação às sensibilidades da sociedade de consumo e às exigências do mercado religioso); e em que os tabus comportamentais são abrandados, pois já deixaram de serem funcionais para amplos os setores urbanos.

Freston chama a atenção para o fato de a IEQ ter sido fundada por uma mulher e que manteve esta característica, e dentro do campo religioso brasileiro ao longo do século XX sempre apresentou elevadas porcentagens de mulheres entre as lideranças religiosas, destacando-se com 35% do seu quadro de pastores no segmento feminino. A IEQ, no que diz respeito à teologia em fins da década de 70, converge com as Igrejas Históricas, passando a condenar e atacar o movimento de ‘cura divina’ nos moldes das demais denominações da

segunda onda pentecostal, segundo o autor. Com relação à política, manteve-se isolada, havendo inclusive um caso de desligamento da instituição de um político na década de 60. Mas a partir dos anos 80 o cenário se modificou, e o autor relata em sua obra que os líderes nacionais da denominação passaram a ter relação direta com a política, ocupando cargos no legislativo nacional.

A BPC foi a primeira Igreja pentecostal a ser fundada por um brasileiro, e também foi pioneira no envolvimento com a política. Sua estrutura era centralizada e praticamente as decisões eram tomadas por Manoel de Melo. Essa centralização e verticalização do poder nas mãos de um líder acima dos pastores locais facilitaram esse pioneirismo na política. A origem da BPC é descrita neste trecho da obra de Paul Freston (1993, p. 86): “Foi a sensação religiosa dos anos 50 e 60. Enquanto o país vivia 50 anos em cinco, um operário nordestino em São Paulo sintetizava o espírito nacionalista e populista, construindo um império religioso autônomo jamais visto até então no Brasil. Mas não durou.”

A experiência de envolvimento com a política da Igreja de Manoel Melo, segundo Freston, é explicada pelo fato de esta instituição se concentrar no estado de São Paulo e pela centralização do poder numa liderança brasileira, se diferenciando de outras instituições que eram estrangeiras ou possuíam uma fragmentação do poder como era o caso da AD nos decênios de 50 e 60. A liderança personalista foi a marca inicial da instituição, contudo ao longo da década de 80 os pastores das igrejas locais conseguiram afastar Melo do poder e instalaram uma administração descentralizada semelhante às das igrejas pentecostais de primeira onda bem como a AD.

A IPDA foi fundada por David Miranda em 1962, que reforçou a atuação através do rádio se firmando como um líder religioso midiático, inclusive adaptando a prática de cura divina para o rádio. Outra característica desta denominação descrita por Freston são as rígidas regras de conduta as quais os membros da instituição são submetidos, e a origem social dos participantes que são das franjas sociais com as menores faixas de renda. Um fato difere Miranda das demais lideranças pentecostais, pois manteve a igreja numa posição apolítica mesmo após a intensificação do contato com os pleitos eleitorais nos anos 80. Freston(1993, p. 93) faz a seguinte descrição do controle sobre a membresia:

A IPDA hoje oferece uma receita minuciosa e casuística de vida, com punições estipuladas para as menores faltas. Entre as proibições: jogos de qualquer espécie; o uso de anticoncepcionais; saltos de sapatos de mais de três centímetros, sendo salto fino, ou de quatro centímetros quando o salto for grosso... Algumas proibições são funcionais para manter a lealdade exclusiva e frequência assídua. Todo membro tem um cartão, o qual deve estar carimbado com a assistência a determinados cultos para

poder participar da Santa Ceia[...] O aumento do legalismo nos últimos anos parece ligado a um aumento da “taxa de exploração” financeira; mas há sinais de que os limites já foram alcançados, levando a uma perda de membros.

A IPDA apresenta uma postura ultraconservadora e seu líder manteve o controle rígido sobre a membresia até os últimos dias de seu ministério com a continuidade de proibição de uso da televisão e posteriormente redes sociais. O líder da IPDA protagonizou uma pregação polêmica recentemente em janeiro de 2014 ao afirmar que:

Para aqueles irmãos e irmãs que eram da Igreja Deus é Amor, e aceitaram Jesus, o divino Espírito Santo está me revelando: vocês que foram para outra igreja, estão doentes, enfermos [...] vocês vão morrer. Prepara para encontrar com a morte. Quem está dizendo é o Espírito Santo, porque você prometeu que nunca deixaria a Igreja Deus é Amor. A Bíblia diz que é melhor não prometer do que prometermos e não cumprirmos.<sup>6</sup>

O líder pentecostal fez uso da violência simbólica tentando combater a saída de membros de sua Igreja para outras denominações evangélicas e o fato protagonizado por David Miranda demonstra o controle que tais lideranças anseiam obter sobre sua membresia. Essa instituição, de acordo com o referido autor, foi a precursora de certas práticas religiosas que foram adotadas posteriormente por Igrejas da chamada Terceira onda neopentecostais como a IURD. Entre essas práticas estão ‘as conversas com demônios’, ‘o grito de queima’ e as obreiras uniformizadas.

A Terceira Onda Pentecostal que é descrita por Paul Freston é o fenômeno religioso que sucede na década de 80, e são as seguintes instituições que fariam parte deste movimento: Igreja Universal do Reino de Deus (IURD-1977) sob a liderança de Edir Macedo, a Igreja Internacional da Graça de Deus (IIGD-1980) fundada por Romildo Ribeiro Soares e a Cristo Vive (1985) liderada por Miguel Ângelo. As três lideranças foram de outra igreja evangélica - a Nova Vida – que, consoante Freston, continha características que lançaram as bases para essa fase do pentecostalismo brasileiro. A primeira era o investimento na mídia; a segunda era a organização bastante centralizadora; a terceira foi a adoção, pela primeira vez por uma igreja pentecostal, do episcopado no Brasil, também se constituiu por meio de uma liderança personalista, e, por fim, era um modelo pentecostal culturalmente mais solto. A Igreja que mais se destacou neste segmento chamado pelo autor de Terceira Onda foi a IURD, que possuía uma estratégia diferenciada para lidar com a membresia e visitantes através de camadas:

---

<sup>6</sup> Canal no Youtube do Instituto Teológico Gamaliel, disponível em:  
<<https://www.youtube.com/watch?v=Zti6UpSTzN8>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

No nível mais baixo, oferecem-se serviços para uma. Depois, vem o nível dos obreiros voluntários, clientela flutuante. No próximo nível, há os membros, mas destes ainda não se fazem muitas exigências comportamentais, para quem as exigências são maiores. Finalmente, vem o nível dos pastores pagos. (FRESTON, 1993, p. 102)

Diferente de movimentos das primeira e segunda onda pentecostais, os membros não são submetidos à doutrina ou controle rígido e dentro da igreja são oferecidos serviços para aqueles que apenas a frequentam de forma esporádica. Esse aspecto de liberdade de entrada e saída, segundo Freston, facilita o sucesso da Instituição. Outro fato destacado na obra é que, diferente das lideranças pentecostais da segunda onda, como Melo e Miranda, o líder da IURD se mostrou um melhor administrador e ainda se diferenciava por ter uma formação educacional mais ampla do que o grau de instrução dos operários que montaram as instituições pentecostais nas décadas anteriores. Outro fator que reforçou o poder de Macedo é seu “monopólio teológico e ideológico”(FRESTON, 1993, p. 104), pois uma das inovações que talvez mais diferencie a IURD de suas antecessoras é a mudança teológica que esta gera no campo religioso evangélico brasileiro através da teologia da prosperidade, e esse acontecimento é descrito por Freston (1993, p. 105):

A mola propulsora da TP é a “confissão positiva”: “se você quer ser uma pessoa de sucesso... seja que possui a confissão correta... Nunca confessa dúvidas, temores, doenças”[...] A afirmação da cura é a necessária antecipação do estado desejado. Cria-se um círculo fechado que garante a afirmação pública do milagre. Admitir um problema de saúde é abrir-se aos poderes malignos e colocar em risco a cura que se almeja. A TP ensina que a pobreza é resultado de falta de fé ou de ignorância. O princípio da prosperidade é a doação financeira, entendida não como gratidão ou devolução a Deus (como na teologia tradicional), mas como um investimento.

Uma das inovações que a teologia da prosperidade traz para o âmbito evangélico brasileiro é que a mudança na relação das doações alterou o significado simbólico da ação de ‘ofertar a Deus’, como exposto pelo autor. Esse ato passa a ser visto como um investimento. Também centralizou ainda mais as doações à instituição religiosa, e cada vez mais o nível de exploração dos fieis aumenta para sustentar um ministério religioso extremamente caro. A chamada caridade, de acordo com o autor, tem sua importância enfraquecida, enquanto as doações com propósitos de expansão eclesial são intensificadas. O lado mais assustador da teologia da prosperidade é a naturalização simbólica da pobreza e da miséria como resultados diretos das ações pecaminosas ou ignorantes por parte daqueles que se encontram nas classes sociais inferiores da sociedade. Este é um exemplo de legitimação da desigualdade social ao mesmo tempo em que cria uma explicação religiosa que serve para legitimar e

fortalecer o capitalismo, uma vez que os indivíduos que assimilam tal ótica simbólica tendem a procurar saídas de sobrevivência possíveis dentro do próprio sistema, e para aqueles que fracassam lhes resta a revisão de suas vidas espirituais, posto que a culpa da exclusão social pesa somente sobre os seus ombros, pois aqueles que não são covardes se tornam empreendedores enquanto aos medrosos só resta venda do seu trabalho ou o desemprego.

A IURD oferecia, segundo o sociólogo estudado, uma explicação para a vida urbana penalizada pela crise econômica na década de 80, e “como a loteria, oferece uma chance de saída da miséria. Há casos suficientes de pessoas que melhoram para manter a necessária plausibilidade” (FREESTON, 1993, p. 106). Apenas alguns seriam os premiados, porém para ganhar no caso da ‘roleta’ religiosa é necessário investir, caso contrário, resta apenas o estado atual de pobreza ou miséria. A ótica simbólica da teologia da prosperidade prendia os membros na espera da benção premiada ao mesmo tempo em que aumentava, através dos investimentos dos fiéis, o alcance do ministério da IURD.

Uma das características das Igrejas da terceira onda pentecostal é a diminuição da influência da membresia dentro das instituições, e também dos próprios pastores que estão submetidos à autoridade das lideranças regionais que por sua vez obedecem a uma liderança principal e única. Ocorre uma centralização e verticalização nas tomadas de decisões das instituições religiosas e a IURD, conforme afirma Freston (1993, p. 104), foi uma das pioneiras na implantação deste sistema:

A IURD procura minimizar a dependência das demandas leigas de várias maneiras. Primeiro, através da diversificação da origem dos ingressos. Em segundo lugar, por meio de um esquema eclesialístico que não cria fortes laços horizontais entre membros. Não se permite a participação congregacional a nível decisório, evitando que o tradicionalismo se imponha. Em terceiro lugar, através de mudanças frequentes dos pastores, evitando a formação de bases independentes. As transferências são facilitadas pela padronização: “quem viu uma igreja Universal, viu todas”, dizem. E, em quarto lugar, pela economia de gastos por meio da utilização de muitos pastores baratos porque jovens solteiros ou recém-casados sem filhos, muitas vezes com baixas expectativas de sustento porque recém-saídos das drogas ou outras forma de vida desorganizada.

Além da estratégia de centralização e verticalização do poder nas mãos de Macedo, na IURD foi inaugurada uma desorganização da membresia que tem a formação de laços comunitários entre si dificultada pela estrutura da Igreja. Os membros não dispõem de poder de alteração ou influência na administração da igreja, e mesmo os religiosos da IURD não possuem qualquer um vínculo ao longo prazo com o pastor local devido à estratégia de mudança periódica de ministros. Aliando estes elementos ao fato do baixo custo dos pastores, que são mão de obra barata se comparados com os ministros religiosos de igrejas evangélicas

de missão ou pentecostais, fica claro que essas ações administrativas tendem a maximizar os recursos obtidos pelas doações e ofertas da instituição religiosa de Macedo. Se no passado pentecostal brasileiro existiam várias autoridades religiosas locais nas igrejas que se organizam em convenções, isso é alterado dentro da terceira onda pentecostal, pois a tendência agora é a submissão tanto da membresia quanto dos pastores locais a um líder carismático e midiático que detém cada vez mais centralizado em si o poder da instituição.

Outra mudança descrita pelo sociólogo se refere ao movimento carismático dentro das instituições de missões e das tradicionais, que criou uma série de novas igrejas renovadas a partir da década de 60. Também o surgimento de um movimento novo chamado de comunidades, que também segue a linha religiosa carismática, mesmo sendo igrejas ligadas aos indivíduos de classe média como é descrito por Freston (1993, p. 114):

A renovação mostrou a capacidade do fenômeno pentecostal de atingir setores socioeconômicos mais privilegiados. Não alcançou somente as classes inferiores das igrejas históricas [...] daí a interpretação de que “insatisfações de ordem moral e intelectual”, e não econômica, estariam levando essas pessoas a “refugiar-se no emocionalismo”[...] sempre houve indivíduos nas igrejas históricas atraídos pelos fenômenos carismáticos, mas somente nos anos 60 é que constituem número suficiente para se pensar em novas igrejas, as quais os colocariam num contexto atraente para a classe média, com cultos mais comedidos e sem tabus pentecostais.

No campo religioso evangélico brasileiro a primeira cisma por razão do movimento carismático se deu no seio das denominações batistas ainda na década de 60, quando surgiu a Convenção Batista Nacional (CBN) como principal órgão aglutinador das igrejas batistas renovadas. Freston (1993) afirma que assim como nos Estados Unidos, onde surge o movimento, ocorreram tendências de associação destes religiosos ao conservadorismo político e que no Brasil lideranças da CBN afirmaram: “que a renovação é uma voz do céu contra o comunismo”(p. 115). O avanço de movimentos ligados a práticas espirituais carismáticas de acordo com o autor foi uma forma de abafar o engajamento político dos membros destas instituições após 1964 por parte das lideranças eclesiais. As cismas ocorreram tanto no meio batista como em outras igrejas tradicionais como a metodista e a presbiteriana.

Outro movimento carismático importante no meio evangélico brasileiro se deu nas chamadas comunidades que assumiram as condutas religiosas pentecostais e carismáticas. Contudo agora com ações mais direcionadas e adaptadas para o público mais jovem e de classe média trazem também a intensificação do combate às religiões afrodescendentes. Associando-as a práticas demoníacas ao mesmo tempo em que reforçam o retorno da ação da ‘magia’ no cotidiano dos fieis com explicações religiosas inclusive para crise que afetava o



Brasil no período que estas igrejas estão sendo formadas. Legitimam uma luta espiritual constante contra os males que estão ‘além do mundo material’ e que são as razões dos sofrimentos dos indivíduos. A base teológica para a formação destas comunidades é explicada por Freston (1993, p. 115):

Crêem num último reavivamento antes da volta de Cristo, o qual se dará fora das denominações estabelecidas. A igreja primitiva será restaurada através de um sistema de “apóstolos” e de “discipulado” hierárquico; a vida de cada membro é assessorada (“coberta”, como dizem) por alguém mais avançado na hierarquia.

A questão da valorização da hierarquia está diretamente ligada à ideia de participação em uma guerra espiritual diária, logo o indivíduo que acabou de entrar para uma comunidade será entregue a um membro mais antigo que ficará encarregado de fazer a tutoria espiritual. O tutor possui também um líder e assim sucessivamente até chegar ao pastor local que por sua vez recebe apoio de uma liderança regional até culminar na liderança da comunidade que está acima de todos. Não existe a formação de assembleias ou conselhos de membros como ocorre em igrejas de missão, como a batista, e em pentecostais, como a AD, e as decisões administrativas coletivas são inexistentes. O fiel precisa da liderança sob a pena simbólica de ficar exposto às ações dos ‘demônios’ em suas guerras espirituais cotidianas. Enfim, tal estrutura religiosa desenvolve valores religiosos que submetem os membros aos que estão hierarquicamente acima, suprimindo qualquer desenvolvimento espiritual autônomo e gerando dependência de um contato quase que diário ou com a comunidade ou com uma liderança desta instituição. Freston(1993, p. 117) relata desta forma o efeito da guerra espiritual no meio protestante:

A guerra espiritual é a contrapartida protestante do reencantamento do mundo ocidental. O que antigamente era superstição agora alcança a respeitabilidade na sociedade como misticismo e na igreja como guerra espiritual[...] como em todas as guerras, a disciplina do povo é importante. A autoridade é conceito chave para as Comunidades [...] o protestantismo que começa a chegar na classe alta está procurando maneiras de traduzir uma reforma da moralidade pessoal em uma reforma da moralidade pública. O exorcismo social poder ser a linguagem de um projeto de reforma a partir de cima.

Esse modelo religioso tende como é salientado por Freston, a incutir culpa nos indivíduos por permitirem a existência de influências espirituais negativas em suas vidas em decorrência da ignorância religiosa. Essa teologia trabalha essas ideias não só na área pessoal, mas também nas relações entre os países, pois atribuí maldições hereditárias que estariam presentes não só na vida do indivíduo. Como coletivamente sobre a história dos países,

atribuindo a pobreza da América Latina às ações do passado, como a escravidão e o extermínio dos indígenas, e ainda afirmando que as religiões indígenas e africanas contribuem para disseminação dos ‘demônios’ nessas sociedades latinas. O autor demonstra que existe por trás dos ensinamentos destas comunidades um suporte teológico norte-americano chamado reconstrucionismo que define as nações pobres desta forma: “As chamadas sociedades subdesenvolvidas são subdesenvolvidas porque são socialistas, demonistas e amaldiçoadas” (FREESTON, 1993, p. 118). As chamadas Comunidades que se organizaram com base neste modelo, segundo o sociólogo, são a Comunidade Evangélica de Goiânia sob a liderança do Pastor Robson Rodovalho e a também comunidade Igreja Renascer em Cristo de Estevan Hernandez.

O campo religioso evangélico brasileiro, com base na obra de Paul Freston, é dividido em igrejas históricas e de missão, sendo as primeiras a se organizarem no território brasileiro ainda no século XIX. Possuem um culto religioso despido de encantamentos (pentecostal ou carismático) e mais ‘racional’ que os demais segmentos evangélicos brasileiros, contando com as seguintes denominações: Luterana, Congregacional, Presbiteriana, Metodista e Batista. O movimento pentecostal e suas denominações no Brasil são divididos pelo autor em três ocasiões históricas e características teológicas denominadas de ondas. As instituições da primeira onda têm como período histórico de formação de suas Igrejas as duas primeiras décadas do século XX, e foram fundadas por missionários estrangeiros que trouxeram para a esfera religiosa brasileira práticas religiosas como o batismo do espírito santo, rigidez moral, glossolalia e a profecia. As igrejas deste período são a Assembleia de Deus e a Congregação Cristã. A segunda onda tem por característica principal a disseminação da cura divina, e o uso de espaços laicos como estádios de futebol ou grandes tendas para realização dos cultos, ainda contando com o uso do rádio e da mídia da época para divulgação das mensagens religiosas. São as seguintes instituições principais que se desenvolvem ao longo do decênio de 50 no Brasil: Igreja Evangélica Quadrangular, Brasil para Cristo, Igreja Pentecostal Deus é Amor. A terceira onda pentecostal se dá na década de oitenta com as seguintes especificidades: líderes personalistas e centralizadores, menor rigidez moral (exemplo: vestuário), adoção da teologia da prosperidade e oposição aos cultos afrodescendentes. Os novos concorrentes no mercado religioso evangélico deste período foram a Igreja Universal do Reino de Deus, a Igreja Internacional da Graça de Deus e a Igreja Cristo Vive. Outros dois movimentos são descritos por Freston: o movimento carismático dentro das Igrejas históricas e de missão, que fizeram surgir novas instituições a partir do decênio de 60. Por último a organização das comunidades evangélicas durante a década de 80 que se enquadram num movimento de reencantamento do

mundo para os fiéis de classe média, ainda trazendo para o campo evangélico brasileiro inovações como a guerra espiritual, a teologia reconstrucionista, uma intensificação da autoridade das lideranças religiosas e a centralização das decisões. As principais comunidades segundo o autor são: Comunidade Evangélica de Goiânia (atualmente Sara Nossa Terra) e a Comunidade Evangélica Renascer em Cristo.

### 1.3 Os neopentecostais e as transformações simbólicas no campo evangélico brasileiro

“O neopentecostalismo, como estratégia proselitista, relativamente pouco exige dos adeptos. A exceção mais evidente fica por conta dos incessantes pedidos financeiros. Em troca, promete tudo, solução dos problemas, o fim do sofrimento, a panacéia. Seu sucesso fundamenta-se extensamente no milagre, na magia, na experiência extática, no transe, no pietismo ou na manipulação da emoção transbordante e desbragada, todas elas práticas desprezadas e reprimidas pelas igrejas católica e protestante histórica.” (MARIANO, 1999, p. 234).

A chamada terceira onda como descrita por Paul Freston foi revisada pelo sociólogo Ricardo Mariano que sinalizou diferenças teológicas que diferem essas denominações evangélicas das anteriores. Mariano usa o conceito de Neopentecostais para definir estas instituições evangélicas que surgem no final dos anos 70 e início de 80. Ricardo Mariano realiza uma releitura da obra de Freston renomeando a tipologia das ondas pentecostais por novas categorias das formações pentecostais. E por último Mariano demonstra que a terceira onda pentecostal e as comunidades evangélicas que foram classificadas de forma diferenciada por Freston apresentam elementos comuns, sendo assim, elas pertencem ao mesmo agrupamento. As denominações que são classificadas como neopentecostais por Mariano são: Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Internacional da Graça de Deus, Renascer em Cristo, Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra, e Igreja Cristo Vive. Segue abaixo um esquema comparativo<sup>7</sup> entre o modelo de classificação de ambos os pensadores e do IBGE:

<sup>7</sup> Ricardo Mariano (1999, p. 47) realizou uma ressalva sobre estas classificações que é importante ser reproduzida: “Quando dividimos o pentecostalismo em três vertentes, demarcamos suas genealogias, seus vínculos institucionais, delineamos suas principais características, confrontamos suas diferenças e semelhanças, estabelecemos suas distinções, quando enfim as classificamos, não estamos com isso supondo que tal construção tipológica dê conta totalmente desse universo religioso tão complexo, dinâmico e diversificado. Sua função é bem mais modesta: visa ordenar a realidade observada, tornando-a inteligível e passível de análise.”

Tabela 8 –Tipologias do campo religioso evangélico brasileiro

<b>Períodos Históricos de organização inicial</b>	<b>IBGE*</b>	<b>Paul Freston**</b>	<b>Ricardo Mariano***</b>
Século XIX	Evangélica de Missão	Igrejas Históricas e de Missão	Igrejas Históricas
Primeiras décadas do século XX	Evangélica Pentecostal	1º Onda Pentecostal	Pentecostalismo Clássico
Década de 50	Evangélica Pentecostal	2º Onda Pentecostal	Deuteropentecostalismo
Meados da década de 60	Evangélica de Missão	Igrejas Históricas Renovadas	Corrente pentecostal de 3º onda
Meados da década de 70 e 80	Evangélica Pentecostal	3º Onda Pentecostal	Neopentecostais
Década de 80	Evangélica Pentecostal	Comunidades Evangélicas	Neopentecostais
Século XXI	Evangélica Não determinada****	-----	-----

Fonte: \*Censo de 1982. \*\* FRESTON, Paul. Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment. 1993. \*\*\* Mariano, Ricardo. Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. Edições Loyola, 1999.\*\*\*\*Censo de 2010.

É possível notar um grupo de igrejas tradicionais evangélicas que são denominadas por ambas as tipologias como sendo Históricas e de Missão e tal grupo foi organizado a partir da segunda metade do século XIX. E ainda é afirmada por ambos os modelos classificatórios a existência da vertente pentecostal, haja vista que para o IBGE essa seria a segunda vertente evangélica e onde se encerra sua classificação com relação aos religiosos que possuem filiação a uma igreja. O mesmo não ocorre com as diferenciações realizadas por Freston e Mariano que tem por base de estudo o período histórico quando foram organizadas as primeiras igrejas no país até as simbologias e organização administrativa. Sendo a vertente pentecostal inicial denominada de primeira onda por Freston e já Mariano classifica como o pentecostalismo clássico sobre as instituições que se desenvolveram nas primeiras décadas do século XX. Num segundo momento pentecostal são desenvolvidas instituições com base na cura divina e as primeiras experiências de igrejas brasileiras com líderes nativos, denominadas de segunda onda por Freston e Deuteropentecostalismo por Mariano. Nesses dois primeiros momentos não existem diferenciações nas aglomerações das igrejas ou teológicas, apenas diferenças na forma de classificar cada momento histórico da vertente pentecostal por parte dos dois sociólogos. Muito mais intensa é a discordância para a com a 3º onda de Freston por parte de Ricardo Mariano, que a denomina de neopentecostal. Mariano ainda salienta que no que concerne as Comunidades Evangélicas, estas possuem elementos que as colocam sem sintonia com a mentalidade e simbologia neopentecostais. E ainda, que o IBGE não faz diferenciação das igrejas históricas e de missão das instituições que por uma cisma formaram as Igrejas históricas renovadas. Esse processo de fracionamento é explicado por Freston como

o resultado da renovação carismática protestante. Mariano, por sua vez, atribuiu a este grupo uma importância diminuta por ser uma fração pequena dos evangélicos e ainda por já terem assimilado os valores pentecostais. Ademais para ele esta vertente seria genealogicamente a terceira onda já que precederam os neopentecostais. O IBGE também registrou recentemente uma nova linha no grupo religioso intitulada de *Evangélica Não determinada*, que é formada por indivíduos que, embora mantenham a identidade religiosa, não estão inseridos como membros de uma instituição e apenas frequentam de forma esporádica as igrejas evangélicas. Sobre esse novo modelo de classificação Mariano (2015, p. 1) afirma o seguinte:

É provável que os pentecostais tenham crescido numa proporção bem maior do que aponta o Censo, uma vez que 9,2 milhões de evangélicos foram postos na categoria “evangélica não determinada”, por não terem sido identificados nem como pentecostais nem como protestantes de missão. Por outro lado, o inchaço da categoria “evangélica não determinada” pode estar sinalizando, em certa medida, a expansão da privatização religiosa nesse grupo religioso, situação em que o crente (nascido ou não em família evangélica) mantém identidade e as crenças religiosas, mas opta por fazê-lo fora de qualquer instituição. Tal fenômeno resultaria, em parte, da massiva difusão do individualismo e da crescente busca de autonomia pessoal em relação aos poderes hierocráticos, à imposição institucional de moralidades tradicionalistas e sectárias, aos elevados custos do compromisso religioso e dos laços comunitários.

Focalizando o objetivo do trabalho aqui realizado, será utilizado um aplanamento destas análises e como forma de trabalhar com os objetos de estudo, serão utilizadas três das categorias aqui citadas: 1º Histórica ou de Missão (Conforme classificação de Freston); 2º Pentecostais (Segundo tipologia do IBGE); 3º A exceção do modelo classificatório do IBGE quanto aos pentecostais se dará nas chamadas Igrejas Neopentecostais (Segundo a análise de Mariano). Ressaltando que embora a literatura aponte estas diferenciações, para a análise dos dados do IBGE será necessário a adequação aos seus critérios de classificação dos grupos evangélicos em de missão e pentecostal, uma vez que não será necessário destacar a vertente neopentecostal por razão de nenhuma destas igrejas serem o elemento de estudo dos próximos capítulos.

Voltando à análise das tipologias de estudo das linhas pentecostais, a diferenciação principal relacionada à primeira onda ou pentecostalismo clássico para sua vertente mais recente, a neopentecostal, segundo Mariano (1999, p. 44) é a seguinte:

O apego dos neopentecostais ao mundo é indisfarçável. Em contraste, sobretudo, com o pentecostalismo clássico que enfatiza a salvação celestial exorta constantemente o fiel a permanecer firme na fé diante da proximidade do juízo final, a preocupação primordial que transparece na mensagem neopentecostal é com esta vida e com este mundo.

Há aqui uma mudança no espaço religioso evangélico pentecostal brasileiro. A espera da felicidade no porvir é alterada para uma tentativa de resolução dos problemas da vida do religioso no momento atual, e a solução para as dificuldades do cotidiano é colocada como algo de origem espiritual. A visão de mundo neopentecostal é dualística (Deus x Diabo) e a forma de se livrar da interferência do mal é se fazer presente na igreja e estar sob a proteção das lideranças de cada Igreja. As reuniões se tornam específicas e constantes focando diferentes áreas da vida dos fiéis: sentimental, financeira, familiar, saúde etc. Essa mudança na interpretação simbólica do cotidiano já havia se delineado em menores escalas na passagem da primeira onda do pentecostalismo à segunda, e foi intensificada no ideário presente nas doutrinas das igrejas neopentecostais:

[...] entre essa maioria que o pentecostalismo, de todas as vertentes, vai se instalando com seus mitos, crenças e práticas rituais notavelmente mágicos. Pastores fiéis enxergam a ação divina e demoníaca nos acontecimentos mais significantes do cotidiano. Para eles, não há acaso. Tudo é prenhe de sentido, e a Bíblia contém todas as repostas de que precisam. (MARIANO, 1999, p. 110).

A ótica simbólica neopentecostal alinha o fiel recém-convertido às fileiras daqueles que lutam contra a ação do Diabo e pelas vitórias diárias das forças celestiais divinas não só na vida no indivíduo como no ambiente que este frequenta. Pois o reencantamento da vida realizado no meio religioso deste grupo visa ressignificar o dia-a-dia dos fiéis e demonstrar a importância da ‘guerra santa’ para impedir influências espirituais malignas no mundo material. Mariano (1999) descreve a importância destes conflitos simbólicos para os fiéis neopentecostais:

Os neopentecostais crêem que o que se passa no “mundo material” decorre da guerra travada entre forças divina e demoníaca no “mundo espiritual”. Guerra, porém, que não está circunscrita apenas a Deus/anjos X Diabo/demônios. Seres humanos, conscientes disso ou não, participam ativamente de uma ou de outra frente de batalha. Agem, cada qual, segundo seu livre-arbítrio. Voluntariamente engajados no lado divino, crêem deter poder e autoridade, concedidos a eles por Deus, para, em nome de Cristo, reverter as obras do mal. (p. 113).

A presença do indivíduo na Igreja é reforçada, ao mesmo tempo em que a dependência deste para com as lideranças aumenta gradativamente, porque ainda que frequente assiduamente os cultos, o religioso pode vir a cometer uma nova queda para o pecado. Se permitir a existência de alguma brecha para o mal em sua vida, novamente será habitado ou controlado por espíritos sombrios segundo a mentalidade do grupo, logo, na visão de mundo destas pessoas, de uma doença ao desemprego, tudo recebe influência do meio espiritual. Nas

reuniões que estes indivíduos fazem são os pastores e líderes religiosos que são capazes de afastar os maus espíritos deste grupo, tem fim a autonomia espiritual do indivíduo para uma vinculação numa coletividade submissa e dependente das autoridades religiosas neopentecostais. Outro fator que é salientado por Mariano (1999) diz respeito ao fato de que num ambiente no qual a competição no mercado religioso se acirra, os valores simbólicos do grupo neopentecostal tendem a produzir discursos religiosos intolerantes com os demais grupos:

Umbanda, candomblé e suas variantes regionais têm motivos palpáveis para temer a expansão do neopentecostalismo, visto que o objetivo da guerra espiritual é, além de converter os adeptos das religiões adversárias, fechar centros espíritas, tendas de umbanda e terreiros de candomblé existentes ao redor dos templos crentes. (p. 117).

A perseguição às religiões afrodescendentes não é uma novidade no cenário religioso brasileiro, contudo, Mariano chama a atenção para a formação de uma verdadeira ‘guerra santa’ que se desenvolveu na esfera religiosa brasileira pelas ações dos fiéis neopentecostais e da associação do poder maligno ao universo simbólico da umbanda e candomblé. Outro fato apontado pelo autor é que a instituição neopentecostal que mais se destacou nesse embate religioso foi a IURD e que seu líder também efetuava ataques teológicos aos demais grupos religiosos evangélicos:

Para Macedo, a “culpa” pelo fato de o Diabo e seus anjos, com relativa frequência, afastarem os crentes do Criador, arruinando suas vidas e recebendo adoração em seu lugar, “muitas vezes”, reside em líderes religiosos evangélicos que não ministram o poder de Deus na vida das pessoas. (MARIANO, 1999, p. 115).

As críticas de Macedo são direcionadas aos agrupamentos evangélicos históricos ou de missão e ainda pentecostais clássicos que não compartilhavam de seu posicionamento radical e extremamente combativo aos demais grupos religiosos. A ânsia por manter a expansão da recém-criada denominação neopentecostal gerou tamanha hostilidade aos grupos religiosos que já se encontravam estabelecidos que ocasionou uma aproximação dos mesmos conforme descrito por Mariano. Aconteceram encontros entre as lideranças de igrejas da Assembleia de Deus, do presidente da Aliança Batista Mundial (o pastor Nilson do Amaral Fanini), de representantes da umbanda e do candomblé em um templo da Assembleia de Deus no ano de 1988, onde todas as autoridades religiosas “repudiaram as práticas persecutórias da IURD e a consideraram como difamatórias e atentatórias à liberdade de culto.” (MARIANO, 1999, p. 121).

Outra inovação no meio evangélico oriundo das igrejas neopentecostais são os objetos benzidos que servem de defesas para o fiel frente ascendências religiosas negativas, pois os objetos benzidos funcionam como verdadeiros amuletos de proteção e são específicos, logo existe uma variedade destes para solução de diferentes problemas. Este é mais um exemplo de reencantamento do mundo por parte destes fiéis que tentam soluções para suas demandas diárias em ‘artifícios mágicos’ que não são doados pelas lideranças religiosas, e sim, vendidos de modo a intensificar a coleta de recursos financeiros para as instituições neopentecostais, e também a oferta de serviços religiosos diferenciando estas instituições das demais no mercado religioso brasileiro. Embora os líderes Macedo na IURD, e Soares na Internacional, e outras autoridades neopentecostais intentem aumentar suas fileiras de fiéis à custa da umbanda e do catolicismo popular, e tendem atacar com veemência os ensinamentos destes grupos, esses líderes neopentecostais dão um novo significado às antigas condutas da religiosidade brasileira como demonstrado por Mariano. Os objetos vendidos possuem funções semelhantes, quando não são as mesmas dos ritos católicos populares e da umbanda. Um universo simbólico que ganha uma nova significação, mas com os elementos que já faziam parte dos hábitos religiosos brasileiros.

A chamada Guerra espiritual está diretamente ligada às inovações no âmbito teológico que foram inseridas no campo religioso brasileiro pelos líderes religiosos neopentecostais. A base ideológica desta vertente está ligada a Teologia do Domínio que é descrita por Mariano (1999, p. 137):

Nessa nova formulação teológica, porém, a guerra é feita contra demônios específicos, os espíritos territoriais e hereditários no Brasil, identificados aos santos católicos, em razão de muitos deles darem nomes a cidades, e às entidades das religiões mediúnicas. Considerados demônios de alta posição na hierarquia satânica, os espíritos territoriais estão distribuídos pelo Diabo para agir sobre as áreas geográficas (bairros, cidades, países), instituições e grupos étnicos, tribais, culturais e religiosos. O nome dessa teologia advém da crença de que os demônios dominam os seres humanos pertencentes a esses grupos sociais e presentes em tais regiões, que precisam ser libertados por meio de oração ou de guerra espiritual.

A guerra espiritual tem vários alvos específicos e a ação de orar não só pelas pessoas, mas também pelas localidades passa a fazer parte da rotina destas pessoas. Nem sua família e bairro estão livres da ação maligna, o mundo material está totalmente dependente das ações religiosas dos fiéis para alterar a força demoníaca que atua sobre este. Sendo assim a cultura e os hábitos do novo convertido e tudo aquilo que este mais prezava anteriormente, passam, através desta ressignificação, a serem desvalorizados e precisam ser conquistados para a fé, pois caso contrário continuarão sobre a autoridade dos maus espíritos e contribuindo para



vitória do Diabo. Essa lógica simbólica belicosa é extremamente radical para com quem não compartilha a mentalidade do núcleo. É transformado em um adversário no 'tabuleiro espiritual' que precisa ser convertido ou derrotado espiritualmente. Mariano (1999, p. 140) relata um pouco mais da visão religiosa do grupo neopentecostal:

Os defensores da crença na maldição hereditária pretendem explicar até mesmo as causas da violência, das guerras, da desigualdade e injustiça sociais. "Foi através da genealogia de Caim que as armas vieram a existir, as guerras se espalharam na terra e os homens tornaram-se violentos" diz Robson Rodovalho, especialista na área de guerra espiritual. Para ele, "nossa sociedade aceita com naturalidade as favelas, os menores abandonados nas ruas e um salário mínimo tão absurdo" por causa da "mentalidade" dos escravocratas, dos quais herdamos estes princípios que estão impressos em nossas estruturas sociais e em nossos genes.

Os líderes neopentecostais defendem que a existência dos problemas sociais não é resultado somente das ações humanas no mundo material, mas sim de conseqüências da atuação das forças espirituais na vida dos habitantes e territórios de uma nação, e tais afirmações reforçam o poder dos maus espíritos, sendo que o fiel neopentecostal passa a ter uma visão reencantada até mesmo sobre temas como a política e a origem da desigualdade social, ocorrendo a valorização de explicações encantadas da realidade sobre os estudos sociológicos ou históricos, pois tudo está submetido e serve para as explicações religiosas. Dessa forma e, seguindo esta lógica, a pobreza e as mazelas sociais só serão amenizadas futuramente com o avanço da fé, que consoante a ótica neopentecostal libera o povo e o território da ação do mal. Caso uma pessoa marginalizada não se converta contribui segundo esta lógica religiosa, para sua própria exclusão social, uma vez que alimenta o mal com suas ações pecaminosas.

Fica esvaziada aqui qualquer crítica ao modelo de produção material da sociedade haja vista que são as ações pró ou contra a fé que influenciam no mundo espiritual as responsáveis pela configuração social do mundo material, logo o envolvimento na política se dará por uma necessidade de converter esse campo à fé. Da mesma forma como o fiel não possui autonomia religiosa para se libertar da atuação do mal em sua vida, posto que mesmo depois de se tornar frequentador ou membro de uma igreja neopentecostal ainda pode vir a ser usado por demônios e precisa da atuação do líder ou pastor para livrá-lo das mazelas. Esse indivíduo também não pode contribuir de forma autônoma para as mudanças na sociedade em que este está inserido, dependendo novamente da ação dos pastores e líderes espirituais para, através de orações e cultos públicos, exorcizarem o território da localidade onde reside, criando uma relação de total dependência da membresia para com os líderes e pastores neopentecostais.

Estes líderes figuram como os generais libertadores em um campo de batalha no qual os inimigos espirituais atuam livremente caso achem uma brecha<sup>8</sup> na vida da pessoa.

A Teologia da Prosperidade, quando é inserida na esfera religiosa pentecostal brasileira de acordo com Mariano entra em rota de colisão com a mentalidade pentecostal clássica ou de primeira onda. Porquanto neste grupo havia uma forte desvalorização das riquezas materiais, e ainda a vida terrena era entendida como uma passagem repleta de sofrimentos que seria premiada no porvir com a salvação celeste para aqueles que perseverassem e não sucumbissem aos ‘prazeres mundanos’. Uma disciplina religiosa severa era a marca destes religiosos, a maioria dos fiéis era oriunda das franjas mais empobrecidas e enxergava a vida de privações como prova de uma conduta ética semelhante aos dos personagens bíblicos. Mariano (1999, p. 148) explica que no seio pentecostal ocorreram mudanças com o passar dos anos que levaram parte dos fiéis a entrarem em conflito com a doutrina religiosa desta vertente evangélica:

Diante da mobilidade social de parte dos fiéis, das promessas da sociedade de consumo, dos serviços de crédito ao consumidor, dos sedutores apelos do mundo da moda, do lazer e das opções de entretenimento criadas pela indústria cultural, essa religião ou se mantinha sectária e ascética, aumentando sua defasagem em relação à sociedade e aos interesses ideais e materiais dos crentes, ou fazia concessões. Diante das mudanças na sociedade e das novas demandas do mercado religioso, diversas lideranças pentecostais optaram por ajustar gradativamente sua mensagem e suas exigências religiosas à disposição e às possibilidades de cumprimento por parte dos fiéis e virtuais adeptos. O sectarismo e o ascetismo cederam lugar à acomodação ao mundo, acompanhando o processo de institucionalização, ou a rotinização do carisma, do pentecostalismo.

Os teólogos da prosperidade buscam embasamento bíblico para adaptar a antiga doutrina de isolamento dos ‘prazeres do mundo’ à nova realidade de parte de sua membresia e também às mudanças que aconteceram na sociedade e que vão influenciar o campo religioso como o aumento do consumismo. A Teologia da Prosperidade é desenvolvida nos Estados Unidos conforme demonstra o sociólogo. Inicialmente desenvolve-se uma base doutrinária, ainda no decênio de 40, com ênfase no poder da fé e na prosperidade, posteriormente, já na década de 70, se consolidaria como Teologia, possuindo instituições de ensino que passam a difundir-la e tendendo a influenciar o movimento evangélico carismático norte-americano. Os líderes religiosos desta doutrina afirmavam que: “Saúde perfeita, prosperidade material, triunfo sobre o Diabo e vitória sobre todo e qualquer sofrimento, eis as promessas desses

---

<sup>8</sup> Segundo Ricardo Mariano (1999, p. 141), a palavra brecha é utilizada no meio neopentecostal para descrever um erro do fiel, por exemplo, se este abandonou o ‘pecado’ do alcoolismo e retorna a beber esse fiel através do pecado recebe novamente atuação dos demônios em sua vida.

pregadores. [...] A Teologia da Prosperidade prega que o crente pode alterar realidades por meio da palavra proferida pela fé.” (MARIANO, 1999, p. 152-153).

No Brasil essa teologia chega durante a década de 70 e se dissemina com maior intensidade no meio religioso devido ao surgimento de novas instituições<sup>9</sup> que se formam neste período. A base desta doutrina se encontra no ‘poder da palavra’ do fiel. Tudo que este profere pode gerar benção ou maldição, e sua autoridade ‘profética’ nunca finda, portanto, deve vigiar ao máximo aquilo que afirma para não acarretar prejuízos em sua vida, ao mesmo tempo em que repreende qualquer palavra negativa de outrem. Não é só a forma de falar e aquilo que se fala que é alterado no cotidiano dos fiéis que seguem este ensinamento religioso, também é modificada a maneira como se relacionam com Deus de acordo com o relato de Mariano: se os católicos se confessavam e os pentecostais pediam ou suplicavam a Deus, o religioso que segue a Teologia da Prosperidade determina e exige de Deus aquilo que ele deseja obter. Segundo os ensinamentos desta corrente o homem que nasce novamente (por meio da conversão) agora passa por um esvaziamento da natureza humana, ocorrendo a transformação desta para uma essência divina, e assim como crêem que o próprio Deus criou tudo que existe por uma palavra, o religioso detém autoridade para alterar sua vida desde que utilize e reivindique a benção no nome de Jesus e não seja incrédulo ao determinar algo para Deus. Outra marca dos pregadores da prosperidade é desenvolver na membresia a ideia de troca com o divino, através de doações financeiras, como Ricardo Mariano (1999) relata através de um trecho da mensagem do Bispo Robson Rodvalho da Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra: “Deus não precisa de nosso dinheiro, por que dele é a prata e o ouro. Mas Ele precisa que nós o obedeçamos, para que possa nos abençoar. Há uma íntima relação entre dar e receber. Quanto mais damos, mais recebemos.” (p. 160).

Acima, o Bispo Rodvalho descreve uma das ideias que balizam a relação dos fiéis com a sua divindade e que é evidenciado pelo sociólogo em toda sua obra. O ato de doar quantias em dinheiro à igreja não é entendido como uma finalidade voltada para a caridade ou que se volta para as missões e manutenção do templo, mas compreendido como uma negociação com Deus e é enfatizado que quanto mais um fiel doa através do dízimo maior será o retorno da parte de Deus. A simbologia religiosa que utilizam para legitimar tal conduta de doações excessivas, segundo Mariano, é a alteração por parte dos teólogos da prosperidade do significado da salvação por meio de Cristo. Afirmam que originalmente os primeiros seres

---

<sup>9</sup> Ricardo Mariano (1999, p. 157) destaca as seguintes instituições como as responsáveis por difundir a Teologia da Prosperidade no meio religioso brasileiro: Internacional da Graça, Universal, Renascer em Cristo, Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra, Nova Vida, Bíblica da Paz, Cristo Salva, Cristo Vive, Verbo da Vida, Nacional do Senhor Jesus Cristo, Adhonet, CCHN, Missão Shekinah.

humanos possuíam uma sociedade com Deus, contudo quebraram essa parceira ao pecarem, e que a salvação por meio de Cristo não se dá através do derramamento do sangue deste na cruz, e sim, no ato do Salvador ter ido ao inferno e vencido o mal em seu território. Onde pode restabelecer uma sociedade com os homens, mas apenas para aqueles que cumprirem sua parte seguindo as regras contratuais que se encontram na bíblia. A relação do fiel com Deus é descrita desta forma por Mariano (1999, p. 162):

Na medida em que tem consciência de seus direitos, o fiel pode exigir de Deus o cumprimento deles. E é exatamente isso que ocorre. Com isso, além de ter sua soberania drasticamente diminuída, Deus torna-se vítima de frequentes manipulações por parte de seus sócios, até porque não pode se ver livre delas, a menos que 'quebre sua palavra', algo inimaginável na ótica destes crentes.

A mutação na relação com o Divino frente ao pentecostalismo clássico e outros grupos evangélicos tradicionais é gritante. Se antes a ideia de submissão à vontade divina era regra, agora ocorre à inversão se utilizando da simbologia e valores evangélicos. Os teólogos e pregadores da prosperidade afirmam para os fiéis ou aqueles em potencial que todo poder de alteração da realidade pode estar em sua boca através de uma palavra. Basta estabelecer de modo preciso o contato com o divino, utilizando este para realizar 'magias' com fins de ganhos de prosperidade na profissão ou fim de uma doença, e ainda a obtenção de um sonho de consumo. A conexão com Deus passa a figurar como um meio de obtenção de prestígio e gozo de bens materiais, o indivíduo passa a utilizar os seus bens e afirmações positivas como formas de obter transformações do seu cotidiano através da 'magia', um reencantamento do mundo a fim de atender desejos individuais, de afirmação social e de consumo, ao mesmo tempo em que acata o desejo dos fiéis que ascenderam socialmente legitimando o usufruto dos bens materiais, também servindo de gerador de esperança naqueles que se encontram em posições subalternas no mercado de trabalho. Para Mariano (1999, p. 168, 170) a relação de doação financeira à instituição para esses fiéis segue a seguinte lógica:

As bênçãos prometidas, desejadas e reivindicadas são sempre atreladas à oferta [...] o fiel paga primeiro. Coloca-se na posição de credor de Deus, coagindo-o a retribuir na mesma medida. Com o sacrifício financeiro, acredita ter assegurado a intervenção divina sobre determinado infortúnio.

Uma vez que as bênçãos estão atreladas as doações financeiras nas igrejas que seguem a teologia da prosperidade os líderes destas conseguem maximizar a captação de recursos, o que explica a rápida expansão no mercado religioso brasileiro utilizando não os métodos tradicionais de evangelização, mas inovando com o surgimento de novos líderes midiáticos

não apenas no rádio. E também através da televisão, que foi um modo de comunicação combatido pelos pentecostais por décadas. Além desse aumento do patrimônio das igrejas se dá outro fenômeno que é descrito por Mariano no meio das igrejas neopentecostais e que as difere do pentecostalismo clássico e das igrejas de missão: a ausência de participação dos membros na administração da Igreja. O autor ainda afirma que não ocorre nem mesmo a apresentação de um relatório financeiro para a membresia, logo os fiéis não gozam de contribuição alguma na administração e nem estão cientes de quanto é o montante arrecado e nem no que será investido. Desta forma essas instituições perdem a característica de comunidades autônomas e ficam junto aos pastores locais submissos às decisões das lideranças centrais.

#### **1.4 Da apatia á mobilização política**

“Dizer que a religião em si nada tem a ver com a conduta da política é lógica e historicamente falso.”  
(FRESTON, 2006, p. 9).

Dentre estas mudanças no seio do pentecostalismo brasileiro dois pontos são essenciais para compreensão, o primeiro é o abandono de uma postura apática frente às áreas da vida humana que não fossem a espiritual, dando lugar à teologia da prosperidade do anseio de alcançar bênçãos materiais e, ao mesmo tempo, à motivação para ‘a intensificação da participação do evangélico em outras áreas que não só a religiosa como algo positivo e que está de acordo com a vontade de Deus’. Obviamente que essa mudança de mentalidade contribui não só para a mudança de visão de mundo no que tange ao trabalho ou empreendedorismo destes indivíduos, como uma aceitação de um envolvimento com a política, que tanto era refutada anteriormente. O Segundo ponto é entendermos que analisando a evolução do pentecostalismo há um reforço na mudança de vertentes (ondas em Freston ou tipologias em Mariano) da importância do líder espiritual, da presença e dependência no ambiente de culto, e na contribuição financeira para a instituição.

Se num primeiro momento havia uma preocupação com uma conduta moral rígida e vestimentas que diferenciavam os evangélicos do restante da sociedade brasileira, e o ambiente religioso era dominado por autoridades missionárias estrangeiras, já com a AD em

1930-40 a figura do pastor de cada Igreja é reforçada com a quebra do controle dos missionários estrangeiros fundadores da Igreja. A ligação das igrejas pentecostais em suas origens com pessoas provenientes de outros países ajuda a entender uma tentativa de não envolvimento na política como forma de evitar conflitos com o governo e sanções que poderiam acontecer pelas instituições não serem identificadas como nacionais. Associando isso a uma teologia com mais ênfase na espera de um paraíso vindouro ajuda a esclarecer a passividade ou postura apolítica dos primeiros anos do século XX. Na segunda onda ou deuteropentecostalismo se mantinha a separação com a política, com exceção da Igreja Brasil para Cristo (BPC), que lançou candidatos nos pleitos eleitorais, abraçou as inovações tecnológicas do período, como a utilização do rádio e a utilização de estádios de futebol em grandes eventos. Além de introduzir ênfase na figura mágica do líder espiritual através da cura divina de doenças, aprofundando o poder simbólico dos pastores.

A centralização ou verticalização do poder na figura de uma liderança religiosa de uma denominação e a sua capacidade em influenciar no eixo político teve sua primeira experiência com a BPC ainda nos anos 60, e se não foi capaz de manter-se ao longo da década de 70. Parece ter demonstrado que o modelo de organização religiosa na centralidade de um líder poderia gerar fortes relações da religião com outros campos fora o religioso. Não afirmo aqui que igrejas neopentecostais que foram fundadas posteriormente seguiram esse modelo, apenas que é possível a conclusão através da análise da literatura que esse tipo de organização se mostraria mais apta quando ocorre o envolvimento de membros de uma Igreja em pleitos eleitorais pelo caráter de centralidade e de lideranças midiáticas de pastores como Manoel de Melo, que foi capaz de mobilizar sua base religiosa em torno de um objetivo político comum. Algo bem mais complicado de ser realizado, por exemplo, em uma denominação onde a organização é congregacional com a figura do pastor como liderança local e que se associam as convenções ou outras formas de organização em nível estadual ou nacional. Que geram um debate e conflitos que impossibilitam uma ação mais convergente do grupo, mas que sinalizam uma postura mais democrática que o controle e decisão nas mãos de uma única pessoa. Esse exemplo serve para assinalar como a política interna no seio destas denominações é complexa, e os anos que foram necessários para a convergência de uma ação política mais acentuada, e ainda mais pensar um processo tão repleto de nuances internas como somente um maniqueísmo da classe econômica dominante soa um tanto distante da realidade bem mais complexa deste campo religioso.

O universo simbólico pentecostal sofreria com mudanças significativas com relação à postura fechada no universo religioso e um afastamento das questões políticas, sociais,

mudanças tecnológicas e culturais até a década de 70, pois eram vistos com reservas e muitas vezes eram restringidos ou proibidos o engajamento político, ou uso de aparelhos de TV. A participação nas ‘coisas do mundo’, ou seja, qualquer outra área da vida do ‘crente’ que não fosse a religiosa era fortemente controlada pelo padrão teológico do período. Essa hegemonia contribuía para um afastamento da política como expõe Simone Bohn (2004, p. 292): “Esse apoliticismo dos evangélicos seria decorrente, em parte, da necessidade de manutenção da separação entre a esfera do sagrado e do profano e, em parte, da natureza da inserção do pentecostalismo no Brasil.” Contudo, o discurso religioso iria mudar ao longo da década de 70 por meio da introdução no Brasil de novas teologias. Como já demonstrado antes, a Igreja BPC com a liderança de um brasileiro já havia se aventurado no campo político, mas não ocorreram modificações na estrutura teológica que contribuíssem para alteração da postura de ostracismo dos pentecostais. Estudos evidenciam o momento de alteração no discurso das lideranças do espaço religioso dos evangélicos. Segundo Ricardo Mariano (1999, p. 96) o que diferencia as igrejas neopentecostais das anteriores seria três aspectos principais:

- 1) exacerbação da guerra espiritual contra o Diabo e seu séquito de anjos decaídos;
- 2) pregação enfática da teologia da prosperidade;
- 3) liberalização dos estereotipados usos e costumes de santidade. Uma quarta característica importante, ressaltada por Oro (1992), é o fato de elas se estruturarem empresarialmente... Esta ruptura com o sectarismo e o ascetismo puritano constitui a principal distinção do neopentecostalismo.

Os pontos destacados por Mariano são os que contribuíram para a transformação dos valores simbólicos no seio do grupo dos evangélicos. O primeiro ponto tem ligação com a chamada teologia do domínio que reforça na mentalidade religiosa deste grupo a dependência da permanência no espaço da Igreja e da proximidade com a liderança religiosa como forma de vencer a guerra espiritual. Nesse aspecto é possível concluir que o poder simbólico do pastor ou lideranças internas ligadas a prática do exorcismo ou ‘orações fortes’ é reforçado e os membros deste grupo passam atribuir os infortúnios que venham a acometê-los como algo proveniente do meio espiritual. Ainda é reforçado dentro da mensagem teológica do domínio que o espaço físico (território) ou maldição hereditária de laços familiares possuem certas ‘pragas espirituais’ que só podem ser eliminadas com a intervenção espiritual. A análise dos pormenores dessa mentalidade leva a compreensão do grau de dependência destas pessoas em relação ao espaço da Igreja, aos ritos de purificação e com sua liderança espiritual. Sobre o segundo ponto o mestre em ciências políticas Padovezi (2007) afirma que a teologia da prosperidade permite a aceitação do mundo por parte do fiel, e que este é livre para usufruir

dos bens materiais e prazeres que o dinheiro possa proporcioná-lo. Esse segundo aspecto tem forte ligação com o terceiro uma vez que as rígidas restrições anteriores são eliminadas, liberando o fiel a ter uma vida semelhante a um não adepto da religião. De acordo com Padovezi, as restrições que permaneceram foram a jogos de azar, bebidas alcoólicas e sexo não marital. Certos padrões de comportamento foram liberados. Percebemos que internamente ocorreu liberalidade com relação à roupa que se usa ou ritmo musical apreciado pelo grupo, mas outro tipo de controle é reforçado: o do poder da liderança e a presença do culto por parte destes fiéis não é aleatório. O quarto ponto destacado por Mariano é o da organização empresarial que passa a ser comum a estas igrejas neopentecostais, onde ao mesmo tempo em que acontece uma adaptação a certos comportamentos e elementos culturais brasileiros, sucede o controle da denominação cada vez mais centralizada e verticalizada na figura de um líder maior que os pastores das igrejas locais. E cada vez mais presente no cotidiano dos fiéis através da mídia religiosa ou menção constante nos cultos locais.

Todos esses fatores apontam para uma preocupação maior do fiel com o mundo ao seu redor e não um afastamento do mesmo. Esse indivíduo deveria participar da sociedade em que está inserido e não mais ficar isolado desta. Essa mudança simbólica profunda iria se consolidar ao final da década de 70 e ao longo dos anos 80. Liberando e motivando estes fiéis para alcançar progresso no mercado de trabalho e se inserirem com a ajuda da expansão do crédito no universo do consumo, uma reinserção simbólica na sociedade daqueles que se restringiam a participar efetivamente, até culminar com uma grande participação e mobilização dos evangélicos no campo político através das eleições para a constituinte de 1986. O envolvimento na política terá diferentes motivações quanto a vertente evangélica para os fiéis convertidos em eleitores; é carregado pelo sentido de continuidade da guerra espiritual da teologia do domínio, e ainda pelo corporativismo religioso difundido por pastores através da máxima “irmão vota em irmão” (SYLVESTRE, 1986), e também a defesa dos interesses institucionais através da troca de favores políticos<sup>10</sup> que ampliariam o poder midiático das oligarquias evangélicas que receberam concessões de rádio e TV no governo Sarney. A própria participação de religiosos na esfera política deve ser entendida como uma forma de dar visibilidade a instituição à qual se pertencem. O envolvimento com a política se tornou

---

<sup>10</sup> Sobre o comportamento político dos deputados evangélicos eleitos em 1986 Claudia Trevisan afirma que: “Em questões políticas, havia a dissidência de seis parlamentares identificados com partidos de esquerda ou centro esquerda. Praticamente todo o restante da bancada se aliou ao “Centrão” e apoiou teses conservadoras. Muitos adotaram um comportamento fisiológico, de troca de favores com o governo federal, principalmente a concessão de canais de rádio e televisão.” (TREVISAN, 1994, p. 1).



regra na maioria<sup>11</sup> das instituições evangélicas de maior relevância no Brasil seja qual for o modelo adotado: institucional, comunitário ou autogerado (FREESTON, 2006). Nos próximos capítulos serão demonstrados os modelos de envolvimento e motivação política que são utilizados nas Igrejas gonçalenses aqui pesquisadas, levando em consideração as orientações das convenções as quais são ligadas e o posicionamento e opiniões das lideranças locais da igreja e da membresia.

---

<sup>11</sup> A exceção dentre as maiores denominações evangélicas brasileiras se dá na instituição que foi fundada e liderada por David Miranda a Igreja Pentecostal Deus é Amor que permanece apolítica, este líder evangélico faleceu recentemente em fevereiro de 2014 resta saber se as novas lideranças manterão esse isolamento haja vista que a própria irmã de Miranda tentou dissuadi-lo a alterar esse posicionamento.

## 2 A IADJN E SUA RELAÇÃO COM A POLÍTICA

O tema que será abordado é o envolvimento dos evangélicos da Assembleia de Deus (AD) com a política, posto que a ênfase do estudo recairá na orientação que a CGADB (Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil) fornece às igrejas filiadas, tendo como ponto inicial para o estudo a IADJAN (Igreja Evangélica Assembleia de Deus Jardim Nogueira), que fica localizada no município de São Gonçalo. Contudo antes de uma análise do perfil dos religiosos deste campo religioso na cidade gonçalense e do estudo das orientações oficiais da CGADB com relação ao envolvimento das igrejas com a política. Irei realizar um breve histórico e diferenciação entre as ramificações e igrejas nas quais se subdividem os evangélicos no Brasil, além de descrever o período de abandono da passividade política da maior parte das Igrejas evangélicas pentecostais.

O item 'A' analisa o perfil social dos evangélicos da linha pentecostal gonçalense tendo por fonte os dados do Censo 2010, especificamente analisando as informações da ferramenta Cidades do site do IBGE. Os dados principais que serão destacados neste ítem são a dimensão do número de adeptos do ramo pentecostal e dos indivíduos que frequentam a AD. Também são verificados os níveis de renda e escolaridade dos assembleianos, bem como será feita uma distinção no número de adeptos do gênero masculino e feminino. Essa análise é realizada em comparação com os dados da população total do município.

O item 'B' irá descrever de um jeito breve o local e período de existência da Igreja Assembleia de Deus em Jardim Nogueira, sendo o ponto principal desenvolvido neste tópico a análise de entrevistas realizadas com os membros da instituição buscando traçar o grau de frequência destes à instituição. Compreender se existe motivação por parte da Igreja para que os fiéis se interessem pela política, como ocorre quando da visita de políticos à instituição e a percepção dos membros no que tange o envolvimento da igreja com a política.

No item 'C' será analisada a entrevista com as lideranças da instituição visando compreender de que forma estes motivam os membros a participarem da política e ainda de que maneira realizam a ação social da instituição, como se identificam dentro dos ramos evangélicos e se gozam de afinidades ou antagonismos com outros setores.

O item 'D' exporá a criação do conselho político no seio da CGADB no ano de 2001 e a organização do projeto cidadania AD. Ambos representaram uma ação política com maior coordenação, concernentes às orientações oficiais quanto à postura das igrejas com o ingresso de membros como candidatos e à ação do pastor durante as campanhas. Serão analisados o

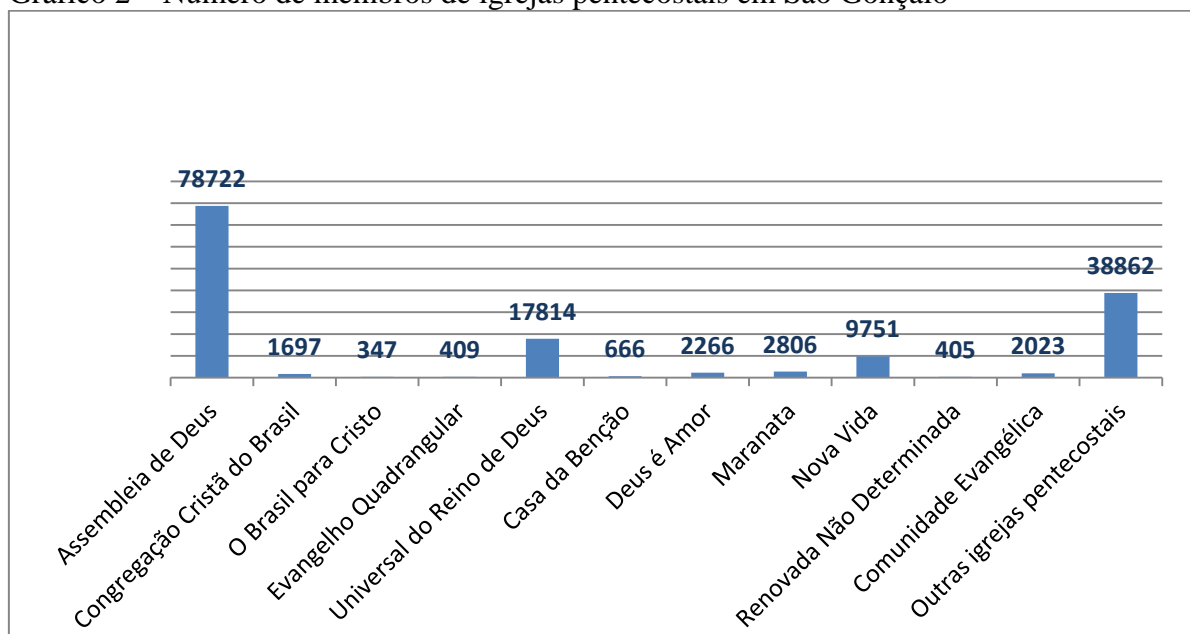
estatuto e regimento interno da convenção, e também o projeto cidadania AD, que em conjunto são os guias oficiais orientadores da pré-seleção dos candidatos e ainda de quais membros podem receber apoio oficial, além de descrever os principais pontos a serem defendidos por aqueles candidatos que venham a obter êxito nos pleitos. Outro elemento que será verificado nestes documentos é o grau de influência que os pastores e a membresia dispõem dentro da Convenção e nas tomadas de decisões ligadas à área política, se existem instrumentos participativos ou se ocorre uma centralização na figura do presidente da CGADB.

## **2.1 O perfil social dos pentecostais gonçalenses**

Neste tópico irei expor as características do grupo religioso evangélico ao qual pertencem as igrejas da Assembleia de Deus no município de São Gonçalo. A descrição do grupo será realizada com base na análise dos dados do censo de 2010, especificamente da amostra sobre religião. O IBGE divide o agrupamento religioso dos evangélicos em três ramos: pentecostal, missão e não determinada. Portanto para estudar os devotos da AD é necessário considerar as informações sobre a linha pentecostal.

Seguindo a subdivisão do segmento averiguado realizado pelo Censo 2010 é possível enquadrar as instituições da Assembleia de Deus no maior ramo evangélico do município gonçalense que é o das igrejas pentecostais. Ainda analisando o número de pessoas adeptas desta igreja notamos que esta é a maior em relação ao número de membros em comparação com as outras do mesmo segmento e mesmo quando comparamos com os devotos das igrejas de missão. Segue abaixo um gráfico com a divisão do núcleo religioso pentecostal na cidade estudada pelo número de pessoas que pertencem a cada igreja:

Gráfico 2 – Número de membros de igrejas pentecostais em São Gonçalo



Fonte: IBGE/ Censo 2010.

É fácil perceber que a Assembleia de Deus (AD) é o maior grupo entre os evangélicos na cidade de São Gonçalo representando 50,5 % do quantitativo de indivíduos que pertencem ao segmento pentecostal na cidade, e em comparação ao total de evangélicos apontados pelo IBGE no município, os membros da AD representam 24,2% do grupo.

Para conhecer de maneira aprofundada as características das pessoas que pertencem ao ramo pentecostal siga com a análise dos dados do Censo sobre gênero, escolaridade e renda. Essa análise será realizada em comparação com os dados da população total para verificar se ocorre discrepância das condições sociais gerais, quer para indicação de quadro com níveis inferiores ou superiores de escolaridade e renda.

A diferença entre a população masculina e a feminina no meio pentecostal é maior do que na população total do município. A Igreja evangélica apresenta características que facilitam a explicação para essa diferença, pois dentro destas instituições existem atividades voltadas para o público infantil, seja por estratégia de cooptação de novos membros ou para oferecer um serviço para comunidade. Ou até mesmo os dois, pois as chamadas escolas dominicais, ou o futebol e outras atividades organizados por lideranças evangélicas terminam por atrair a atenção das mães para os locais que seus filhos frequentam, servindo como forma de captar um número maior de mulheres para essas instituições. Segue abaixo a composição por gênero dos evangélicos pentecostais em São Gonçalo:

Tabela 9 – Divisão por gênero pop. pentecostal e total

Gênero	População Total	Pentecostais
Mulheres	52,5%	57%
Homens	47,5%	43%

Fonte: IBGE/ Censo 2010: Cidades@.<sup>12</sup>

A escolaridade dos indivíduos que pertencem à linha pentecostal é inferior à média geral da população do município. O IBGE realizou a pesquisa sobre escolaridade apenas de pessoas acima dos 25 anos dividindo o nível de escolaridade em quatro agrupamentos, sendo que o nível mais baixo de escolaridade é o sem instrução e fundamental incompleto; seguido pelo fundamental completo e médio incompleto; e posteriormente o médio completo e superior incompleto; por último o superior completo. O grupo estudado apresentou uma porcentagem de pessoas superior à média gonçalense dentro do nível mais baixo de escolaridade apresentado pela observação dos dados. Os pentecostais possuem 45,75% na faixa inferior de escolaridade enquanto a média geral encontra-se em 38,4%. Tangente ao subitem superior completo apresenta uma porcentagem de pessoas inferior à média da população geral da cidade, apenas 3,9% dos devotos (da subdivisão evangélica estudada) possui ensino superior completo contra uma média de 7,14% dos gonçalenses. Segue abaixo a tabela comparativa entre a escolaridade em porcentagem da população total da cidade e do grupo referido:

Tabela 10 – Escolaridade das pessoas acima de 25 anos

Escolaridade	População total	Pentecostais
Sem instrução ou fundamental incompleto	38,4%	45,75%
Fundamental completo e médio incompleto	20%	20,86%
Médio completo e superior incompleto	34,46%	29,49%
Superior completo	7,14%	3,9%

Fonte: IBGE/ Censo 2010: Cidades@.

Após a avaliação anterior sobre a escolaridade dos pentecostais não há surpresa alguma quando fica constatado que o agrupamento dispõe de um rendimento menor que a média da população total. Quando comparamos os dados referentes às duas faixas mais baixas de rendimentos constatamos o seguinte: aproximadamente 60 % das pessoas devotas de igrejas pentecostais possuem uma renda até 1 salário mínimo, enquanto na população total a porcentagem de indivíduos com essa faixa de ganho é de aproximadamente 50%. Na comparação do número de pessoas sem renda, a diferença entre o grupo averiguado e a

<sup>12</sup> O Cidades é uma ferramenta para se obter informações sobre todos os municípios do Brasil num mesmo lugar no site do IBGE. São encontrados gráficos, tabelas, históricos e mapas que traçam um perfil completo de cada uma das cidades brasileiras. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

população geral é insignificante, mas sabendo que o IBGE usa como critério de estudo rendimento de pessoas de 10 anos ou mais de idade. Uma faixa de idade baixa entra na contagem dos dados as pessoas que recebem auxílios do governo como a bolsa escola, o que termina por dificultar a noção real do número de pessoas sem rendimento, ou seja, desempregadas. Outro dado já estudado que ajuda a explicar um maior quantitativo de pessoas em um nível menor de renda é o agrupamento deter um número maior de mulheres. A sociedade brasileira ainda apresenta uma disparidade de renda entre homens e mulheres, mesmo quando ambos possuem o mesmo grau de escolaridade e, em alguns casos, a mesma função. Segue abaixo os dados completos sobre o rendimento do núcleo pesquisado em confronto com os números da população total:

Tabela 11 – Rendimento pessoas de 10 anos ou mais de idade

<b>Faixas de rendimento</b>	<b>Pentecostais</b>	<b>População Total</b>
Até 1/4 de SM*	8,84%	4,30%
1/4 a 1 SM	51,15%	45,68 %
1 a 2 Salários Mínimos	27,10%	29,65%
2 a 3 Salários Mínimos	6,85%	8,78%
3 a 5 Salários Mínimos	2,88%	4,74%
5 a 10 Salários Mínimos	0,93%	1,84%
Renda maior que 10 Salários Mínimos	0,15%	0,34%
Sem renda	5,10%	4,68%

\*Salário Mínimo.

Fonte: IBGE/ Censo 2010: Cidades@.

A seguir são expostos os dados referentes à ocupação dos pentecostais comparados com os da população total. É possível perceber que a maioria destes religiosos está inserida no tipo de ocupação semanal como empregado, mas se compararmos com a população total nota-se que há uma leve diferença com os dados gerais do município, pois a porcentagem de pessoas empregadas no referido grupo é menor do que a média da cidade. Com relação às pessoas que trabalham por conta própria a situação é inversa, a porcentagem de pentecostais que tem esse tipo de ocupação é de 19,6 % e da população total é de 18,87%, há uma leve diferença que indica um maior número de pessoas que trabalham como autônomos. Ao passo que o número de pessoas que são empregadores dentro do agrupamento é menor que a média municipal. E ainda o número de pessoas que exercem funções não remuneradas no meio pentecostal é superior à porcentagem de indivíduos que possuem este tipo de ocupação na população total. O mesmo fato ocorre quando analisamos a porcentagem de pessoas que trabalham na produção para o próprio consumo se comparados notamos que esse tipo de ocupação é de quase duas vezes e meia maior entre os pentecostais do que na população gonçalense. Analisando os dados foi possível concluir que os pentecostais encontram-se em

uma situação de risco social maior que a média municipal devido aos tipos de ocupação que exercem, embora, como demonstrado, seja leve a diferença nos tipos de ocupação, com exceção aos trabalhadores na produção para o próprio consumo.

Tabela 12 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência

<b>Tipos de ocupação</b>	<b>Pentecostais</b>	<b>População Total</b>
Empregados	77,86%	78,98%
Conta própria	19,6%	18,87%
Empregadores	0,7%	1,06%
Não remunerados	1,41%	0,91%
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	0,43%	0,18%

Fonte: IBGE/ Censo 2010: Cidades@.

A instituição AD pertence ao ramo evangélico com maior aceitação entre as camadas populares da cidade. Como exposto, são em sua maioria pessoas com rendimentos de até um salário mínimo, com um risco social mais elevado devido à ocupação exercida no mercado de trabalho e com baixa escolaridade. Esses dados servem para reforçar a importância destas instituições nas vidas de seus adeptos, pois por muitas vezes essas igrejas chegam aos espaços da cidade onde os serviços públicos são inexistentes ou precários, áreas para lazer e convívio social são limitados. De forma que os indivíduos que são membros destes templos religiosos utilizam esses ambientes para suprirem as carências existentes em seus bairros. Compreender essa construção coletiva no entorno do recinto religioso destas pessoas e a atuação em outras áreas como a social complementando a ação pública, e de que maneira surgem lideranças políticas ou grupos que utilizam a base de conhecimento e visibilidade social para ingressar na política é o que se pretende analisar. Existe a formação de uma rede de eleitores evangélicos em torno de um candidato da AD? Acontece um incentivo da Igreja para o envolvimento do religioso com a política? Se isso ocorre, de que forma se dá? As pessoas que frequentam esses espaços possuem algum tipo de influência na administração interna e decisões tomadas? Há uma centralização das decisões na figura do pastor ou existem instrumentos democráticos de participação? Essas são algumas das questões que buscarei responder nos próximos itens.

## 2.2 IADJN

A Igreja Assembleia de Deus em Jardim Nogueira foi fundada em 24 de setembro de 1982. Inicialmente era uma congregação da Igreja Assembleia de Deus do Mutuá sendo emancipada neste período. A IADJN está localizada na Rua Dona Clara no bairro do Boaçú, estando próxima ao centro da cidade. No período em que a igreja foi fundada possuía cerca de oitenta e quatro adeptos, atualmente o número de membros filiados à instituição é de cinco mil e trezentas pessoas. As pessoas que se declaram como pertencentes da AD em São Gonçalo são 78.722, logo a igreja pesquisada representa 6,7 % dos fieis da denominação, o que dá uma grande projeção a esta no campo religioso estudado, ademais a IADJN possui oito congregações<sup>13</sup> no município e mais oitenta e quatro espalhadas pelo país e até em outros países. As informações anteriores demonstram o grau de ascendência da instituição e a relevância na escolha desta no estudo que está sendo realizado.

Algo que deve ser destacado refere-se à impressão que tive sobre os dirigentes da Igreja, os mesmos aparentam extrema transparência em suas ações, visto que não tive impedimento algum em realizar coleta de dados e de acesso às fontes. Enquanto na recepção inicial na IADJN tanto os membros quanto as lideranças foram receptivos e falaram abertamente sobre os temas pesquisados, foi completamente distinto o que ocorreu quando tentei realizar o mesmo trabalho em uma igreja da linha neopentecostal, na qual pude perceber que existe uma hierarquia rígida e que mesmo os pastores que compõem a liderança local da Igreja Universal não estão aptos a autorizar qualquer atividade que não seja liberada pelos bispos da Igreja central em Del Castilho. Quando questioneei a negativa da realização da pesquisa obtive a resposta do pastor responsável pela filial de que a igreja não pertence a ele, por conseguinte fica subentendido que pertença a alguém. O que evidencia uma centralização e forte presença de uma cadeia de comando engessada, e ao mesmo tempo uma falta de autonomia até para quem exerce um cargo de liderança em uma igreja desta denominação. Na igreja pesquisada, com os vários contatos que fiz, percebi que a membresia, passando pelos que compõem as lideranças nos cargos menores até aqueles que fazem parte da diretoria, agem como se aquela instituição lhes pertencesse, como se pudesse de alguma maneira influenciar nela, isto aguçou ainda mais a minha curiosidade em estudar a IEDJN.

---

<sup>13</sup>As Igrejas Evangélicas denominam de Congregação pequenas comunidades ou Igrejas que surgiram a partir de uma Matriz que podem permanecer como tais ou se emanciparem dependendo do número de membros que possuam.



Será analisada agora uma pesquisa realizada com os membros da IEDAJN, que tem por objetivo em sua parte inicial evidenciar a frequência dos fiéis e há quanto tempo são membros da instituição, além disso, são realizados questionamentos tentando compreender os fatores que levam estes indivíduos a se identificarem com a igreja. E ao mesmo tempo a opinião acerca das características ou valores que passaram a prezar quando ingressaram no grupo. A segunda parte do questionário, da quarta questão até a sexta, intenta delinear se existe incentivo por parte da igreja para que os membros participem da política, e no caso da existência, se os mesmos aprovam esse envolvimento. Da sétima indagação à décima ocorre a tentativa de assinalar se há identificação com partido político, e ainda, se como eleitores já votaram em candidatos evangélicos, tentando também entender a atuação da igreja na área social. O quarto período dos questionamentos engloba temas como reforma agrária, greves, manifestações e por último o conflito entre o laico e o religioso. Na última parte da pesquisa sucede a indagação sobre os possíveis métodos de escolha eleitoral e a escolaridade dos membros pesquisados.

### 2.3 Análise dos dados coletados

A coleta de dados através de um questionário entregue aos frequentadores da igreja aconteceu entre julho e agosto deste ano. Foram entrevistados 26 pessoas no total de diferentes faixas etárias e gêneros em diferentes dias. Segue agora a análise dos números obtidos através das entrevistas.

A primeira questão foi: “Com que frequência você vai à igreja?”. Boa parte da literatura que analisa os evangélicos brasileiros aponta a assiduidade aos cultos como um item que os diferencia dos demais grupos religiosos no Brasil. Simone Bohn (2004, p. 288-338) exhibe os números dessa diferenciação:

Os evangélicos têm um alto grau de exposição às autoridades religiosas. Cerca de 82,6% deles vão ao culto uma ou mais vezes por semana. Os adeptos das religiões afro-brasileira e do kardecismo são os que mais se aproximam do perfil evangélico: 50% e 49,2% deles, respectivamente, têm um alto grau de exposição às autoridades religiosas.

O contínuo convívio com o grupo religioso de certa forma pode ser apontado como um importante fator facilitador para assimilação de certos valores ali presentes. Não estou

afirmando aqui que ao ir continuamente a certa instituição ou ambiente o indivíduo irá se tornar um mero fantoche das concepções hegemônicas presentes naquele ambiente, o que afirmo é que ele pode conhecer tais ideias e escolher se irá valorizá-las ou não, daí a importância de aferir a frequência dos adeptos às reuniões religiosas. Segue abaixo o índice de assiduidade dos indivíduos entrevistados:

Tabela 13 – Frequência

Alternativas	Porcentagem
a) uma vez no mês	3,84
b) uma vez na semana	7,68
c) mais de uma vez na semana	80,8
Não responderam	7,68

Fonte: O autor, 2015.

Como pode ser observado o maior índice de frequência é de pessoas que vão mais de uma vez da semana aos cultos (alternativa: c). Esta foi a resposta de 80 % dos entrevistados, um número bem próximo ao citado por Bohn na pesquisa realizada com base nos dados do ESEB (2002). Sendo assim, sabemos que os membros detém um alto grau de exposição às autoridades religiosas, seguindo o padrão dos evangélicos brasileiros. E permitindo como exposto anteriormente uma maior possibilidade de que seja assimilado o que é valorizado pelo núcleo.

A segunda questão que complementa a primeira é: “Há quanto tempo você frequenta a igreja?”. A ideia seria tentar diferenciar a visão de quem é amiadado há tempos daqueles que estão num período menor no grupo, mas infelizmente nenhuma pessoa que participa há menos de cinco anos respondeu a pesquisa. No entanto isso não prejudicou a análise, uma vez que sabemos que as opiniões que foram coletadas são justamente daqueles que já por um longo tempo encontram-se na IADJN. Como pode ser visto na tabela abaixo a maioria é amiadada há mais de dez anos, ainda que adolescentes tenham respondido as questões:

Tabela 14 – Tempo em anos que frequenta a Igreja

Alternativas	Porcentagem
a) menos de dois anos	0
b) entre dois e cinco anos	0
c) entre seis e dez anos	3,84
d) Acima de dez anos	92,32
Abstenção	3,84

Fonte: O autor, 2015.

A ocorrência desse fato inesperado termina por ser positivo no sentido de que será possível verificar as diferentes opiniões com relação ao envolvimento da religião com a política e se há um ambiente de múltiplas posições e liberdade de opinião, ou se na IADJN sucede algum tipo de cerceamento na liberdade de opinião.

O terceiro ponto na análise foi de uma questão que não era objetiva, deixando o entrevistado livre para responder e tem por objetivo compreender a identificação da pessoa com a instituição, na medida em que deixava o entrevistado mais a vontade uma vez que ficava livre para descrever sua visão religiosa. A terceira questão era: “Quais mudanças ocorreram em sua vida após seu ingresso na Igreja?”. O que faz com que pessoas permaneçam mais de dez anos frequentando um ambiente e ao mesmo tempo com uma alta assiduidade semanal? Para compreender o motivo que os prende em tal rotina, analisando as vinte seis respostas apenas uma pessoa se absteve e todos os outros que responderam descreveram a importância da instituição em suas vidas, pelo menos dez de vinte cinco afirmam que os ajudou a conviver melhor com as pessoas no dia a dia. Apontam uma melhoria na sociabilidade, contudo, sem diminuir a importância de outros temas abordados, como abandono de vícios, alguns exemplos de curas de doenças e citações de mudanças sociais devido à existência de um maior autocontrole após o ingresso. De um modo geral estas pessoas encaram a instituição como um espaço que alterou algo que enxergavam de negativo em suas vidas e que abandonaram ao participar ativamente da mesma.

A quarta indagação: “Qual a postura de sua Igreja no tocante à participação de evangélicos na política?”. A questão visa traçar a percepção dos membros com relação a esse posicionamento, pois como já demonstrado anteriormente a imensa maioria das instituições evangélicas já declinaram da apatia política há décadas e, esse mesmo ponto será abordado mais adiante nas entrevistas com as lideranças da IADJN, e também é analisado no posicionamento da Convenção Geral. Segue abaixo a percepção dos membros no que diz respeito ao assunto:

Tabela 15 – Postura da Igreja com relação a participação de evangélicos na política

<b>Alternativas</b>	<b>Porcentagem</b>
a) Estimula a participação na política e orienta na escolha dos candidatos	26,92
b) Estimula a participação na política e não orienta na escolha dos candidatos	26,92
c) Na Igreja não é abordado tema relacionado à política	30,76
d) Resposta Livre	15,38

Fonte: O autor, 2015.

É possível verificar que coexistem experiências variadas no mesmo ambiente que levaram a respostas bem diferentes, em específico a opção mais escolhida foi a da não menção sobre a política na Igreja. As alternativas a e b tiveram uma porcentagem igual de apontamentos, isso evidencia que mais da metade dos entrevistados já receberam estímulos para aprofundar seus conhecimentos sobre o campo político, somados aos que escolheram a opção (d) afirmando a existência de encorajamento para o aumento da compreensão sobre a política temos 65 % das pessoas pesquisadas que apontam para o estímulo. Chama a atenção o fato de 26,92 % afirmarem que já ocorreu orientação na escolha do candidato ou que elas assim o perceberam. De qualquer forma, a maioria, ou seja, 73,08% dos que colaboraram afirmam não receberem orientação acerca da escolha do candidato.

Na sequência o adepto foi levado a demonstrar a sua opinião sobre a conexão da igreja com a política, se aprova ou desaprova, com duas opções de aversão ao tema e duas de afinidade. A questão foi: “Você concorda com o envolvimento da igreja com a política?”. Segue a abaixo as porcentagens de cada alternativa:

Tabela 16 – Concorda com o envolvimento da Igreja com a política?

Alternativas	Porcentagem
a) Concordo plenamente	7,7
b) Concordo	23
c) Discordo	53,9
d) Discordo plenamente	15,4

Fonte: O autor, 2015.

Ainda que a maior parte dos membros da IADJN não concorde com o envolvimento da Igreja com a política há um número considerável daqueles que concordam, eles são cerca de um terço. Na análise deste item fica claro que nesta instituição formou-se um ambiente que respeita diferentes opiniões, haja vista que um quantitativo tão grande de pessoas que tem aversão à ligação da Igreja com a política não permaneceriam em um lugar no qual não existisse o respeito ao seu posicionamento, posto que não são obrigadas a permanecer ali, mas vão espontaneamente.

Na sexta questão o entrevistado era indagado se: “Sua Igreja é aberta para receber candidatos nas eleições?”. E ainda no caso de resposta positiva a pessoa deveria descrever como ocorrem as visitas de candidatos ao ambiente religioso.

Tabela 17 – Sua Igreja é aberta a receber candidatos nas eleições?

Alternativas	Porcentagem
a) não	15,38
b) sim	84,62

Fonte: O autor, 2015.

A minoria afirma nunca ter presenciado a visita de candidatos nas eleições à igreja. Agora aqueles que responderam positivamente à indagação também relataram como se dá esta visita. A maioria das narrações aponta que ocorre um momento que são realizadas orações pelo candidato e nenhuma das exposições sinaliza para o uso do púlpito como palanque eleitoral. Outro ponto que foi frisado é que a visita acontece como a de uma pessoa comum, ou seja, sem prévio aviso. Com os dados coletados é possível observar que não sucede nesta Igreja o que foi Descrito por Ari Oro (2003, p. 53) em sua obra analisando uma instituição neopentecostal:

Nas eleições de 2002, a IURD apresentou algumas novidades em relação às eleições passadas. Como nas demais, ao final dos cultos mais concorridos, sobretudo os dominicais, não somente era mencionado o nome e o número dos candidatos da igreja aos cargos eletivos, mas, algumas vezes, os próprios candidatos eram apresentados aos fiéis/eleitores ou, em caso de sua ausência, os bispos ou os pastores faziam subir no “palco/altar” alguns banners com fotos dos candidatos.

A postura de indicação direta do candidato no período eleitoral que foi descrita por Oro, que é realizada em instituições neopentecostais não sucede dentro da igreja estudada. Aparentemente o que ocorre é certa visibilidade que o político que visita a instituição recebe frente à membresia no momento que se insere em um cerimonial religioso de receber orações das lideranças do ministério. E isso demonstra para os eleitores em potencial que este comunga de suas visões religiosas podendo gerar ou não identificação nestes, sendo assim, não incorre a intervenção direta dos líderes no sentido de apontar o candidato para os adeptos da instituição.

Dando sequência às indagações sobre a percepção e aprovação da ligação entre religião e política para os entrevistados temos a sétima pergunta: “Nos últimos anos ocorreu um aumento no número de políticos evangélicos. Você considera esse aumento?” Foram dadas três opção de resposta: positivo, negativo e sem relevância. Segue a opinião aferida:

Tabela 18 – O aumento do número de políticos evangélicos é?

Alternativas	Porcentagem
a) positivo	92,32
b) negativo	3,84
c) sem relevância	3,84

Fonte: O autor, 2015.

A maioria dos entrevistados demonstra que enxerga a participação nos cargos políticos de pessoas oriundas do grupo religioso ao qual pertence como algo benéfico para a sociedade. E chama atenção o número reduzido de respostas que interpretam esse aumento como algo negativo ou sem relevância.

Tentando ainda delinear características da instituição que gerem uma identificação da membresia foi realizada a seguinte questão: “De que forma sua Igreja contribui para sua cidade?”. A resposta era livre. O interessante é que dos 26 entrevistados, obtive 17 respostas que apontavam para uma ação social por parte da Igreja, seja o fornecimento de cestas básicas, ou o auxílio a dependentes químicos. A própria palavra “social” ligada aos vocábulos trabalho ou ação praticamente aparece em todas as descrições das respostas citadas. Das sete respostas que seguem a mesma linha surge o termo religioso “evangelizando”, ou transformando, o que sugere que estes indivíduos visualizam em sua ação de cooptação religiosa uma forma essencial de mudança na sociedade. Surgiu aí uma das características que, não só nessa Igreja, mas em qualquer instituição religiosa, termina por possuir, uma ação complementar ou em alguns casos a única ação na área de assistência social que algumas pessoas recebem. Pude perceber em tal item que a ação social de forma geral é extremamente estimada pelos membros.

Seguindo a análise chegamos à nona questão que visa identificar se o religioso nas últimas eleições municipais votou em candidato evangélico.

Tabela 19 – Você votou em candidato evangélico nas últimas eleições municipais?

Alternativas	Porcentagem
a) não	26,92
b) sim	73,08

Fonte: O autor, 2015.

É muito expressiva a tendência de escolha do candidato que professa a mesma fé dos entrevistados. Sobre a formação de opiniões em consonância dentro de um grupo é necessário compreendermos o conceito de símbolo trabalhado por Pierre Bourdieu (1989, p. 10):

Os símbolos são os instrumentos por excelência da integração social: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação (cf. a análise durkheimiana da festa), eles tornam possível o consensus acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração lógica é a condição da integração moral.

Obviamente que o discurso dos que foram escolhidos por estes foi ao encontro dos elementos culturais e valores que prezam enquanto um grupo religioso evangélico, associando isso ao fato da igreja incentivar seus membros a se informarem sobre os candidatos e entender um pouco mais sobre temas políticos, mesmo sem apontar a direção em determinado partido ou candidato. Desse modo termina por ser quase natural a escolha que fazem e, em certa medida, quando como comunidade religiosa complementa a ação do Estado na área social, quando já estão fazendo política ou ao menos auxiliando as políticas públicas nesta área. Os candidatos que foram escolhidos por estes se mostraram mais capazes em utilizar a simbologia que é prezada pelo grupo, e ainda podemos presumir que possuem um consenso em uma série de temas que podem inclusive fazer parte das propostas do político escolhido.

Outro item pesquisado foi a tentativa de determinar se existe a identificação do grupo com partidos políticos ou um partido específico, segue abaixo o resultado:

Tabela 20 – Você se identifica com algum partido político?

Alternativas	Porcentagem
a) Não.	84,62
b) Sim.	15,38

Fonte: O autor, 2015.

A maior parte dos entrevistados demonstrou não gozar de afinidade com nenhum partido, e das pessoas que afirmaram identificar-se nenhuma descreveu o mesmo. Logo podemos presumir que a maior parte dos entrevistados tende a atribuir valor a outros critérios que não a ideologia ou propostas de um determinado partido.

Irei realizar uma análise conjunta das questões (11,12 e 14) que buscam traçar o posicionamento político dos entrevistados com relação as distinções de direita e esquerda. Prosseguindo na análise temos o seguinte questionamento: “Em sua opinião o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) age corretamente quando invade terras para pressionar o governo para avançar com a Reforma Agrária?” e ainda “Qual sua posição sobre movimentos grevistas?”, e por último “Qual das opções abaixo melhor contribuiria para a redução da violência?” As respostas foram nas seguintes proporções:

Tabela 21 – O MST age corretamente quando invade terras para pressionar o governo para avançar com a Reforma Agrária?

Alternativas	Porcentagem
a) concordo plenamente.	0
b) concordo.	23,1
c) discordo.	30,8
d) discordo plenamente.	46,1

Fonte: O autor, 2015.

Tabela 22 – Qual sua posição sobre movimentos grevistas?

Alternativas	Porcentagem
a) concordo plenamente.	3,85
b) concordo.	46,15
c) discordo.	34,6
d) discordo plenamente.	15,4

Fonte: O autor, 2015.

Tabela 23 – Qual opção abaixo melhor contribuiria para a redução da violência?

Alternativas	Porcentagem
a) pena de morte.	3,1
b) redução da maioridade penal.	25
c) maiores investimentos em educação.	62,5
d) diminuição da desigualdade social.	9,4

Fonte: O autor, 2015.

No tocante a questão referente à reforma agrária é possível notar uma forte oposição dos entrevistados às ações realizadas pelo MST, uma vez que 76,9 % escolheram as alternativas (c/d). Ao passo que na segunda questão com referência aos movimentos grevistas ocorre um empate com relação aos posicionamentos e, por último, no item sobre o que melhor contribuiria para redução da violência os entrevistados tenderam a efetuar em sua maioria escolhas que estariam mais à esquerda. Não se torna nem necessário a realização de uma média entre as questões para notar que não se tem um posicionamento homogêneo com relação da tendência a esquerda ou a direita no agrupamento pesquisado, ele se encontra dividido e sem convergência.

A décima terceira pergunta anseia compreender o grau de apoio do agrupamento as manifestações que aconteceram em junho do ano anterior. “No ano passado ocorreu uma série de protestos em várias cidades brasileiras. Você acredita que esse tipo de ação contribui para o fortalecimento da democracia?” Quase dois terços das pessoas se manifestaram a favor das manifestações. A literatura tradicionalmente associa os membros de igrejas pentecostais a posicionamento autoritários o que contradiz os dados obtidos. Segue abaixo a porcentagem das respostas:



Tabela 24 – Você se identifica com algum partido político?

Alternativas	Porcentagem
a) Sim.	61,54
b) Não.	38,46

Fonte: O autor, 2015.

A décima quinta questão tem por tema o conflito entre o laico e o religioso. “Na gestão do último governo municipal a Praça Chico Mendes foi transformada em Praça da Bíblia. Deu-se a substituição de três quadras poliesportivas e uma pista de skate por grandes murais com passagens bíblicas. Essa mudança foi positiva para a cidade?”

Tabela 25 – Praça da Bíblia. Essa mudança foi positiva para a cidade?

Alternativas	Porcentagem
a) Sim.	80,76
b) Não.	15,4
Abstenção.	3,84

Fonte: O autor, 2015.

A apropriação de um espaço de utilização para esporte e entretenimento por uma praça em homenagem ao livro sagrado cristão foi aprovada massivamente pelos religiosos. Neste ambiente evangélico acontece uma identificação do interesse evangélico com o interesse coletivo, o que interfere no pluralismo e, em última instância, na própria democracia. Talvez o que diz respeito ao conflito entre temas laicos e religiosos seja o que é mais inquietante quando se estuda ou pensa a conexão de religiosos com a política.

A penúltima indagação era: “Como você escolhe seu candidato nos pleitos eleitorais?” Intentando identificar se a Igreja constitui para os religiosos um espaço de obtenção de informações políticas, e quais são os outros meios de obtenção das mesmas. Obtive os seguintes dados:

Tabela 26 – Como você escolhe seu candidato nos pleitos eleitorais?

Alternativas	Porcentagem
a) Debates e propaganda na TV.	38,5
b) Rádio.	0
c) Igreja.	15,4
d) Conversa com amigos ou parentes.	30,7
e) Outros	15,4

Fonte: O autor, 2015.

Das pessoas que optaram por relatar a forma como escolhem o seu candidato que seria a alternativa (e), a maioria descreveu que busca ler o plano de governo e que ainda acompanha as notícias pela imprensa sobre a conduta do mesmo. Cerca de 15,4% dos

assembleianos pesquisados afirmaram escolher seu candidato através de informações obtidas na igreja, o que reforça o que já foi verificado em questões anteriores de que existe um estímulo por parte da Igreja para que os membros se envolvam e se informem sobre a política.

O último componente da pesquisa é apenas o perfil de escolaridade dos entrevistados na IADJN:

Tabela 27 – Escolaridade

<b>Alternativas</b>	<b>Porcentagem</b>
a) Fundamental incompleto.	23,08
b) Fundamental completo e médio incompleto.	15,4
c) Ensino médio completo ou superior incompleto	50
d) Superior completo	3,85
e) Mestrado completo	3,85
f) Doutorando	3,85

Fonte: O autor, 2015.

Ao fim desta análise é possível concluir que a maior parte dos membros da IADJN está altamente exposta às lideranças religiosas. E que os critérios que os levam a se identificarem com a instituição é a afirmação que o ingresso nesse ambiente possibilitou o abandono de práticas ou posturas que consideravam negativas em suas vidas. Bem como a ação social realizada pelo grupo através da Igreja, que é também um fator de forte identificação com a mesma. Vimos que existe uma ação da Igreja para mobilizar os componentes a participarem da política. E que embora a maior parte tenha a percepção de que a igreja estimula essa participação, temos um alto índice de rejeição por parte destes ao questionamento sobre se a mesma deveria se envolver com a política, ainda que a pergunta abra margem para interpretação de uma relação entre igreja e Estado. É perceptível que a IADJN está aberta para receber candidatos durante as eleições, fato confirmado massivamente pelos religiosos, porém também ficou claro que não há um prévio aviso desta visita e que os aspirantes aos cargos políticos não sobem ao púlpito, embora a mera visitação e participação no cerimonial da instituição já gerem uma visibilidade para eles. Já a percepção dos assembleianos sobre o aumento no número de políticos evangélicos é positiva, segundo a maioria dos entrevistados, e essa identificação se reflete nos índices de pessoas que escolheram seus candidatos entre seus pares religiosos algo que fica em torno de 73%. A identificação partidária é baixa entre os que contribuíram para pesquisa. Concernente ao posicionamento político é notório que as preferências se dividem, não sendo constado um posicionamento mais conservador do grupo, como indica a literatura com relação aos pentecostais. Foi constatado que quando se tem o conflito entre o religioso e o laico,

interpretando as respostas dadas sobre a alteração da praça, os entrevistados tendem a não perceber um problema, ou enxergam a alteração que aponta para o aprofundamento da religião no espaço público da cidade como positiva. Por último a Igreja constitui, para um núcleo minoritário dos entrevistados, o espaço de escolha de seus candidatos.

#### **2.4 Entrevista com os líderes religiosos da IADJN**

O presente momento do trabalho anseia dar voz nesta etapa às lideranças da IADJN. Anteriormente foi realizado um levantamento de dados que teve por base as entrevistas realizadas com os membros da Igreja, procurando permitir a fala de diferentes indivíduos e captar suas percepções acerca da instituição que frequentam e com o foco nos temas aqui abordados.

Segue a transcrição da parte inicial da entrevista, para que sejam apresentados todos os pastores que contribuíram com esta etapa do trabalho:

Filipe Macharete: Boa noite! Tem início agora a entrevista. Nesse momento eu vou abrir um espaço para que cada liderança possa se apresentar:

Pastor Adilson Henrique dos Santos: Muita boa noite! Filipe eu sou pastor Adilson Henrique dos Santos. Pastor presidente da Assembleia de Deus Jardim Nogueira e tenho a alegria de recebê-lo por que sou egresso da UERJ-FFP, onde fiz o curso de Geografia, além disso, eu tenho um Mestrado em Psicologia pastoral, e outro Mestrado em Ciências da Religião, e sou doutorando. Sou oficial superior das forças armadas e no momento me encontro na reserva. Como pastor presidente da Igreja, eu tenho outras coisas a elencar, pois também faço parte da Convenção Geral e da CEADER, associado ao Conselho Estadual de Pastores, onde também ali sirvo a Deus como presidente do Conselho de Ética. Então é um prazer poder responder as perguntas que serão realizadas nesta entrevista.

1 ° Tesoureiro Pastor Márcio da Fonseca Filho: Eu sou Márcio da Fonseca Filho pastor auxiliar local faço parte da Diretoria da Igreja como 1 ° Tesoureiro e colaboro como um dos Professores na Escola Bíblica Dominical.

Pastor Hélio Fernandes: Boa noite! Sou o pastor Hélio Rodrigues, represento a Igreja Assembleia de Deus em Jardim Nogueira, sou um dos Vice-Presidentes e atuo ao lado do pastor Adilson Henriques naquilo que é possível. Tenho alegria de estar participando desta entrevista e espero poder contribuir da melhor forma possível.

Admon Henrique: Eu sou o evangelista Admon Henrique. Eu auxilio aqui na Assembleia de Deus Jardim Nogueira como professor da escola bíblica dominical, também tenho nível superior completo em teologia e sou sargento das forças armadas.

Agora sucederá a análise das entrevistas realizadas com a diretoria da Igreja que teve os seguintes eixos temáticos como norteadores:

- 1º) O impacto do envolvimento com a política para a igreja segundo a visão desses religiosos, e ainda os pontos que os pastores destacam como positivos ou negativos na ligação entre religião e política;
- 2º) O posicionamento destes líderes com relação ao ramo de pertencimento, procurando entender como se autodeclararam e que outro(s) ramo(s) entendem como antagônico(s), além destacar as próprias características do grupo;
- 3º) Questionamentos que tentam inferir se a IADJN estimula seus fiéis a participarem da política e qual é o apoio dado a um membro que busque se lançar como candidato;
- 4º) Acerca da administração da instituição é questionada se os membros detêm algum tipo de influência, uma vez que são estes que sustentam a igreja com suas doações e, na existência de influência na gestão, de que modo ocorre essa participação nas tomadas de decisão;
- 5º) Por último é analisada a atuação social da instituição, de que maneira acontece e quais são os focos dos trabalhos realizados.

Embora pertençam ao mesmo eixo temático não aconteceu o alinhamento das questões de forma sequencial, a primeira linha temática engloba as questões: 1, 9 e 10. A primeira questão<sup>14</sup> visava analisar o impacto para a imagem da igreja evangélica com o estreitamento do elo entre religião e política. Buscando evidenciar o posicionamento das lideranças no que diz respeito à esfera política a indagação já supõe que existiu um impacto, o que abre margem para descrição dos possíveis efeitos para a igreja, mas também pode gerar a defesa da conexão entre a religião e a política, dependendo da opinião das lideranças. Enfim, é possível definir a posição deles, se de oposição ou convergência com esta relação, através da fala do Pastor Adilson Henrique:

---

<sup>14</sup> Questão-1: Nos últimos anos foi consolidado o envolvimento dos evangélicos com a política. Na opinião de vocês qual foi o impacto para a imagem da igreja evangélica com o aumento da relação entre religião e política?

Trouxe um novo pensar, trouxe um novo modo de vida para os evangélicos que agora não encaram a política como um bicho de sete cabeças, mas o evangélico passa a ser um membro integrante [...] entendo que houve um impacto sim, mas, sobretudo, esse impacto negativo ele vem sendo diminuído dado à participação efetiva na política de uma forma, eu diria, não agressiva, e sim mais interativa, os evangélicos em todos os níveis estão participando ativamente.

Fica evidenciado na fala do Pastor Adilson Henrique que sua interpretação sobre o envolvimento dos evangélicos com a política é de que foi algo necessário para gerar uma mudança no campo religioso e que a partir dessa participação o grupo ganhou uma maior integração à sociedade. É visível que ele reconhece a existência de um impacto negativo para a imagem da Igreja, mas em sua visão esse impacto tem perdido força. A segunda fala é do Evangelista Admon Henrique: “nós entendemos que é necessário que exista evangélicos dentro de um contexto político [...] porque é uma parcela da sociedade [...] nada mais justo que ter representantes desse grupo dentro da política.”

O primeiro item analisado termina por ser respondido através do que proferiu o Evangelista Admon Henrique que deixa claro que as lideranças religiosas da IADJN entendem que é necessária a representação de políticos oriundos do grupo no campo religioso. Ambos os relatos convergem para a justificação da participação dos evangélicos na política.

A nona indagação<sup>15</sup> da entrevista que faz parte deste eixo temático traz a solicitação de se expor um ponto negativo no envolvimento entre religião e política. A fala do entrevistado Pastor Adilson Henrique foi a seguinte: “Não entramos na política para querer dominar o mercado, nós vivemos as políticas públicas para beneficiar as pessoas e não para favorecer um grupo minoritário, não para fazer com que o meu grupo seja privilegiado”.

O que é retratado como negativo acaba sendo a tentativa ou a prática de estabelecer um monopólio no eixo político por parte de uma religião específica. Ainda seguindo a sequência da fala do entrevistado, ele enxerga a ação política da igreja como uma ‘terceira via’, semelhante à forma como os partidos ambientalistas ou verdes tem se apresentado nas últimas décadas. Ocorre em sua descrição o apontamento daquilo que diverge do ponto de vista de ação política da igreja. São citados o consumismo dos países capitalistas centrais e a ausência de liberdade em Cuba, e na sequência afirma o seguinte:

[...] se nós formos olhar, o evangélico tem conhecimento, hoje ele tem a noção tanto do capitalismo ou do marxismo pleno disso, então nós entendemos o que passa

<sup>15</sup> Questão-9: Em obra publicada recentemente Paul Freston afirma que especialistas enxergam a relação entre religião e política com certa cautela ou desconfiança, em parte devido à atuação de extremistas ligados a grupos religiosos islâmicos, mas no caso brasileiro ele não vê motivo para pânico, embora existam pontos negativos na relação entre os evangélicos e a política. Qual ponto negativo pode ser destacado nessa relação?

como acontece, mas nós não somos capitalistas, uma pessoa que leu Karl Marx pensa que nós estamos alienados a isso e não estamos.

Já o pastor Hélio Rodrigues destaca: “Eu vejo o quanto difícil é para o evangélico se manter no meio político e prosseguir a sua fé cristã. Política e Religião no país em que nós vivemos ainda têm certa dificuldade de andar juntas, é muito difícil atualmente para conciliar essas duas coisas.”

Conquanto não ocorra a menção da palavra corrupção, esta está implícita em sua fala. O posicionamento anterior que explicita uma alternativa frente às posições que estão estabelecidas na política brasileira e a preocupação com a corrupção que está presente no campo político não são apenas elementos presentes no discurso dos dois pastores. Pois estes também fazem parte das justificativas do envolvimento da CGADB com a política, como veremos mais adiante quando analisarei o posicionamento oficial da convenção. O interessante é que é possível assinalar alguns dos valores ou bandeiras que inclusive fazem parte do plano político da CGADB que são: a preocupação com a corrupção, a existência de domínio do cenário político por uma religião (ausência de liberdade religiosa) e a forma de se apresentar como uma posição alternativa frente aos demais políticos.

A décima indagação<sup>16</sup> obteve resposta complementar à primeira, pois as lideranças encaram o aumento da participação na política pelos membros do núcleo como um exemplo a ser seguido por brasileiros de outros grupos que ainda se mantêm à margem ou apáticos.

Com relação ao segundo tópico<sup>17</sup> esse tem por objetivo analisar como a cúpula da Igreja se identifica dentro dos diferentes ramos de pertencimento dos evangélicos. A literatura aponta a denominação AD como pertencente ao eixo pentecostal. Tanto Ricardo Mariano (2009) como Paul Freston (1993) assim classificam essa denominação. No relato do evangelista Admon Henrique, a IADJN se enquadraria em “um misto de missão e pentecostal”. Pude notar com base nas falas dos entrevistados que essas diferenciações podem se encaixar para uma diferenciação teológica teórica, mas pode ocorrer de a estrutura

---

<sup>16</sup> Questão- 10: Agora gostaria que destacassem um ponto positivo do envolvimento dos evangélicos com a política? Questão-9: Em obra publicada recentemente Paul Freston afirma que especialistas enxergam a relação entre religião e política com certa cautela ou desconfiança, em parte devido à atuação de extremistas ligados a grupos religiosos islâmicos, mas no caso brasileiro ele não vê motivo para pânico, embora existam pontos negativos na relação entre os evangélicos e a política. Qual ponto negativo pode ser destacado nessa relação?

<sup>17</sup> O segundo eixo temático compõe as seguintes questões: 2) Quando falamos Igreja Evangélica estamos enumerando uma série de instituições em um mesmo grupo. O IBGE divide as igrejas protestantes em de missão e pentecostal, mas recentemente uma série de especialistas em teologia, sociologia e outros estudiosos acrescentaram a esta subdivisão os neopentecostais. Vocês concordam com a divisão nestes três ramos? / 3) Em qual ramo a Igreja Assembleia de Deus Jardim Nogueira se enquadra?

administrativa de uma determinada denominação ser completamente diferente de uma do mesmo ramo. Ora há elementos que são próximos e que em certa medida agregam, porém é muito complicado se referir a essas denominações evangélicas enquadrando-as de forma homogênea em apenas três ramos, e algumas delas apresentam uma formação híbrida. Outro ponto que deve ser destacado é o fato de que acontece pelos entrevistados certa identificação com as ramificações de missões, e pode-se dizer o contrário com relação ao segmento neopentecostal como descrito pelo Pastor Adilson Henrique:

Os neopentecostais são essas igrejas que surgiram já nessas últimas décadas visando outra construção, e estas igrejas elas não são tradicionais, elas defendem em sua grande maioria um ponto de vista muito particular, às vezes voltado para teoria da liderança [...] os neopentecostais criam uma cadeia com foco diferente a de missão e também diferente da pentecostal.

O terceiro tópico<sup>18</sup> a ser analisado refere-se ao fato de como a IADJN incentiva seus membros a participarem da política e, na hipótese de um membro da Igreja se candidatar, qual forma de apoio ou orientação recebe da instituição. Com relação ao incentivo para participar da política, o 1º Tesoureiro, Pastor Márcio da Fonseca Filho, expõe sua visão:

A Igreja estimula de uma forma coerente aquele candidato que segundo a visão da direção da Igreja possua o melhor perfil, com base nisso o pastor não estará obrigando a nenhum membro, mas pode dar uma palavra segundo a sua ótica, que pode contribuir perfeitamente para esse ou aquele candidato.

Sobre a questão, o Pastor Márcio da Fonseca expõe que não há uma orientação direta em favor de um determinado candidato, mas que qualquer pastor da igreja pode dar uma palavra segundo seu ponto de vista, desde que haja coerência com suas convicções religiosas. Anteriormente já foram descritos alguns dos itens ou bandeiras políticas que por serem valorizados pelo grupo podem ser abordadas nestas determinações. Complementando a fala anterior temos o Evangelista Admon Henrique: “a Igreja estimula os membros a participarem da política por que participar da política é participar da democracia [...] nas nossas palestras, nas nossas reuniões isso é ensinado, a procurar candidatos sérios e que querem fazer um trabalho sério, isso como cidadão”.

Fica patente que a participação como dos fiéis com cidadãos que acompanham o processo eleitoral é estimulada pela igreja. Que existem determinados momentos em que são

---

<sup>18</sup> Terceira Linha temática tem por base as seguintes indagações: 5) A Igreja estimula os membros a participarem da política? De que forma ocorre este encorajamento? / 8) No caso de um membro da IADJN se candidatar nas eleições a Igreja ou ministério oferece algum tipo de orientação ou apoio? E de que forma ocorre?

dadas palestras com o objetivo de motivar os fiéis, e que essas não são exclusivamente realizadas no período eleitoral. Outra característica é exposta pelo Pastor Adilson Henrique: “a igreja participa da política, principalmente das políticas públicas”.

E se um fiel manifestar a vontade de ingressar como candidato no pleito eleitoral o Pastor Adilson Henrique afirma que a posição da Igreja é a seguinte: “A Igreja oferece esse apoio e a Igreja entende que quando uma pessoa quer se candidatar ela tem o livre arbítrio, ela pode participar do partido que ela quiser [...] a Igreja não participa efetivamente e financeiramente nesse processo político”.

O penúltimo norteamto<sup>19</sup> é de que modo os fiéis participam da administração, e como um membro ascende ou tem acesso aos cargos da Igreja. Compreendo que a oportunidade de influenciar nas tomadas de decisões da instituição demonstra se há uma valorização efetiva da democracia ou se esta só é lembrada nos períodos eleitorais, sendo assim as lideranças foram indagadas sobre a administração e a prestação de contas aos fiéis. Sobre o acesso aos cargos à diretoria da Igreja, informaram que para se exercer mesmo um cargo básico é necessário o indivíduo ser batizado e frisaram que não há restrições quanto ao gênero e que são cinco os cargos básicos abaixo do pastor. Não existe apenas um pastor na Igreja, mas um corpo de pastores, e por fim, o pastor presidente. Em suma, ficou definida a hierarquia presente nesta instituição e como esta é administrada, a fala a seguir define: “É bom lembrar que, dentro disso, nós temos nossas reuniões ordinárias e também existem nossas reuniões extraordinárias convocadas todas devidamente por editais e esses com no mínimo quinze dias de antecedência convocando todo o campo.”

As reuniões ou conselhos acontecem com toda a membresia disposta a participar para a comunicação dos gastos da igreja, e em assembleia são tomadas as decisões administrativas. As votações são semelhantes às que ocorrem em reuniões sindicais. De certa forma há uma prestação de contas com espaços para negativa dos membros com relação às propostas da diretoria, e ao mesmo tempo existe a oportunidade de opinarem. Não afirmo que isso aconteça em todas as igrejas da denominação Assembleia de Deus, mas na igreja pesquisada a administração procede dessa maneira. Segundo os entrevistados sucedem diferenças na organização, mesmo nas instituições de uma mesma denominação e ramo.

---

<sup>19</sup> Questão-4: Vocês enxergam alguma diferenciação na administração e acesso a cargos das Igrejas dos três ramos citados anteriormente?/ Questão-6: Existe algum tipo de prestação de contas aos membros na IADJN? Ou participação destes nas tomadas de decisões da instituição?



O último item<sup>20</sup> inquirido foi a ação social realizada pela IADJN. Neste tópico foi descrita pelos pastores a atuação em comunidades carentes. Apresentaram a ajuda prestada em cestas básicas, além de auxílio psicológico para dependentes químicos e auxílio financeiro a uma casa de recuperação (CRER). Há também projetos internos da Igreja como a roda de leituras, auxiliando os membros que tenham dificuldade nesta área, e a existência de um curso de inglês.

Concluindo, através da análise ficou demonstrado que existe um processo de valorização dos temas políticos no ambiente da Igreja pesquisada e que as lideranças têm motivado os membros para a participação não só no período de eleições, como descrito pelos mesmos, mas também por meio do estudo de temas relacionados em palestras fora da época eleitoral. Além disso, as lideranças entendem sua atuação no campo social como um complemento das políticas públicas estatais. A IADJN apresenta uma organização administrativa que permite a prestação de contas ou a apresentação de propostas que passam por um processo de aprovação pelos membros ativos da instituição por meio das reuniões ordinárias ou extraordinárias.

## **2.5 A organização interna da CGADB e a orientação com relação à política**

“Não podemos mais pensar a democracia brasileira sem levar em consideração a participação e presença desses grupos na política partidária nacional, nas alianças e barganhas que fazem com candidatos, partidos e governantes” (Ricardo Mariano).

Este subitem buscará relatar de forma breve a estrutura da CGADB com base no estatuto e regimento interno da convenção com ênfase na organização e distribuição de poder entre os membros da mesma, considerando se há uma gestão centralizada ou se existem instrumentos que possibilitam uma participação das lideranças associadas nas tomadas de decisão. Tentou-se destacara descrição de sua origem histórica e o ponto central da análise

---

<sup>20</sup> Questão-7: Uma das características que a literatura destaca sobre as Igrejas é que estas conseguem entrar por muitas vezes em localidades onde nem o Estado está presente. Como é realizada a atuação na área social pela IADJN?

aqui proposta que é a ação de mobilização da base e de lideranças religiosas em torno do projeto político da instituição.

A história da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil teve início em 1930 quando os missionários estrangeiros passaram para pastores brasileiros a direção da AD, “finalmente em 1946, em Assembleia Geral Ordinária realizada na cidade de Recife-PE, os pastores das Assembleias de Deus de todo o país decidiram tornar a CGADB em uma pessoa jurídica com a responsabilidade de representar a igreja perante as autoridades governamentais, bem como a todos os segmentos da sociedade”<sup>21</sup>. A Convenção Geral se manteve como a única instituição central até 1989 quando se deu uma divisão dando origem à CONAMAD (Convenção Nacional das Assembleias de Deus- Ministério Madureira).

A CGADB foi a primeira organização central para as igrejas da Assembleia de Deus no Brasil. Esta convenção tem sido responsável por agregar e coordenar essas instituições, além de proporcionar um espaço de debates sobre a doutrina religiosa, estratégias de captação de novos membros e de ação social, e também tem fomentado o interesse dos religiosos da AD com relação à política. Este último papel exercido teve início há cerca de trinta anos.

A Convenção Geral está dividida, segundo seu estatuto, nos seguintes instrumentos: “CAPÍTULO- VI. Art. 25 - São órgãos da CGADB: I - a Assembleia Geral ; II - a Mesa Diretora; III - a Secretaria Geral ; IV - os Conselhos ; V - as Comissões .”<sup>22</sup> A Assembleia Geral ocorre a cada dois anos. Os pastores das igrejas conveniadas é que decidem, através de votação, os ministros que serão eleitos para os cargos da mesa diretora e dos conselhos, assim como é também um espaço aberto para proposições. Essa característica da organização interna da CGADB demonstra a existência de certo grau de influência dos pastores das diferentes igrejas associadas nas tomadas de decisão desse organismo central, diferenciando até certo ponto a AD das igrejas do segmento neopentecostal, no qual acontece a centralização e direção nas mãos de uma única liderança.

Ainda que existam instrumentos democráticos na gestão da CGADB, é inegável que ocorre uma conservação no poder do presidente José Wellington Bezerra da Costa que permanece no cargo desde 1988. Segundo o histórico das Assembleias Gerais de 1988 até a última, em 2013, o referido pastor só não exerceu a presidência em uma única ocasião, quando a assembleia foi realizada no Mato Grosso, em 1993, presidida por Sebastião

---

<sup>21</sup> História da CGADB. Disponível em: <<http://cgadb.org.br/home5a/>>. Acesso em: 4 jul. 2014.

<sup>22</sup> Estatuto da CGADB.

Rodrigues de Souza<sup>23</sup>, ou seja, ficou afastado do cargo por apenas dois anos. Sendo assim, mesmo com um estatuto que se mostra favorável à participação e ascendência de lideranças de diferentes regiões do país da AD, a manutenção no poder de um determinado ministro por um longo período evidencia certos limites destes instrumentos participativos.

O envolvimento de membros da AD com a política foi legitimado pela CGADB há quase trinta anos, desde que foi decidido em Assembleia Geral Ordinária, em 1985, pelas lideranças religiosas, o abandono de uma posição passiva com relação à política. Destaca-se a influência da obra publicada pelo pastor Josué Sylvester que é intitulada: ‘Irmão vota em irmão’, em 1986. Que teve grande repercussão não só entre os adeptos da AD, mas também no meio religioso evangélico em geral. Após essas mudanças na área religiosa da AD, o número de pessoas ligadas à Igreja que obteve êxito em pleitos eleitorais aos cargos do Legislativo e Executivo só vem crescendo, com alguns reveses pontuais. No entanto, a literatura destaca que o potencial eleitoral dessa instituição evangélica é maior do que o de suas concorrentes neopentecostais. Este ponto de vista é exposto por Cristina Vital da Cunha (2012, p. 59):

No que se refere ao campo político, a Igreja Assembleia de Deus mantém, de uma forma geral, uma ação mais tímida do que denominações como a IURD. Embora seja a igreja evangélica com o maior número de representantes da FPE, a sua presença na cena política é menor que a da IURD em termos proporcionais – número de auto declarantes de uma e outra denominação (mais de 12 milhões no primeiro caso e quase dois milhões no segundo, dados do Censo IBGE 2010).

Só cabe uma ressalva tangente ao que foi exposto por Vital. Como dito anteriormente, as igrejas Assembleias de Deus possuem duas principais convenções a CGADB e a CONAMAD, outras associações menores e até igrejas autônomas, logo não é correto atribuir os 12 milhões de adeptos a um único espaço de virtual influência política, haja vista que as convenções disputam entre si a hegemonia como órgão religioso central das igrejas evangélicas da AD. Mesmo assim uma ação com um pouco mais de coordenação por parte de cada convenção pode sim, como exposto por Vital, devido à proporção de adeptos gera um sucesso ainda maior durante o escrutínio.

Algumas ações no seio da Convenção Geral demonstram a consciência do potencial de crescimento eleitoral que possuem e suas lideranças tomaram a seguinte iniciativa que se encontra inclusive publicada na História Oficial no site da CGADB: “Neste início de século 21, a Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil continua implantando um projeto

---

<sup>23</sup> Histórico das Assembleias Gerais da CGADB. Disponível em: < <http://cgadb.org.br/home5a/>>. Acesso em: 4 jul. 2014.

de desenvolvimento de sua participação mais ativa na sociedade do nosso querido país. Criou-se o Conselho Político da CGADB tendo por finalidade coordenar o projeto ‘Cidadania AD Brasil’, que desenvolve a consciência política nas lideranças das Assembleias de Deus no Brasil e gerencia o lançamento de candidatos oficiais da denominação nos pleitos eleitorais em todo país.”<sup>24</sup> Essa decisão foi tomada pelas direções religiosas que estiveram reunidas na Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 2001. A criação do Conselho Político como sinalizado anteriormente anseia promover e ampliar ainda mais o ingresso de ministros religiosos ou membros nos pleitos eleitorais, institucionalizando a participação na política nacional.

Analisando o estatuto da CGADB, especificamente o trecho incluso após a AGO de 2001, é possível notar um reforço no poder do presidente da Convenção. Leiamos a subseção XI do Conselho Político:

Art. 71. O Conselho Político, órgão da Convenção Geral para assuntos de natureza política é composto de quatro membros, sendo um Presidente, um Vice-Presidente, um Relator e um Secretário, indicados pelo Presidente da CGADB durante o período da AGO e por esta referendados.

§ 1º. O Conselho Político reunir-se-á uma vez por ano, ou sempre que houver necessidade, para discutir assuntos de alta relevância política, convocado pelo seu Presidente.

§ 2º. É vedada a nomeação de parlamentar ou funcionário público comissionado nesta comissão.

§ 3º. Cada Convenção Estadual ou Regional indicará um representante para atuar junto ao Conselho Político.<sup>25</sup>

No artigo 71 fica definido que o presidente da CGADB será o responsável por indicar todos os nomes que irão compor o conselho político, posteriormente esses nomes são referendados pelas lideranças religiosas. Dessa forma, não ocorre nem a possibilidade de disputa pelo cargo através de eleições entre os associados à Convenção, pois, um cargo estratégico como esse fica quase que subordinado à escolha da liderança da Convenção. Uma vez que a existência do referendo dos pastores associados à CGADB é praticamente um consentimento à vontade do líder e não a da maioria dos associados, demonstrando certa centralização na figura do presidente da Convenção. Outro fator a ser destacado é o conteúdo do terceiro parágrafo que amplia a ação do conselho político ao promover a criação de um responsável em atuar nesta área em cada regional. Facilitando assim a fomentação da participação nos pleitos eleitorais e também a coordenação dessas regiões por parte do

---

<sup>24</sup> História da CGADB. Disponível em: <<http://cgadb.org.br/home5a/>>. Acesso em: 4 jul. 2014.

<sup>25</sup> Estatuto da CGADB.

conselho político, representado em cada conselho estadual ou municipal, assim influenciando na atuação dos pastores em cada igreja filiada.

O conselho político dentro da CGADB passou a atuar de modo que ao mesmo tempo em que incentiva o ingresso de membros no cenário político em diferentes níveis de atuação, do municipal ao federal, também exerça o poder de escolha dos candidatos oficiais. Esta tendência pode ser interpretada até certo ponto como uma forma de eliminar a possibilidade de futuros constrangimentos das lideranças da AD por terem concedido apoio a políticos que se envolvam em escândalos e maculem a imagem da organização religiosa. Todavia, abre margem para o controle por parte do Conselho Político daqueles que poderão receber o apoio oficial da Igreja. É claro que em termos de estratégia política a limitação de candidatos é bem vinda para evitar que estes concorram entre si e terminem por não alcançar êxito eleitoral, haja vista que até o presente momento estes ingressavam no cenário político em diferentes partidos. Não obstante, esse passo em direção a uma maior racionalização do lançamento de candidatos também traz consigo a possibilidade da diminuição da liberdade de ingresso de candidatos da instituição e também o aumento do poder daqueles que exercem cargos ligados ao Conselho Político no seio da Convenção. E do próprio presidente que detém em suas mãos a indicação ao cargo de líder do Conselho Político. O artigo 33 do regimento interno da CGADB, em seu inciso V, expõe de maneira incontestável a seleção por parte do Conselho Político dos futuros pleiteantes aos cargos do Legislativo ou Executivo:

Art. 33. Compete ao Conselho Político: [...] V - assessorar os Conselhos Políticos do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios na escolha de candidatos comprometidos com o projeto de ação política aprovado pela CGADB, acompanhando as atividades dos eleitos.<sup>26</sup>

Mais um ponto que merece destaque neste artigo é o inciso XI: “promover a realização de fóruns sobre cidadania, em nível nacional ou regional, para os membros das Assembleias de Deus no Brasil.”

Ainda que não se possa desvincular essa ação da promoção de nomes que já atuam ou tentaram o ingresso no cenário político junto aos possíveis eleitores da igreja, os chamados ‘fóruns sobre cidadania’ abrem um espaço para debates políticos acerca dos problemas cotidianos ou da política nacional que os membros destas instituições não possuíam. Para muitos pentecostais esse ambiente constitui a primeira oportunidade para um diálogo sobre política ou cidadania e possibilita a atuação de lideranças comunitárias dentro destes fóruns. É

---

<sup>26</sup> Regimento Interno da CGADB.

evidente que como já foi ressaltado anteriormente existem restrições ao acesso às candidaturas oficiais da igreja. Para efetuar uma síntese, o Conselho Político possibilitou um reforço não só na escolha de candidatos assim como a fomentação do ingresso em diferentes níveis do campo político nacional, como também criou um espaço de debates para os membros da instituição religiosa e que não deixa de ser de visibilidade das lideranças políticas das igrejas AD's.

Ainda analisando a estrutura da CGADB, dentre os órgãos que a compõem está o Conselho de Comunicação e Imprensa. Entre suas competências, no artigo 33 encontra-se:

I - assessorar o Presidente da CGADB na coordenação de Rede Nacional de Rádio; III - cadastrar todos os meios de comunicação vinculados às igrejas Assembleias de Deus no Brasil ou liderados por membros da Convenção Geral; IV - intermediar o relacionamento entre o Presidente da CGADB com todos os meios de comunicação pertencentes às igrejas Assembleias de Deus no Brasil.<sup>27</sup>

Basicamente o que é descrito é a organização de um sistema de comunicação e imprensa integrado, o que é de extrema necessidade para instituições religiosas que competem no mercado religioso nacional, e ainda pela destacada importância que atualmente existe, não só no meio religioso evangélico, dos líderes midiáticos que terminam por assumir um papel essencial na divulgação da imagem da instituição a qual pertencem. Enfim, já existe uma estrutura de imprensa da Convenção, isso também facilita a visibilidade para lideranças políticas, visto que muitas vezes são ministros ou cantores da instituição AD os candidatos nas eleições, o que possibilita o contato diário com os fiéis por meio da mídia religiosa.

O plano político da CGADB tem sido desenvolvido através do Projeto 'Cidadania AD Brasil'. Como já citado anteriormente, foi criado em 2001. O documento de apresentação do mesmo nomeia uma série de exposições que visam demonstrar a dimensão numérica daqueles que são adeptos da AD no Brasil, e ao mesmo tempo, indicar pontos negativos existentes na sociedade brasileira que precisam ser alterados, como a corrupção e a desigualdade social, entre outros, procurando também advertir sobre uma 'crise moral' que precisa ser solucionada. Esse colapso ético é descrito da seguinte maneira: "a crise moral porque passa a Nação Brasileira, evidenciada principalmente na programação, quase sempre de baixo nível da TV brasileira e demais meios de comunicação..."<sup>28</sup>

---

<sup>27</sup> Regimento Interno da CGADB.

<sup>28</sup> Projeto Político da CGADB: Cidadania AD Brasil, disponível em: <<http://www.cidadaniaadbrasil.com>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

O documento inicialmente tem uma função de apelo para a mobilização dos religiosos frente a uma suposta crise moral que pode ser solucionada pela participação mais intensa dos membros da AD na política. Este elemento de reserva moral da sociedade não é exclusivo do pensamento religioso do grupo da AD, visto que a mentalidade evangélica no geral é balizada pela ideia de que a presença na igreja e que a obediência a certos padrões de comportamento muda a vida de quem a frequenta. Seguindo esta lógica, o que antes ficava restrito à vida pessoal do religioso foi ampliado para um alcance para além da área religiosa individual, para a necessidade de atuação e presença da AD em diferentes campos da sociedade, inclusive o político.

Outro ponto que deve ser destacado sobre o Projeto Cidadania AD: “Considerando que devemos manter a vigilância na defesa da liberdade religiosa e, por conseguinte, tendo em vista a necessidade de neutralizar, enquanto evangélicos, leis nocivas que venham agredir essa Liberdade.”<sup>29</sup>

A noção de que a liberdade religiosa está em constante perigo e deve ser defendida a todo custo não é algo novo no cenário de mobilização da base de fiéis evangélicos para fortalecerem as fileiras de políticos religiosos. Especialistas no estudo do tema, como Ricardo Mariano e Flávio Pierucci (1992), usaram um conceito para esse receio recorrente na retórica política evangélica denominando de ‘síndrome persecutória’, salientando que em fins da década de 80 e início de 90 esse argumento foi utilizado para justificar a necessidade de aumento da representação evangélica frente aos políticos ligados as ideias comunistas ou a uma suposta ação tentando estabelecer a preeminência da Igreja Católica junto ao Estado. Ricardo Mariano (2009), em obra mais recente, argumenta que essa defesa da liberdade religiosa continua a ser uma bandeira dos políticos evangélicos, só que agora houve uma mudança com relação à origem do terror: “Nos últimos anos, porém, a ênfase sobre os perigos à sua liberdade cada vez mais tem recaído sobre a ação do Estado ou sobre mudanças provenientes do ordenamento jurídico e político.” (p. 133).

Em alguns momentos essa vigilância constante colocou os políticos evangélicos em rota de colisão com outros grupos políticos identitários, como o do movimento LGBT, quando ocorreu a apreciação do projeto de lei 122. De qualquer forma, esse tipo de confronto de posicionamentos tem gerado um fortalecimento das bases eleitorais dos políticos evangélicos, posto que as mudanças na legislação são apresentadas como uma afronta ou restrição à liberdade religiosa, terminando por encontrar ressonância em um espaço religioso

---

<sup>29</sup> Projeto Político da CGADB: Cidadania AD Brasil, disponível em: <<http://www.cidadaniaadbrasil.com>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

no qual acontece o estudo ou menção constante de passagens bíblicas que descrevem um período histórico de mártires cristãos e restrições à liberdade de culto. É sabido que ação política do grupo evangélico pode também terminar por equilibrar as concessões estatais aos grupos religiosos no cenário brasileiro. Dessa forma contribuem para a democracia e a equidade de tratamento, mas acima de tudo esse ponto, que não por acaso é citado no projeto político da AD. Tornou-se para os políticos evangélicos de modo geral um importante fator estratégico e motivacional no envolvimento dos fiéis com as campanhas, ou de cooptação de votos pelo eterno medo da perda da liberdade de culto.

Seguindo o papel de orientar e coordenar a ação política da instituição, o projeto cidadania AD também elabora uma série de critérios para o ingresso de um religioso nos quadros dos candidatos oficiais da CGADB para os pleitos eleitorais. Com base no que já foi dito antes, a influência da obra de Josué Sylvester se faz presente nas normas que foram estabelecidas pela instituição, tanto que existe um lembrete no texto de que a metodologia de escolha em parte foi transcrita do livro do referido autor. Com relação aos critérios sucede uma valorização daquele indivíduo que:

[...] for preferencialmente membro da Igreja há mais de três (3) anos [...]Tiver seu nome submetido aos pastores e outros Líderes da Assembleia de Deus e for recomendado e indicado para participar da triagem dos nomes [...] Será considerado candidato nato o político detentor de mandato, que estiver de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Político das Convenções e Ministérios Estaduais e Distrito Federal e Conselho Político Nacional .<sup>30</sup>

O primeiro item é típico do valor que a comunidade evangélica dá a presença assídua na igreja, sem mencionar o fato de ser um critério que evita o uso da instituição para fins eleitorais por membros temporários. O segundo ponto assinala a importância do ministro na instituição local, não só como detentor de um poder simbólico, mas também como possuidor da força do veto ao ingresso de um membro no grupo dos candidatos oficiais. Vale ressaltar que normalmente a AD possui um núcleo de pastores em cada instituição e que essa escolha não se dará com a opinião de apenas um pastor. O terceiro item revela a busca pela manutenção do quadro político já estabelecido e até certo ponto se torna um empecilho à renovação política da instituição. Nos critérios de escolha descritos anteriormente não há menção de participação dos membros das igrejas no processo de escolha dos pretendidos candidatos oficiais em seus templos, e notamos até mesmo um poder limitado dos pastores das igrejas locais. Haja vista que a aprovação dos mesmos não garante a aceitação direta,

<sup>30</sup> Projeto Político da CGADB: Cidadania AD Brasil. Critérios de escolha de um candidato. <<http://www.cidadaniaadbrasil>>. Acesso em: 27 jun. 2014.



ainda devendo ser apreciada pelo Conselho Político correspondente ao cargo desejado, do municipal ao federal. Ricardo Mariano (2009, p. 131) ao analisar estes processos seletivos internos da CGADB chegou a seguinte conclusão :“Na prática, as bases de fiéis e pastores detêm pouco poder decisório, não somente em razão do caciquismo assembleiano, mas também porque os políticos da denominação levam vantagem sobre os candidatos sem experiência parlamentar.”

Enfim, esta análise de Ricardo Mariano só reforça o que foi dito antes com relação à falta de um instrumento participativo por parte da base neste aspecto mencionado. Deve-se acrescentar que o pastor, ou conjunto de pastores, só reafirmam a escolha de candidatos que recebem votações prévias de uma comissão formada por “membros que representam toda a igreja (diretoria, ministérios, departamentos e membresia)”<sup>31</sup>, mas esse agrupamento é formado por seleção do próprio pastor-presidente da igreja segundo as orientações oficiais. Essas prévias internas, ainda dentro das igrejas, poderiam ser mais participativas se os participantes da comissão fossem eleitos pelo corpo da membresia na igreja. No entanto, se comparado às instituições do segmento neopentecostal, no qual estas escolhas são realizadas por uma pessoa ou grupo próximo à liderança central e no qual os pastores e lideranças locais não têm voz, seguindo as determinações dos quadros eclesiásticos superiores, o modelo assembleiano termina por ser bem mais participativo, mesmo com as limitações aqui expostas. O que é dito sobre o limite de poder decisório com relação aos pastores por Mariano é questionável, pois estes podem participar da AGO e influenciar inclusive nas mudanças de critérios de seleção dos candidatos ou de outras regras do conselho político, ou seja, existem espaços para proposições neste sentido. Porém para saber a razão de não terem ido em direção de uma maior participação neste processo de escolha dos candidatos, terminaria por levar a realização de um trabalho mais amplo que não cabe aqui neste momento, que seria o de compreender as diferentes vertentes políticas internas da CGADB.

O Projeto Cidadania AD também é promovido por meio de fóruns entre políticos eleitos. O primeiro encontro para prefeitos e vereadores foi realizado no Estado de São Paulo na Assembleia Legislativa<sup>32</sup> com o objetivo de traçar estratégias políticas para a manutenção e ampliação dos representantes políticos oriundos da AD, conforme o pastor o pastor Lellis Washington Marinhos afirma: “É imperativo que tenhamos, como representantes do maior

---

<sup>31</sup>Projeto Político da CGADB: Cidadania AD Brasil. Critérios de escolha de um candidato.

<sup>32</sup> Projeto Cidadania AD Brasil foi debatido em fórum na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo no dia 22 de fevereiro de 2013. Disponível em:<<http://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=332844>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

movimento evangélico dessa nação, um projeto bem delineado e sólido para ser apresentado como alternativa para a nossa sociedade.”<sup>33</sup>

Os candidatos devem, após terem seus nomes credenciados, assumir compromissos com a CGADB. São cinco os pontos desse pacto mencionados pelo Projeto Cidadania AD, dentre estes, o primeiro é o de ser intransigente aos seguintes temas: “a prática de aborto; a legalização da união dita conjugal de pessoas do mesmo sexo; a corrupção de qualquer natureza; o impatriotismo.”<sup>34</sup>

Outro aspecto que é destacado é a aversão à pena de morte, que está diretamente ligado à visão religiosa de que todos merecem uma segunda chance. O segundo item é a defesa da liberdade religiosa que já havia sido citada em outros pontos do projeto e exposta aqui anteriormente. A importância desse tema não é só como um assunto religioso recorrente no meio evangélico, mas também exercendo uma motivação eleitoral pelo medo. O terceiro compromisso do candidato caso seja eleito é contribuir financeiramente para reforçar a atuação do Conselho Político e a ajuda é definida assim: “O Candidato credenciado, uma vez eleito ou nomeado para cargo público, se comprometerá em contribuir com 5% (cinco por cento) dos seus subsídios para um Fundo Nacional.”<sup>35</sup>

Além do recebimento de recursos da CGADB e de doações a contribuição do candidato credenciado eleito soma mais um pecúlio aos recursos disponíveis para o Conselho Político. No quarto item é estabelecido que “O Candidato comprometer-se-á a defender interesses vinculados aos projetos de comunicação das ADs”<sup>36</sup>. O terceiro, assim como o quarto ponto do pacto assumido pelo político evangélico assembleiano, termina por gerar um reforço das ações para aumentar a visibilidade do próprio candidato. Seja por meio dos fóruns ou até mesmo dentro no período eleitoral através da campanha propriamente dita, e ainda quando o candidato eleito se compromete a legislar em defesa dos meios de comunicação existentes das ADs, ele termina por ajudar a instituição a obter um reforço na divulgação de seus ensinamentos eclesiásticos e contribui para a manutenção da preeminência da AD no campo religioso evangélico brasileiro. Ao mesmo tempo em que amplia os espaços de

---

<sup>33</sup> Projeto Cidadania AD Brasil foi debatido em fórum na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo no dia 22 de fevereiro de 2013. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=332844>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

<sup>34</sup> Projeto Político da CGADB. Capítulo: IV Compromissos dos Candidatos.

<sup>35</sup> Ibid.

<sup>36</sup> Projeto Político da CGADB. Capítulo: IV Compromissos dos Candidatos.

aparições midiáticas que poderá utilizar. O quinto tópico do acordo com a instituição é apenas uma prestação de contas do trabalho realizado pelo candidato eleito, enfim, somente uma forma do Conselho Político monitorar a ação do mesmo.

A condução do processo eleitoral é destacada no documento do Projeto Cidadania AD com orientações aos pastores de como deve ser organizado o apoio às candidaturas oficiais. A primeira diretriz é que: “No caso da persistência de candidaturas oficiosas, estas não terão o apoio da Igreja nem da denominação, ficando claro que esta decisão resume-se ao processo político-eleitoral.”<sup>37</sup>

Na prática essa medida faz parte do processo de uso racional do potencial eleitoral da AD, eliminando a competição interna nas igrejas dos bairros e diminuindo as opções dos fiéis aos candidatos oficiais, uma vez que proíbe aos pastores de apresentarem as chamadas ‘candidaturas oficiosas’. Já no segundo ponto temos: “O processo eleitoral na igreja deverá ser conduzido pelo pastor em harmonia com a Comissão Política Municipal”<sup>38</sup>. Em vez de o candidato, como ocorria anteriormente, ter de articular o contato com cada pastor e traçar as estratégias de ação para campanha, isso passa a ser organizado pela Comissão Política Municipal junto com os pastores, permitindo assim uma ação mais coordenada e possivelmente mais bem sucedida. O terceiro item cria uma norma de procedimento nas igrejas. “Na condução do processo eleitoral o pastor deve observar que o púlpito da Igreja, bem como os cultos, não é um lugar apropriado para apresentação de propostas eleitorais.”<sup>39</sup>

Em parte esse ponto vem ao encontro das próprias críticas de membros das igrejas que são contra o envolvimento delas com a política, assim como evita o choque com os grupos que estejam ligados às candidaturas que não receberam apoio oficial da Igreja. E tendo sido estabelecida a ação dos fóruns ou reuniões ligadas à política que podem cumprir esta função, não há necessidade de gerar desgastes desnecessários no seio das instituições religiosas. O último ponto destaca que: “O pastor que desonrar o compromisso com o candidato oficial, com atitude desonesta, desleal, comprovadamente caracterizada, responderá perante a Convenção Estadual e a Convenção Geral das Assembleias de Deus.”<sup>40</sup>

Na prática tenta eliminar a possibilidade de ministros descontentes realizarem oposição ao candidato oficial, e ainda deixa os pastores que são contra o envolvimento com a

---

<sup>37</sup> Projeto Político da CGAD. Capítulo III – A condução do processo eleitoral.

<sup>38</sup> Ibid.

<sup>39</sup> Ibid.

<sup>40</sup> Projeto Político da CGADB. Capítulo III – A condução do processo eleitoral.

política em uma situação desconfortável, pois a estes resta o alinhamento com as decisões tomadas pelo Conselho Político. Os quatro aspectos citados e analisados seguem na direção de um aprofundamento do controle sobre o número de candidatos, o que em estratégia política é perfeitamente lógico e compreensível. Posto que elimina a competição interna na AD, mas, por outro lado, permite uma centralização da escolha destes candidatos, além de aumentar o domínio sobre os ministros de cada igreja por parte do conselho político.

A CGADB dispõe de uma organização com instrumentos participativos para os pastores que são filiados, a própria AGO já evidencia esse caráter de tomada de decisões através da coletividade dos ministros da AD, pois estes podem se candidatar para as eleições dos diferentes conselhos conforme foi relatado aqui através do regimento interno e estatuto. Foi demonstrado também que no caso do Conselho Político existe uma indicação direta do presidente da CGADB e posterior referendo do nome recomendado. Este fator tende a minimizar a característica democrática da instituição e conferir um poder maior nas mãos do líder da Convenção, mas de forma geral notamos que os pastores associados possuem espaços para exposição de proposições para mudanças dentro do CGADB. Com a criação do Conselho Político, ficou claro o aumento da centralização da coordenação do processo eleitoral no seio das instituições, subordinando de certa maneira os pastores às comissões ou conselhos municipais ou regionais, uma vez que são estes que legitimam o ingresso do candidato no rol dos oficiais.

A concessão de apoio oficial termina na prática por gerar para o candidato uma segunda máquina de campanha fora do partido ao qual o candidato é filiado. Em virtude de que este terá o apoio oficial dos pastores das igrejas que estão na área de atuação das comissões ou conselhos políticos, além de dispor de visibilidade nos meios de comunicação que estão ligados a CGADB. Não estou aqui afirmando que é um espaço privilegiado para execução de campanha, o que tento destacar é que basta a visibilidade em programas religiosos para que os eleitores em potencial possam conhecer o candidato e associá-lo às ideias e posturas religiosas prezadas por estes. Não são apenas os políticos assembleianos que possuem essa facilidade de exposição, que termina até por diminuir o investimento em campanhas eleitorais como ficou demonstrado no trabalho de Andreia Marinho e Isabel Oliveira (2013, p. 108), no qual é exposto que:

Através de uma comparação entre os gastos dos membros da bancada suprapartidária evangélica, os gastos eleitorais de políticos pertencentes a outras bancadas agrupadas, como ruralista, feminina e sindical, e aos gastos dos deputados sem bancada, é possível verificar que, dentre todos os deputados eleitos, os

evangélicos foram os que gastaram menos por voto no pleito de 2010, alcançando uma diferença significativa em relação aos demais.

A importância de figurar como candidato oficial da CGADB está diretamente ligado ao instrumento de divulgação de ideias religiosas que é a Igreja. Hoje não só isoladamente, mas devidamente coordenadas, as diferentes instituições ganham mais força e também gozam de meios de comunicação que facilitam essa propagação doutrinária religiosa e, esta por sua vez, pode ser utilizada no processo de divulgação e afirmação de um candidato como uma pessoa inserida no seio da Igreja e que respeita os valores ensinados por ela. Gerando identificação nos diferentes fiéis alcançados por essa exposição. Durante o pleito eleitoral de 2014 o site da Cidadania AD reforçou o apelo para que os assembleianos votassem nos candidatos comprometidos com os valores da CGADB, divulgando inclusive os nomes e numerações dos candidatos oficiais da instituição<sup>41</sup>.

Na atual legislatura, a Assembleia de Deus, contou com um significativo grupo de Deputados Federais (24 a 26) que com muita galhardia e convicção prestaram um valioso trabalho como guardiões de nossos princípios e verdades bíblicas que defendemos ameaçados por quase 800 (Oitocentos) projetos de leis que tramitam no Congresso Nacional. A maioria desses parlamentares são candidatos a reeleição, e queremos através desse canal de divulgação pedir o seu apoio e empenho na recondução dos mesmos.<sup>42</sup>

Tema debatido recentemente entre as lideranças das Assembleias de Deus é a criação de um partido político que venha a ser ligado pela CGADB e que esteja aberto para outros políticos evangélicos de diferentes igrejas. Esse assunto foi discutido no Fórum Cidadania AD Brasil que ocorreu em Brasília nos dias 19 e 20 de fevereiro deste ano, assim como foi anunciado no jornal Mensageiro da Paz (2014, p.8):

O evento é promovido pelo Conselho Político da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), liderado pelo pastor Lélis Washington Marinho (SP), e pela Bancada da Assembleia de Deus no Congresso Nacional, liderada pelo pastor e deputado federal Ronaldo Fonseca (DF).

A justificativa para criação do Partido Republicano Cristão (PRC) é dada por Ronaldo Fonseca que lidera a bancada da Assembleia de Deus:

---

<sup>41</sup> Lista completa com os nomes dos candidatos oficiais. Disponível em: <[http://www.cidadaniaadbrasil.com/2014\\_09\\_01\\_archive.html](http://www.cidadaniaadbrasil.com/2014_09_01_archive.html)>. Acesso em: 15 set. 2014.

<sup>42</sup> Ibid.

Devido às vitórias que tivemos no ano de 2013, quando impedimos praticamente todos os projetos que tramitavam no Congresso Nacional contra a família e a igreja, como é o caso do extinto PL 122, passamos a ter, a partir deste ano, alguns problemas. Os líderes dos partidos aos quais pertencemos estão evitando, provavelmente por orientação ou pressão do governo, de indicar parlamentares evangélicos para representarem seus partidos em comissões que tratam de assuntos que interessam à igreja e à família. Estamos sendo boicotados.<sup>43</sup>

As lideranças da CGADB decidiram em votação durante o Fórum pela criação do PRC que já deve participar, segundo o planejamento dos assembleianos, nas eleições municipais de 2016. Resta saber como será a orientação para os futuros candidatos nas igrejas da AD. Se a orientação oficial irá ser dos membros convergirem para o partido oficial, ou se permanecerá o critério de liberdade de escolha de cada candidato pelo partido que mais tem afinidade. Obviamente a própria justificativa do líder da bancada assembleiana já evidencia o receio que as lideranças da AD atualmente expressam com relação aos partidos aos quais pertencem. De qualquer forma, o que pode ser interpretado desta iniciativa é que independente do ponto de vista se existe uma perseguição e boicote aos políticos evangélicos ou não, o fato é que o modelo de envolvimento com a política da CGADB segue em direção de uma maior coordenação das estratégias políticas e até mesmo centralização por parte desta. Na medida em que passa a existir um discurso oficial que desmotiva a participação em partidos diferentes do oficial para atingirem seus objetivos políticos religiosos.

É óbvio que como demonstrado aqui o presidente da CGADB, o pastor José Wellington Bezerrada Costa, já permanece à frente da instituição por tantos anos que se torna difícil não desconfiar de um processo de centralização de poder. Mesmo assim, é possível afirmar que a CGADB detém instrumentos participativos e de acesso a cargos que respeitam os valores democráticos e que, em certa medida, eles enfrentam problemas com o personalismo e centralização na figura do presidente da instituição. O que não é característica exclusiva desta instituição, já que estão presentes na sociedade e na política brasileira. Se há cerca de trinta anos as lideranças da AD romperam com a postura passiva frente ao cenário político, agora desejam coordenar esse processo político de forma cada vez mais próxima. Mesmo assim seria leviano atribuir ao processo de escolha dos candidatos e à organização do processo eleitoral um caráter e estritamente centralizado. Existem certas características de ênfase no poder das lideranças assembleianas, porém estas também ocorrem em outras denominações evangélicas e mesmo em grupos laicos brasileiros. De forma geral, as instituições da AD têm sido um espaço, como demonstrado aqui, que guarda valores

---

<sup>43</sup>Página oficial do Partido Republicano Cristão, disponível em: <<http://www.prc.org.br/2014/07/lideres-no-forum-cidadania-ad-brasil.html>>. Acesso em: 25 jul. 2014.

democráticos nas escolhas de membros nas instâncias superiores de administração da Convenção e também nas igrejas, e apresenta espaços para participação em debates ou ingresso no campo político de pessoas que, se não fosse pela AD, permaneceriam à margem do mesmo. Refletir sobre o envolvimento da CGADB com a política e suas orientações às igrejas filiadas também passa pela percepção de que estes espaços foram construídos coletivamente e permanecem sendo mantidos pelos seus membros como um ambiente de refúgio frente a uma sociedade violenta e excludente como a brasileira.

### 3 A PIBSG E SUA RELAÇÃO COM A POLÍTICA

#### 3.1 Perfil social dos evangélicos de missão gonçalenses

“A verdadeira origem da descoberta não consiste em procurar novas paisagens, mas em ter novos olhos.”  
(Marcel Proust).

Os batistas estão inseridos no grupo de missão, assim denominados pelo IBGE. Irei realizar a análise do perfil social desse agrupamento em conjunto com os religiosos de Igrejas que são do mesmo nicho tendo por fonte os dados do Censo de 2010. Como já foi mostrado anteriormente os evangélicos de missão também podem ser nomeados como tradicionais, e dentro dessa fração dos evangélicos na cidade de São Gonçalo ainda existem outras Igrejas de missão que foram mencionadas no Censo 2010: Luterana, Presbiteriana, Metodista, Congregacional e Adventista. Segue abaixo o número de fiéis de cada instituição:

Gráfico 3 – Membros de igrejas evangélicas de missão em São Gonçalo



Fonte: IBGE/ Censo 2010<sup>44</sup> (Resultados da amostra – religião).

<sup>44</sup> Cidades é uma ferramenta para se obter informações sobre todos os municípios do Brasil num mesmo lugar no site do IBGE. São encontrados gráficos, tabelas, históricos e mapas que traçam um perfil completo de cada uma das cidades brasileiras. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=330490&idtema=91&search=rio-de-janeiro|sao-goncalo|censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-religiao>>. Acesso em: 20 nov. 2014.



Como sinalizado acima os batistas são a maior denominação do núcleo de missão sendo 73,5% destes fiéis. Já com relação ao grupo total de evangélicos em São Gonçalo os Batistas representam 12,6% destes religiosos, e ainda eram 4,1% da população gonçalense em 2010.

Buscando traçar o perfil dos evangélicos de missão será analisado abaixo um mapeamento sobre as características do grupo aqui citado. Tentando destacar a composição por gênero, faixa de renda, as formas de ocupação e os anos de escolaridade deste nicho dos religiosos evangélicos no qual os batistas estão inseridos.

O primeiro item que é exposto abaixo é a diferença quantitativa entre gênero. As mulheres são a maioria dentro do grupo estudado assim como na população total do município, porém quando atentamos aos dados é perceptível que a porcentagem feminina no agrupamento é superior à média geral da cidade, o que leva a conclusão que essas instituições possuem um poder de cooptação maior entre o sexo feminino.

Tabela 28 – Divisão por gênero dos evangélicos de Missão

Gênero	População Total	Evangélicos de Missão
Mulheres	52,5%	56,7 %
Homens	47,5%	43,3 %

Fonte: IBGE/ Censo 2010.

Os anos de escolaridade dos evangélicos de missão são superiores quando comparados à média da população total. Quando analisamos o primeiro item referente à escolaridade da pesquisa do Censo 2010(sem instrução ou fundamental incompleto) os evangélicos de missão ficam abaixo da média municipal tendo uma porcentagem menor de pessoas no núcleo de poucos anos de instrução ou com ausência da mesma. Igualmente sucede em relação às pessoas que só possuem o fundamental completo e médio incompleto, os evangélicos tradicionais estão 3,5% abaixo da média da população total. No que tange às duas últimas faixas com maiores anos de escolaridade ocorre o inverso: onde os evangélicos de missão possuem um maior quantitativo de pessoas acima de 25 anos com ensino médio completo ou superior completo ultrapassando a média de anos de estudo da população gonçalense, o número de pessoas com ensino superior é de 9,9% acima da média municipal que era de 7,14% e também da nacional que estava em 7,9% em 2010.

Tabela 29 – Escolaridade das pessoas acima de 25 anos (Evangélicos de Missão)

Escolaridade	População total	Evangélicos de Missão
Sem instrução ou fundamental incompleto	38,4%	32,8%
Fundamental completo e médio incompleto	20%	16,5%
Médio completo e superior incompleto	34,46%	40,8%
Superior completo	7,14%	9,9%

Fonte: IBGE/ Censo 2010.

A análise anterior demonstrou uma maior quantidade de anos de estudos entre os evangélicos de missão com relação aos mesmos dados da população do município de São Gonçalo, a observação atual também evidenciou melhores indicadores de renda deste grupo concernente à população total da cidade. Quando analisamos em conjunto as duas primeiras faixas de renda da pesquisa fica exposta uma leve diferença no número de indivíduos que dispõem como renda até um salário mínimo, enquanto 49,98% dos gonçalenses possuem como renda mensal apenas o mínimo, entre os evangélicos de missão esse quantitativo é menor na faixa de 44,67% do grupo. A taxa de indivíduos sem renda entre os evangélicos de missão também é menor que a média da população total, enquanto o número de pessoas sem rendimento é de 4,68% entre os gonçalenses em geral, no subgrupo dos evangélicos de missão a porcentagem de pessoas sem renda é de 2,9%. Quando olhamos para a maior faixa de renda a diferença é mais expressiva, pois a porcentagem de pessoas com renda acima de 10 salários mínimos é o dobro da média municipal.

Tabela 30 – Rendimento pessoas de 10 anos ou mais de idade (Evangélicos de Missão)

Faixas de rendimento	Evangélicos de Missão	População Total
Até 1/4 de SM*	2,07%	4,30%
1/4 a 1 SM	42,6%	45,68 %
1 a 2 Salários Mínimos	34,5%	29,65%
2 a 3 Salários Mínimos	9,53%	8,78%
3 a 5 Salários Mínimos	5,5%	4,74%
5 a 10 Salários Mínimos	2,2%	1,84%
Renda maior que 10 Salários Mfnimos	0,7%	0,34%
Sem renda	2,9%	4,68%

Fonte: IBGE/ Censo 2010.

Seguindo na análise referente ao perfil socioeconômico do grupo em comparação com a população total, chega-se ao último item a ser analisado referente às formas de ocupação. As pessoas do grupo que são empregados encontram-se acima da média municipal, e inversamente os membros do eixo estudado que são autônomos (conta própria) e que, portanto, enfrentam um risco social maior têm uma porcentagem menor que a média do município. As pessoas que efetuam atividades de subsistência dentre os evangélicos de missão é de 0,09%, logo é a metade da porcentagem da população total que é de 0,18%. Os

números de empregadores proporcionais ao grupo também é maior que a mesma média da população total, e por último o número de pessoas submetidas a atividades não remuneradas não apresenta diferenciação relevante.

Tabela 31 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas (Evangélicos de Missão)

Tipos de ocupação	Evangélicos de Missão	População Total
Empregados	81,03%	78,98%
Conta própria	15,83%	18,87%
Empregadores	1,95%	1,06%
Não remunerados	1,1%	0,91%
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	0,09%	0,18%

Fonte: IBGE/ Censo 2010.

O núcleo dos batistas, como foi assinalado, é majoritário entre os evangélicos de missão na cidade de São Gonçalo, mas com relação à população total do município corresponde apenas a 4,1% desta. O perfil socioeconômico do grupo aqui traçado sinalizou que relativo ao gênero o agrupamento é composto em maioria por mulheres, e que os religiosos deste subgrupo evangélico gozam de melhores indicadores sociais que a média da população total. Portanto, são pessoas com um quantitativo maior de anos de escolaridade, maior renda e ocupação com menos risco social quando comparado à média municipal. Podendo ser afirmado que o grupo possui um poder de cooptação com relação aos indivíduos de classe média da cidade, mesmo assim os indicadores indicam que é um agrupamento misto formado por elementos populares e da classe média.

A Primeira Igreja Batista de São Gonçalo será o local de coleta de dados e fontes, assim como a Convenção à qual é ligada. Segue uma série de perguntas que buscarei elucidar nos próximos itens deste capítulo. Seus membros têm acesso e participação na administração da instituição? Como se dá o acesso aos cargos nesta Igreja? Com relação ao poder interno da instituição possui instrumentos democráticos ou ocorre um autoritarismo, ou centralização das decisões? A Igreja Batista incentiva seus membros a participarem da política? Existem candidatos oficiais no meio batista ou um partido ligado à denominação? Esses são alguns dos questionamentos que buscarei responder no estudo sobre a Primeira Igreja Batista de São Gonçalo (PIB-SG) e o órgão central ao qual ela é filiada: a Convenção Batista Brasileira (CBB). E ainda independente da forma como se organize qual é a percepção e opinião do componente da PIB-SG sobre a organização e administração desta? E de que forma a PIB-SG lida com a política e os pleitos eleitorais na cidade de São Gonçalo? Segue abaixo a análise dos dados, fontes e materiais coletados tentando responder os questionamentos anteriores.

### 3.2 PIBSG

A Primeira Igreja Batista em São Gonçalo foi organizada em 1919 com influência de religiosos da PIB de Niterói, pois a mesma fora um ponto de pregação. Sua localização era a mesma de hoje, a Rua Coronel Moreira Cesar no centro da cidade. Inicialmente contabilizava 45 membros e iniciou um trabalho de implantar em outro bairro da cidade um ponto de pregação; o bairro de Alcântara foi escolhido para a realização dos trabalhos evangelísticos. De 1917 até 1930 o foco de ação das lideranças e membros era a expansão e consolidação da Igreja, realizando trabalhos de fortalecimento da frequência a Igreja destacando os “irmãos Aurélio de Oliveira, João da Luz, Antônio Gomes da Cunha, Alberto Quintanilha e João Mourão.”<sup>45</sup> Nesse momento a Igreja tinha como pastor presidente Manoel Avelino de Souza, que liderou o processo de consolidação da Igreja na cidade até o ano de 1930, quando foi substituído pelo Pastor Waldemar Zarro.

O período do ministério de Zarro foi marcado por um maior controle sobre a membresia, com visitas às casas dos membros e um foco maior no chamado testemunho, que é a conduta do membro de acordo com as normas religiosas da Instituição ocorrendo inclusive a exclusão da fração religiosa de pessoas que feriram as regras do grupo, como relatado por Flores:

Um membro procurou a igreja e pediu a exclusão da sua esposa porque ela estava “dando testemunho contrário ao evangelho”. A igreja procurou saber o motivo e descobriu que a referida esposa estava brigando muito com a sua irmã e, algumas vezes, no portão da sua casa. O assunto foi levado à Igreja e, após acompanhamento, as duas foram excluídas do rol de membros.

Para Flores essas ações mais coercitivas eram necessárias devido ao constante embate com outros eixos religiosos da cidade e ao uso de expressões na cidade como “a casa do crente tem telhado de vidro”. Além de uma ação de controle mais rígido sobre a membresia, o Pastor Zarro também conduziu uma maior interação da PIBSG com vida pública da cidade, pois propôs e conseguiu aprovação na assembleia da Igreja a doação de recursos financeiros para a construção do Hospital da cidade. O médico sanitário Luiz Palmier estava a frente deste projeto, como é descrito abaixo:

---

<sup>45</sup> Nossa História- Primeira Igreja Batista em São Gonçalo. Disponível em: <[http://www.pibsg.org.br/novosite/?page\\_id=21](http://www.pibsg.org.br/novosite/?page_id=21)>. Acesso em: 1 fev. 2015.

Até 1934, São Gonçalo não possuía um hospital que pudesse atender sua população. Em 1920 foi criada a Associação Pró-Hospital de São Gonçalo sob a liderança do médico Luiz Palmier. Após mais de uma década de campanhas e arrecadações de fundos o hospital foi inaugurado em março de 1934. O hospital tornou-se, nas décadas de 1930 e 1940 um centro propulsor de atividades assistencialistas e de reafirmação de laços de sociabilidade da sociedade local. Um ano após a morte de seu fundador, em 1956, o hospital recebeu o seu nome passando a se chamar hospital Luiz Palmier.<sup>46</sup>

Zarro também organizou junto com a PIBSG um abrigo para idosos e um ambulatório, bem como expandiu o número de pontos de pregações da Igreja na cidade, além da expansão do templo com obras para a troca do telhado por laje. Nesse período houve o aumento de novos loteamentos na cidade e em do número de membros.

Em 1974 assumiu o pastor Mauro Israel Moreira que inicialmente manteve o foco de evangelização junto aos adolescentes e jovens realizando palestras e conferências visando atingir esse público. “Em novembro de 1975, foi realizado na igreja o Desafio Jovem, um programa que objetivava alertar os jovens da comunidade sobre os perigos das drogas.”<sup>47</sup> Além dessa ação ocorreram palestras e ações de evangelismo mais ativas realizadas nos ônibus e mercados da cidade como forma de divulgar as atividades religiosas à população da cidade. Posteriormente, na década de 80, surgiria um novo foco de ação com eventos realizados para os casais, nos quais os participantes intentavam sempre convidar um casal de amigos que não fosse batista.

A ação de Moreira não é mais tão ativa quanto a de Zarro na vida pública da cidade, mas inicia um movimento religioso que se tornaria bem sucedido no aumento do número da membresia. Seguiu a frente do ministério até o ano de 2002 quando faleceu, sendo sucedido, através de escolha em assembleia, em meio a outros cinco pastores candidatos, o ministro Pastor Levi Rodrigues de Mello. O processo de escolha levou dois anos com apresentação de temas de estudo à igreja e rodadas de perguntas dos membros aos mesmos, realizando-se a escolha por meio de votação em assembleia. Dentro do ministério do Pastor Levi Mello os novos projetos são os seguintes:

[...] a construção de um Centro de Treinamento de Missões na Soreba, que, além de ser um centro de lazer e comunhão, teria incluídas em sua rotina as atividades missionárias, como a atual Escolinha de Futebol. Logo no início, o projeto ficou sob a liderança do Pastor Fernando César, que, em seguida, abriu uma nova frente de

---

<sup>46</sup> O texto foi extraído do site: História de São Gonçalo – Memória e Identidade. [http://www.historiadesaogoncalo.pro.br/Memoria\\_movimento\\_videos\\_hop\\_sao\\_goncalo.htm](http://www.historiadesaogoncalo.pro.br/Memoria_movimento_videos_hop_sao_goncalo.htm) Acesso em 03 fev. 2015.

<sup>47</sup> Nossa História- Primeira Igreja Batista em São Gonçalo. Disponível em: <[http://www.pibsg.org.br/novosite/?page\\_id=21](http://www.pibsg.org.br/novosite/?page_id=21)>. Acesso em: 1 fev. 2015.

trabalho evangelístico em Itaboraí, organizando mais uma congregação, a Comunidade Batista em Itaboraí.

O ministério de Levi Mello ainda está em andamento, somando-se aos atos descritos acima ações como o musical ‘Maria’, que trabalhava com a valorização da figura da mulher na sociedade, e a do Fórum Político e debate entre os candidatos a prefeitos da cidade de São Gonçalo em 2012.

### 3.3 Análise dos dados coletados

Os dados foram coletados entre a membresia na chamada escola dominical em um único dia em diferentes classes. Vinte e sete integrantes responderam aos questionários. Segue abaixo a análise dos dados coletados juntos aos membros.

O primeiro tema<sup>48</sup> abordado é a frequência na instituição religiosa dos batistas da PIBSG, a literatura como já demonstrado anteriormente têm enfatizado que de todos os credos religiosos o segmento evangélico é o que tem uma frequência mais assídua aos cultos.

Tabela 32 – Frequência (PIBSG)

Alternativas	Porcentagem
a) uma vez no mês	0%
b) uma vez na semana	55,5 %
c) mais de uma vez na semana	44,5%

Fonte: O autor, 2015.

Segundo Bohn (2004) 82,6% dos evangélicos frequentam a Igreja entre uma ou mais vezes na semana, já os batista pesquisados apresentaram um índice de comparecimento semanal de 100%, logo são pessoas que estão imersas nos valores e nas práticas da instituição pesquisada. Existe para esses religiosos uma relação de dependência com o ambiente religioso onde o ciclo semanal só está completo após a visita a Igreja. Como a relação com a religião se dá de forma subjetiva é difícil traçar uma única causa para esse fenômeno, contudo, o quadro geral das pregações aponta para um contato constante para o fortalecimento da fé, e uma das frases que foram utilizadas em ambas as igrejas pesquisadas foi: “A fé vem do ouvir a palavra de Deus”. Esses religiosos anseiam fortalecer sua vida espiritual, portanto, eles estão em

<sup>48</sup> “Com que frequência você vai à igreja?”

constante contato com o ponto alto de cada culto que é o chamado “momento da palavra”, no qual o pastor responsável do dia expõe os ensinamentos religiosos que intentam dar diretrizes para as ações dos fiéis ao longo da semana. Essa proximidade íntima e constante com a igreja e com o pastor que é responsável pelo ponto alto da reunião termina por gerar uma valorização da figura do mesmo como aquele que orienta as ações destas pessoas a respeito dos dilemas religiosos. Será analisada aqui através das próximas questões se esse poder simbólico exercido pelo ministro na esfera religiosa também é utilizado no período eleitoral.

Outro item que faz parte do questionamento são os anos que estes religiosos que responderam a pesquisa fazem parte da Instituição<sup>49</sup>. Inicialmente, como já foi exposto no capítulo dois, a ideia era diferenciar a visão dos membros antigos dos novos, todavia como na Igreja pesquisada anteriormente a maioria das pessoas que participaram já são membros há muitos anos:

Tabela 33 – Tempo em anos que frequenta a igreja (PIBSG)

Alternativas	Porcentagem
a) menos de dois anos	0%
b) entre dois e cinco anos	0%
c) entre seis e dez anos	3,7%
d) Acima de dez anos	92,6%
Abstenção	3,7%

Fonte: O autor, 2015.

Todos os entrevistados já estão na PIBSG há mais de seis anos, logo já acompanharam diferentes períodos eleitorais. Outro fato que é possível notar através desta pesquisa é que as pessoas que frequentam as chamadas escolas bíblicas dominicais tendem a serem em ambas as igrejas pesquisadas os membros mais antigos. E o fato de novos membros ou os chamados ‘visitantes’ frequentarem os cultos abertos termina por dificultar o trabalho junto a eles por ser o momento de ponto auge do encontro destas pessoas e onde dificilmente seria possível realizar a pesquisa.

A terceira indagação<sup>50</sup> anseia entender qual modificação aconteceu na vida do indivíduo pesquisado após ingresso na Igreja, essa questão é aberta deixando o religioso livre para responder. O terceiro item empenha-se por compreender o que leva essas pessoas a frequentarem constantemente esse espaço religioso, e também busca dar voz aos religiosos, e não possui alternativas previamente definidas que limitariam as respostas dos mesmos. Para a maioria dos entrevistados após o ingresso na Igreja houve uma modificação positiva em suas

<sup>49</sup> “Há quanto tempo você frequenta a Igreja?”

<sup>50</sup> “Quais mudanças ocorrerão em sua vida após seu ingresso na Igreja?”

vidas; apenas uma pessoa afirmou que não ocorreu nenhuma mudança em sua vida após o ingresso; ainda dois entrevistados ressaltaram a importância da Igreja, no entanto identificaram o ato de “aceitar Jesus”, ou seja, sua conversão como o momento de modificação de sua existência. A maioria identifica o ambiente religioso como um local que contribui para melhorar suas condutas, uma descrição constante foi a *‘melhoria no convívio social’*, essa foi a mais citada pelos religiosos, em segundo lugar, aparece a palavra *‘amor’*, as pessoas declaram que passaram ou reaprenderam amar as pessoas próximas. Também citaram o *‘crescimento’* ou *‘melhoria’* como cidadão ou pessoa como *‘fruto’* da amizade na Igreja. Outros vocábulos citados constantemente são *‘conhecimento espiritual ou aprendizado’* que foi ampliado através do estudo frequente da *‘palavra’* (a bíblia).

A ideia de fazer parte de uma coletividade também foi citada, além de uma maior segurança na tomada de atitudes, assim como a cura de problemas emocionais. Para o grupo o ingresso na instituição vem pelo rito denominado *‘aceitar a cristo’* e dentro desta Igreja, como em outras evangélicas, é construída a narrativa de mudança de atitudes a partir desta escolha, são utilizadas citações religiosas como “e vivo, não mais eu, mas Cristo vive em mim” (BÍBLIA, 2005, p. 1104). Para entender a presença constante dos batistas e dos evangélicos é necessário entender esse momento de ingresso no grupo e a assimilação da simbologia interna pelo indivíduo. Que é levado a aceitar que as mudanças em sua vida a partir daquele momento emanam de uma influência externa (espiritual), portanto, o vínculo constante com práticas que o aproxime do campo religioso torna-se necessário para esses religiosos, e aquilo que entenderem por mudanças positivas em seu caráter passam atribuir a influência *‘espiritual’*. A presença na instituição como descrito pelos religiosos entrevistados é vital em seu ponto de vista para a manutenção das melhorias de suas ações pessoais, esse fato faz com que a importância da presença na instituição ao longo da semana seja para essas pessoas algo de grande importância em seu simbolismo religioso.

Os integrantes da PIBSG foram questionados sobre qual seria o posicionamento da Igreja concernente à participação do evangélico na política. Neste item<sup>51</sup> é delineado o perfil de envolvimento da Instituição com o campo político a partir do ponto de vista dos seus fiéis:

---

<sup>51</sup> Qual a postura de sua Igreja com relação à participação de evangélicos na política?



Tabela 34 – Postura da Igreja com relação a participação de evangélicos na política (PIBSG)

Alternativas	Porcentagem
a) Estimula a participação na política e orienta na escolha dos candidatos.	11,11
b) Estimula a participação na política e não orienta na escolha dos candidatos.	40,74
c) Na Igreja não são abordados temas relacionado à política.	29,63
d) Resposta Livre	18,52

Fonte: O autor, 2015.

Para a maioria dos batistas o incentivo a participação política por parte da igreja é percebido como algo desprovido de orientação na escolha de candidatos sendo o relato de 40,74% dos entrevistados; para 29,63% dos religiosos a PIBSG é apolítica, esse fato chama a atenção uma vez que já ocorreram fóruns sobre temas relacionados à política e debates de candidatos a prefeito da cidade dentro da Instituição. É notável que a escolha de cada opção também vai ao encontro do que cada batista acredita como o correto nessa relação, e expressar uma posição de completo isolamento do campo político parece ser opinião das pessoas que escolheram esta alternativa, mesmo com todos os indícios e fatos que apontam na direção contrária. Já 18,52% dos batistas da PIBSG optaram por resposta livres como essas: “a minha igreja estimula a participação na política no sentido da reflexão crítica”<sup>52</sup> e ainda: “Eu marcaria a letra A, mas ela pode dar a entender uma igreja manobrada por um líder. Não! Aqui não! Não indicamos candidatos, mas estimulamos o pensamento crítico”. Além destas exposições, um dos entrevistados afirma que o pastor de sua Igreja não recebe ‘tapinhas’ nas costas de políticos. Existe um posicionamento nestas falas de oposição ou de busca por mostrar uma posição diferente da PIBSG de outras Igrejas nas quais as lideranças indicam diretamente os candidatos aceitos pela instituição nos pleitos eleitorais, enfim, todas as repostas livres foram dadas no sentido de repudiar a associação da PIBSG com a indicação de candidatos ou a ‘um voto de cabresto religioso’. A minoria dos entrevistados afirma que a instituição a qual pertencem além de estimular a participação na política também indica candidatos para a membresia, esta foi a resposta escolhida por 11% dos entrevistados.

O quinto ponto<sup>53</sup> abordado complementa o quarto uma vez que questiona o entrevistado sobre a opinião do mesmo no que concerne ao envolvimento da Igreja com a política. Os posicionamentos foram os seguintes:

<sup>52</sup> Essas foram as repostas livres de alguns entrevistados referente a questão 4: Qual a postura de sua Igreja com relação a participação de evangélicos na política?

<sup>53</sup> Você concorda com envolvimento da Igreja com a política?

Tabela 35 – Concorda com o envolvimento da Igreja com a política? (PIBSG)

Alternativas	Porcentagem
a) Concordo plenamente	22,22%
b) Concordo	37,04%
c) Discordo	29,63%
d) Discordo plenamente	7,41%
e) resposta livre	3,7%

Fonte: O autor, 2015.

É perceptível que a porcentagem de pessoas que discordam do envolvimento da igreja com a política é igual a daqueles que responderam anteriormente que a PIBSG não aborda temas políticos na igreja, sendo os mesmo 29,63% afirmando que discorda e para 7,41% a discordância é plena. Aqueles que afirmaram concordar plenamente são 22,22%, e os que apenas concordam são 37,04%, já nas respostas livres chamam atenção os seguintes posicionamentos: “Concordo na igreja incentivando a pensar na política de sua cidade e se posicionar, não como um bloco, mas individualmente. Acredito numa igreja aberta a discussões”. E ainda: “Acho muito difícil uma instituição apolítica. Defendo o Estado laico e o envolvimento com a política desde que apartidário. A igreja pode se envolver na reivindicação de políticas públicas, mas não bandeiras moralistas”.<sup>54</sup> Sendo assim, a maioria dos integrantes acordam no envolvimento da Igreja com a política, todavia o número de pessoas contrárias a essa relação é alta sendo de aproximadamente 37% dos entrevistados. Analisando os posicionamentos da quarta e quinta questão é possível perceber que existe entre os batistas da PIBSG certa reserva sobre o envolvimento com a política. Ocorre a existência entre os membros daqueles que defendem uma igreja apolítica e que a maioria deles teme a associação de sua instituição a práticas de uso da PIBSG como máquina eleitoral, e que uma parte dos entrevistados faz questão de frisar que não aceita uma tentativa de ferir as escolhas individuais.

Dando sequência a delineação da forma como a PIBSG se engendra com a política é realizado o questionamento sobre se acontecem visitas de candidatos à Igreja durante os períodos eleitorais. A percepção dos membros da PIBSG sobre esse tema é a seguinte:

Tabela 36 – Sua Igreja é aberta a receber candidatos nas eleições? (PIBSG)

Alternativas	Porcentagem
a) não.	55,55%
b) sim.	40,75
Abstenção	3,7

Fonte: O autor, 2015.

<sup>54</sup> Resposta de um dos entrevistados a quinta questão.

A maioria dos entrevistados afirma que nunca presenciou a visita de candidatos a Igreja, mas um número um pouco menor, 40,75%, já presenciou visita de políticos no período eleitoral à instituição. Nesta abordagem temática em caso de resposta positiva o religioso era questionado de que forma se deu esta visita? Boa parte dos batistas entrevistados apontou para presença de políticos durante debates entre candidatos, uma referência ao fórum político e ao debate entre os candidatos a prefeito no pleito municipal de 2012. A maioria das respostas assinala que existem visitas de autoridades eleitas durante as datas cívicas e de candidatos durante os pleitos eleitorais, todavia que não ocorre o uso do púlpito ou apoio por parte do pastor para a campanha do político visitante. Segue um exemplo de exposição dos religiosos: “Todos são bem recebidos, independente do que sejam ou façam, mas no caso dos candidatos não há orientação ou estímulo a partidos nem a candidatos.”<sup>55</sup>

Em meados da década de 80 se deu uma intensificação no número de políticos evangélicos e ao longo dos últimos trinta anos essa tendência se consolidou nos pleitos eleitorais brasileiros, de modo que o sétimo ponto da entrevista busca expor a opinião dos batistas sobre o aumento da representatividade deste eixo religioso:

Tabela 37 – O aumento do número de políticos evangélicos é? (PIBSG)

Alternativas	Porcentagem
a) positivo	59,25%
b) negativo	14,81%
c) sem relevância	25,92%

Fonte: O autor, 2015.

O aumento do número de políticos evangélicos é visto como algo positivo para 59,25% dos entrevistados, já 14,81% dos batistas acreditam que o crescimento de político oriundo do grupo religioso gera um impacto negativo, e ainda 25,92% não enxergam relevância nessa ampliação no número de políticos evangélicos. Depreende-se, então, que para a maioria do grupo pesquisado existe uma importância dada à ampliação na participação dos evangélicos na política.

Uma Igreja pode, devido aos recursos que capta entre os visitantes e membros, oferecer serviços para comunidade pela qual é mantida, e a oitava questão intenta compreender quais seriam os serviços ou ajuda oferecida pela instituição aos integrantes da igreja ou cidadãos gonçalenses que se encontram marginalizados. Os projetos sociais descritos pelos batistas são os seguintes: distribuição de sopão, campanha de conscientização quanto à limpeza da cidade, ONG na comunidade Menino de Deus, projetos socioeducativos

<sup>55</sup> Resposta à sexta questão da entrevista realizada com os batistas da PIBSG.

(pré-vestibular e preparatório para concurso), doação de cestas básicas e encaminhamento de ex-presidiários ao emprego.

Em posicionamentos anteriores foi possível notar que a maioria dos entrevistados concorda com o envolvimento da Igreja com a política e que enxerga de forma positiva o aumento no número de candidatos do grupo religioso evangélico, frente a isso o próximo item da pesquisa visa aferir a escolha de candidatos evangélicos durante o último pleito eleitoral municipal:

Tabela 38 – Você votou em candidato evangélico nas últimas eleições municipais? (PIBSG)

Alternativas	Porcentagem
a) não	40,74
b) sim	51,85
Abstenção	7,5

Fonte: O autor, 2015.

Cerca de 51,85% dos batistas entrevistados votou em candidatos evangélicos, e 40,74% afirmam não ter escolhido candidato religioso, enquanto 7,5% dos entrevistados se abstiveram de responder, logo a maioria votou em candidato evangélico no último pleito municipal.

O próximo tema utilizado na entrevista trata da identificação partidária entre os batistas. Atualmente tem-se o debate sobre a perda da capacidade de mobilização social dos partidos políticos como um fenômeno não só brasileiro, mas mundial. Para Bernard Manin (1995) acontece uma oposição entre a ‘democracia de partidos’ e a ‘democracia de público’, já para Marcelo Barquero (2001) a liderança política passou por uma transformação, pois os líderes partidários foram substituídos ou se tornaram os chamados “líderes midiáticos”. Tanto Manin como Barquero apontam para um enfraquecimento da identificação partidária e a superação da estrutura partidária pelos meios de comunicação na mobilização e orientação dos eleitores durante os pleitos. E para Afonso de Albuquerque e Márcia Ribeiro Dias (2002, p.309):

Meios de comunicação e partidos não são instituições que se sucedem no tempo; elas coexistem e estabelecem relações entre si [...]. Sob certas circunstâncias, o uso dos meios de comunicação como recurso político pode, mesmo, servir como fator de fortalecimento, e não de enfraquecimento dos partidos políticos.<sup>56</sup>

<sup>56</sup> Resposta à sexta questão da entrevista realizada com os batistas da PIBSG.

Um fator que deve ser atribuído a esse debate é a presença do chamado personalismo como critério de escolha eleitoral no caso dos brasileiros, pois quanto maior for a falta de identificação com partidos presume-se que essa característica passe a pesar mais na escolha dos candidatos. Não há a pretensão aqui de fechar um debate tão amplo como este, porém é visível que os líderes midiáticos tem um alcance maior na sociedade do que lideranças ligadas às instituições tradicionais como partidos políticos ou sindicatos. O importante é acrescentar, como exposto por Albuquerque e Dias, que os meios de comunicação podem interagir com os partidos ou fazer oposição a eles e o mesmo pode acontecer com instituições como a Igreja. A próxima pergunta deseja verificar se ocorre o alinhamento dos membros a uma determinada preferência partidária ou não, tendo em vista, como já foi exposto no trabalho de Simone Bohn, que entre os grupos religiosos brasileiros, os evangélicos apresentam os maiores índices de rejeição aos partidos políticos como é possível observar abaixo:

Tabela 39 – Atitude em relação aos partidos (PIBSG)

Religião	Identificação partidária		Simpatia partidária	
	Não	Sim	Não	Sim
Católica	55,7%	39,2%	47,7%	52,3%
Evangélica	65,1%	32,3%	59,3%	40,7%
Kardecista	49,2%	50,8%	46%	54%
Afro-brasileira	59,1%	40,9%	45,5%	54,6%

Fonte: Bohn, Simone. Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades e determinantes do comportamento eleitoral. Opinião pública. V.10 n.2 Outubro de 2004. Página: 16.

Tanto na identificação partidária como na simpatia, os evangélicos foram o núcleo religioso que apresentou as maiores rejeições aos partidos políticos. Segue abaixo os índices referentes à pesquisa realizada entre os batistas da PIBSG:

Tabela 40 – Você se identifica com algum partido político? (PIBSG)

Alternativas	Porcentagem
a) Não.	74,07%
b) Sim.	22,23%
c) abstenção	3,7

Fonte: O autor, 2015.

O índice de identificação partidária é baixo, apenas 22,23%, portanto abaixo da identificação apresentada na pesquisa nacional que foi base para o trabalho de Bohn, e a rejeição obviamente é superior, na casa dos 74,07%; já 3,7% dos entrevistados se abstiveram de responder. Também foi questionado, em caso de identificação partidária, o nome do partido político com o qual o religioso simpatiza. Houve aqueles que mesmo dizendo que se

identificam não mencionaram o nome do mesmo, já os partidos citados foram: PSDB, PSOL e PSTU.

Neste ponto da análise será verificado o posicionamento político dos religiosos batistas empenhando-se por verificar se estão alinhados a posturas políticas da esquerda ou da direita. Segue abaixo as perguntas e porcentagem das posições aferidas:

Tabela 41 – Posicionamentos políticos (PIBSG)

<b>O MST age corretamente quando invade terras para pressionar o governo para avançar com a Reforma Agrária?</b>	
<b>Alternativas</b>	<b>Porcentagem</b>
a) concordo plenamente.	7,4%
b) concordo.	14,81%
c) discordo.	25,93%
d) discordo plenamente.	51,85%
<b>Qual sua posição sobre movimentos grevistas?</b>	
<b>Alternativas</b>	<b>Porcentagem</b>
a) concordo plenamente.	18,52%
b) concordo.	48,15%
c) discordo.	14,81%
d) discordo plenamente.	18,52%
<b>Qual opção abaixo melhor contribuiria para a redução da violência?</b>	
<b>Alternativas</b>	<b>Porcentagem</b>
a) pena de morte.	7,4%
b) redução da maioria penal.	14,82%
c) maiores investimentos em educação.	33,33%
d) diminuição da desigualdade social.	40,75%
Abstenção	3,7%

Fonte: O autor, 2015.

Como pode ser visto analisando a primeira questão, a grande parte dos entrevistados discorda dos métodos utilizados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, essa rejeição atinge 77,78% dos religiosos, logo existe entre estes religiosos uma valorização da propriedade privada. Já no que diz respeito aos movimentos grevistas, a maioria dos religiosos apóia, totalizando 66,67% daqueles que assinalaram as alternativas c/d demonstrando solidariedade à luta de trabalhadores, ainda que estes interrompam temporariamente a oferta de serviços a sociedade. Sobre a melhor opção que contribuiria para a redução da violência, 74,08% acreditam que as ações que surtiriam maior efeito são maiores investimentos em educação e diminuição da desigualdade social, que são bandeiras da esquerda. Agora chama a atenção no meio de um grupo religioso existir o posicionamento de 7,4% dos entrevistados favoráveis a pena de morte, um posicionamento autoritário e que não acredita na possibilidade de reinserção do infrator na sociedade. Analisando os dados obtidos não é possível alinhar o agrupamento a uma única posição política, pelo contrário, existem

indivíduos com diferentes posicionamentos e opiniões políticas no grupo pesquisado, sem uma definição de posicionamento em bloco ou atitude hegemônica.

O próximo item deseja verificar o grau de apoio do grupo à liberdade de expressão e às manifestações populares, o item pesquisado teve por base o questionamento sobre se as jornadas de junho de 2013 contribuíram para o fortalecimento da democracia:

Tabela 42 – Você acredita que os protestos de 2013 contribuíram para o fortalecimento da democracia? (PIBSG)

Alternativas	Porcentagem
a) Sim.	77,8%
b) Não.	22,2%

Fonte: O autor, 2015.

A maioria das pessoas pesquisadas acredita que as manifestações ou protestos de junho de 2013 contribuíram para o fortalecimento da democracia brasileira, e apenas 22,2% não acham que contribuam.

A décima quinta questão tem por tema a apropriação de um determinado espaço laico da cidade e sua transformação em área religiosa. Uma das ações da secretaria de turismo de São Gonçalo e que foi organizada pela prefeita Aparecida (segundo mandato) foi a substituição da Praça Chico Mendes pela Praça da Bíblia. O espaço anterior à reforma possuía três quadras poliesportivas, uma pista de skate e patins, e um espaço frontal com mesas e bancos de concretos, no outro extremo da praça existia uma pequena área arborizada também com assentos e mesas de concreto. Para descrever a atual configuração da Praça da Bíblia usarei as palavras de quem a projetou: “Aécio Nery detalhou a estrutura arquitetônica da obra: Fizemos um estudo de toda a Bíblia e procuramos trazer apenas a palavra de Deus. A ideia se inicia no chafariz, que representa a fonte da vida. Em seguida, os visitantes poderão apreciar nos painéis o Velho Testamento, passando à grande cúpula que significa um útero que dá a vida. Há também todos os livros do Novo Testamento simplificados até o Apocalipse. O portão significa a saída do mundo ocidental, onde encontramos um grande peixe que sempre era usado em cerimônias religiosas. O olho deste peixe vai funcionar como um púlpito ou parlatório. Essa praça temática vai funcionar como um ponto turístico de São Gonçalo”<sup>57</sup>. Sucedeu o apagamento e substituição do uso anterior da Praça por parte de dirigentes políticos locais que são evangélicos. Além disso, uma evidente postura contrária à existência de

<sup>57</sup> Notícia de Marcela Freitas, publicada no “Jornal São Gonçalo Online” de 28 dez. 2012, disponível em: <<http://www.jornalsg.com.br/site/politica/2013/3/15/47680/sao+goncalo+ganha+praca+da+biblia>>. Acesso em: 1 set. 2013.

práticas laicas que fogem à lógica religiosa, pois o espaço era dedicado ao esporte e lazer dos moradores da região, e além da quadra nos arredores existiam bares e lanchonetes, mas a descrição da antiga prefeitura sobre o local é a seguinte: “Trouxe para a população um local de reflexão. Antes esta praça era relacionada a crimes e hoje manifesta a palavra de Deus, que alimenta e liberta, disse Aparecida”<sup>58</sup>. A existência de crimes na localidade é associada a algo que existia na Praça anterior e que a nova eliminaria: o problema de furtos na região, como se isso não fosse atribuição do poder público que poderia trabalhar com a guarda municipal na localidade. O lazer fora da área religiosa é colocado como a origem da irradiação de práticas criminosas locais. Um dos objetivos desta questão é aferir a porcentagem de adesão a este tipo de postura na memória coletiva do grupo pesquisado. Segue o posicionamento dos batistas da PIBSG sobre este tema<sup>59</sup>:

Tabela 43 – Praça da Bíblia. Essa mudança foi positiva para a cidade? (PIBSG)

Alternativas	Porcentagem
a) Sim.	22,2%
b) Não.	66,7%
Abstenção.	11,1%

Fonte: O autor, 2015.

A maioria dos batistas cerca de 66,7% dos entrevistados entende que essa alteração não foi positiva para a cidade, já 22,2% dos religiosos atestam esta mudança como positiva e ainda 11,1% se abstiveram de responder o questionamento. O grupo, mesmo sendo religioso, não concordou com apropriação de um espaço de uso laico por um religioso.

O décimo sexto questionamento trabalha com as origens das motivações nas escolhas eleitorais dos religiosos, também busca verificar se a Igreja é um espaço de indicação de candidatos. Seguem os dados obtidos:

<sup>58</sup> Notícia de Marcela Freitas, publicada no “Jornal São Gonçalo Online” de 28 dez. 2012, disponível em: <<http://www.jornalsg.com.br/site/politica/2013/3/15/47680/sao+goncalo+ganha+praca+da+biblia>>. Acesso em: 1 set. 2013.

<sup>59</sup> “Na gestão do último governo municipal a Praça Chico Mendes foi transformada em Praça da Bíblia. Ocorreu a substituição de três quadras poliesportivas e uma pista de skate por grandes murais com passagens bíblicas. Essa mudança foi positiva para a cidade?”



Tabela 44 – Como você escolhe seu candidato nos pleitos eleitorais?

Alternativas	Porcentagem
a) Debates e propaganda na TV.	33,3%
b) Rádio.	0%
c) Igreja.	3,7%
d) Conversa com amigos ou parentes.	25,9%
e) Outros	37,1%

Fonte: O autor, 2015.

A alternativa conversa com amigos ou parentes foi escolhida por 25,9% dos religiosos, já 3,7% afirmam realizar essa escolha com informações obtidas na Igreja, e ainda 33,3% utilizam os debates e propaganda na TV como a fonte de seleção, e a maioria descreveu outros modos de realizar esta escolha totalizando 37,1% dos batistas que participaram da pesquisa. Dentre as livres respostas se destaca a obtenção de informação pela internet sobre a vida e conduta dos candidatos; também é muito citada que seu voto é independente e sem interferências. Pontualmente, foi citado o critério de escolha relacionado ao candidato ser cristão; e um dos entrevistados só votava por obrigação. Seguem dois exemplos dos livres retornos dados pelos religiosos: “Tenho uma posição política bem definida e freqüente, na medida do possível, debates e comícios”. E ainda: “Reflexão crítica a respeito dos partidos e candidatos referente à sua filiação/associação e defesa de pensamentos hegemônicos ou contra hegemônicos”<sup>60</sup>.

A última questão visa apenas levantar o grau de escolaridade do grupo pesquisado. Seguem abaixo os números obtidos:

Tabela 45 – Escolaridade

Alternativas	Porcentagem
a) Fundamental incompleto.	0%
b) Fundamental completo e médio incompleto.	11,11%
c) Ensino médio completo ou superior incompleto	29,63%
d) Superior completo	37%
e) pós-graduação	14,81%
f) Mestrado completo	3,7%
g) Doutorando	3,7%

Fonte: O autor, 2015.

Os batistas da PIBSG possuem um alto grau de exposição às autoridades religiosas, a presença no culto e nas atividades religiosas da Igreja é vista pelos religiosos como um fator que contribui para melhoria em suas condutas cotidianas e no convívio social. Para a maior parte dos batistas da PIBSG a instituição tem estimulado a participação na política e não tem

<sup>60</sup> Essas foram duas das respostas dadas pelos membros da PIBSG a décima sexta questão: Como você escolhe seu candidato nos pleitos eleitorais?

dirigido a escolha dos candidatos, também aprovam o envolvimento da Igreja com a política desde que esteja contribuindo para as políticas públicas e fomentando a participação na democracia sem direcionar nas escolhas partidárias e de candidatos. Com relação à visita de candidatos a Igreja, cerca de 55% afirma que a Igreja não está aberta, porém um número também expressivo, aproximadamente 40%, informa que já presenciou estas visitas e que durante as mesmas o púlpito não foi aberto para campanha e nem o pastor favoreceu o político visitante, mas que as visitas ocorrem. A maior parte do grupo percebe o aumento de políticos evangélicos como algo positivo para a democracia brasileira, e segundo esta tendência um pouco mais da metade dos entrevistados afirma que votou em candidatos evangélicos nas últimas eleições municipais. Já a identificação partidária dentro do núcleo é menor do que a média nacional dos evangélicos, e não sucede o alinhamento do grupo a determinado partido, sendo citados diferentes partidos e de ideologias diversas, o mesmo sendo dito com relação ao posicionamento político, não podendo ser afirmado que o agrupamento dispõe unicamente de tendências de esquerda ou de direita. Os batistas demonstraram valorizar a liberdade de expressão e direito de se manifestar livremente, valorizando as jornadas de junho de 2013, e ainda prezam pela separação do laico e o religioso, não apoiando a alteração realizada na Praça Chico Mendes na gestão municipal anterior. A Igreja não corresponde ao espaço adequado para a escolha eleitoral para a maioria dos entrevistados, pois apenas 3,7% informaram utilizar o espaço religioso para esta função e somente 11,11% informaram que a Igreja orienta na escolha dos candidatos.

### **3.4 Entrevista com as lideranças da PIBSG**

Agora será realizada a análise das entrevistas com os líderes da Primeira Igreja Batista em São Gonçalo. Esse momento do trabalho tenta entender como os líderes religiosos enxergam o envolvimento da religião com a política, se acreditam que esse envolvimento pode trazer impactos negativos para a imagem da Igreja e, ainda, quais benefícios para a sociedade o ingresso de evangélicos na política tem realizado no cenário brasileiro atual. Também busca compreender com que ramo esse grupo se identifica, com qual tem afinidade, embora não afirme pertencimento, e se destaca diferenciação com outra vertente evangélica. Ocorrerá o questionamento sobre como a PIBSG estimula seus membros a participarem da política e de que maneira a instituição se relaciona com os candidatos durante os pleitos

eleitorais. Outro fator a ser estudado é a participação dos membros na gestão da instituição para entender o grau de influência que estes gozam, e se o modelo utilizado é mais centralizador e vertical ou se existem instrumentos horizontais participativos. E por último entender quais serviços são oferecidos para a membresia e a comunidade na qual a igreja está inserida. Conforme já exposto no segundo capítulo o roteiro das questões das entrevistas segue um eixo temático, e acima foi realizado um resumo destes assuntos norteadores. Três líderes participaram da entrevista. Abaixo se tem a apresentação pessoal destes:

- Jonathan Bahia Vieira: Meu nome é Jonathan Bahia Vieira e sou pastor auxiliar dessa igreja desde 2007, também ministro educação cristã da igreja.
- Débora Muniz- Meu nome é Débora Muniz trabalho como gestora eclesial na PIBSG.
- Erineth Maria da Cunha Silva: Meu nome Erineth Maria da Cunha Silva. Trabalho na educação como coordenadora pedagógica há 15 anos.

Este momento inicial visa assinalar um panorama sobre como as lideranças da igreja analisam a relação entre o aumento da atuação de políticos evangélicos e como isso afetou a imagem da Igreja evangélica de forma geral.<sup>61</sup> O Pastor Jonathan Bahia Vieira possui a seguinte visão sobre isso:

Não sei se é a nossa ou a minha percepção, mas creio que o impacto não foi positivo, porque se aproximaram da política grupos que começaram a perceber o espaço político como meio para engendrar os seus próprios projetos, e usaram a membresia de tais igrejas e tais comunidades dando visibilidades para essas pessoas para atingir êxito com tais projetos. Quando, no meu entendimento, a questão política é para o bem comum, enquanto você não tem uma igreja que está pensando nesse sentido o que ocorre é que quem teve acesso à política foi mais ou menos nesse sentido.

O pastor Vieira descreve a ação dos políticos evangélicos que anseiam o benefício institucional e a utilização dos religiosos da denominação que os apoiaram para alcançar ascensão no campo político e uma representatividade fortemente ligada aos interesses das lideranças religiosas e sem diálogo com as demandas dos próprios eleitores religiosos. De forma geral, o pastor Jonathan Vieira relata essa ação dos políticos evangélicos como nociva à imagem da igreja evangélica, uma vez que não visa o bem comum que, segundo ele, deveria ser o primeiro objetivo de um representante eleito. O discurso da gestora Débora Muniz vai ao encontro dos argumentos do pastor Vieira:

---

<sup>61</sup> Nos últimos anos foi consolidado o envolvimento dos evangélicos com a política. Na opinião de vocês qual foi o impacto para a imagem da igreja evangélica com o aumento da relação entre religião e política?

Acho que o impacto foi altamente negativo para a imagem da igreja como um todo, exatamente porque usa a membresia para defender interesses institucionais, inclusive rotulando decisões e posicionamentos com sendo dos evangélicos, porque de fato muitas vezes não representam os evangélicos na sua totalidade. Realmente foi bem negativo.

É descrito novamente um impacto negativo pela utilização dos membros da igreja como reserva eleitoral para o acesso dos religiosos aos cargos representativos apenas anelando à defesa dos interesses das igrejas que os mesmos lideram. Mas Muniz introduz um novo ponto na discussão da temática, a utilização por parte do político religioso em seus discursos da defesa do ponto de vista de todos os evangélicos como se este pudesse alcançar todos os indivíduos que pertencem a esse nicho e que suas opiniões políticas representassem a visão da totalidade de pessoas que compõem este estrato religioso. Esta estratégia pode ser vista como forma de ampliar o seu real alcance eleitoral e, antes mesmo da atuação do político como representante eleito, busca assinalar que possui um considerável poder entre seus pares religiosos. De certa forma, estes religiosos políticos tentam mostrar aos seus eleitores que estes pertencem a um eixo abrangente na sociedade, ao mesmo tempo em que iniciam uma postura em direção de barganhas e acordos políticos antes mesmos do término dos pleitos eleitorais. O terceiro ponto de vista sobre o tema é da coordenadora pedagógica Erineth Maria da Cunha Silva:

Eu acredito que essa visão nossa hoje de ter sido negativa passa por algumas discussões que a gente já tem tentado avançar, porque em algumas igrejas você vai ouvir que foi positivo, mas a gente tem procurado discutir sobre esse olhar daquilo que a igreja se propõe no mundo e de qual é a nossa missão no reino. Creio que essa discussão tem sido bem realizada aqui na PIBSG e nós conseguimos ter esse olhar sobre a perversidade e essa utilização do povo evangélico nessa perspectiva.

É exposta novamente a utilização da membresia para fins eleitorais que beneficiaram as instituições evangélicas e Erineth Silva a denomina de perversidade. Outro item por ela colocado que é importante destacar é o debate existente no seio da PIBSG sobre o envolvimento da religião com política e da ação dos demais grupos evangélicos na política brasileira; ficando claro que ambas as lideranças demonstram um conhecimento sobre as estratégias eleitorais utilizadas por políticos evangélicos e que trazem opiniões contrárias a tais práticas. Chama a atenção também a fala de Erineth Silva quando afirma que intentam discutir qual o papel da igreja no mundo e qual seria a sua missão no reino, evidenciando que dentro da mentalidade religiosa, de certa forma, o agrupamento tem tentando utilizar a igreja como um espaço que possua uma função maior que estritamente religiosa e de atuação mais ampla. Podemos substituir esse ‘mundo’ pela cidade de São Gonçalo onde a PIBSG está

inserida, e, em um segundo plano, sua missão no reino vai ao encontro a um comprometimento espiritual nessa ação mais efetiva de pensar como atuarem e fazerem política. O elemento a ser destacado na fala de Erineth Silva é essa fusão que está presente na mentalidade do grupo entre ação política e missão espiritual, que mais a frente também será encontrada nos artigos que as lideranças da CBB produzem sobre a política. No próximo item, que diz respeito à análise da atuação da Convenção essa fusão também será tratada.

A nona questão faz parte do eixo temático inicial, pois permite um resgate ao final da entrevista de ideais ou posicionamentos que tenham ficado sem serem emitidos pelas lideranças. A nona indagação<sup>62</sup> basicamente resgata a ideia de qual seria o ponto negativo a ser destacado no envolvimento da religião com a política, embora agora não trace nenhum paralelo com a imagem da igreja, deixando o entrevistado (a) com mais liberdade em conduzir seu posicionamento. Segue abaixo a opinião de Débora Muniz:

[...] Toda vez que uma igreja se envolver politicamente para defender a sua bandeira e até mesmo a bandeira da bancada evangélica brigando por conta do casamento homossexual... eles não estão defendendo nem a bandeira institucional, mas também acho que eles não estão defendendo a bandeira bíblica, não sei como se nomeia esta questão, mas eu diria que hoje é essa coisa do indivíduo defender 'o seu', defender as suas ideias, querer ganhar vantagem, ter o articulador político lá dentro por que daí ele pode ganhar um programa na televisão, ou ganhar um benefício fiscal, por que hoje infelizmente a representação evangélica está muito mais voltada para esse tipo de interesse do que para o bem comum.

Agora também é criticada por Muniz a própria existência da bancada evangélica e questiona até que ponto os parlamentares que centralizam sua atenção política para o embate com pauta GLBT do casamento de pessoas do mesmo sexo não estão apenas se promovendo frente aos religiosos, mas utilizam a política como um espaço para obter benesses para suas instituições. Já Erineth Silva destaca o seguinte:

Quando se pensa na igreja, quando pensamos no reino de Deus, é uma coisa muito maior. Por exemplo, quando negamos ou criticamos o homossexualismo, quando se usa o seu poder ou a imprensa, e até mesmo a máquina pública para defender o seu ponto de vista, nem sempre aquele evangélico que está lá. Estará me representando por que nem sempre ele representará a minha ideia enquanto evangélica... Algumas igrejas não têm discutido questões, por exemplo, a questão do aborto, que vai além da mulher abortar. Existe uma questão séria de saúde pública... Eu acho que essas coisas deveriam ser pontuadas quando pensamos a representação política, porque algumas igrejas estão muito preocupadas em defender uma causa ou bandeira, mas tantas outras causas ficam sem serem discutidas. Seria importante que esses líderes

---

<sup>62</sup> Em obra publicada recentemente Paul Freston afirma que especialistas enxergam a relação entre religião e política com certa cautela ou desconfiança, em parte devido a atuação de extremistas ligados aos grupos religiosos islâmicos, mas que no caso brasileiro ele não vê motivo para pânico, embora existam pontos negativos na relação entre os evangélicos e a política. Qual ponto negativo pode ser destacado nessa relação?

políticos trouxessem para as igrejas aquelas discussões que são relevantes para a sociedade. Na comunidade cristã não se discute, fica-se preso ao meu olhar é isso aqui e eu não concordo com isso e eu vou defender essa bandeira.

Para a pedagoga Silva deve existir uma visão crítica sobre a argumentação de um deputado evangélico que ataca ou persegue os homossexuais, pois uma ação como essa não deve ser associada de forma automática a todos os evangélicos, haja vista que ela mesma não se sente representada enquanto evangélica por esses deputados. E que essa postura radical em algumas igrejas tem gerado um isolamento em relação aos problemas sociais atuais, como a questão de saúde pública que se tornou o aborto. Devido às visões religiosas reclusas que levantam bandeiras que impedem a atualização dos membros destas instituições, o debate de temas de tal gravidade inviabiliza-se. Para Muniz existe um problema na representação atual que explica esse fechamento por parte dos políticos evangélicos em seus próprios dogmas religiosos:

Existe também hoje um modelo onde as representações sociais estão extremamente segmentadas, se não existe uma representatividade feminina lá dentro, ninguém defende o direito da mulher, se não tiver ninguém envolvido com a causa da criança, ninguém defende os direitos dela, logo as representações são extremamente segmentadas, e acaba cada um brigando pela sua bandeira. Sei que tem vantagens e desvantagens [...], no caso dos evangélicos, as bandeiras são contra os homossexuais ou as prostitutas. A representatividade dos evangélicos é para defender o que? O interesse de fé? Será? É isso mesmo que os evangélicos querem? Como evangélica eu não tenho essa expectativa! Vou defender a condenação do casamento homossexual por que a Bíblia condena. Logo eu vou para o meio político para brigar contra o casamento homossexual, ora eu estou numa sociedade que tem essa realidade social, eu não sei se essa deveria ser a bandeira da igreja. E a igreja acaba defendendo essas bandeiras, e eu fico na dúvida: Se ninguém brigar pela família? Quem vai brigar? Se ninguém brigar acontece o que?

É levantada por Muniz a questão da segmentação nas representações políticas onde cada vez mais surgem políticos ligados a determinados grupos identitários, e que os políticos evangélicos estariam inseridos dentro deste fenômeno político atual. Ela também sinaliza que entende que existem vantagens neste tipo de representatividade, mas que entre as desvantagens está o constante embate entre esses grupos e que os políticos evangélicos se inserem neste contexto devido à defesa da bandeira que os opõe ao casamento homossexual ou a prostituição. Dentro desse contexto é necessário lembrar a importância que o marketing ganhou nas disputas eleitorais e que atuar sobre a segmentação é uma estratégia bem sucedida como já foi relatado por Lopes (1998, p.8): “Por meio da segmentação de mercado, pode-se conhecer melhor as necessidades e os desejos dos consumidores.” Esses representantes religiosos eleitos têm discursado e obtido êxitos buscando dialogar como um público

específico, e em sua atuação parlamentar desejam demonstrar que estão seguindo os dogmas religiosos que defenderam durante a campanha e pelos quais irão legislar, ou impedir que outros legislem a favor de grupos identitários rivais. Outra perspectiva que explica esta segmentação citada por Muniz é o aumento no meio político de pautas indentitárias como é exposto por Hobsbawm (1997, p.65):

Hoje tanto a direita como a esquerda acham-se dominadas por políticas de identidade. Infelizmente, o perigo de desintegração numa simples aliança de minorias é inusualmente grande para a esquerda, pois o declínio dos grandes slogans universalistas do iluminismo, que eram essencialmente slogans de esquerda, deixa-a sem qualquer caminho óbvio para formular o interesse comum através de fronteiras seccionais.

Um momento emblemático na argumentação de Muniz é quando questiona se a representação política dos evangélicos serviria apenas para atender os interesses da fé, que vai ao encontro com o que é colocado por Hobsbawm, da dificuldade de colocar em consonância os interesses seccionais e objetivos universalistas. E para o Pastor Vieira o ponto que mais o incomoda é o papel da igreja como fomentadora de participação política:

O Paul Freston e os especialistas falam sobre o perigo de Religião e Estado serem uma coisa só. E que talvez a gente (Brasil) não corra esse risco... Eu creio que o grande desafio e a igreja deveria ser o instrumento, e a PIBSG é uma igreja imperfeita como qualquer instituição humana, mas ela tenta ser um instrumento, que busca dar autonomia para o indivíduo tomar as suas decisões e segundo os seus próprios critérios pelos quais este se organiza para realizar a sua análise, pois a igreja não deveria ser um lugar que determina.

O estímulo para participação na política segundo Vieira deve estar associado à autonomia de escolha para os membros da Igreja, e não deveria ocorrer imposições aos fiéis evangélicos. Em seguida ele passa a relatar a situação que entende como perigosa existente na relação entre Igreja e Estado:

Por isso que eu entendo essa distância que se deve ter da questão política, e um afastamento que não seja de ruptura ou raivosa, mas para preservar a isenção, e a aproximação como cidadão para de fato cobrar ou participar da vida política, e sim creio que é uma situação perigosa se a igreja se envolve com o Estado e se transforma em uma coisa só. Porque a igreja em alguns momentos possui interesses que vão colidir com outros grupos da sociedade. [...] Só que a igreja não pode impor sua moral, na verdade quem está numa comunidade evangélica se encontra ali porque desejou, aceitou, entendeu, quis encaminhar sua vida naquela direção, então isso não pode em momento nenhum ser imposto para A,B ou C, mesmo que não concordemos com os atos deles. O que eu defendo é exatamente uma igreja que preze pela liberdade do indivíduo de ser aquilo o que ele escolher, ser contanto que aquilo que ele deseje ser não limite as minhas percepções. Meu direito vai até onde o direito do outro começa.

O pastor Vieira cita o problema que pode ser gerado com o aumento da relação entre religião e política que se encontra na ampliação por parte dos religiosos de uma postura de tentarem fundir as restrições da fé com a legislação de um país e, em um momento mais avançado, o perigo da união entre Igreja e Estado destruindo a laicidade. Para impedir tais movimentos em direção da restrição das liberdades dos cidadãos, Vieira propõe que no relacionamento entre a religião e a política deve acontecer dentro das igrejas certo distanciamento de uma única linha partidária que venha a ser imposta aos fiéis. A direção apontada pelo Pastor seria da conscientização da participação política destes cidadãos, no entanto, sem o direcionamento, dando liberdade de escolha aos membros das instituições sobre as possíveis afinidades partidárias e de escolha de candidatos nos períodos eleitorais. Vieira também assinala uma preocupação sobre os limites do direito de cada pessoa na sociedade, pensando o próprio embate entre as ideias e preocupações dos evangélicos com os anseios e propostas divergentes de outros grupos identitários. Muniz complementa a visão do núcleo sobre este assunto da divergência de opiniões entre os batistas e os movimentos de afirmação GLBT:

Por outro lado se dois homens querem se casar tudo bem. Vai criar uma lei que proteja o casamento deles tudo bem. Mas vamos ver o quanto isso me toca, como isso pode me tocar como cristãos? Precisar se impor um limite, por exemplo, posso casar na sua igreja? Essa pergunta partindo de casal homossexual, isso não, não pode, pois daí você interfere no meu direito. Agora, se querem criar uma lei que proteja os direitos daqueles que querem casar, este é um direito como cidadão, não está se pedindo um direito para uma ilegalidade, outra coisa diferente é um louco defender se criar o direito para pedofilia, nós não podemos jogar a coisa para o outro extremo, nós não estamos falando de pedofilia estamos falando de dois seres humanos adultos conscientes e responsáveis, cidadãos que pagam suas contas e cumprem suas obrigações tem todo o direito, agora quando esse direito esbarra no meu de não acreditar naquilo como uma prática correta, daí a conversa é outra, logo a gente muda o diálogo.

Para as lideranças entrevistadas da PIBSG, a questão do casamento entre pessoas do mesmo sexo não se torna um problema do ponto de vista de união legal para defesa do patrimônio construído por duas pessoas. Embora o limite encontre-se na possibilidade de coerção legal para que a união aconteça na igreja, mesmo que as lideranças da PIBSG apresentem uma abertura para o diálogo nessa delicada temática. Mais a frente, será apresentado um panorama no qual não há um consenso no seio dos batistas, ainda que a postura da maioria das lideranças da CBB sinalize para uma rota de colisão com as pautas de reivindicações dos grupos GLBT, como poderá ser analisado no próximo item do capítulo. Erineth Silva fecha a fala sobre este tema abordando a importância do diálogo na Igreja:



Acho que tem que acontecer mesmo essa coisa da gente dialogar. Porque quando você chega a algumas igrejas, e isso não se fala em qualquer lugar da igreja, e nós acabamos não discutindo muito isso e são coisas saudáveis, porque as pessoas têm medo de discutir determinados assuntos, como sobre falar sobre direitos de homossexuais, são coisas que precisam ser ditas, sim é um direito deles, se eu aceito na minha vida ou não é um posicionamento meu, daquilo que eu creio, da minha fé. Se a legislação dá para esse indivíduo este direito, eu não posso dizer que não. Eu posso não concordar, mas jamais fazer manifestações abertas para lutar contra. Mas esse debate deve ocorrer para que a igreja consiga fazer esse caminho da política.

A fala de Silva comunga com o que foi exposto antes por Vieira um posicionamento mais aberto ao debate no espaço eclesiástico, menos dogmático e impositivo, com abordagens de temática que não sejam cotidianas ou comuns do meio dos religiosos. Em outras palavras, ambas as lideranças descrevem a tentativa da formação no meio religioso de uma tolerância com as necessidades de afirmação de outros eixos identitários dentro do espaço democrático brasileiro. Revela também uma característica da negação de se tocar em determinados assuntos dentro das igrejas evangélicas de forma geral, o que de certo modo também é uma marginalização das demandas de grupos que possuem valores ou ideias divergentes com as destes religiosos.

No decorrer da argumentação sobre a temática da nona questão, as lideranças ainda abordaram novamente a segmentação da representatividade no cenário político brasileiro, segue a fala do pastor Vieira:

O que eu não concordo é com o nome bancada evangélica, porque os outros políticos não precisam dizer sua religião e os evangélicos devem afirmá-la ? Precisa fazer política e política partidária de qualidade, e não ter um nome um carimbo para alçá-lo. E isso acaba se tornando ambiente entrincheirado, esse grupo é pró e o outro é completamente contra de maneira acrítica, não tem um meio termo.

Para Vieira a criação da bancada evangélica foi tão nociva para a imagem dos evangélicos ou para a própria política quanto a infertilidade de trocas entre os agrupamentos segmentados é para a atual conjuntura da política nacional. Muniz contribui novamente afirmando que:

Trincheiras mesmo de pensamentos! Quando falo de segmentados é exatamente isso cada um brigando só. Se existe uma causa de um grupo que precisar ser tratada, e vai ser representado por um grupo que foi eleito para isso, mas que seja tratado com uma visão mais igualitária das outras partes.

A percepção das lideranças da PIBSG é que o ambiente político sofre com a ausência da tolerância e da construção de dialogo entre os diferentes grupos políticos representados. Vieira conclui:

Sobretudo quando um político se torna da bancada evangélica, acaba impedindo este de fazer uma série de inserções e de se aproximar de outras bancadas para construir aquilo que é comum, por exemplo, não participa da bancada católica por que são de outra religião, ou de outras religiões ou grupos. Tem fim o diálogo.

Como já foi citada anteriormente, a segmentação tem servido a estratégias de marketing na esfera política e empresarial e para as disputas por eleitores e/ou consumidores onde esta tática é utilizada de forma exitosa como exposto por Lopes, e ainda a segmentação tornou-se uma tendência no campo político, como apontou Hobsbawm, tanto na esquerda como na direita. Ao passo que na visão das lideranças da PIBSG essa tendência atual tem gerado embates infrutíferos para a democracia brasileira onde o ambiente de disputa eleitoral nunca finda, levando os representantes eleitos a não cederem ou chegarem a meio termo com grupos rivais pela própria sobrevivência no âmbito político, em uma contínua campanha eleitoral, ocorrendo a inversão da construção legislativa comum e democrática que de certa maneira atenda a todos ou que minimamente respeite o conjunto dos cidadãos.

Esse primeiro eixo temático abordou até aqui o impacto do envolvimento da religião com a política para a igreja, os aspectos negativos desse envolvimento, e ainda o perigo da união entre igreja e Estado, e a décima questão<sup>63</sup> consiste em delimitar os pontos positivos da intensificação da relação dos evangélicos com a política. Para o pastor Vieira a positividade desta relação se dá no seguinte contexto:

Você falou em uma das perguntas que apesar de ser criticada a igreja consegue chegar a lugares que nem o Estado alcança ou com certa deficiência, haja vista as favelas e morros cariocas. Eu vi uma palestra certa vez com o Rubén César do movimento Viva Rio e a discussão era essa: morte e vida na cidade, quem está produzindo morte e quem está produzindo vida. E fiquei assombrado quando ele trouxe uma palavra positiva em relação à igreja, pensei que ele ia fazer uma crítica dizendo que a igreja acaba sendo massa de manobra, no entanto Rubén César falou o seguinte: pelo contrário, a igreja tem entrado e tem produzido muita coisa boa, tem produzido vida nesses lugares. Assim o ponto positivo que eu coloco é a preocupação com o ser humano. Você percebe que um candidato que tenha uma estrutura pessoal com aquilo que foi Jesus de Nazaré, com modelo bíblico, com o modelo de ser humano, é um candidato que está interessado em pensar a vida, em discutir a vida, tenho visto coisas boas nesse sentido também.

Vieira destaca a ação das instituições evangélicas dentro das comunidades, uma vez que mostra que entende a política não se restringindo apenas aos pleitos eleitorais, também existindo as políticas públicas e destas ocorre uma complementação por parte das igrejas na assistência social. Ao apropriar-se da fala Rubén Cesar esforça-se por demonstrar que a Igreja produz vida em ambientes imersos no medo e abandono. E que essa perspectiva não é

---

<sup>63</sup>Agora gostaria que destacassem um ponto positivo do envolvimento dos evangélicos com a política?

percebida apenas por ele como também por pessoas que estudam essa temática, ainda nota-se uma visão unitária entre o modelo de candidato tolerante e aberto ao diálogo e o padrão bíblico da figura de Jesus de Nazaré, algo perfeitamente aceitável dentro da mentalidade religiosa na qual Vieira está inserido. Já Muniz destaca que:

Essa igreja bem discipulada nos ensinamentos de Jesus, eu pegaria emprestada a frase do pastor Antônio Carlos: É dar voz a quem não tem voz. A igreja vem para amenizar a dor da sociedade quando ela traz o reino, ela traz uma esperança para esse que é necessitado, para esse que é miserável. O envolvimento político da igreja pode ser um meio para dar voz a aqueles que não conseguem nem sequer falar. Acho que a igreja caminha nesse sentido. A partir de um bom discipulado, a igreja consegue representar uma camada da sociedade, mas e as outras camadas eu diria que já estão representadas com articulação política, elas já conseguem fazer isso, mas o necessitado ou miserável não consegue. Estão extremamente desarticulados. A igreja pode ser esse instrumento de atingir e assistir esse mais necessitado.

Muniz utiliza um termo que se tornou comum no espaço evangélico no que se refere à educação cristã, o discipulado, que seria uma prática pedagógica onde a transmissão de informação religiosa está ligada a transformação da vida<sup>64</sup> do educando. Ao mesmo tempo em que tende a fomentar um relacionamento mais íntimo entre a figura do professor ou discipulador para com os alunos ou discípulos. Em outras palavras, não existe discipulado sem relacionamento entre o tutor e aquele que aprende. Nesse sentido as lideranças da igreja não devem apenas transmitir os valores religiosos, todavia, ouvir os problemas que os componentes da igreja carregam e buscar soluções de forma conjunta, mesmo que para isso tenham que complementar as ações do Estado ou orientar no sentido de cobrar do poder público aquilo que não pode ser suprido pela instituição. Nas palavras de Muniz ‘dar voz a aqueles que não têm voz’. Pensando ainda como destaque positivo a ação social da Igreja Erineth Silva afirma o seguinte:

Quando eu estava terminando a minha graduação achei muito interessante uma discussão que nós tivemos sobre o poder de mobilização que as igrejas possuem [...] e hoje trabalhando na área social eu tenho ouvido bastante do poder público sobre o poder da igreja nas comunidades, e eles têm agora começado a perceber que através das igrejas evangélicas [...] que eles podem realizar alguns trabalhos sérios onde o poder público ainda não chegou, é muito importante percebermos que nós evangélicos podemos, daí essa questão do discipulado que deve ser feita de uma forma sadia, de uma visão centrada em Jesus de Nazaré e nos valores do Senhor Jesus, para humanizar, para lutar e dar voz.

---

<sup>64</sup> Ver o “Plano Diretor da Educação Religiosa Batista no Brasil”, versão 3.1, publicado pela CBB em maio de 2010.

A exposição de Silva é importante, porquanto ela está inserida diretamente na atuação da área social e sua perspectiva é que as Igrejas dispõem de um grande poder mobilizador. Que de acordo com ela é de conhecimento do poder público, e mais uma vez temos a ação social que é uma construção coletiva desta fração religiosa como sua principal obra efetiva de mudança na vida das pessoas das comunidades que se encontram próximas à igreja. Novamente o termo discipulado é utilizado no sentido que a ação social só alcança êxito com a existência de uma igreja bem discipulada, essa visão religiosa vai ao encontro com o que Shaw (2004, p.63) relata em sua obra religiosa na qual entre outros temas também aborda e analisa o discipulado: “a igreja não muda o mundo quando convertidos são gerados, mas quando gera discípulos. Para preservar o fruto do avivamento e transformar a sociedade a Igreja precisa ir além de fazer convertidos e dedicar-se a fazer com que esses convertidos cheguem à maturidade.” A mobilização dos membros termina por ser a consequência do discipulado haja vista que este ato religioso tem por objetivo aprofundar os laços de intimidade entre os membros, mas visando uma maior integração e mobilização dos componentes nas ações que são realizadas pela Igreja, dentre elas o trabalho social. A teologia que faz uso do discipulado não mais fecha o convertido num ambiente religioso isolado, todavia motiva e prepara este para as ações da igreja na sociedade como é descrito pela pedagoga Erineth Silva:

[...] hoje a gente não defende o homem, a pessoa, nós vamos para a comunidade é para brigar pela pessoa, pelos direitos dos cidadãos, por isso que nós falamos da representação através da bancada evangélica, porque temos interesses representados ali. Quando vamos à comunidade, e trabalhamos junto com o poder público, e a igreja tem feito esse movimento, você dá voz a quem não tem. Acho que nesse sentido a Igreja Batista de São Gonçalo tem avançado.

No discurso de Silva notamos a afirmação do que uma igreja bem discipulada consoante a mentalidade do grupo realiza uma ação de mudança social e até certo ponto também representativa. Diferente de Muniz e Vieira a fala de Silva afirma a importância da bancada evangélica para representar inclusive esses excluídos que a Igreja atende cotidianamente. A importância da participação dos evangélicos na política também é destacada num diálogo entre Muniz e Vieira:

Débora Muniz: Essa frase que eu citei do Pastor Antônio Carlos: Dar voz a quem não tem voz e visibilidade aos invisíveis... Foi num congresso sobre política...  
 Pastor Jonathan Bahia Vieira: Sabe que essa frase é dos católicos!? Opção preferencial pelos pobres. A gente bebeu tudo lá.  
 Débora Muniz: Algumas temáticas sociais só se resolvem no âmbito político, então a igreja vai brigar e lutar e lutar por algumas mudanças, mas tem algumas que só no

âmbito político, ele deu o exemplo do sistema prisional, não adianta a gente fazer o trabalho de capelania prisional. Que é muito bem vindo, mas as mudanças desse tratamento do sistema é político, se você não entrar na política e não fizer um trabalho lá nunca acontecerá uma mudança para isso aqui, então por isso a necessidade de que a igreja tenha engajamento político, porque algumas mudanças só podem acontecer de lá de dentro. Se não entrar não vai mudar nunca. Ficará no discurso, no paliativo, quando você sobe na comunidade carente que o valão passa ali, tudo bem você pode até mobilizar os moradores para fazer, mas em algum momento uma rede de esgoto deve ser ligada a outra. Esse engajamento político promove algumas mudanças que nenhuma outra organização pode fazer, a não ser que seja pelo caminho político. Por isso a necessidade de ter pessoas comprometidas com a palavra de Deus para fazer política, mas tem muitos que não têm comprometimento com Deus e estão fazendo melhor que a gente.

Dois pontos devem ser destacados neste diálogo, o primeiro é a visão de Vieira sobre a Igreja Católica que é diferente do posicionamento intolerante de outras instituições evangélicas. Dentre os pastores batistas da CBB existe a consciência de valores comuns ou herdados do grupo religioso majoritário brasileiro, fator que gera críticas das demais frações evangélicas mais radicais por não compartilhar a disposição para o diálogo e a tolerância com os católicos. O segundo ponto abordado por Muniz está ligado à necessidade da participação dos evangélicos no âmbito político ainda que compartilhe com Vieira de críticas comuns a esse envolvimento; é contrária à postura de abstenção no campo político convergindo de certa forma com Silva, uma vez que enxerga a necessidade de luta por mudanças dos problemas sociais com os quais esses religiosos entram em contato devido à atuação da Igreja nas comunidades, problema que só podem ser solucionado pelo poder público devido à profundidade das demandas sociais na periferia.

O segundo eixo temático trata a questão da identificação da liderança com um determinado ramo do protestantismo além de intentar verificar a existência de afinidades ou conflitos com outros núcleos.<sup>65</sup> O questionamento básico é se os líderes da PIBSG concordam com a divisão dos evangélicos em três ramos e a resposta do pastor Vieira foi que:

Sim! Não tem exatamente por que discordar, mas como estamos falando de igreja evangélica de fato temos as de missão que são chamadas históricas que foram as primeiras que se plantaram no país, e existe o movimento que é chamado pentecostal. E tem outra coisa que talvez seja o neopentecostal. Usamos esse neologismo porque você tem algo novo que precisa ser denominado, já não é o primeiro grupo e não se enquadra no segundo grupo, contudo está debaixo desse guarda-chuva de alguma coisa que tem a ver com o protestantismo. Agora, é claro que algumas igrejas neopentecostais... hoje temos discussões se de fato elas são igrejas? Se elas são protestantes? E ainda se de fato elas são evangélicas? E se elas poderiam estar nessa nomenclatura, devido as suas práticas, pela maneira como elas

---

<sup>65</sup> Quando falamos Igreja Evangélica estamos enumerando uma série de instituições em um mesmo grupo. O IBGE divide as igrejas protestantes em de missão e pentecostal, mas recentemente uma série de especialistas em teologia, sociologia e outros estudiosos acrescentaram a esta subdivisão os neopentecostais. Vocês concordam com a divisão nestes três ramos?

lidam com a bíblia, e pela forma que se organizam teológica e doutrinariamente, mas também não existe um órgão maior que ratifique que esta pode ser e essa não pode, na verdade a igreja é criada, se intitula e passa a ser contada dentro daquele grupo.

É possível perceber uma convergência com o que já foi analisado aqui anteriormente sobre a divisão em ramos como a histórica ou de missão, e o segundo sendo a pentecostal, porém com relação ao terceiro ramo há uma nítida resistência em aceitar que se enquadre no grupo dos evangélicos, o que evidencia por parte desse líder batista a ideia de que os neopentecostais estão distantes de apresentarem semelhanças com os batistas, chegando ao ponto de levantar dúvida se realmente as instituições neopentecostais são igrejas e se ainda são protestantes. É latente que para as lideranças da PIBSG as instituições neopentecostais são a antítese daquilo que eles consideram como uma igreja evangélica ou protestante. No entanto, como os neopentecostais assim se autodenominam, ficam limitados a aceitar tal classificação. Muniz apresenta o seguinte posicionamento sobre os ramos evangélicos brasileiros:

Em linhas gerais eu concordo, mas acho que cabem algumas observações, mesmo porque nas igrejas pentecostais existem aqueles que seguem mais a linha das históricas e tradição, nem sei se esse é o termo adequado, contudo elas são de linhas históricas também. Mas eu gosto desta separação, eu acho que ela cabe, por outro lado, existem igrejas que são neopentecostais hoje, a Nova Vida acho que é considerada neopentecostal, e eu não sei se colocaria ela dentro desse modelo que vem em minha mente quando eu penso neopentecostal, então tem algumas igrejas que me parecem que ficam numa fronteira, e não sei se seria correto rotularmos ela com neopentecostal. Ainda falta muito estudo para esclarecer melhor essas definições, agora, a nível de você organizar as informações hoje tudo bem, mas acho que tem muito mais ainda para se definir.

É possível notar que para Muniz esse critério de diferenciação ainda está longe de estar concluído. Diante da existência de igrejas, como a Nova Vida, que ficam na fronteira entre a classificação neopentecostal e pentecostal, também levanta a existência do mesmo fato para igrejas pentecostais que, entretanto, compartilham certas práticas do ramo histórico. Assim sendo, ela suscita as mesmas dúvidas que foram pontuadas pelas lideranças da IEADJN que se identificavam na fronteira entre as igrejas históricas e pentecostais. Mesmo assim, não fez oposição a PIBSG estar enquadrada como histórica. O pastor Vieira também acredita, assim como Muniz, na existência de afinidades entre o ramo histórico e o pentecostal:

Quando você vai olhar a literatura, já existiam na verdade esses dois ramos que nós estamos chamando de histórico e pentecostal, não é que a pentecostal não é histórica ou possui um aporte histórico, mas ela é colocada nesse tipo de categoria para fazer

essa diferenciação que é uma diferenciação didática, e dentro das pentecostais em algum momento surge um movimento que vai fazer surgir igrejas como Universal. O neopentecostalismo mesmo como movimento.

Finalizando a discussão do tema temos a posição de Silva:

Porque em dado histórico é perceptível que a divisão ocorre de contrações dos movimentos. A igreja histórica ela chega e para aqui, para cá você tem outra. Essa discussão é nossa: quem é quem em termos de expressão de fé, já para o IBGE é um olhar mais social e pontual na história.

De forma geral as lideranças se identificam como pertencentes do ramo de missões ou histórico, e pontuaram que essa classificação ainda está aberta devendo ocorrer o aprofundamento de estudos, e diferenciaram que dentro dos critérios religiosos, exclusivamente, existiriam mais ramos devido a duplicidade de pertencimento de algumas instituições, mas que entendem que essa classificação segue mais o critério histórico de estudo seguindo a cronologia em que foram surgindo e certas afinidades.

O terceiro norteamento temático está ligado a como a igreja estimula seus membros a participarem da política, e como é o contato desta instituição com o campo político gonçalense ou contribuições para este. A quinta questão<sup>66</sup> faz menção direta sobre estes temas, e Silva enxerga o envolvimento da Igreja com a política deste modo:

Eu trabalho hoje na parte mais comunitária, esta é minha ênfase, embora trabalhe com escola bíblica dominical também, mas a minha área é esse olhar para fora como todos nós temos, porque a Débora esta fazendo esse movimento constantemente também, e eu acho que quando a gente oferece para comunidade alguns programas e oportunidades que ela não teria a não ser que pagasse muito mais, quando você viabiliza isso, estará de alguma forma, direta ou indiretamente, fazendo política. Se a gente entende que política é isso, estar dentro da cidade e agir pela cidade... a gente estimula essa saída da igreja dos quatro muros para fora, para a comunidade, trazendo a comunidade para igreja com os riscos que a gente corre. Eles são pontuais, entretanto apostamos que a igreja deva ter essa relação: igreja, sociedade e comunidade isso é fazer política sim! Não no sentido partidário, mas no sentido em ser um ato político-social.

Na visão de Silva a principal, ou pelo menos o tipo de envolvimento com a política que ela mais preza e está ativamente envolvida, é a complementação de políticas públicas e está se referindo à área da educação, pois na PIBSG são oferecidos cursos preparatórios para concursos e pré-vestibulares a preços abaixo do mercado. Já Muniz tem a seguinte função neste contexto:

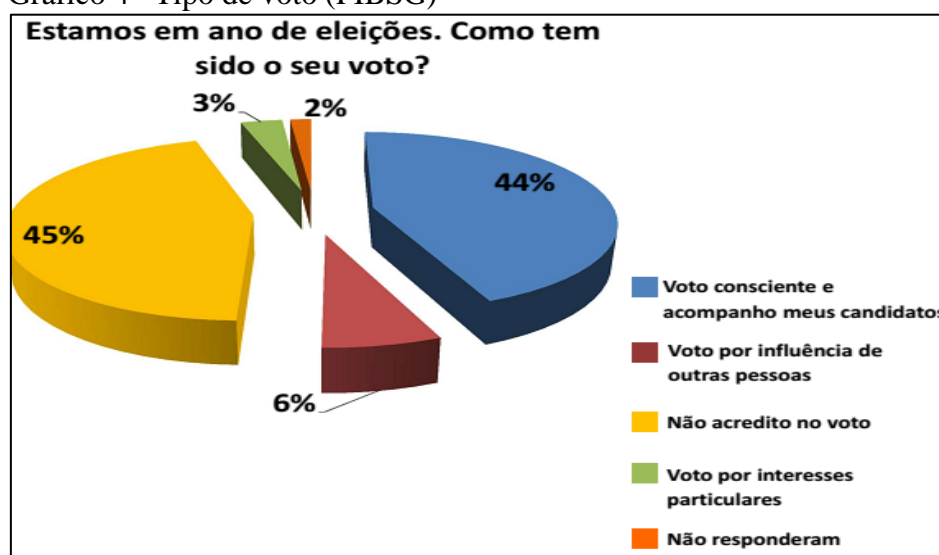
---

<sup>66</sup>A igreja estimula os membros a participarem da política? De que forma ocorre este encorajamento?

Acho que a igreja, no caso a PIB de São Gonçalo, ela amadureceu bastante nesse pensamento, evoluiu muito, ao ponto de algumas pregações e algumas mensagens estimularem essa vocação ou descoberta e o desenvolvimento dessa vocação política dos nossos membros, então isso tem sido dito sim, mas quando você fala aqui de que forma? Acho que essa forma ainda tem muito para aprimorar, por que a igreja vai estimular essa descoberta, ela vai estimular o desenvolvimento, mas ainda falta ser uma casa que ampare e cuide desses vocacionados. Pois você fomenta, no entanto você solta sozinho, a gente ainda não encontrou um jeito e eu estou falando agora Débora. Eu não sei como encontrar um jeito equilibrado no envolvimento da igreja com essa relação sem que ela seja partidária, que ela vincule demais o nome aos interesses de partidos políticos, mas, por outro lado, você fomenta um jovem a descobrir uma vocação política, ele descobre estar desenvolvendo e você não pode fazer nada, ele fica solto. Eu tenho aqui uma separação e ainda não consegui fazer essa ligação, como seria a igreja nesse papel de ajudar essa pessoa, de ampará-la, de cuidar dela ou de mentorear essa pessoa, logo acho que a igreja deve amadurecer muito ainda nesse ponto.

A resposta de Muniz é positiva posto que a PIBSG estimula os componentes a uma participação mais ativa na política através de pregações e mensagens e, nesse sentido, essa participação pode ser tanto como um eleitor mais atento como um ingresso na vida pública como candidatos. Muniz ocupa, além do cargo de gestora da Igreja, o de secretária para assuntos políticos, ou seja, tem a função de organizar essa relação entre a Igreja e o campo político. Nesse trabalho ela realizou uma pesquisa entre voluntários (não membros) que passavam à frente da Igreja com cerca de 130 indivíduos tentando traçar o perfil dos mesmos quanto à escolha de seus candidatos<sup>67</sup>:

Gráfico 4 –Tipo de voto (PIBSG)



Fonte: Fórum Político 2012-PIBSG.

<sup>67</sup> Essa pesquisa foi realizada no ano de 2012 e utilizada no Fórum Político que foi realizado em setembro.



Há diferentes perfis de eleitores na PIBSG, como pode ser visto através dos dados acima. Chama a atenção o fato de 45 % dos religiosos afirmarem que não acreditam no voto, mas uma parcela similar de 44% afirma que votam de forma consciente e acompanham seus candidatos, já 6 % votam por influência de outras pessoas e apenas 3% por interesses particulares.

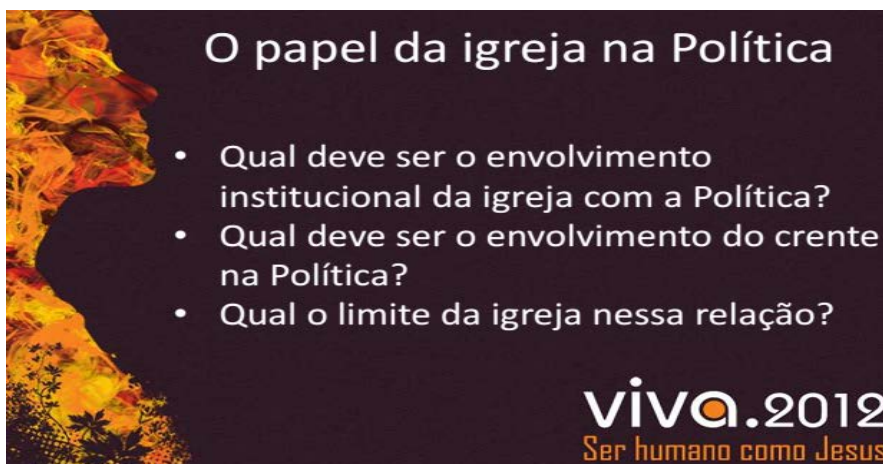
Silva faz uma nova contribuição sobre essa temática descrevendo as ações realizadas na Igreja vinculadas ao estímulo da atenção dos membros ao pleito eleitoral municipal e debates internos:

Quando nós estávamos nas eleições municipais tivemos um debate com todos os políticos que estavam se candidatando a prefeito, é uma igreja que está aberta para discutir as questões da cidade. A gente discute a questão da mulher, do adolescente, da criança, do idoso. Nós trabalhamos vários segmentos, mas com esse olhar, algumas vezes pensamos assim estamos fazendo só o espiritual, e não é por que quando você traz esse idoso para cá, quando você dá para esse idoso um trabalho para ele fazer estamos trabalhando essa questão holística. Acho que a igreja tem avançado bastante nesse sentido de estar indo na cidade e conscientizar que a cidade é nossa, somos cidadãos da cidade e precisamos agir nela e interferindo... Quando a Débora faz algumas ações e um trabalho para dizer: a gente está aqui, nós estamos atentos, e a juventude tem esse olhar de estarmos atentos àquilo que vocês (políticos) estão fazendo. A gente votou e sabe cobrar também, onde e como cobrar, e se não soubermos vamos procurar saber.

Essa conscientização do valor do voto e da participação consciente na política além de acontecer em pregações pontuais também sucede através de fóruns com pastores convidados sobre temas políticos, como ocorreu no ano 2012 durante o período de campanha eleitoral um debate entre os candidatos a prefeito da cidade. O processo de intensificação do estímulo dos membros para participarem mais ativamente da política é algo que não se restringe a PIBSG e está ligado diretamente a uma ação mais ampla e coordenada pela CBB que será demonstrada mais adiante no item D deste capítulo. Assim como assinalado anteriormente, no capítulo 2, no qual a CGADB realiza esse ato de direcionar e legitimar o envolvimento do assembleiano com a política, fato que acontece de modo diferente entre os neopentecostais, como exposto acima, também com suas particularidades se dá entre os batistas. Pensar o crescimento da representação política evangélica como sendo um fenômeno apenas ligado ao crescimento do número de fiéis é uma percepção parcial da realidade. Pois a tendência de aumento no número de políticos evangélicos também passa pelas diferentes táticas de fomento utilizadas pelas lideranças nas instituições para ampliação da participação nos pleitos eleitorais e na própria política partidária, e obviamente que cada qual com sua especificidade. Segue abaixo um dos

slides utilizados no fórum que ocorreu em setembro de 2012 com os respectivos temas debatidos:

Figura 1 – Papel da Igreja na Política



Fonte: PIBSG. Elaboração Débora Muniz.

Muniz, que trata diretamente da organização de fóruns e debates na PIBSG, faz a seguinte ressalva na dificuldade de trabalhar nesta área na igreja:

Nem sei se a igreja deve fazer esse papel de amparo do vocacionado político e nem sei se é saudável para igreja. O Pastor Mauro<sup>68</sup> dizia que se andar no limite é muito perigoso, então se afaste dele. Então é uma pergunta que eu mesmo faço essa indagação para mim até onde a igreja pode ir? Qual é o nosso limite? Por outro lado, fico preocupada por que se levantam alguns e ficam soltos e ficam sozinhos, sem apoio, são até excluídos pela igreja.

É notável a perplexidade de Muniz frente o trabalho junto aos membros da igreja que optaram por se tornar candidatos nos pleitos eleitorais, ao mesmo tempo em que entende que deve existir certo distanciamento da campanha do membro, ela se sente incomodada por não pode dar um apoio mais efetivo para esse componente. E Vieira se manifesta da seguinte forma sobre a questão levantada por Muniz:

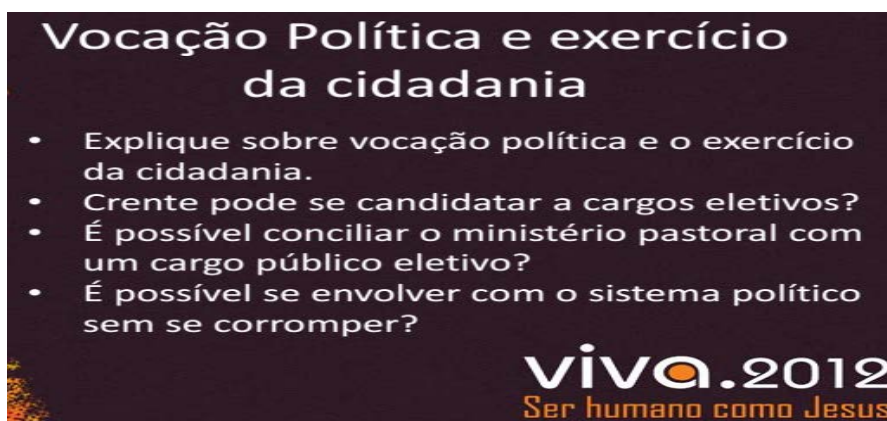
Isso parte exatamente da maneira como nós estimulamos os membros, da maneira como a gente pensa política partidária e a igreja pensa política nesse sentido, o membro como cidadão, dando todo o esclarecimento e estimulando esse membro a se posicionar como cidadão da cidade. E nesse posicionamento de não dar a ele as diretivas, de não ser a igreja que usa o púlpito para isso, se ele é uma referência (liderança: pastor ou diácono, etc.) e vai ser candidato, ele é afastado nesse momento para que não venha usar nenhum tipo de instrumento para fazer com que o membro tenha que votar nele, e mais ainda, que o membro tenha que votar num crente, isso não, ele tem que votar em pessoa que tenha caráter. E que ele perceba que é

<sup>68</sup> O Pastor Mauro Israel Moreira foi pastor presidente da PIBSG de 1975 até o ano de sua morte em 2002.

comprometida com a cidade. Então isso na verdade é um estímulo, mas eu estou entendendo a preocupação que tu estás colocando de a igreja dar algum tipo de apoio, mas eu fico pensando se é o mesmo apoio que deveria ser dado ao médico, a um bombeiro, ao policial ou advogado. Não pode ser um apoio específico. O cuidado desse apoio é porque se você criar uma porta para que esse político passe a ser uma espécie de servidor da igreja, e ele não é, e daí ele precisar ter isenção para isso.

A fala do pastor reflete uma preocupação de dissociar as práticas de uso do púlpito para fins eleitorais da imagem da PIBSG. Existem muitos artigos publicados no Portal Batista, bem como regras de estatutos e documentos da CBB criados pelas lideranças batistas onde se critica esse tipo de utilização do púlpito, como será verificado mais a frente no estudo das orientações da CBB. Vieira destaca a regra que determina que em caso de se candidatar a liderança batista é afastada das funções religiosas até o término da campanha, como forma de evitar a promoção deste candidato como o representante da igreja na política. Mais uma vez tenta salientar uma diferenciação demonstrando que os mandatos políticos de evangélicos que buscam defender os interesses institucionais não são práticas dos batistas, mas sim uma ação que os pastores batistas em seus artigos atribuem tanto aos neopentecostais como aos pentecostais. Essa discussão está na pauta de debates internos da própria PIBSG como é exposta abaixo nas temáticas utilizados durante o Fórum Político 2012:

Figura 2 – Vocação política



Fonte: PIBSG. Elaboração Débora Muniz.

Vieira demonstra uma repulsa à igreja figurando como base eleitoral e do estímulo à escolha de candidatos apenas pelo critério de professar a mesma fé. Claramente se opõe à tendência que foi intensificada em meados da década de oitenta que se sintetiza na frase “irmão vota em irmão” do pastor assembleiano e historiador Josué Sylvestre. Muniz torna expor seu ponto de vista: “Quando eu falo desse cuidado é justamente fugindo dessa coisa de

usar o serviço dele, mas justamente que ele tenha uma referência de tutoria de aconselhamento mesmo... Para não se perder na caminhada.”

A fala de Muniz evidencia que a ação que ela deseja realizar não visa formar representantes institucionais no campo político. Mas que sua preocupação está ligada ao abandono, segundo seu ponto de vista, que a Igreja gera no membro que se torna candidato.

A gente nunca indicou e mesmo quem se candidatou, aqui nunca houve voto de cabresto, nunca foi alçado numa posição diferenciada, e o exemplo maior disso foi como Erineth citou o que Débora organizou, que foi debate político de candidatos a prefeito no último pleito municipal, que foi uma coisa nova, algumas coisas desse debate foram bem interessantes. Uma delas foi o acesso, foi para todas as pessoas que quisessem estar aqui que estavam dispostas a participar. Não era uma coisa só para os crentes, era para a cidade. E outra coisa, era aberto para perguntas aos candidatos. Todos os candidatos foram colocados diante da população e todos tiveram as mesmas oportunidades de falar, defender pontos de vistas, de responder perguntas. O que estava se tentando fazer era criar consciência política no sentido de cobrança, e não de indicar preferência, de forma alguma. Se fosse para indicar preferência era só indicar o nome que preferia, e isso na verdade nós condenamos tanto na prática da igreja como qualquer outra que faça dessa forma.

Como pode ser visto através da fala de Vieira existe uma grande preocupação da parte dele de evitar associação de qualquer prática como o que denomina de ‘voto de cabresto’ ou uso do púlpito para fins eleitorais na PIBSG, uma vez que volta a enfatizar a condenação desse tipo de ação política dentro da instituição. Muniz, por sua vez, como organizadora dos congressos e motivadora para atuação na área da política, expõe um ponto de vista um pouco diferente de Vieira no que diz respeito ao apoio dado ao membro ou liderança que ingressa como candidato em um pleito eleitoral. Não que tenha sugerido o uso do púlpito para fins eleitorais, pelo contrário, o que acontece é que ela se incomoda com a ausência de apoio dado ao membro que se candidata. Muniz termina por apontar outro tema de estudo a ser abordado sobre o campo político na Igreja futuramente:

Mas uma ação que eu acho que a igreja pode desenvolver que é totalmente possível, pelo menos aqui [...] nós estamos diante de uma reforma política, acho que a igreja precisa abrir os fóruns para discutir o que é reforma política. O que está sendo proposto? Como a sociedade se posiciona diante disso? Para que essa igreja saiba dialogar com a sociedade, que a igreja não fique alienada a esses temas, que a igreja tenha um posicionamento que seja pelo bem comum, e que não represente a denominação A,B ou C. Esses pontos nós temos conversado muito, sobre abrir mais espaço nesse sentido e que a igreja saiba dialogar.

Para Muniz é necessário a realização da construção do debate interno na PIBSG sobre a temática da reforma política, tema que vê como de extrema importância no atual cenário

político. Dando continuidade a abordagem desse eixo temático é trabalhada a oitava questão<sup>69</sup> que trata de qual é o apoio dado ao componente que decide se candidatar. Vimos anteriormente que essa temática já foi abordada de forma breve em falas anteriores das lideranças, agora Muniz fala de forma direta o que é realizado nesse caso:

Isso realmente a gente não tem. A pessoa se candidata e ele não vai poder fazer sua campanha na igreja, e não pode mesmo. Se ocorrer distribuição de folhetinhos, a gente proíbe [...]. Uma vez o pastor Mauro colocou a listagem dos que eram membros da igreja que eram candidatos a vereador.

É destacada a proibição da campanha no ambiente religioso, e exposto que durante o período que o pastor Mauro Israel Moreira era presidente foi utilizada, como um modo de dar visibilidade, a listagem com o nome dos irmãos que eram candidatos a vereador em um pleito eleitoral. Já Vieira destaca que:

Nós fizemos um movimento, se eu não me engano, de orar pelos candidatos, mas já foi com o pastor Levi. Quando você tem um cargo como vereador ou deputado num universo da igreja, surgem várias pessoas na igreja. Também é aquela coisa, a pessoa não some, não é necessário impedir a convivência, fizemos um movimento de orar por essas pessoas...

A prática de orar pelos fieis que se candidatam também foi descrita pelas lideranças da outra igreja pesquisa a IEDJN. Dentro da ótica do grupo evangélico, antes de qualquer ação a ser realizada deve ser praticada a oração, desde coisas cotidianas como o sair à rua e antes da alimentação, até ações maiores como o lançar-se como candidato. O chamado pedido de ‘benção’ ou ‘orientação’ como descrito por ambos os religiosos. Para Muniz essa prática ganha mais um sentido: “Dar visibilidade!”, e sua fala é complementada por Vieira: “E pedir que Deus possa abençoá-los.”

A visibilidade ganha na apresentação, por meio da oração, à congregação do membro que se lança como candidato. Parece ser uma marca tanto do meio batista como do meio assembleiano na cidade de São Gonçalo. Sobre a conexão do político ou candidato e a instituição evangélica, complementando as falas de Vieira e Muniz é apresentada a seguinte crítica por parte de Silva:

Acho que vale a pena falar também que o que se percebe, infelizmente, é o interesse nesse candidato, o que aquele candidato vai representar para aquela instituição. E a gente aqui não está ligado a isso, nós não temos essa preocupação: esse candidato

---

<sup>69</sup> No caso de um membro da PIBSG se candidatar nas eleições a Igreja ou ministério oferece algum tipo de orientação ou apoio? E de que forma ocorre?

tem valor aqui! Como tem sido visto em outros lugares, por que o cenário é este, infelizmente em algumas igrejas estão elegendo os seus candidatos, e esses candidatos valem enquanto pesam para elas.

Nota-se que para as lideranças batistas pensar a relação com a política passa pelas críticas que já possuem da experiência das outras vertentes religiosas evangélicas e a constante afirmação da diferença entre a posição dos outros evangélicos e a dos batistas. Essa argumentação parece permear a mentalidade do grupo e das lideranças, como já exposto, e se expressa na própria produção de artigos sobre temas políticos no Portal Batista da CBB. Também vale ressaltar que esse posicionamento acontece constantemente nos debates e estudos bíblicos do grupo nos assuntos relacionados à própria religião, haja vista que ocorre uma aversão dos batistas a chamada teologia da prosperidade dos neopentecostais.

O quarto tema de estudo trata do grau de influência que os membros gozam na instituição e se podem participar no processo de tomada de decisões ou se são aliçados de tal processo. Pensar a participação direta ou indireta daqueles que mantêm financeiramente a Igreja vai ao encontro de compreender se há uma valorização de uma cultura democrática nas práticas internas administrativas ou se a opinião dos religiosos que subsidiam a instituição é marginalizada. Para entender como se dá administração da PIBSG foram construídas duas questões que buscassem entender como se dá a influência dos integrantes na gestão e como os líderes enxergam semelhanças e diferenças com relação aos outros ramos evangélicos brasileiros. Em resposta a quarta questão<sup>70</sup> Muniz explica que:

As igrejas históricas estão organizadas a partir das assembleias dos membros. É nessa assembleia que são eleitos os líderes mais representativos, e trata dos assuntos administrativos e daí ocorrem variações de uma igreja para outra sobre os assuntos administrativos que são discutidos em assembleia. Mas de forma geral as igrejas históricas têm toda a parte financeira e de negociações sendo realizada com a participação muita ativa das assembleias e na eleição dos seus líderes também.

É possível notar que, segundo Muniz, a PIBSG e as Igrejas Históricas possuem um instrumento de democracia direta e que os membros têm acesso à prestação de contas e tem a oportunidade de opinar nos assuntos administrativos, evidenciando um grau de influência considerável na instituição. Já o pastor Vieira destaca o seguinte:

Agora, o que eu estou chamando de guarda-chuva protestante tem diversas comunidades e essas comunidades têm os seus ritos. Concordo com o que Débora está falando e esse contraponto que ela está colocando é que talvez igrejas

---

<sup>70</sup> Vocês enxergam alguma diferenciação na administração e acesso a cargos das Igrejas dos três ramos citados anteriormente?

neopentecostais tenham alguma dificuldade com isso, lembrando que toda generalização é complicada, mas têm uma liderança mais personalista que vai centralizar e o acesso dos membros é menor, por que tem a ver com o valor do dinheiro e quem decide o quê. Nessas igrejas, nos parece, sem estar lá dentro e não poder criticar tanto, que quem manda mais é aquele líder que está ali.

Para ele, as instituições neopentecostais dispõem de uma administração centralizada e personalista, onde as decisões são tomadas com critérios que beneficiem financeiramente a instituição, e que os membros destas igrejas estão alijados do processo de tomadas de decisão, e também, segundo Vieira, não possuem espaços para críticas sobre as ações de suas lideranças. O poder está nas mãos da liderança que, em outras palavras, age como o ‘dono’ de uma criação religiosa coletiva, se apropriando e dirigindo como uma empresa onde, segundo Vieira, ‘o valor do dinheiro é quem decide o quê’. Assim como as lideranças assembleianas da IADJAN, é notável entre os batistas da PIBSG uma repulsa, esforço e dissociação das práticas administrativas neopentecostais. Muniz também tenta diferenciar as ações neopentecostais das históricas:

E essa liderança lá [Na igreja neopentecostal] não é escolhida pela assembleia, é um líder que surge, e ele monta uma igreja e as pessoas vão se agregando àquele líder e ele vai dando um norte como a igreja vai se organizar e funcionar. Já nas igrejas mais históricas não, elas derivam de uma decisão da própria igreja em surgir outras igrejas. Eu vejo dois aspectos nessa relação, tem um aspecto positivo, quando existe uma liderança espontânea, porque aí também pode ter uma autonomia maior, já por outro lado, é importante que a igreja decida, tome a decisão, mas também ela está presa a uma instituição mais engessada. Acho que é legal pontuar isso, essa diferenciação. As igrejas cuja liderança é mais espontânea elas se engessam menos, embora haja diferenciação entre essas igrejas.

A fala de Muniz destaca outra forma de diferenciação entre as instituições. Nas neopentecostais, as lideranças desfrutam de mais autonomia para tomar decisões, enquanto nas históricas, como a batista, essas decisões são mais engessadas segundo ela. Pensar a velocidade na tomada de decisão de uma compra de um imóvel ou outro bem realmente acontece com uma facilidade maior, porém, como a própria Muniz destaca, o problema encontra-se na ausência de decisão dos membros que ela chama de igreja.

O sexto questionamento<sup>71</sup> compõe essa quarta rodada temática. Tem por objetivo saber especificamente o grau de participação dos componentes da PIBSG nas tomadas de decisão. Muniz descreve o seguinte sobre esse tema:

---

<sup>71</sup> Existe algum tipo de prestação de contas aos membros na PIBSG? Ou participação destes nas tomadas de decisões da instituição?

Membros que elegem o seu pastor presidente, são os membros que elegem os outros líderes da igreja, a grande maioria deles, são os membros que votam e aprovam o orçamento que a igreja vai executar no ano seguinte. É postado à igreja o relatório financeiro do que entrou e de quanto foi gasto, quando tem que comprar um imóvel ou móvel é uma decisão de assembleia (dos membros da igreja), a gente tem esse cuidado, que tudo que envolva financeiro, tudo que envolva valores mais expressivos como carro, terreno, casa, ou decisão de investir tanto em uma obra, tudo deve ser feito dentro do orçamento. Valores salariais que são pagos, ou como corrigir esses salários, tudo isso foi decidido em assembleia. Acho que nesse sentido o membro tem uma participação muito ativa.

As lideranças da PIBSG anseiam demonstrar um alto grau de participação dos integrantes nas tomadas de decisões e nas escolhas das lideranças. É possível notar que entre os batistas da PIBSG ocorre a valorização da atuação do membro na administração, e ao mesmo tempo acontece uma valorização da igualdade entre os componentes, uma vez que todos podem participar sem a elevação das lideranças a uma posição inquestionável e inatingível, com a existência de espaços para críticas e questionamentos. As chamadas assembleias são reuniões que ocorrem mensalmente nos domingos pela manhã, previamente anunciadas, e todos os membros ativos podem participar.

A última linha temática se refere à atuação social<sup>72</sup> da Igreja na cidade. É o pastor Vieira que faz a descrição desta atuação:

Em relação à PIBSG, ela faz uma decisão com relação ao seu orçamento, e esse acompanhamento que ela faz mensalmente ou durante o ano, já com a previsão muito clara de atuação social [...] Erineth usou um termo espiritual, que ela não é divorciada daquilo que ela faz na área de atuação social, pelo contrário, é uma exigência pelo tipo de fé que nós abraçamos, não é uma fé que está desenraizada das questões da vida, onde se coloca as necessidades do homem. A igreja desenvolve trabalhos nesse sentido, e ela tem organizado uma ONG para auxiliar, faz um trabalho assistencial em algumas situações, mais emergencial. A igreja está muito preocupada, por exemplo, com relação à cidade, com as pessoas que estão nas ruas, e estamos tentando cobrar da prefeitura alguma estrutura para cuidar dos grupos de risco como mendigos, das pessoas envolvidas com drogadição. E a igreja tem ministério que trabalha com drogadição, e na distribuição da sua verba a igreja direciona parte para lugares que trabalham com crianças em situação de risco, aqui em São Gonçalo e outros lugares. E os membros não só sabem disso como participam e decidem, e também são estimulados a se envolver, participar enquanto igreja e contribuindo para as parcerias que a igreja constrói. E se envolver como cidadão, se colocar, doar seu tempo ou sua contribuição como profissional nesses lugares.

Vieira descreve que a ação social da Igreja é previamente planejada no orçamento do ano anterior e que sofre revisões mensais. Para além da parte administrativa, Vieira e Silva utilizam a ideia de atuação social como uma prática diretamente ligada a ação religiosa. Como

---

<sup>72</sup> Uma das características que a literatura destaca sobre as Igrejas é que estas conseguem entrar por muitas vezes em localidades onde nem o Estado está presente. Como é realizada a atuação na área social pela PIBSG?



mostrado anteriormente, a mentalidade religiosa batista sofreu influência do conceito religioso do discipulado, onde o membro é levado a ser mais atuante e a influenciar em diferentes campos da sociedade, quebrando o isolacionismo e a apatia religiosa, e levando a um aumento de ações destes religiosos em outras áreas como forma de desenvolvimento espiritual. Do ponto de vista das lideranças, essa maior atuação está ligada, como exposto por Vieira ao: ‘tipo de fé que nós abraçamos’. Não se dissocia a atuação social ou política daquilo que em suas visões religiosas é uma ação para melhoria da sociedade pela atuação ativa da fé, que não só professam, havendo também uma participação bem mais ativa na cidade. A ação social neste sentido não se fecha só ao grupo, também tenta atingir outras pessoas da cidade, trabalhando com diferentes segmentos, sejam crianças em situação de risco social, estudantes que precisam de auxílio passagem ou pessoas envolvidas com drogas.

O poder que estas instituições religiosas possuem de atingir as franjas sociais mais marginalizadas é resultado de uma construção coletiva de pessoas que muitas vezes já estiveram em situação de abandono social. Portanto, pensar a apropriação da riqueza que é produzida por essas igrejas e a própria transformação de um potencial de mudança social em capital político para um seletivo núcleo que apenas defenda interesses institucionais gera um segundo perverso processo de exclusão a esses cidadãos e religiosos. Por isto, é necessário um debate ainda maior sobre os instrumentos participativos internos das igrejas evangélicas que podem criar uma nova perspectiva de consciência política, democrática e de valorização do cidadão como alguém que pode se expressar e tomar parte nas tomadas de decisões das instituições de que faz parte.

### **3.5 A organização interna da CBB e a orientação com relação à política**

A Primeira Igreja Batista de São Gonçalo (PIBSG) é filiada à Convenção Batista Brasileira (CBB). Para a análise aqui realizada a atenção principal se direciona para as orientações com relação à política da CBB que são diretrizes para PIBSG. Mas não se pode deixar de atentar para as regras de administração e a História da formação da CBB, e às formas como a gestão acontece, se de forma centralizadora ou se permite uma participação dos pastores que são filiados nos processos de tomadas de decisão. Ou em que grau o personalismo e a manutenção prolongados no poder das lideranças são a regra na CBB. É necessário, ainda, entender as práticas de divisão do poder interno desta instituição para

compreender os valores existentes, se reforçam práticas democráticas ou tendências autoritárias e verticais de gestão. Segue abaixo a realização do que foi descrito, inicialmente tendo como foco da análise o histórico da CBB.

A Igreja Batista do Brasil foi a primeira associação Batista no Brasil que tinha por objetivo realizar um trabalho de cooptação entre os brasileiros, pois já existiam duas outras fundadas por imigrantes norte-americanos que estavam voltadas para esse agrupamento sem um trabalho de expansão. Segue abaixo a descrição de fundação da Primeira Igreja Batista do Brasil:

Em 1882, quando foi organizada a Primeira Igreja Batista, voltada para a evangelização do Brasil, já existiam duas outras igrejas batistas, organizadas por imigrantes norte-americanos, residentes na região de Santa Bárbara do D'Oeste e Americana, São Paulo. Os casais de missionários batistas norte-americanos, recém-chegados ao Brasil, Willian BuckBagby e Anne Luther Bagby, os pioneiros; e Zacharias Clay Taylor, Kate Stevens Crawford Taylor, auxiliados pelo ex-padre Antônio Teixeira de Albuquerque, batizado em Santa Bárbara D'Oeste; decidiram iniciar a sua missão na cidade de Salvador, Bahia, com 250.000 habitantes. Ali chegaram no dia 31 de agosto de 1882 e no dia 15 de outubro, organizaram a PIB do Brasil com 5 membros; os dois casais de missionárias e o ex-padre Antônio Teixeira.<sup>73</sup>

Em vinte cinco anos de trabalho os batistas expandiram o número de igrejas de três para quarenta e três, e passaram a possuir 4200 componentes<sup>74</sup>. No começo do século XX teve início um movimento de algumas lideranças das Igrejas para a formação de um órgão central destas instituições religiosas batistas no país. Uma destas lideranças era o missionário Zacharias Clay Taylor que fundara a Primeira Igreja Batista do Brasil. Junto com outros pastores que gozavam de influência no meio batista da época, como A. B. Deter, Salomão Ginsburge, Francisco Fulgêncio Soren organizaram um encontro com as lideranças das igrejas batistas para a fundação da convenção. Abaixo segue a descrição desse encontro:

A comissão organizadora optou pela data de 22 de junho de 1907 para organizar a Convenção, na cidade de Salvador, quando transcorreriam os primeiros 25 anos do início do trabalho batista brasileiro, também começado na referida cidade. No dia aprazado, no prédio do ALJUBE, onde funcionava a PIB de Salvador, em sessão solene, foi realizada a primeira Assembleia da Convenção Batista Brasileira composta de 43 mensageiros enviados por Igrejas e organizações.

---

<sup>73</sup> Ver Portal Batista – A Nossa História no Brasil e no Mundo. Disponível em: <[http://www.batistas.com/index.php?option=com\\_content&view=article&id=19&Itemid=12](http://www.batistas.com/index.php?option=com_content&view=article&id=19&Itemid=12)>. Acesso em: 20 dez. 2014.

<sup>74</sup> Ibid.

Nascia a Convenção Batista Brasileira (CBB), e entre suas atribuições estava organizar as chamadas missões nacionais e mundiais, ou seja, expandir o número de membros e igrejas ligadas à convenção no território brasileiro e em outros países, e inclusive decidiram por ação internacional inicial a expansão em Portugal, Chile e países africanos. Também organizaram uma casa publicadora batista para atender diferentes juntas ou áreas de educação religiosa dos batistas: Escola Bíblica Dominical, União de Mocidade Batista, Educação e Seminário, e para a Administração do Seminário. As igrejas batistas permaneceriam sob uma mesma convenção por sessenta anos. Enquanto isso sucedia uma série de mudanças no campo religioso evangélico brasileiro que geraria uma alteração interna no grupo das igrejas batistas nas bases doutrinárias e teológicas. Pois a chamada segunda onda pentecostal (é um conceito de Paul Freston, já mencionado), que teve início na década de cinquenta no Brasil, tem influência também nas chamadas igrejas tradicionais ou de missão, gerando as chamadas igrejas renovadas que utilizavam as inovações religiosas como curas divinas e práticas religiosas que levam o religioso aos êxtases espirituais. Segundo as explicações teológicas isso ocorria devido ao “batismo com o espírito santo”, que permitia ao fiel “um contato subjetivo e íntimo com o mundo espiritual”, gerando certos dons que são utilizados no espaço religioso pelos fiéis das igrejas adeptas das práticas descritas. A adesão de certas condutas religiosas da chamada segunda onda pentecostal no seio de igrejas batistas gerou o surgimento de uma nova Convenção como mostrado abaixo:

A Convenção Batista Nacional, também designada pela sigla CBN, é uma organização religiosa, federativa, sem fins lucrativos; fundada em 16 de setembro de 1967, por tempo indeterminado; por iniciativa de igrejas batistas, que têm Jesus Cristo como Senhor e Salvador e crêem na doutrina do batismo no Espírito Santo, no exercício dos dons espirituais, decididas a se unirem pelo vínculo da fé para buscar sempre o genuíno avivamento espiritual, proclamar o Evangelho [...] A Convenção Batista Nacional é constituída das igrejas à ela filiadas na forma regimental, e tem por sede e foro a cidade de Brasília.<sup>75</sup>

A competição religiosa entre os diferentes grupos brasileiros provocou inovações nos ‘serviços espirituais’ ou ‘produtos religiosos’ oferecidos pelas instituições evangélicas resultando em conflitos entre os adeptos de práticas tradicionais e das mais recentes. Gerando uma cisão entre os batistas em fins da década de 60 no Brasil. A partir daquele momento as duas convenções a CBB e a recém-criada CBN passaram a disputar a hegemonia entre os batistas. As duas continuam como as maiores convenções batistas do país, embora existam

---

<sup>75</sup> Ver o “Regimento interno da convenção batista nacional (CBN)”, disponível em: <[http://www.cbn.org.br/downloads/regimento\\_interno\\_cbn.pdf](http://www.cbn.org.br/downloads/regimento_interno_cbn.pdf)>. Acesso em: 20 dez. 2014.

atualmente Igrejas Batistas sem ligações com uma convenção e Convenções menores como a Convenção das Igrejas Batistas Independentes (CIBI). Todas as convenções batistas aqui citadas são filiadas a Aliança Batista Mundial (ABM) que tem sede nos Estados Unidos. Esse órgão central mundial batista recebe o repasse de 10% da arrecadação de cada convenção.

A CBB é a organização agregadora central mais antiga entre os batistas, e as Igrejas que são filiadas a ela se mantêm com características teológicas que as ligam as chamadas igrejas de missão ou tradicionais. Segue abaixo um trecho da descrição da CBB por parte de suas lideranças:

A Convenção Batista Brasileira (CBB) é o órgão máximo da denominação batista no Brasil. É a maior convenção batista da América Latina, representando cerca de 7.000 igrejas, 4.000 missões e 1.350.000 fiéis. Como instituição, existe desde 1907, servindo às igrejas batistas brasileiras como sua estrutura de integração e seu espaço de identidade, comunhão e cooperação. É ela que define o padrão doutrinário e unifica o esforço cooperativo dos batistas do Brasil.<sup>76</sup>

O número de fiéis da CBB correspondia a 36,25% dos batistas do país em 2010. Isso evidencia um grau considerável de influencia na esfera religiosa batista brasileira. A convenção tornou-se um espaço de debates para as lideranças das igrejas batistas decidirem sobre a doutrina, administração, estratégias de expansão (missões) e de produção e distribuição de material de educação religiosa. Com relação à administração, a Convenção Batista Brasileira possui as seguintes regras internas:

A Convenção Batista Brasileira é administrada por um Conselho Geral, cuja diretoria tem o mandato de dois anos. Assim como as igrejas locais que a integram, a CBB se rege por estritos padrões democráticos, com ênfase na descentralização decisória e na alternância do poder. O Conselho Geral é o órgão responsável pelo planejamento, a coordenação e o acompanhamento dos programas da CBB e de suas organizações.<sup>77</sup>

Entre os batistas como descrito acima, sucede uma preocupação de impedir a concentração de poderes da instituição nas mãos de poucas pessoas, portanto existem normas na própria legislação da convenção que tentam impedir ou minimizar a centralização do poder e de culto as lideranças no órgão central e nas igrejas locais. A diretoria da CBB é composta pelos seguintes cargos: Presidente; 1º, 2º e 3º Vice-presidentes; 1º, 2º, 3º e 4º secretários, com

<sup>76</sup> Dados divulgados no Portal Batista, "Quem Somos". Disponível em: <[http://www.batistas.com/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3&Itemid=10](http://www.batistas.com/index.php?option=com_content&view=article&id=3&Itemid=10)>. Acesso em: 21 dez. 2014.

<sup>77</sup> Quem Somos. Página: 1. (Esse é um documento com a síntese dos princípios teológicos e administrativos da Convenção Batista Brasileira).

eleições a cada biênio. Como mostrado anteriormente a Convenção Batista Brasileira existe desde 1907, contudo, aqui não irei me ater num período tão longo de alternância de presidentes, mas a análise será realizada sobre os presidentes que foram eleitos na década de 80 até mais recentemente como pode ser visualizado na tabela abaixo:

Tabela 46 – Presidentes da CBB

<b>Nome</b>	<b>Período</b>
Nilson do Amaral Fanini	1979- 1980
Irland Pereira de Azevedo	1981-1982
Nilson do Amaral Fanini	1983-1984
Irland Pereira de Azevedo	1985-1986
Nilson do Amaral Fanini	1987
Samuel Cardoso Machado	1988 -1989
Paulo Roberto Seabra	1990
Nilson do Amaral Fanini	1991
Fausto Aguiar de Vasconcelos	1992-1993
Irland Pereira de Azevedo	1994-1995
Fausto Aguiar de Vasconcelos	1996-1997
Darci Dusilek	1998
Irland Pereira de Azevedo	1999
Fausto Aguiar de Vasconcelos	2000-2001
Fausto Aguiar de Vasconcelos	2002
Nilson do Amaral Fanini	2003-2004
Fausto Aguiar de Vasconcelos	2005-2006
Paschoal Piragine Júnior	2007
Oliveira de Araújo	2008-2009
Josué Mello Salgado	2010-2011
Paschoal Piragine Júnior	2012
Luiz Roberto Soares Silvado	2013-2014
Vanderlei Batista Marins	2015-2016

Fonte: Portal Batista: Nossos Presidentes.

É possível verificar uma alternância entre diferentes lideranças batistas, porém também fica claro o domínio político interno de alguns pastores no período analisado como Nilson do Amaral Fanini, que presidiu a Convenção Batista Brasileira por cinco vezes (Fanini foi presidente da Aliança Batista Mundial). Já Irland Pereira de Azevedo foi eleito ao cargo máximo em quatro ocasiões, e ainda Fausto Aguiar de Vasconcelos que foi presidente em cinco oportunidades e, por último, Paschoal Piragine Júnior que esteve no mais alto posto duas vezes. Seis outros presidentes ocuparam apenas um mandato: Samuel Cardoso Machado, Paulo Roberto Seabra, Darci Dusilek, Oliveira de Araújo, Josué Mello Salgado e Luiz Roberto Soares Silvado, Vanderlei Batista Marins.

O cargo de pastor das igrejas batistas só pode ser exercido pelo religioso que conseguir a aprovação dos membros da igreja local. A igreja escolhe os integrantes de uma comissão que será responsável por receber os nomes dos candidatos à vaga de ministro e ordenar em

uma lista os nomes dos aspirantes ao cargo através de uma votação, cada nome é levado aos membros em assembleias como se pode ver abaixo:

A escolha do candidato pela igreja: depois de acompanhar o trabalho da comissão, e de ouvir o candidato, a igreja apreciará seu nome em plenário. Se houver interesse, o candidato poderá ter um encontro informal com a igreja toda, antes da votação plenária. A comissão deve propor preliminarmente um percentual em torno de 70 por cento de votos favoráveis para a aprovação do candidato.<sup>78</sup>

Em caso do primeiro candidato ser recusado pelos componentes será apresentado o nome do segundo e, em nova recusa, o do posterior até que um dos candidatos receba 70 por cento dos votos favoráveis dos membros.

Ainda sobre as orientações que norteiam a administração interna da convenção encontram-se os seguintes princípios: “Liberdade religiosa, governo democrático, estrutura congregacional, ação cooperativa, visão missionária, fidelidade bíblica, padrão doutrinário e responsabilidade social”<sup>79</sup>. Há uma tendência nas normas e princípios norteadores da CBB de salientar uma valorização da democracia na administração e ação coletiva dos componentes das instituições batistas em sua gestão e ações de cunho religioso ou social, seja a nível nacional com a CBB, ou com instituições menores e as próprias igrejas batistas em nível local. Esse tipo de administração das igrejas e convenções que exercem um funcionamento de comando horizontal tem se tornado cada vez mais minoritário no campo religioso evangélico brasileiro. É evidente que existem limitações e critérios de hierarquias para as tomadas de decisão dentro da CBB, uma vez que as decisões principais, sejam de cunho doutrinário ou administrativo, são tomadas pelos pastores que são associados à convenção e pela diretoria eleita por estes. E ainda não se pode esquecer que a nível local, dentro das igrejas, os pastores usufruem de um poder simbólico legitimado por valores e ideais religiosos que são exercidos cotidianamente entre os membros, haja vista que estes religiosos vão aos cultos e recebem conselhos de como devem proceder em sua vida privada.

Pensar que não existe influência nas tomadas de decisão dos integrantes nas chamadas assembleias nas quais estes podem aprovar ou reprovar as contas da administração do pastor presidente ou realizar propostas, seria, no mínimo, ingenuidade ou apologia intelectual aos princípios aqui apresentados, mas mesmo com todas as limitações que a democracia pode sofrer quando colocada em prática na gestão de instituições religiosas, ainda assim verificar a possibilidade de influência dos membros na administração e tomadas de decisões destas

---

<sup>78</sup> Sucessão pastoral. Organização de Lécio Dornas e Juracy Carlos Bahia. Rio de Janeiro: Convicção, 2011.

<sup>79</sup> Quem Somos. Página: 3.

caracteriza um princípio que se diferencia do padrão de gestão verticalizada dos neopentecostais, que impossibilita a participação ativa dos religiosos na gestão das instituições que sustentam financeiramente e com as quais cooperam no cooptar de novos fiéis. Refletir sobre o embate entre a cultura participativa dos batistas com a tradição do apoio incondicional ao líder religioso neopentecostal nos leva ao seguinte questionamento: até que ponto a cultura da impossibilidade de participação não tem criado ou reforçado um desprezo ou desapego a própria democracia? Não cabe aqui a resposta a este questionamento, mas ainda assim se torna preocupante o avanço de uma cultura hegemônica do aval aos líderes religiosos das igrejas neopentecostais e a diminuição progressiva do sistema de participação direta dos batistas e de outros religiosos protestantes no âmbito religioso brasileiro devido a perda de fiéis para os neopentecostais. Só o tempo nos dirá de que modo isso pode afetar até a própria democracia brasileira, porém as perspectivas não são nada animadoras.

A administração das igrejas batistas é chamada pelos documentos internos que a regulam e ordenam de ‘governo’ e as decisões são tomadas coletivamente nas chamadas assembleias, como relatado anteriormente. O documento denominado de “Filosofia da Convenção Batista Brasileira” trata de como no nível local, ou seja, na igreja batista, devem ocorrer estas práticas de autogoverno ou gestão dos templos:

O governo democrático das igrejas batistas: Os batistas adotam como forma de governo da igreja um sistema democrático, exercido pela congregação local [...] A democracia se exprime pelo voto: cada cidadão um voto. No caso das igrejas batistas, cada membro um voto, e o vencido aprende que deve cooperar com a maioria vencedora[...] A democracia batista é um privilégio, é um desafio, o desafio de preparar educar um povo para o reconhecimento de seu valor e para aplicação adequada desse valor em tudo que é, diz e faz.<sup>80</sup>

No meio batista as regras internas igualam os integrantes as lideranças nas votações com o mesmo peso do voto nas decisões tomadas pelo corpo de religiosos desta instituição. O documento é específico ao descrever que “o povo” deve ser ensinado a reconhecer o seu próprio valor, posto que se tratando do campo religioso dos evangélicos uma série de líderes neopentecostais se coloca acima de seus fiéis como escolhidos diretos da divindade e capazes de fazerem prodígios que os demais homens não o são. As decisões verticais e o marketing religioso foram ampliados após as segunda e terceira ondas pentecostais no Brasil, que submeteram os fiéis à condição de meros clientes ou dependentes destas lideranças religiosas colocando-os como incapazes, ou foram impedidos de contribuir na administração e decisões internas da instituição. Tais práticas neopentecostais são combatidas nesses documentos que

---

<sup>80</sup> Filosofia da Convenção Batista Brasileira. Página: 3. Item: 1.3.

norteiam o governo interno das igrejas batistas que tentam diminuir no seio de suas igrejas o poder administrativo centralizador e o autoritarismo religioso que submete milhões de pessoas no campo religioso evangélico a serem meros seguidores, sem poder de influência. E que, no caso de discordância da administração de sua igreja, apenas têm as opções de conformar-se ou abandoná-la, pois não há instrumentos participativos que permitam refutar aquilo que os incomoda ou pelo menos lutar para isso.

É sabido que tanto o pastor neopentecostal quanto o batista dispõem e exercem seu poder simbólico nas instituições onde ministram e que ambos podem exercer este com fundamentos na mentalidade religiosa evocando possíveis conseqüências para aqueles que se levantam contra as lideranças da igreja. É de prática comum no meio evangélico o uso do livro bíblico de Hebreus: “Obedecei a vossos pastores, e sujeitai-vos a eles; porque velam por vossas almas, como aqueles que hão de dar conta delas; para que o façam com alegria e não gemendo, porque isso não vos seria útil” (Hebreus, 13:17 – BÍBLIA, 2005, p. 1241) ou ainda a seguinte frase : “ai daqueles que tocarem nos meus ungidos”(Crônicas, 16:12 – BÍBLIA, 2005, p. 471). O uso da violência simbólica pode realmente limitar a prática da democracia no âmago de uma igreja, uma vez que enfraquece o princípio da igualdade entre lideranças e membros, mas seria um erro apenas atribuir a impossibilidade de práticas democráticas dentro de uma igreja evangélica pela eventualidade do uso da violência simbólica, levando em consideração o esforço que ocorreu por parte destas mesmas lideranças batistas em elaborar e criar regras internas que caminhem na direção de um encontro entre iguais dentro das chamadas assembleias destes religiosos, seja a nível local nas igrejas ou macro na Convenção Batista Brasileira.

No nível micro as decisões administrativas são tomadas coletivamente dentro das igrejas pelos membros, e também a nível nacional a Convenção possui esta estrutura de governo: “Através da Assembleia Convencional, que é o seu poder soberano, composta por mensageiros credenciados e enviados pelas igrejas cooperantes, que a constituem. A voz e o voto em cada Assembleia é direito inerente aos mensageiros das igrejas”<sup>81</sup>. Os chamados mensageiros das igrejas são os pastores presidentes de cada igreja associada. Esta reunião, chamada de assembleia, acontece a cada dois anos e o princípio de cada membro um voto (igualdade entre os votantes) também é respeitado aqui. A Convenção Batista Brasileira não é o único órgão ao qual uma igreja batista é ligada, existem as Convenções Estaduais e Regionais, além das Associações Municipais de Igrejas que descentralizam e de certa forma

---

<sup>81</sup> Filosofia da Convenção Batista Brasileira. p. 5, item 3.



dividem o poder da CBB com lideranças regionais, estaduais e municipais. Estes órgãos agregadores menores seguem as mesmas regras estruturais e de gestão democráticas citadas anteriormente, presentes nos documentos norteadores da CBB.

Analisando os documentos e artigos que estão disponíveis sobre a política para consulta dos fiéis batistas no site da CBB é possível perceber que dentre todos um parece ser influente entre os demais artigos e documentos que são disponibilizados, trata-se do ‘Decálogo do Voto Ético’ que originalmente foi elaborado pela AEVB (Aliança Evangélica Brasileira). Conforme é descrito por Ariovaldo Ramos e Nilza Valéria Zacarias (2010, p.3):

Em 1994, a AEVB lançou o Decálogo do Voto Ético. Essas reações inauguraram um clamor por ética e compromisso por parte de políticos evangélicos, criando uma cunha no que parecia ser uma hegemonia neopentecostal. O movimento pentecostal reagiu e em seus programas de TV atacou a liderança da AEVB. O Decálogo do Voto foi rebatido na Folha Universal, principal publicação da IURD, sendo chamado de Decálogo da Rebelião.

Como o próprio título do texto já sinaliza, trata-se de dez pontos ou orientações aos evangélicos brasileiros de qual seria a melhor forma de exercer seu direito ao voto durante as eleições. O primeiro item enfatiza que o voto não deve ser transferido a outrem ou ser negociado e que o religioso deveria ter essa consciência como cidadão. Já o segundo destaque é o seguinte: “II. O cristão não deve violar a sua consciência política. Ele não deve negar sua maneira de ver a realidade social, mesmo que um líder tente conduzir o voto da comunidade noutra direção.”<sup>82</sup>

A mentalidade hegemônica no campo religioso evangélico neopentecostal com relação ao papel do pastor no período eleitoral é completamente contrária ao que foi descrito acima, logo entre os batistas filiados a CBB existe a orientação aos religiosos de não se submeter a escolhas eleitorais das lideranças. A disputa com o projeto neopentecostal é clara, uma vez em que há condenação de uma prática comum das instituições dessa vertente evangélica. Embora combata as indicações eleitorais dos ministros de suas instituições isso não significa que a CBB é apolítica, pelo contrário, os itens três e quatro deste documento afirmam que:

III- Os pastores e líderes têm obrigação de orientar os fiéis sobre como votar com ética e com discernimento. No entanto, a bem de sua credibilidade, o pastor evitará transformar o processo de elucidação política num projeto de manipulação e indução político-partidário. IV- Os líderes evangélicos devem ser lúcidos e democráticos. Portanto, melhor do que indicar em quem a comunidade deve votar é organizar

---

<sup>82</sup> Decálogo do Voto Ético. Item: II.

debates multipartidários, nos quais, simultânea ou alternadamente, representantes das correntes partidárias possam ser ouvidos sem preconceitos.<sup>83</sup>

Embora haja uma condenação à indicação direta por parte dos ministros, há uma patente chamada aos ministros para debaterem temas políticos e prezarem pela orientação de como votar de forma ética, e sendo essa orientação de um ministro religioso, é lógico, que o voto ético não deve ferir a moral do grupo. Ainda como uma maneira de impedir a “manipulação” como descrita no documento, há a sugestão de organização de debates com diferentes núcleos políticos como um modo de contribuir para uma conscientização política apartidária dentro das igrejas batistas. Esse tipo de ressalva também visa impedir que ocorram divisões dentro das instituições, resultantes de um virtual apoio de um pastor a um candidato, que poderia gerar descontentamento nos fiéis que fossem partidários ou simpatizantes dos adversários, podendo mesmo acontecer desligamento de membros devido aos embates nos períodos eleitorais. De certa forma, nessa regra se nota uma preocupação de impedir divisões e preservar a unidade das instituições.

A afirmação de um grupo social passa também pela diferenciação que este faz para com os outros, e este documento salienta o conhecimento das maneiras como as demais vertentes evangélicas lidam com o período eleitoral e com a política, numa tentativa clara de auto-afirmação em que busca se diferenciar dos outros. Segue o trecho onde isso fica explícito:

VI- Nenhum cristão deve se sentir obrigado a votar em um candidato pelo simples fato de ele se confessar cristão evangélico [...]. E mais: é fundamental que o candidato evangélico queira se eleger para propósitos maiores do que apenas defender os interesses imediatos de um grupo religioso ou de uma denominação evangélica. É óbvio que a igreja tem interesses que passam também pela dimensão político-institucional. Todavia, é mesquinho e pequeno demais pretender eleger alguém apenas para defender interesses restritos às causas temporais da igreja. Um político de fé evangélica tem de ser, sobretudo, um evangélico na política e não apenas um 'despachante' de igrejas. Ao defender os interesses universais do homem, a democracia, o estado leigo, entre outras conquistas, o cristão estará defendendo a Igreja.<sup>84</sup>

A primeira frase do item VI faz uma crítica direta ao lema “irmão vota em irmão” do pastor assembleiano Josué Sylvester, que escreveu um livro de mesmo nome, em 1986, que se tornou norteador para os estatutos e documentos internos da CGADB que tratam de política e parte final do item VI. Nos itens anteriores há uma recriminação direta às práticas de igrejas

<sup>83</sup> Decálogo do Voto Ético. Itens: III e IV.

<sup>84</sup> Ibid. Item: VI.

neopentecostais como a IURD que fazem a indicação de candidatos para seus fiéis com é descrito abaixo por Oro (2003, p. 3):

Como procede a Igreja Universal para alcançar uma tal façanha no campo político?[...] Adotou, no âmbito nacional, o modelo corporativo da 'candidatura oficial', cujo número de candidatos para os distintos cargos eletivos depende do capital eleitoral de que dispõe[...] Tais dados são apresentados aos bispos regionais que por sua vez, os transmitem ao Bispo Rodrigues. Juntos deliberam quantos candidatos lançam em cada município ou Estado, dependendo do tipo de eleição, baseados no quociente eleitoral dos partidos e no número de eleitores recenseados pelas igrejas locais.

Tem-se a tentativa de diminuir no documento a possibilidade do poder de influência dos pastores sobre os fiéis, incorrendo numa série de orientações que buscam colocar a opinião política do ministro religioso no mesmo patamar da de qualquer cidadão, tentando desta forma combater o uso do poder simbólico por parte dos pastores durante as eleições. Segue abaixo o décimo ponto:

X- Nenhum eleitor evangélico deve se sentir culpado por ter opinião política diferente da de seu pastor ou líder espiritual. O pastor deve ser obedecido em tudo aquilo que ensina sobre a palavra de Deus, de acordo com ela. No entanto, no âmbito político-partidário, a opinião do pastor deve ser ouvida apenas como a palavra de um cidadão, e não como uma profecia divina.

Há de se inquirir até que ponto o 'Decálogo do Voto Ético' é um documento que baliza as práticas reais destas instituições batistas e das outras evangélicas que o utilizam? Ou se este serve mais como uma forma de demonstrar os possíveis deslizos e falhas na relação das igrejas concorrentes com o campo político e as promoções de religiosos destas aos cargos políticos durante os escrutínios. De certo modo esses dez itens de orientação servem de possíveis parâmetros a serem seguidos pelas igrejas e também para mostrar ou apontar para seus fiéis as deturpações existentes nas vertentes evangélicas concorrentes, o que comprova um empenho em impedir o avanço da cooptação dos neopentecostais dentro das igrejas adeptas do Decálogo do Voto Ético. Não se trata de quão possíveis de serem colocadas em prática são as regras de minhas instituições, mas sim, de como posso sinalizar para meus fiéis e aos indivíduos de outros grupos indignados com as práticas das vertentes rivais o quanto nos diferimos delas. Não digo que as dez regras sejam utópicas ou inviáveis de serem utilizadas na prática, não cabe aqui a pretensão de ser realizado tal ajuizamento, contudo, fica claro o sentido do uso de regras que são justamente o inverso das praticadas pelas instituições evangélicas concorrentes, ou seja, delimitar as diferenças entre as frações concorrentes. Ao

mesmo tempo em que se realiza a autopromoção das práticas que seriam mais condizentes com um regime democrático, indicando que as outras linhas evangélicas utilizam técnicas que ferem a cidadania de seus fiéis e a própria democracia.

Outro documento presente no acervo do site da CBB é o artigo ‘Voto Nulo?’ do pastor Edvar Gimenes de Oliveira (2010) que tenta desmistificar a eficiência da prática do voto nulo como forma de protesto ou anulação do pleito eleitoral. E argumenta que o isolacionismo religioso só contribuiria para a continuidade de políticos corruptos no poder. Sucede por parte do ministro religioso a tentativa de quebra de quaisquer fundamentos que legitimem o hábito de se anular o voto. Segue um trecho do artigo:

Portanto, melhor do que pensar em voto nulo seria estimularmos pessoas éticas, estudiosas e de espírito público a se envolverem com a política partidária. Nem todos têm perfil para serem candidatos, mas todos têm o dever de aprofundar o conhecimento político para participarem ativamente da vida em sociedade, votando de maneira consciente, pensando no melhor para todos, em vez de optar pelo voto nulo e apregoá-lo. (p.1).

Com base no artigo acima é possível afirmar que a CBB estimula seus fiéis a participarem da política, como eleitores atentos e também, como exposto pelo pastor Oliveira, a ingressarem na política partidária. Uma característica que embora de modo diferente dos neopentecostais, mas em seu fim efetua o direcionamento do fiel para os pleitos eleitorais, sem o direcionamento da indicação pastoral. Na esfera evangélica e entre as diferentes vertentes o apelo para a participação como eleitores dos religiosos se faz quase que unânime. Sobre a mentalidade religiosa apolítica e fechada na própria fé, esta não só é criticada pelo pastor Oliveira, mas também em outro artigo de autoria do ministro batista Alonso Gonçalves (2010, p.1) o assunto volta a ser mencionado:

No Brasil um dos principais fatores que levaram os protestantes a se omitirem da vida política do país foi, e é, uma teologia fatalista, como o pré-milenismo. Pregou-se muito sobre o lar no céu e se cantou muitos hinos sobre o futuro no paraíso, e a consequência de tais ações foi um completo desinteresse pelo aqui e agora, pela vida cotidiana e suas mazelas. Juntamente com o pré-milenismo há o fundamentalismo bíblico, que só se preocupou em interpretar a doutrina e enclausurar a igreja dentro dela mesma!

Ocorre a condenação direta da postura de isolacionismo dos cristãos com relação à política, visto como arcaico e alienante pelas lideranças batistas, como se vê através de diferentes artigos e nas declarações anteriores, onde há uma crítica aberta a qualquer ensinamento religioso que estimule tal postura apolítica entre os batistas. O pastor Gonçalves

cita como modo de estímulo um exemplo bem sucedido do envolvimento da ação de religiosos com a política, tal qual a iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil que recolheu mais de um milhão de assinaturas para colocar em discussão do Projeto da Ficha Limpa na Câmara de Deputados. Ademais, Gonçalves (2010, p.2) cita ações que compreende como incoerentes com a própria democracia: “Enquanto isso os pentecostais e neopentecostais apóiam abertamente candidatos e fazem reuniões com candidatos para fechar número de votos!” Novamente duas características marcantes nos documentos que tratam sobre a política e o incentivo a participação dos fiéis como eleitores e depreciação das práticas das instituições evangélicas rivais do campo religioso.

Outro documento que orienta os religiosos batistas a uma participação efetiva na sociedade, citado por Gonçalves, é a Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira. Especificamente o trecho do item sobre a Ordem Social: “Como sal da terra e luz do mundo, o cristão tem o dever de participar em todo o esforço que tende ao bem comum da sociedade em que vive”<sup>85</sup>. O início da citação é de um texto muito conhecido não só entre os evangélicos, bem como de todos os cristãos, esta é uma passagem bíblica após o sermão da montanha. A segunda parte incentiva a participação ativa dos batistas na sociedade. O texto bíblico original<sup>86</sup> utiliza uma analogia na qual tanto o sal como a candeia são os homens, e é descrito como as ações destes na sociedade podem ser boas ou más, e no campo religioso o texto é utilizado como um chamamento para ação e mudança de vida. O que Gonçalves está querendo dizer para os fiéis batistas é que uma vida onde não se vive plenamente, fazendo a diferença, é uma vida infrutífera. Por isso ele utiliza a luz e o sal, que usados de maneira incorreta não vão fazer nenhum efeito, a candeia não deve estar escondida e nem o sal sem uso, ao passo que o sal na mentalidade religiosa tem como função a capacidade de preservar o ambiente sob sua influência. Este é mais um exemplo de mobilização dos fiéis a participarem da política, agora com a utilização de crenças compartilhadas e elementos simbólicos prezados por eles.

Através da utilização desta analogia Gonçalves salienta que é um erro o fiel batista permanecer fechado no seu círculo religioso e não se expor na sociedade, e não apenas com o apelo de cooptar um religioso, como também uma atuação mais ativa no âmbito político. A lição moral da analogia já é conhecida por estes religiosos, aqueles que se escondem ou podem fazer o bem e não o fazem estão no erro ou ‘pecado’. Não deixa de certa forma de ser

---

<sup>85</sup> Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira. Artigo XVI: Ordem Social.

<sup>86</sup> “Vós sois o sal da terra; mas se o sal se tornar insípido, com que se há de restaurar lhe o sabor? para nada mais presta, senão para ser lançado fora, e ser pisado pelos homens. Vós sois a luz do mundo. Não se pode esconder uma cidade situada sobre um monte; nem os que acendem uma candeia a colocam debaixo do alqueire, mas no velador, e assim ilumina a todos que estão na casa.” (Mateus 5:13-15 – BÍBLIA, 2005, p. 977).

um exemplo do uso da violência simbólica para legitimar a mobilização política entre os fiéis. Outro fator a ser destacado é que esses textos não são direcionados apenas para a membresia, pois não deixa de ser também um diálogo entre as próprias lideranças. Como foi demonstrado através da análise das argumentações de Gonçalves e Oliveira e dos documentos oficiais, dentro da linha religiosa batista existe um posicionamento oficial da CBB em favor da aproximação dos fiéis com a política. Nota-se que qualquer posição anterior entre as lideranças que argumentasse pelo isolamento ou uma postura apolítica foi superada ou marginalizada.

O que chama a atenção é que embora haja a mobilização da CBB e dos pastores para aumentar a participação dos batistas na democracia brasileira, há posições de lideranças que apresentam críticas a escolha de candidatos de maneira automática entre os pares religiosos. Um exemplo disto é o artigo “A Copa e as eleições” do ministro batista Valdemar Figueredo (2010), da Igreja Batista Central em Niterói, no qual são apresentadas críticas a escolha espontânea dos evangélicos aos políticos religiosos meramente por critérios de identificação com a linguagem e simbologia religiosas utilizada por estes. Segue um trecho do artigo citado:

Pelo discurso descobrimos logo os políticos evangélicos. Eles também acionam a simbologia que nos é típica. Ora, isso não os credencia necessariamente para serem os nossos representantes. O critério para o voto na arena política precisa ir além da mera simpatia ou identidade religiosa. Avalie o desempenho político dos que se oferecem para representar o segmento evangélico. Estabeleça critérios de competência e de correção pessoal para selecionar os seus representantes. (p.1).

Figueredo (2010) vai além da mera admoestação sobre escolhas de candidatos de forma acrítica ou sem dar a devida importância, ele prossegue e descreve o que em sua opinião tem sido o real motivo do ingresso de tantos evangélicos na política nacional:

A política não pode ser reduzida a disputas de grupos (partidos) uniformizados que se alternam no pódio. Sabemos que nos bastidores e nos corredores não são poucos os que fazem da política um balcão de negócios. Na versão evangélica, enriquecem para a glória de Deus! A representação política evangélica tem uma relação umbilical com as concessões de radiodifusão na Câmara Federal. Logo, boa parte das emissoras de rádios e televisão que informam, entretém e inspiram o povo evangélico no Brasil foram adquiridas como moeda de troca política. Meus irmãos, corar de vergonha já é alguma coisa, mas ainda é pouco!(p.1).

Trata-se de uma latente oposição às igrejas do ramo neopentecostal onde a liderança, ou um grupo de subordinados a ela, escolhe como será realizada a ligação com os candidatos durante os pleitos e aos apelos à participação nestes para a defesa das instituições ou valores

presentes nesta. Essa verticalização de decisões torna praticamente inviável o posicionamento de pastores que possam realizar uma crítica da relação da instituição e a política. Entre os batistas tem-se uma considerável liberdade de pensamento e posicionamento por parte dos ministros religiosos, tanto que Figueredo realiza uma análise mais profunda sobre esse envolvimento entre a religião e a política. Pois claramente o pastor batista questiona os acordos realizados em governos de coalizão com a bancada evangélica e denuncia a troca de favores entre estes deputados e o governo. Outra característica da CBB é que os artigos publicados como orientação para os batistas sobre a política não são só de pastores, como é o caso do texto ‘A hora do voto consciente’ do membro da Igreja Batista do Recreio ( Rio de Janeiro), Carlos Alberto Cacau de Brito e de outro batista que também não é pastor, mas é autor de artigos para o Portal Batista e, é membro da Segunda Igreja Batista do Plano Piloto de Brasília, Geter Borges de Sousa que escreveu : “Eleições, democracia e monitoramento de políticas públicas”. O artigo de Brito trata do perigo do “descrédito generalizado da classe política brasileira” e aponta como solução para o problema uma maior ação dos eleitores em esforçar-se para ter informações sobre a atuação dos candidatos que foram eleitos por eles. Para em caso de atitudes coerentes com o que foi prometido pelo político, esse possa receber mais uma chance no próximo pleito e, em caso contrário, que o eleitor consiga impedir o retorno de um político que decepcionou o representado. Acerca do papel da igreja a opinião de Brito (2010, p.1) é a seguinte:

Há mais de 20 anos que temos esse atual processo eleitoral no país. Já é hora de as instituições ajudarem na viabilidade de uma conscientização do nosso povo no que se refere às questões básicas da cidadania. A igreja, a propósito, pode e deve assumir o papel profético e pedagógico que sempre lhe coube como testemunha da verdade, o que significa estar a denunciar o mal e a mostrar o caminho do bem. Caso contrário, ainda levaremos muitos anos para chegar ao patamar desejado, ou seja, ao voto consciente.

Em seu texto se dá a convergência com o posicionamento das ideias das lideranças quando afirma que a Igreja deveria assumir um papel de orientação aos integrantes sobre a política. Mas ocorre aqui a inserção de um novo ponto que não havia sido tratado até o momento, o papel da igreja de denunciar o ‘mal e a mostrar o caminho do bem’. Pensar na Igreja como instituição que fiscalize os governos e denuncie os seus erros poderia ser uma forma de levar os membros batistas a aumentar sua consciência sobre os elementos que estão presentes na política nacional, como troca de favores, patrimonialismo, personalismo e nepotismo. Outro autor de artigo para o Portal Batista propõe o mesmo, Geter Borges de

Sousa (2010). Segue abaixo sua argumentação em favor do papel da Igreja como fiscalizadora:

Quanto maior for o grau de cobrança da sociedade por melhorias, transparência e combate à corrupção, maior a probabilidade de avanços, e quanto maior será a corrupção, degeneração e sofrimento do povo. O esforço para a construção e manutenção de uma creche, por exemplo, é maior que uma organização voltada pra cobrar que um número maior de crianças seja devidamente acolhido pelos órgãos competentes. A CBB possui uma grande influência política em nível nacional e estadual devido ao grande número de membros que possui. Essa capacidade coloca sobre nossos ombros uma grande responsabilidade de contribuir cobrando que os órgãos públicos cumpram com suas obrigações. (p.2).

Porém cabe aqui uma crítica, se a CBB se prestasse ao papel de fiscalizadora e denunciante de atos ilegais de políticos eleitos ou esquemas de corrupção como prestar esse serviço aos seus membros e a sociedade com isenção e imparcialidade? Seria possível fazer isso? Como indicar o caminho do ‘bem’ sem fazer política partidária ou oposição a um governo? Acompanhando o histórico de publicações e ações das lideranças da CBB existem dois fatos nos quais a instituição toma para si o papel pedagógico descrito por Brito e Sousa de cobrança aos órgãos públicos. Nas eleições de 2010 Paschoal Piragine, na época ex-presidente da CBB e pastor presidente da PIB de Curitiba, lançou grande polêmica no cenário evangélico ao defender abertamente no púlpito da Igreja que nenhum evangélico deveria votar em candidato do Partido dos Trabalhadores (PT). Na pregação do culto de Domingo (tanto no matinal como o noturno) o pastor Piragine utilizou um vídeo com forte apelo emocional no qual citava temas que colidiam com os valores religiosos não só dos batistas como dos cristãos brasileiros de forma geral. Entre os assuntos abordados no vídeo estão a restrição da liberdade religiosa, o casamento entre pessoas do mesmo sexo, a pornografia, a pedofilia, o divórcio, a violência contra a mulher, o infanticídio e o aborto. Após o vídeo o pastor Paschoal Piragine inicia seu sermão:

Há um partido político que fechou questão sobre esse assunto, o partido político do PT de nosso presidente, em seu congresso desse ano, ele, no seu congresso geral, quando eles indicam seus deputados, ele fechou questão sobre essas questões. Ou seja, se um deputado, se um senador do PT, se ele votar contra, de acordo com sua consciência, contra qualquer uma dessas leis, ele é expulso do partido.<sup>87</sup>

Esse foi o início da argumentação de Piragine após a exibição do vídeo, o que resulta uma interpretação imediata que o Partido dos Trabalhadores é a favor de tudo o que foi

---

<sup>87</sup> Transcrição do Vídeo do YouTube: “Posicionamento do Pr. Paschoal Piragine Jr sobre as eleições 2010.” Canal: pibcuritiba. Disponível em: <<https://youtu.be/ILwU5GhY9MI>>. Acesso em: 5 maio 2014.



exposto no vídeo, lembrando que entre os temas citados se encontra a restrição da liberdade religiosa, a pedofilia, a violência contra a mulher e o infanticídio. O uso de uma mensagem como essa no púlpito de uma igreja durante o período de campanha eleitoral não é um movimento em direção à conscientização ou ação pedagógica, mas um alinhamento como oposição à candidatura oficial de qualquer membro do Partido dos Trabalhadores. É possível depreender que embora no campo teórico a CBB possua regras e legislações internas que proibam o uso do púlpito para a política partidária, o mesmo pode ocorrer sem constrangimentos ou punição para o pastor que o realiza. Outro trecho da fala do Pastor chama a atenção:

Então eu queria pedir para você levar a sério essa questão. Como pastor eu nunca fiz isso. Eu não estou dizendo para você votar em A ou B. Eu vou dizer para você em quem não votar: em pessoas que estejam trabalhando pela iniquidade em nossa terra. Por que se não queridos, Deus vai julgar a nossa terra. E se Deus julgar a nossa terra, isso vai acontecer na tua vida, na minha vida, por que eu faço parte dessa terra. Porque Deus não tolera iniquidade. Amém? (Aplausos).<sup>88</sup>

O pastor Piragine fez uso de seu poder simbólico no meio da igreja para impor seu ponto de vista político aos membros da PIB de Curitiba, qualquer oposição parece inexistente após os estrondosos aplausos ao final da palavra do pastor presidente. Não só faz uso de seu poder, bem como utiliza a violência simbólica como forma de restringir a ação de opositores e inibir quaisquer dúvidas nos indecisos; faz uso da palavra iniquidade que no meio evangélico é utilizada para descrever quando os homens e mulheres se acostumaram com o que é considerado errado em termos religiosos, ou seja, com o pecado. É quando o que é errado para Deus se torna cotidiano e nem mais os religiosos sabem distinguir o que seria pecado ou não segundo a crença do grupo estudado. Segundo ensinamentos religiosos aceitos e difundidos nas três vertentes evangélicas brasileiras, após o chamado ‘endurecimento do coração’ por parte dos homens, resta a Deus somente o momento de julgar a terra, ou seja, castigar a nação ou povo que tornou a iniquidade algo natural. Existem narrativas religiosas que são estudadas pelos evangélicos como exemplos bíblicos desse julgamento de Deus: a destruição de Sodoma e Gomorra, e o dilúvio no qual somente a família de Noé se salvou. Também o capítulo 28 do livro bíblico de Deuterônimo trata das maldições para quando, segundo a fé evangélica, Deus julga a terra. Ali é descrita uma série de maldições e sofrimentos pelos quais as pessoas podem passar em tempos de julgamento divino. Segue um trecho bíblico sobre o que foi

---

<sup>88</sup> Transcrição do Vídeo do YouTube: “Posicionamento do Pr. Paschoal Piragine Jr sobre as eleições 2010.” Canal: pibcuritiba. Disponível em: <<https://youtu.be/ILwU5GhY9MI>>. Acesso em: 5 maio 2014.

invocado por Piragine na mentalidade do grupo como conseqüência por compartilhar a iniquidade:

32: Teus filhos e tuas filhas serão dados a outro povo, os teus olhos o verão, e por eles desfalecerão todo o dia; porém não haverá poder na tua mão. 33: O fruto da tua terra e todo o teu trabalho comerá um povo que nunca conheceste; e tu serás oprimido e quebrantado todos os dias. 34: E enlouquecerás com o que vires com os teus olhos. 35: O Senhor te ferirá com úlceras malignas nos joelhos e nas pernas, de que não possas sarar, desde a planta do teu pé até ao alto da cabeça. (Deuteronômio 28:32-35 – BÍBLIA, 2005, p. 239).

Para as pessoas que estão inseridas e compreendem os valores simbólicos que são utilizados por Piragine o fato de ter simpatia pelo Partido dos Trabalhadores pode estar colocando-as em convergência com práticas iníquas e que trarão conseqüências para seu futuro e daqueles que prezam, com a possível ação de julgamento de Deus sobre a nação brasileira. A violência simbólica se torna mais eficaz se o indivíduo que teve acesso ao referido vídeo tiver como principal canal de acesso à informação uma igreja, e se este atribui um valor prioritário ao conhecimento religioso subordinando os demais canais de informações aos da fé. Em outras palavras a coerção simbólica representada por estes argumentos religiosos de Piragine gerou nas pessoas que estavam inseridas no campo religioso evangélico, ou que estimavam os valores do mesmo, um verdadeiro pânico, criando uma possível aversão a qualquer grupo ou pessoa que defenda ou difunda a ‘iniquidade’ no país. A ação de Piragine foi contra tudo o que havia sido exposto aqui anteriormente como práticas aceitas dentro da CBB, a qual o próprio já presidiu, e todas as regras criadas coletivamente foram ‘rasgadas’. Até que ponto essas mesmas normas em parte não são uma forma de se colocar numa posição política mais concernente com as práticas democráticas como uma propaganda interna e externa? Mas, como demonstrado através da ação de um ex-presidente da Convenção, a diferença entre a prática e a teoria pode ser bem maior do que é afirmado.

Outro artigo, anterior ao vídeo, publicado por Piragine no Portal Batista da CBB divulgava uma posição contrária à tomada pelo referido pastor. Um trecho do livro de Paul Freston foi publicado em forma de artigo com o nome: “As mentiras que os evangélicos contam”. E nele é exposto o argumento que é utilizado por lideranças evangélicas sobre a impossibilidade dos evangélicos votarem em partidos de esquerda como o PT devido às pautas destes partidos serem identificadas como contrárias à moral religiosa e a própria religião. O autor analisa a ação da “frente cristã” durante uma eleição municipal onde o candidato a prefeito do PT foi alvo da oposição dessa aglomeração de lideranças evangélicas. Segue um trecho da propaganda de oposição da Frente Cristã à candidatura petista:

O momento de unirmos forças e dizermos um basta contra a chapa política que levanta a bandeira vermelha, que simboliza e contempla o homossexualismo e a legalização do aborto [...] A bandeira vermelha do PT é sinônimo do comunismo. Temos que lutar para impedir que Satanás tome o poder na nossa cidade. Não podemos aceitar a união de homossexuais, o aborto, o sexo livre e a baderna, que são defendidos pelos petistas. (FRESTON, 2010, p.1).

Freston descreve que, além da conduta de associar o oponente político com forças espirituais antagônicas prezadas pelos evangélicos, a frente evangélica também usa a tática de falar em nome de todo o grupo dos evangélicos, buscando afirmar que todos os evangélicos votam em bloco e até mesmo superestimando o número de religiosos que estariam habilitados a votar. O artigo de autoria de Freston ataca diretamente a ação dos conservadores ou direta evangélica uma vez que associa a estes o hábito de impor o medo através de afirmações que não condizem com a ação de um prefeito. Haja vista que nem este e muito menos os vereadores podem legislar sobre casamento de pessoas do mesmo sexo e a legalização do aborto. Outra acusação que a frente cristã fez na época era a da impossibilidade de abertura novos templos em decorrência de uma lei que seria de autoria do PT, e também foi mostrado ao longo da campanha que a referida lei não era de autoria deste partido. O autor do artigo faz a seguinte chamada aos evangélicos conservadores:

Onde estão os conservadores sérios do meio evangélico? Precisamos urgentemente que eles se articulem e se manifestem, combatendo pelo que acreditam politicamente, dentro das normas éticas e democráticas. Seria o passo mais importante para a comunidade evangélica agora, em direção à maturidade pública, ajudando (junto com os progressistas) a promover o debate sério em nosso meio e as salvar a nossa imagem pública. (FRESTON, 2010, p.1).

O artigo de Paul Freston publicado pelo Portal Batista denota a existência de um debate no interior da CBB sobre os diferentes posicionamentos políticos e partidários, a própria ação de Piragine está dentro deste contexto de debate político no meio batista onde são colocados argumentos conservadores e progressistas nos artigos publicados. De certo modo dentro da CBB ainda não existe um posicionamento uniforme, como pode ser visto em outras convenções nas quais se proíbe, sob pena de sanções<sup>89</sup>, o pastor que não apoiar o candidato oficial da igreja, assim como acontece na CGADB, ou a prática de alinhar os votos dos fiéis em campanhas abertas dentro dos templos como na universal. Tal prática é descrita por Oro (2003, p. 55): “Desde 1997 adotou, no âmbito nacional, o modelo corporativo da ‘candidatura oficial’, cujo número de candidatos para os distintos cargos eletivos depende do

<sup>89</sup>Projeto Político da CGADB: Cidadania AD Brasil. Critérios de escolha de um candidato: “O pastor que desonrar o compromisso com o candidato oficial, com atitude desonesta, desleal, comprovadamente caracterizada, responderá perante a Convenção Estadual e a Convenção Geral das Assembleias de Deus”.

capital eleitoral de que dispõe. ”Outra demonstração deste debate de posicionamentos políticos entre os batistas da CBB são notados através da “carta aberta ao Pastor Paschoal Piragine Jr” de autoria de Geter Borges de Sousa<sup>90</sup>, que também é autor de artigos no Portal da Batista. Sousa, através desta carta, intenta refutar os argumentos de Piragine ao mesmo tempo em que mantém uma posição respeitosa ao ministro religioso, posto que como integrante de uma Igreja Batista não poderia repreender o pastor de forma mais rígida. Pois poderia ferir a mentalidade religiosa de seus pares, haja vista que independente de discordar do ponto de vista de Piragine não pode imputar má fé ou dolo as suas ações, sob pena de associá-las a própria instituição que faz parte e ao mesmo tempo ser visto pela membresia batista como alguém que não respeita a figura do pastor. Por isso Sousa sugere que o pastor Piragine havia sido mal assessorado e teve a acesso a informações equivocadas e passa descrever as informações que seriam as verdadeiras. A construção da narrativa de Sousa, assim como a de Piragine, é edificada de forma a utilizarem a simbologia prezada pelo grupo. A de Piragine busca se colocar como um ‘profeta’<sup>91</sup> que se levanta contra a iniquidade em sua terra, e a de Sousa é de uma ‘ovelha’<sup>92</sup> que conhece o valor dos pastores de sua instituição religiosa e mantém uma postura respeitosa. Um dos pontos da argumentação de Sousa é o seguinte:

O Plano Nacional de Direitos humanos é elaborado pelos conselhos de direitos humanos com a participação do governo federal, mas não é uma novidade do governo Lula. O primeiro plano foi publicado através do decreto número 1904, de 13 de maio de 1996, e o segundo através do Decreto número 4229, de 13 maio de 2002. Em todos eles estão presentes assuntos polêmicos ligados com a sexualidade. Diante disso seria um equívoco afirmar que todos os méritos e deméritos do PNDH 3 é de responsabilidade do governo LULA ou do PT.<sup>93</sup>

Sousa intenta demonstrar que projetos de lei ou propostas de alteração no que se refere aos temas que se choque com a moral do grupo não são exclusivos do período de governo do PT ou apenas defendidos pelo mesmo. Também argumenta em outro momento em seu texto que diferente do que foi dito por Piragine não acontece à expulsão de políticos ou filiados que condenem o aborto no Partido dos Trabalhadores, que dentro do partido existe liberdade para

<sup>90</sup>Geter Borges de Sousa é membro da Segunda Igreja Batista do Plano Piloto e autor de artigos no Portal Batista.

<sup>91</sup> Segundo a mentalidade do grupo a figura do profeta seria aquele que denuncia ou demonstra o erro das pessoas ou povo.

<sup>92</sup> Aquele religioso que está sob a autoridade espiritual de um pastor.

<sup>93</sup> Carta Aberta ao Pastor Paschoal Piragine Jr. Disponível em: <<http://teuchamado.blogspot.com.br/2010/09/carta-aberta-ao-pr-paschoal-piragine-jr.html>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

escolha de posicionamentos. Essa é outra demonstração do debate entre os batistas, uma vez que estes religiosos defendem seus pontos de vista políticos, sejam à esquerda ou à direita, através de artigos ou cartas abertas através do Portal Batista ou outras mídias sem penas de expulsão ou sanção da CBB em decorrência de suas opiniões políticas.

O pastor Piragine Jr ganhou uma grande visibilidade após o fato da publicação do vídeo e embora fosse criticado não só por Sousa como por outros pastores batistas e extra campo religioso, ocorreu um movimento de apoio ao Pastor Piragine dentro da CBB, e no ano seguinte este foi eleito pela segunda vez presidente da mesma. Obviamente que ação de Piragine foi aceita pela maioria das lideranças da CBB uma vez que estes o escolheram como presidente da instituição no ano de 2011.

Nos artigos aqui analisados como os que foram escritos por Brito e Sousa sucederam sugestões similares nas quais defendiam que a CBB deveria se manifestar publicamente frente às injustiças ou abusos cometidos por governantes como forma de contribuir para moralização da política nacional e ao mesmo tempo efetuar uma ação de orientação para seus fiéis. Este ano, durante a 95<sup>o</sup> Assembleia da CBB foi elaborada a: ‘Carta de Gramado’ que é um manifesto condenando o que as lideranças da CBB denominam como ‘ a prática da corrupção e destruição da vida e da família’ no Brasil. Esse manifesto foi tanto publicado no Portal Batista (em abril) como também no Jornal Batista (em maio). No documento é afirmado que ‘em face ao sentimento de inquietação que assola a nação, especialmente quanto à corrupção generalizada e endêmica que atinge a maioria das esferas de poder público e privado’<sup>94</sup>, os batistas se sentiram na obrigação de se manifestarem publicamente. Além do tema da corrupção, também são abordadas as propostas de leis referentes ao casamento de pessoas do mesmo sexo que é descrito pelo agrupamento como destruidor da célula mater e núcleo fundamental da sociedade, a família. O documento faz um apelo para que as autoridades tomem providências e que punam exemplarmente os indivíduos que cometeram desvios de recursos públicos, e ainda alerta sobre o risco da ausência de punição aos culpados, que pode gerar a generalização da corrupção no país. Embora não cite diretamente o manifesto, faz menção à investigação da operação Lava Jato que ganhou grande visibilidade no início deste ano. A referida carta deixa patente duas bandeiras que passam a fazer parte do posicionamento político da CBB, a moralização ou combate a corrupção e condenação das possíveis mudanças legislativas que firam o modelo familiar prezado por este grupo religioso.

---

<sup>94</sup> Carta de Gramado escrita por Vanderlei Batista Marins e Sócrates Oliveira Souza na 95<sup>o</sup> Assembleia da CBB, em 10 de fevereiro de 2015.

Fez-se notório que entre os batista é prezada a prática de gestão horizontal e democrática de suas instituições, e que além de escolherem as lideranças religiosas estes também supervisionam e administram através de instrumentos de democracia direta suas igrejas, isto em nível local, através da participação de todos os religiosos que façam parte do quadro de membros ativos de uma igreja batista, enquanto no plano nacional, através da Convenção, tem-se a utilização da democracia representativa posto que os pastores e pastoras que se encontram nas assembleias bienais foram eleitos pelos religiosos de cada igreja.

Uma cultura do diálogo e da exposição de ideias e apresentação de propostas que produzem as regras e as decisões administrativas deste núcleo é condizente com os valores democráticos brasileiros. Essas práticas ajudam esses religiosos na valorização do debate democrático como também estimularam o aprendizado sobre o valor que possuem como sujeitos que podem opinar e contribuir para fazer mudanças na história da sua igreja, e de certa forma na comunidade que esta influencia. Pensando que devido aos limites que a ação da democracia direta possui na sociedade brasileira por muitas vezes os homens e mulheres batistas podem ser donos de tal poder decisório apenas na instituição religiosa em que congregam.

Foi também aqui demonstrado que o uso do poder simbólico por parte do pastor pode sim limitar a ação democrática dentro da igreja, mas que pensar a impossibilidade desta em um grupo que criou regras que promovem o encontro entre iguais, seja o batista apenas um membro ou o pastor presidente da igreja. É no mínimo distante da realidade vivida por estes religiosos, e devido à própria construção institucional que foi realizada pelos batistas, ainda que tal fato ocorra, seja em nível micro ou macro, estes dispõem de instrumentos participativos para realizarem oposição a tal postura que vise impossibilitar a democracia quer por ação personalista ou por autoritarismo religioso.

Com relação à existência de uma liderança centralizadora e personalista na Convenção Batista Brasileira foi verificado que não chegou a acontecer o surgimento ou consolidação de tal figura, posto que diferentes presidentes se sucederam no poder, porém em determinados períodos alguns pastores tiveram mais de um mandato evidenciando um poder de influência maior que as demais lideranças ao longo dos anos analisados (1979-2015). Sobre as orientações da CBB relativas aos pleitos eleitorais e à política partidária essas convergem para eliminação de quaisquer valores religiosos no meio batista que orientem para uma postura apolítica ou de isolamento religioso, estimulando os seus fiéis a participarem como eleitores ativos que acompanham a atuação política de seus candidatos eleitos. Além disso, os batistas também se lancem na política partidária, sendo possível traçar um debate político entre as

lideranças batista conservadoras e progressistas ou de esquerda e direita, seja lá como queiram denominar essa diferenciação de ideologia política, não sendo possível afirmar que se posicionam em bloco no que diz respeito às preferências partidárias ou afinidades políticas. É claro que com a eleição do pastor Paschoal Piragine Jr ficou evidente que a maioria das lideranças da CBB aderiu à campanha oposicionista ao Partido dos Trabalhadores realizada pelo referido pastor nas eleições de 2010, mesmo assim ficou demonstrado que existem posições contrárias ainda que minoritárias entre os batistas.

Evidente que a própria orientação desfavorável ao Partido dos Trabalhadores feriu as regras criadas pelas próprias lideranças batistas. Em especial ao decálogo do voto ético que afirma que nenhum fiel deve se sentir constrangido a votar em determinado candidato por ser diferente da escolha de uma autoridade religiosa. Pois quando Piragine evocou para si a figura de um profeta que levanta a voz contra a iniquidade realizada pelo Partido dos Trabalhadores, este não só constrangeu os batistas que possuíam simpatia por candidatos deste partido, como os coagiu simbolicamente com o argumento de estarem compactuando com a iniquidade.

Piragine fez uso da violência simbólica e da autoridade espiritual de que dispunha no campo religioso evangélico, sendo seus atos comparáveis com as ações políticas dos ministros religiosos neopentecostais que os documentos e artigos batistas tanto condenavam. A única diferença é que ao invés de contabilizar e utilizar seu capital eleitoral para determinada candidatura como a IURD realiza. Este ministro religioso procurou inviabilizar o voto dos religiosos evangélicos em um determinado partido, agora não sendo mais apenas o pastor presidente da PIB de Curitiba, mas sim, um líder evangélico midiático multiplicando exponencialmente o alcance de sua ação político religiosa. Resta saber o quanto isso impactou a mentalidade do grupo e se as regras anteriores serão em longo prazo substituídas por outras que sigam a postura de defesa da moral religiosa e oposição aos núcleos ou partidos políticos que venham a ferir tais princípios religiosos. E se as lideranças batistas passaram a prestar a consultoria eleitoral para seus fiéis indicando ou inviabilizando as escolhas destes, e isso só o tempo mostrará.

O que é possível afirmar é que no agrupamento batista sucede o estímulo à participação na gestão das instituições religiosas e que para que esta aconteça é fomentado o debate e exposição de propostas, abrindo um espaço para debate entre os mesmos sobre as regras e escolhas administrativas, seja nas igrejas ou na Convenção Batista Brasileira, viabilizando a ampliação da cultura democrática, ainda que aconteçam ações no sentido de limitar ou canalizar a direção das escolhas que serão realizadas. Não se pode negar que existem maneiras de se opor a essas tentativas de restrição das escolhas dos membros, quer

seja no que se refere ao ‘governo’ interno da igreja ou às escolhas referentes à política nacional, mas o fato é que essas tentativas de lideranças ascenderem ou até restringirem as escolhas de seus subordinados não está apenas restrita ao campo religioso evangélico, está presente em todas as áreas onde o uso do poder simbólico está disponível. É importante ressaltar que são as pessoas que criam as simbologias. Valorizando as mesmas, e podem ressignificar estas alegorias que prezam, não sendo meros fantoches de seus valores religiosos.

A experiência religiosa democrática batista é um alento frente ao sufocante controle verticalizado que os líderes neopentecostais impõem aos seus fiéis, resta saber se a tendência de avanço personalista vai se tornar uma tendência geral ou se os batistas e as igrejas tradicionais manterão suas práticas igualitárias e democráticas. Refletir sobre o avanço da verticalização e do culto ao líder num campo religioso brasileiro que cada dia ganha mais adeptos em suas fileiras é refletir também até que ponto a submissão de milhares de pessoas à vontade de poucos não pode impactar a própria valorização da soberania popular. E o perigo ou restrição que isto pode causar no próprio regime democrático brasileiro com a perpetuação de uma cultura de submissão.



## CONCLUSÃO

Embora pertençam ao mesmo nicho do mercado religioso brasileiro, os batistas e assembleianos gonçalenses, conforme demonstrado nos capítulos anteriores, apresentam indicadores socioeconômicos e educacionais diferentes, e comungam da semelhança de figurarem como as maiores denominações dentre as vertentes evangélicas na cidade conforme foi assinalado, uma vez que os assembleianos correspondem à metade dos pentecostais e os batistas são expressiva maioria entre as igrejas de missão e históricas com aproximadamente 73% dos fiéis deste segmento. Os indicadores socioeconômicos apontam que o grupo ao qual pertencem os batistas possui taxas acima da média municipal em quesitos como escolaridade, renda e tipos de ocupação. A situação é inversa para o núcleo pentecostal no qual estão inseridos os assembleianos, com índices menores ou em poucos casos iguais ao número médio municipal para os indicadores socioeconômicos aqui estudados. Logo é possível concluir que a Assembleia de Deus possui uma atração maior sobre as classes populares e a Igreja Batista, embora também atraia as camadas populares, detém um número maior de elementos da classe média gonçalense. Ambos os segmentos religiosos dispõem de um número superior à média municipal no que tange ao número de mulheres que pertencem a estas instituições.

O fato das igrejas pentecostais possuírem um número superior em suas fileiras de pessoas oriundas das franjas sociais mais baixas, e também um grande número de mulheres que também são na sociedade brasileira vítimas de marginalização, não coloca os pentecostais como mais propensos à irracionalidade ou a práticas de êxtases espirituais como é defendido por alguns. Já que atualmente existem igrejas de classe média que utilizam a simbologia proveniente do meio pentecostal, como as comunidades evangélicas que se tornaram igrejas neopentecostais voltadas para as franjas sociais médias, como foi aqui sinalizado, sem mencionar o movimento carismático que influenciou na renovação das igrejas históricas que são tradicionalmente de classe média e também na Igreja Católica. Associar automaticamente a simbologia e valores das instituições pentecostais a uma inferioridade por serem oriundas dos grupos sociais mais marginalizados da sociedade brasileira, é por si só, uma prática segregatória. Que tenta através de uma análise sociológica do mercado religioso brasileiro separar a fé erudita e racional em detrimento da crença popular irracional, é algo por si só nefasto ao atribuir superioridade a determinado elemento frente ao mosaico que é a religiosidade brasileira. O fato das instituições pentecostais serem compostas pelos

marginalizados reforça ainda mais sua importância como espaço relacional que pode gerar mudança ou alento na vida daqueles que as criam coletivamente. Desde que tenham meios para influenciar na instituição que sustentam financeiramente e simbolicamente, e traz para aqueles que se lançam na política uma responsabilidade que não pode só se restringir à defesa de interesses da instituição. Mas também à tentativa de soluções para os graves problemas sociais e de gênero que atingem a membresia pentecostal que os alçou ao poder.

Os membros das duas instituições pesquisadas a PIBSG e a IADJN gozam, como demonstrado através da pesquisa, de um alto grau de exposição às lideranças religiosas. A ligação que possuem com a instituição explica essa constante presença, posto que segundo seus valores religiosos o pertencimento ao grupo e permanência nele é entendido como fator de mudança na vida dos entrevistados, além de serem espaços que acolhem pessoas que estavam fora de uma rede relacional por motivos diversos aqui já apresentados. O aumento dos políticos evangélicos passa pela estimulação dos membros para a participação nos pleitos eleitorais, fato que ocorre tanto na PIBSG como na IADJN, portanto o aumento da representatividade política evangélica é fomentada e estimulada pelas respectivas convenções nacionais (CBB e a CGADB) em um movimento que envolve tanto as lideranças locais quanto as nacionais ou midiáticas.

Em ambas as instituições os integrantes entrevistados afirmam que não há indicação direta de candidato pelo pastor no púlpito da Igreja, e uma quantidade expressiva de fiéis batistas e assembleianos afirmam que já presenciaram a visita de candidatos ou políticos eleitos as suas instituições religiosas. Porém a maioria declara que não existe o favorecimento por parte do pastor para aqueles candidatos visitantes. Em ambas as instituições foram citadas as orações que são realizadas durante as visitas dos pleiteantes, tal prática parece ser comum nas igrejas aqui pesquisadas e é claro que essa ação gera visibilidade para o candidato, ao mesmo tempo em que pode gerar um sentimento de identificação dos membros para este, posto que fica latente que o postulante compartilha os valores simbólicos prezados pelo grupo. Tal estratégia pode ser entendida como uma maneira de minimizar conflitos entre a membresia e liderança, haja vista que existem outras opiniões políticas no seio do grupo. A percepção dos componentes das duas igrejas pesquisadas sobre o aumento do número de evangélicos na política é entendida como algo positivo para mais da metade dos batistas, que já escolheram candidatos entre seus pares religiosos, o mesmo ocorrendo entre os assembleianos já que 73% destes religiosos também já elegeram evangélicos nas últimas eleições municipais.

A identificação partidária dos membros entrevistados das igrejas gonçalenses fica abaixo não só da média da população nacional como da própria taxa de identificação dos evangélicos brasileiros, evidenciando um descontentamento elevado com relação aos partidos entre batistas e assembleianos gonçalenses, o que ajuda a explicar também a convergência de busca por representatividade política identitária religiosa. Concernente aos posicionamentos políticos, não sucede nas igrejas pesquisadas uma identificação majoritária no que diz respeito ao posicionamento esquerda, centro e direita. Desta forma os integrantes estão divididos entre diferentes posturas políticas e ainda não foi possível identificar entre a minoria que afirmou se identificar com determinado partido político a existência majoritária da simpatia ou filiação a determinado partido. Ficando assim pulverizada a identificação partidária, fato que deve mudar em breve entre os assembleianos devido ao movimento das lideranças da CGADB em criar o PRC. Os evangélicos de ambas as igrejas gonçalenses aqui estudadas evidenciaram um apreço pela liberdade de expressão e ao direito a livre manifestação, uma vez que majoritariamente apoiaram as jornadas de junho de 2013.

No que diz respeito ao conflito entre o laico e o religioso foi analisado que o fato da Praça Chico Mendes ter perdido o uso laico para uma função religiosa. Tal atitude do governo municipal foi aceita pela maioria dos fiéis da IADJN e a maior parte dos entrevistados da PIBSG se colocou contra a mudança, não concordando com a apropriação do espaço laico pelo religioso.

No que tange à participação da membresia na instituição a qual faz parte, é notório em ambas as instituições que existem instrumentos administrativos que estimulam a participação direta dos membros no caso da IADJAN. Existe o chamado ‘conselho’ na IADJAN e na PIBSG a reunião é chamada de ‘assembleia’, elas acontecem uma vez por mês e nelas é possível fazer propostas e o conjunto de membros pode legitimar as ações das lideranças. Também é nesse espaço que se dá a prestação de contas, sendo possível aos integrantes apresentarem propostas, e todas estas ações estão sujeitas a votação de todos com igualdade do voto - um membro um voto, sem diferenciações.

As convenções são órgãos centrais das denominações evangélicas e como aqui foi sinalizado é nelas que ocorrem debates e formulações da linha teológica e das regras de condutas para membresia e lideranças, além de funcionar como espaço de elaboração das regras referentes ao funcionamento das instituições e suas relações entre si e para com as diferentes áreas da sociedade. Foi possível notar que a CBB e a CGADB possuem posicionamentos diferentes no que diz respeito ao envolvimento com a política. Existe a aprovação de candidatos oficiais na CGADB com prévias nas igrejas locais e posterior aval

das lideranças da convenção, fato que não acontece na CBB. Com relação aos partidos políticos, até a presente data, em ambas as instituições os membros eram livres para se lançar em qualquer partido, porém, entre os assembleianos já está em fase final de organização o Partido Republicano Brasileiro (PRB), logo em breve deverão figurar nele majoritariamente. No seio da CBB não existe esse movimento e é afirmado que a convenção e os batistas não indicam partidos e nem candidatos, contudo se não fazem campanha pró podem fazer oposição. E foi o que sucedeu através da ação de Piragine que foi amplamente divulgada não só no meio batista, atingindo diferentes segmentos evangélicos e outros grupos através do uso das redes sociais. Quando realizou um culto fazendo uso da violência simbólica como forma de evitar votos para a candidatura do PT no meio dos evangélicos batistas e outros mais, atingidos por sua ação midiática, Piragine ignorou as regras estabelecidas pela coletividade batista. Posteriormente as lideranças pastorais reunidas em assembleia da convenção o reconduziram ao cargo máximo da CBB, sinalizando que talvez as regras internas concernentes à política possam vir a ser mudadas uma vez que as ações de Piragine foram recompensadas e legitimadas através de sua eleição.

Nas eleições internas para presidente existe diferenciação entre as convenções estudadas. Na CGADB, o líder máximo é reeleito desde fins da década de oitenta e isso denota a existência de uma liderança personalista, e obviamente um controle considerável do poder da instituição em suas mãos. Entre os batistas se dá uma alternância de poder desde a década de oitenta, todavia também é possível notar a presença de lideranças carismáticas como Fanini, Azevedo, Vasconcelos e Piragine. Todos ocuparam a presidência da CBB em diferentes períodos, possuindo grande influência entre os batistas. Como demonstrado nos capítulos anteriores tais práticas como o personalismo e as lideranças carismáticas não são algo restrito ao poder destas instituições religiosas posto que façam parte da política nacional.

O mercado religioso brasileiro apresentou através dos neopentecostais nas últimas três décadas uma consolidação do modelo religioso centralizador e vertical, que submete e silênciam tanto a membresia quanto os pastores locais. As ações de valorização da opinião de indivíduos entre batistas e assembleianos contribuem para a valorização da soberania popular, mesmo em tempos de imposição de pautas centralizadas e verticalizadas. Tanto a IADJN como PIBSG seguem na linha contrária deste movimento de silenciamento coletivo. Assembleianos e batistas gonçalenses através de suas práticas administrativas religiosas valorizam a vontade coletiva em detrimento da vontade da oligarquia religiosa. Mesmo com as limitações que aqui foram apontadas ambas as instituições dispõem em seus ‘governos

internos' de instrumentos de democracia direta, algo inexistente até mesmo na política nacional.

Inicialmente este trabalho também contemplaria a IURD, mas no contato com o líder local de uma instituição da cidade recebi a negativa da realização da coleta de dados, e na insistência de realização da mesma o pastor afirmou: “a igreja não é minha, nem eu e nem ninguém aqui pode autorizar esse trabalho, somente os Bispos de Del Castilho”. Essa frase confirmou o que a literatura aponta sobre a administração centralizada e vertical dos neopentecostais, já quanto aos assembleianos da IADJN e os batistas da PIBSG é notório o sentimento de que aquelas igrejas lhes pertençam.

## REFERÊNCIAS

ALVILTO, Marcos. Nós contra o mundo/ Evangélicos: A fé que seduz o Brasil. *Revista de História da Biblioteca nacional*. Ano8. n. 87, p. 27, dez. 2012.

BAHIA, L.H.N. *O Poder do clientelismo - raízes e fundamentos da troca política*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

BAPTISTA, Saulo. *Cultura política brasileira, práticas pentecostais e neopentecostais: a presença da Assembleia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no Congresso Nacional (1999-2006)*. UMESP. 2007. p. 21.

BAQUERO, Marcello. Cultura Política Participativa e Desconsolidação Democrática. Reflexões sobre o Brasil contemporâneo. *Perspectivas*, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 100, out./dez. 2001.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*; tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2003. p. 129.

BECKER, Olga. PAGOTO, Faber. *A População Migrante na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: uma abordagem espacial das desigualdades em 2000*. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. ABEP. Caxambu-MG. 29/set a 03/out de 2008. Página 5.

BOHN, S. R. Evangélicos no Brasil: perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. *Opinião Pública*, Campinas, v. 10, n. 2, p. 288-338, out. 2004.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Editora: DIFEL, 1989.

BORGES, Tiago DaherPadovezi. Identidade política evangélica e os deputados estaduais brasileiros. *Perspectivas*, São Paulo, v. 35, p. 149-171, jan./jun. 2009.

\_\_\_\_\_. *Representação Partidária e a Presença dos Evangélicos na Política Brasileira*. Tese de mestrado (USP). São Paulo 2007.

CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo*. Memória e fim do fim da história. Coimbra: Almedina, 2009.

FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment*. 1993. Tese (Doutorado) — Unicamp, Campinas.

\_\_\_\_\_. *Religião e política, sim; Igreja e Estado, não: os evangélicos e a participação política*. Viçosa, MG: Ultimato, 2006.

LAGO, Luciana Corrêa do. Desigualdade socioespacial e mobilidade residencial: a metrópole do Rio de Janeiro nos anos 80. *Cadernos Metrópole*, 1999.

- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. Companhia das Letras, 2012.
- MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 10, n. 29, p. 5-34, 1995.
- LOPES, Isac José. *A segmentação de mercado como estratégia de marketing*. 19 de maio de 1998.
- HOBBSAWM, E. *The universalismo f the left* (1996). In: ISHAY, M.R. (ed.) *The Human Rights Reader: major political essays, speeches, and documents from the Bible to the presente*. Nova York: Routledge, 1997.
- MARIANO, Ricardo. *Avança a mutação religiosa e cultural no Brasil*. Núcleos de Estudos da Religião. UFRGS.
- \_\_\_\_\_. Efeitos da secularização do Estado, do pluralismo e do mercado religiosos sobre as igrejas pentecostais. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, v. 3, n. 1, jun. 2003.
- \_\_\_\_\_. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- \_\_\_\_\_. PIERUCCI, Flavio. O envolvimento dos pentecostais com a eleição de Collor. *Novos Estudos*, n. 34, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Pentecostais e política no Brasil: do apolitismo ao ativismo corporativista*. Página: 131. In: *Debates pertinentes: para entender a sociedade contemporânea / org. Hermílio Santos*. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.
- MARINHO, Andreia Cidade. Oliveira, Isabel Cristina Veloso. *O Voto Neopentecostal no Brasil: Atores Religiosos no Estado Laico*. Acta Científica XXIX Congreso de La Asociación Latino americana de Sociologia 2013.
- MARX, Karl. Engels, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.) *O Manifesto Comunista 150 anos depois*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.
- MIGUEL, Luis Felipe. Representação política em 3-D elementos para uma teoria ampliada da representação política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 125, 2003.
- ORO, Ari Pedro. *A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos: religioso e político brasileiros*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 53, p. 3, out. 2003.
- PAEGLE, Eduardo Guilherme de Moura. *A participação política dos evangélicos brasileiros*. VII congresso português de sociologia. Universidade do Porto. 2012.
- PADOVEZI, Tiago Daher Borges. *Representação Partidária e a Presença dos Evangélicos na Política Brasileira*. Tese de mestrado (USP). São Paulo, 2007.

PEREIRA, José Carlos. Religião e Poder: Os símbolos do poder sagrado. *Revista eletrônica de ciências sociais*. Ano 2, v.3, maio 2008.

RABAT, Márcio Nuno. *Atuação política católica e evangélica e o congresso nacional*. Biblioteca digital da câmara de deputados. 2010.

RAMOS, Ariovaldo. Zacarias, Nilza Valéria. Artigo: *Eleitorado Evangélico- Candidatos em nome de Deus*. Le Monde Diplomatique Brasil. Setembro de 2010.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. Capítulo 11-Aline Coutrot. 2. ed. Rio de Janeiro. Editora: FGV, 2003.

RODRIGUES, Guilherme Alberto. *O Comportamento Eleitoral dos Evangélicos no Brasil: uma Leitura Contextual*. 21 st World Congress of Political Science. Santiago 2009.

ROSA, Helena. *História Oral e Microhistória aproximações limites e possibilidades*. IV Encontro Regional Sul De História Oral. Anais Eletrônicos: N°01. Ano: 2007.

VITAL DA CUNHA, Christina. *Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil* / Christina Vital, Paulo Leite Lopes. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2012. p. 59.

WEBER, Max, 1864-1920. *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*/ Max Weber; tradução José Marcos Mariani de Macedo; revisão técnica, edição de texto, e índice remissivo

ANTÔNIO FLÁVIO PIERUCCI. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, M. *Ensaio de sociologia*. (Gerth, M. e Mills, C.W orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

\_\_\_\_\_. *Economia e sociedade*. Vol. 1. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

WOLECK, Aimoré. "O trabalho, a ocupação e o emprego: uma perspectiva histórica." *Revista de Divulgação Técnico-científica do Instituto Catarinense de Pós-Graduação* 1 (2002).

## Fontes

BRITO, Carlos Alberto Cacau de. *A hora do voto consciente*. Junho de 2010. Portal Batista. Carta de Gramado. Marins, Vanderlei Batista. Souza, Sócrates Oliveira. 95º Assembleia da CBB. 10 de fevereiro de 2015.

Decálogo do Voto Ético (Batista).

Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira.

Estatuto da CGADB.



FIGUEREDO, Valdemar Filho. *A Copa e as Eleições*. Junho de 2010. Portal Batista.

Filosofia da Convenção Batista Brasileira.

FRESTON, Paul. *Religião e Política, Sim. Igreja e Estado, Não*. Viçosa, MG: Ultimato, 2006. (Batista).

FRESTON, Paul. *As mentiras que os evangélicos contam*. Capítulo 14 de Religião e Política, Sim; Igreja e Estado, Não. Junho de 2010. Portal Batista.

Gonçalves, Alonso. *Batistas na Política*. Junho de 2010. Portal Batista

Histórico das Assembleias Gerais da CGADB.

Manifesto à nação brasileira (Batista).

Mensageiro da Paz. Ano 84. Número: 1545. Fevereiro de 2014.

Oliveira, Edvar Gimenes de. *Voto Nulo?* .Agosto de 2010- Portal Batista.

Pacto de Lausanne. (Batista)

Pesquisa de opinião realizada junto aos membros da IADJN.

Pesquisa de opinião realizada junto aos membros da PIBSG.

Projeto Político da CGADB: Cidadania AD.

Quem Somos. Página:1. (Esse é um documento com a síntese dos princípios teológicos e administrativos da Convenção Batista Brasileira).

Regimento Interno da CGADB.

Regimento Interno da Convenção Batista Nacional (CBB)

Regimento Interno da Convenção Batista Nacional (CBN)

SOUSA, Geter Borges de. *Eleições, democracia e monitoramento de políticas públicas*. Junho de 2010. Portal Batista.

Sucessão pastoral / organização de Lécio Dornas [e] Juracy Carlos Bahia.- Rio de Janeiro : Convicção, 2011

SYLVESTRE, Josué. *Irmão vota em irmão*. Brasília: Pergaminho, 1986. (AD)

Trabalho em História Oral realizado junto amembresia e diretoria da IADJN.

Trabalho em História Oral realizado junto amembresia e diretoria da PIBSG.

## Sites

<<http://www.batistas.com>> Acesso em: (13:50) – 20 jun. 2014.

<<http://bd.camara.gov.br>> Acesso em: (12:50) -10/08/2013.

<[http://www.cbn.org.br/downloads/regimento\\_interno\\_cbn.pdf](http://www.cbn.org.br/downloads/regimento_interno_cbn.pdf)> Acesso em: (20:05) 20/12/2014.

<<http://cgadb.org.br/>> Acesso em:(18:35) 04/07/2014.

<<http://www.cidadaniaadbrasil.com>> Acesso em: (08:30) 20/06/2014.

<<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=764>> Acesso em:(15:25) 10/02/2015.

<<http://cidades.ibge.gov.br/>> Acesso em:(23:50) 20/11/2014.

<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/6/12/brasil/28.html>> Acesso em:(09:50) 02/02/2015.

<<http://www.fpebrasil.com.br/bancadaatual.htm>> Acesso em: (17:20) 15/08/2013

<<http://iadjan.org.br/>> Acesso em:(18:40) 01/02/2014.

<<http://www.geocities.com/Eureka/2471/segmerca.html>> Acesso em:(18:00) 15/02/2012.

<[http://www.historiadesaogoncalo.pro.br/Memoria\\_movimento\\_videos\\_hop\\_sao\\_goncalo.htm](http://www.historiadesaogoncalo.pro.br/Memoria_movimento_videos_hop_sao_goncalo.htm)> Acesso em:(15:00) 03/02/2015

<<http://www.jornalsg.com.br/site/politica/2013/3/15/47680/sao+goncalo+ganha+praca+da+bi+blia>> Acesso em:(10:00) 15/03/2015.

<[http://www.pibsg.org.br/novosite/?page\\_id=21](http://www.pibsg.org.br/novosite/?page_id=21)> Acesso em:(14:00) 01/02/2015

<<http://www.prc.org.br/>> Acesso em:(20:05) 15/07/2014.

<<http://teuchamado.blogspot.com.br/2010/09/carta-aberta-ao-pr-paschoal-piragine-jr.html>> Acesso em: (20:55) 18/08/2014.

<<http://www.ufrgs.br/ner/index.php/estante/visoes-a-posicoes/37-avanca-a-mutacao-religiosa-e-cultural-no-brasil>> Acesso em:(22:35) 02/07/2015.

<<https://www.youtube.com/watch?v=Zti6UpSTzN8.>> Acesso em:(11:05) 20/08/2014. (Pastor David Miranda – Pentecostal).

<<https://youtu.be/ILwU5GhY9MI>> Acesso em: (09:15) 05/05/2014. (Pastor Piragine – Batista).

**APÊNDICE A - ENTREVISTA COM OS MEMBROS**

1) Com que frequência você vai a Igreja?

- a) Uma vez no mês.
- b) Uma vez na semana.
- c) Mais de uma vez na semana.

2) Há quanto tempo você frequenta a Igreja?

- a) Menos de dois anos.
- b) Entre dois e cinco anos.
- c) Entre seis e dez anos.
- d) Acima de dez anos.

3) Quais mudanças ocorreram em sua vida após seu ingresso na Igreja?

---

---

---

---

4) Qual a postura de sua Igreja com relação a participação de evangélicos na política?

- a) Estimula a participação na política e orienta na escolha dos candidatos.
- b) Estimula a participação na política e não orienta na escolha dos candidatos.
- c) Na Igreja não é abordado temas relacionados a política.
- d) \_\_\_\_\_

---

5) Você concorda com envolvimento da Igreja com a política?

- a) Concordo plenamente.
- b) Concordo.
- c) Discordo.
- d) Discordo plenamente.

6) Sua Igreja é aberta para receber candidatos nas eleições?

- a) não.
- b) sim.

Se sim de que forma ocorrem as visitas de candidatos?

---

---

---

7) Nos últimos anos ocorreu um aumento no número de políticos evangélicos. Você considera esse aumento:

- a) positivo.
- b) negativo.
- c) Sem relevância.

8) De que forma sua Igreja contribui para sua cidade?

---

---

9) Você votou em candidato evangélico nas últimas eleições municipais?

- a) Não.
- b) Sim.

10) Você se identifica com algum partido político?

- a) Não.
- b) Sim.

Se sim. Qual partido? \_\_\_\_\_.

11) Na sua opinião o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) age corretamente quando invade terras para pressionar o governo para avançar com Reforma Agrária?

- a) Concordo totalmente.
- b) Concordo.
- c) Discordo.
- d) Discordo totalmente.

12) Esse ano ocorreu a greve dos garis durante o carnaval na cidade do Rio de Janeiro. Qual sua posição com relação aos movimentos grevistas:

- a) Concordo totalmente.
- b) Concordo.
- c) Discordo.
- d) Discordo totalmente.

13) No ano passado ocorreu uma série de protestos em várias cidades brasileiras. Você acredita que esse tipo de ação contribui para o fortalecimento da democracia?

a) sim.

b) não.

14) Nos últimos anos ocorreu um aumento da criminalidade. Qual das opções abaixo melhor contribuiria para a redução da violência:

a) Pena de morte.

b) Redução da maior idade penal.

c) Maiores investimentos em educação.

d) Diminuição da desigualdade social.

15) Na gestão do último governo municipal a praça Chico Mendes foi transformada em praça da Bíblia. Ocorreu a substituição de três quadras poliesportivas e uma pista de Skate por grandes murais com passagens bíblicas. Essa mudança foi positiva para a cidade?

a) sim.

b) não.

16) Como você escolhe seu candidato nos pleitos eleitorais?

a) Debates e propaganda na TV.

b) Rádio. Qual rádio: \_\_\_\_\_.

c) Igreja.

d) Conversa com amigos/ parentes.

e) Outros: \_\_\_\_\_.

17) Marque a alternativa que descreve sua escolaridade:

a) Fundamental incompleto.

b) Fundamental completo ou ensino médio incompleto.

c) Ensino médio completo ou superior incompleto.

d) superior completo.

e) outro: \_\_\_\_\_.

**APÊNDICE B - ENTREVISTA COM AS LIDERANÇAS DA IADJN/ PIBSG**

- 1) Nos últimos anos foi consolidado o envolvimento dos evangélicos com a política. Na opinião de vocês qual foi o impacto para a imagem da igreja evangélica com o aumento da relação entre religião e política?
- 2) Quando falamos Igreja Evangélica estamos enumerando uma série de instituições em um mesmo grupo. O IBGE divide as igrejas protestantes em de missão e pentecostal, mas recentemente uma série de especialistas em teologia, sociologia e outros estudiosos acrescentaram a esta subdivisão os neopentecostais. Vocês concordam com a divisão nestes três ramos?
- 3) Em qual ramo a Igreja se enquadra?
- 4) Vocês enxergam alguma diferenciação na administração e acesso a cargos das Igrejas dos três ramos citados anteriormente?
- 5) A Igreja estimula os membros a participarem da política? De que forma ocorre este encorajamento?
- 6) Existe algum tipo de prestação de contas aos membros na IADJN/ PIBSG? Ou participação destes nas tomadas de decisões da instituição?
- 7) Uma das características que a literatura destaca sobre as Igrejas é que estas conseguem entrar por muitas vezes em localidades onde nem o Estado está presente. Como é realizada a atuação na área social pela IADJN/ PIBSG?
- 8) No caso de um membro da IADJN/ PIBSG se candidatar nas eleições a Igreja ou ministério oferece algum tipo de orientação ou apoio? E de que forma ocorre?
- 9) Em obra publicada recentemente Paul Freston afirma que especialistas enxergam a relação entre religião e política com certa cautela ou desconfiança, em parte devido a atuação de extremistas ligados a grupos religiosos islâmicos, mas que no caso brasileiro ele não vê motivo para pânico, embora existam pontos negativos na relação entre os evangélicos e a política. Qual ponto negativo pode ser destacado nessa relação?
- 10) Agora gostaria que destacassem um ponto positivo do envolvimento dos evangélicos com a política?

**ANEXO - LISTA DOS CANDIDATOS OFICIAIS (DEPUTADO FEDERAL) DA CGADB  
NAS ELEIÇÕES DE 2014**

**Lista dos candidatos oficiais (DEPUTADO FEDERAL) da CGADB nas eleições de 2014:  
ESTADO DO ACRE**



- Deputada Federal Antônia Lúcia - PSC 2020

**ESTADO DO AMAZONAS**



- Deputado Federal Silas Câmara - PSD 5555

**ESTADO DO AMAPÁ**



- Deputada Federal Fátima Pelaes - PMDB 1515

**ESTADO DA BAHIA**



- Deputado Federal Erivelton Santana - PSC 2012

**DISTRITO FEDERAL**



- Deputado Federal Ronaldo Fonseca - PROS 9090

**ESTADO DE GOIÁS**



- Deputado Federal João Campos - PSDB - 4565

**ESTADO DO MARANHÃO**



- Deputado Federal Costa Ferreira - PSC 2014

**ESTADO DE MINAS GERAIS**



- Deputado Federal - Isaias Silvestre - PSB 4077

**ESTADO DO PARANÁ**



- Deputado Federal Fernando Francischini - SD 7777



- Deputado Federal Takayama - PSC 2014

### **ESTADO DE PERNAMBUCO**



- Deputado Federal Anderson Ferreira - PR 2222



- Deputado Federal Pastor Eurico - PSB 4040

### **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**



- Deputado Federal Filipe Pereira - PSC 2020

### **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**



- Deputado Federal Ronaldo Nogueira - PTB 1423

### **ESTADO DE RONDONIA**



- Deputado Federal Marcos Rogério - PDT 1234



- Deputado Federal Nilton Capixaba - PTB 1406

### **ESTADO DE SÃO PAULO**



- Deputado Federal Marco Feliciano - PSC 2010



- Deputado Federal Paulo Freire - PR 2233

Lista dos candidatos oficiais (DEPUTADOS ESTADUAIS) da CGADB nas eleições de 2014:

### **ESTADO DO AMAPÁ**

#### **CONVENÇÃO CEMEADAP**



- Deputado Estadual Pr. Eliá Conrado - PRP 44.555



- Deputada Federal Fátima Pelaes - PMDB 1515



**ESTADO DO AMAZONAS****CONVENÇÃO CEADAM**

- Deputado Estadual Francisco Souza - PSC 20.123



- Deputado Estadual Mario Bastos - PSD 55.369



- Deputado Estadual Wanderley Dallas - PMDB 15.333



- Deputado Federal Silas Câmara - PSD 5555

**ESTADO DA BAHIA****CONVENÇÃO CEADB**

- Deputada Estadual Angela Sousa - PSD 55.055



- Deputado Estadual Pastor Carlos Ubaldino - PSD 55.123



- Deputado Estadual Pastor Sargento Isidório - PSC 20.000



- Deputado Estadual Samuel Junior - PSC 20.123



- Deputado Federal Erivelton Santana - PSC 2012

**ESTADO DO CEARÁ****CONVENÇÃO CIMADEC**

- Deputado Estadual Pastor Neto - PSC 20.300

**CONVENÇÃO CONADEC**

- Deputada Estadual Drª Silvana - PMDB 15.777



- Deputado Federal Dr. Jaziel Pereira - PMDB 1577

**CONVENÇÃO CONFRADECE**

- Deputado Estadual Gelson Ferraz - PRB 10.123



- Deputado Federal Ronaldo Martins - PRB 1010

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO****CONVENÇÃO CADEESO**

- Deputado Estadual Oseias Moura - PRB 10.777



- Deputado Federal Reginaldo Loureiro - DEM 2522

**CONVENÇÃO CEMADES**

- Deputado Estadual Euclerio Sampaio - PDT 12.444



- Deputado Federal Bruno Polez - PRB 1023



- Senador Neucimar Fraga - PV 433

**CONVENÇÃO CONFRATERES**

- Deputado Estadual Pastor Derci de Oliveira - PRP 44.580

**ESTADO DE GOIÁS****CONVENÇÃO CONFRAMADEGO**

- Deputado Estadual Lincoln Tejota - PSD 55.555



- Deputado Federal Fábio Sousa - PSDB 4578

**ESTADO DO MARANHÃO****CONVENÇÃO CEADEMA**

- Deputado Estadual Joselyo-PPS23.023



- Deputado Estadual Pastor Silvano - PSDC 27.345



- Deputada Estadual Telma Pinheiro - PSDB 45.671



- Deputado Estadual Vieira Lima - PPS 23.654



- Deputado Federal Costa Ferreira - PSC 2014



- Deputada Federal Eliziane Gama - PPS 2323



- Deputada Federal Mical Damasceno - PSDC 2707



- Deputado Federal Pastor Bel - PEN 5115

### **CONVENÇÃO COMADESMA**



- Deputado Estadual - Pr. Cavalcante - PSC 20.123

### **ESTADO DO MATO GROSSO**

#### **CONVENÇÃO COMADEMAT**



- Deputado Estadual Engº Sebastião Machado Rezende - PR 22.022



- Deputado Federal Professor Victório Galli - PSC 2020

### **ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL**

#### **CONVENÇÃO COMADEMS**



- Deputado Estadual - Lídio Lopes - PEN 51.777



- Deputado Federal - Elizeu Dionízio - SD 7777

**ESTADO DE MINAS GERAIS****CONVENÇÃO COMADEMG**

- Deputado Estadual Jair Di Gregório - PSB 40.500



- Deputado Federal Isaias Silvestre -PSB 4077

**CONVENÇÃO COMADETRIM**

- Deputado Estadual Samuel Pereira - PR 22.700



- Deputado Federal Marcio Nobre - PSDC 2700

**CONVENÇÃO COMADVARDO**

- Deputada Estadual Rosângela Reis - PROS 90.151



- Deputado Estadual Samuel Pereira - PR 22.700



- Deputado Federal Elias Galdino - PTdoB 7087



- Deputado Federal Isaias Silvestre - PSB 4077



- Deputado Federal Marcio Nobre - PSDC 2700

**CONVENÇÃO CIMADEMIGO**

- Deputado Estadual Ivair Nogueira - PMDB 15.222



- Deputado Federal Rômulo Veneroso - PV 4344

**ESTADO DO PARÁ****CONVENÇÃO CIADSETA**

- Deputado Estadual Pastor Josué Almeida - PR 22.130



- Deputado Federal Joás Possidônio - PMDB 1510

### **CONVENÇÃO CIMADB**



- Deputado Estadual Moa Moraes - PCdoB 65.199



- Deputado Estadual Raimundo Santos - PEN 51.234



- Deputado Federal Josias Higino - SD 7799



- Senador Jefferson Lima - PP 111

### **CONVENÇÃO COMIEADEPA**



- Deputada Federal Julia Marinho - PSC 2020

### **ESTADO DO PARANÁ/ CONVENÇÃO CIEADEP**



- Deputado Estadual Jair Soares - PEN 51.051



- Deputada Estadual Mara Lima - PSDB 45.123



- Deputada Estadual Noemia Rocha - PMDB 15.007



- Deputado Federal Fernando Francischini - SD 7777



- Deputado Federal Luciano Brito - PSB 4080



- Deputado Federal Takayama - PSC 2014

### **ESTADO DE PERNAMBUCO/ CONVENÇÃO CONADEPE**



- Deputado Estadual Presbítero Adalto Santos - PSB 40.150



- Deputado Federal Pastor Eurico - PSB 4050

**ESTADO DO PIAUÍ/CONVENÇÃO CEADep**

- Deputado Federal Idoneil Mesquita - PRB 1000

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO/ CONVENÇÃO CEADER**

- Deputado Estadual Édino Fonseca - PEN 51.123



- Deputado Estadual Itagibe Cabral - PDT 12.100



- Deputado Estadual Samuel Malafaia - PSD 55.777



- Deputado Federal Pastor Isaias Coimbra - PR 2212



- Deputado Federal Pastor Martinho Monteiro - PSL 1718



- Deputado Federal Sóstenes Cavalcante - PSD 5577

**CONVENÇÃO CEADERJ**

- Deputada Estadual Esther Grego – PTDob 70.233



- Deputado Estadual Luiz Só Vitória - PTN 19.321



- Deputado Estadual Manoelino Teixeira - PHS 31.800



- Deputado Estadual Nilson O Abençoado - PTN 19.223



- Deputado Federal Geremias Couto - PR 2213



- Deputado Federal Otoni de Paula Jr - PEN 5110



- Deputado Federal Pastor Isaias Coimbra - PR 2212

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL/CONVENÇÃO CIEAPADERGS**

- Deputado Federal Ronaldo Nogueira - PTB 1423

**ESTADO DE RONDONIA/ CONVENÇÃO CEMADERON**

- Deputado Federal Agnaldo Muniz - PSC 2020

**ESTADO DE RORAIMA/ CONVENÇÃO CEDADER**

- Deputada Estadual Irmã Graça - PHS 31.031



- Deputado Estadual Pr. Edir - PHS 31.131



- Deputado Federal Carlos Andrade - PHS 3131

**ESTADO DE SANTA CATARINA****CONVENÇÃO CIADESCP**

- Deputado Estadual Ismael dos Santos - PSD 55.777



- Deputado Estadual Kennedy Nunes - PSD 55.100



- Deputado Federal Evaldino Leite - SD 7799

**ESTADO DE SÃO PAULO/ CONVENÇÃO CONFRADESP**

- Deputado Estadual Adilson Rossi - PSB 40.400



- Deputada Estadual Marta Costa - PSD 55.400



- Deputado Federal Paulo Freire - PR 2233

**CONVENÇÃO COMADESPE**

- Deputado Estadual Levi Agnaldo - PSC 20.200



- Deputado Federal Gilberto Nascimento - PSC 2020

**ESTADO DE TOCANTINS/ CONVENÇÃO CIADSETA**

- Deputado Estadual Gipão - PR 22.225



- Deputado Estadual Pastor Adalberto Leite - PSC 20.123



- Deputado Federal João Oliveira - DEM 2525



- Deputado Federal Max Fleury - PPS 2323



- Deputado Federal Tiago Andrino - PP 1111

Procure divulgar o máximo possível a relação de seu estado, estimulando quem você puder para eleger nossos representantes indicados.

**Pr. Lelis Washington Marinhos.**

Presidente do Conselho Político Nacional.